

# OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 1807-0191

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
  
D  
O  
  
C  
E  
S  
O  
P

Vol. 23, nº 1, 2017

# REVISTA OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 1807-0191 (online)

Revista publicada pelo Centro de Estudos de Opinião Pública  
Coordenadoria dos Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa  
Universidade Estadual de Campinas



**Editora:** Rachel Meneguello  
**Departamento de Ciência Política**  
**Universidade Estadual de Campinas**

**Editora Assistente:** Fabíola Brigante Del Porto  
**Revisora:** Juliana Bôa

## CONSELHO EDITORIAL

*André Blais*  
Département de Science Politique  
Université de Montréal

*Aníbal Pérez-Liñán*  
Department of Political Science  
University of Pittsburgh

*Catalina Romero*  
Departamento de Ciencias Sociales  
Pontificia Universidad Católica del Perú

*Charles Pessanha*  
Departamento de Ciência Política  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Fábio Wanderley Reis*  
Departamento de Ciência Política  
Universidade Federal de Minas Gerais

*Ingrid van Biezen*  
Department of Political Science  
Leiden University

*Leôncio Martins Rodrigues Netto*  
Departamento de Ciência Política  
Universidade Estadual de Campinas  
e Universidade de São Paulo

*Lúcia Mercês de Avelar*  
Instituto de Ciência Política  
Universidade de Brasília  
e Universidade Estadual de Campinas

*Marcello Baquero*  
Departamento de Ciência Política  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Maria Laura Tagina*  
Escuela de Política y Gobierno  
Universidad Nacional de San Martín

*Marina Costa Lobo*  
Instituto de Ciências Sociais  
Universidade de Lisboa

*Marcus Faria Figueiredo*  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro  
(in memoriam)

*Mitchell Seligson*  
Department of Political Science  
Vanderbilt University

*Mônica Mata Machado de Castro*  
Departamento de Ciência Política  
Universidade Federal de Minas Gerais

*Peter Birle*  
Ibero-Amerikanisches Institut

*Ulises Beltrán*  
Centro de Investigación y Docencia  
Económicas

*Víctor Manuel Durand Ponte*  
Instituto de Investigaciones Sociales  
Universidad Nacional Autónoma de México

Publicação indexada no *Sociological Abstracts*; *HAPI* (Hispanic American Periodicals Index); *IBSS* (International Bibliography of the Social Sciences); *HLAS* (Handbook of Latin American Studies); *SciELO*; *RedALyC*; *EBSCO*; *CLASE* – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; *DOAJ* – Directory of Open Access; *LATINDEX*, *Pro Quest*.

*ROP* é publicada pelo *CESOP* desde 1993 e está aberta à submissão de artigos científicos. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o *CESOP*.  
A submissão de artigos pode ser feita pelo sistema *ScholarOne*:  
<https://mc04.manuscriptcentral.com/op-scielo>

### Submissão de artigos:

<https://mc04.manuscriptcentral.com/op-scielo>

### Contato com a secretaria da revista:

[rop@unicamp.br](mailto:rop@unicamp.br)

### REVISTA OPINIÃO PÚBLICA

Universidade Estadual de Campinas, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CESOP, Rua Cora Coralina s/n  
Campinas - São Paulo - CEP: 13083-896 - Brasil  
tel.: (+55) 19-3521-1712

Visite a ROP em: [www.cesop.unicamp.br/site/htm/revistas](http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/revistas)  
[www.scielo.br/op](http://www.scielo.br/op)



Ministério  
da Educação

Ministério da  
Ciência e Tecnologia



# OPINIÃO PÚBLICA

April 2017

Vol. 23, nº 1

ISSN 1807-0191

## SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
Variedades da democracia no Brasil <i>Fernando Bizzarro</i> <i>Michael Coppedge</i>	1
Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest <i>Leonardo Avritzer</i>	43
O comportamento eleitoral dos paulistas e dos brasileiros nas eleições de 2002 e 2014 <i>Maria Teresa Miceli Kerbaui</i> <i>André Luiz Vieira Dias</i>	60
O Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados: a evolução das bases socioeconômicas e territoriais (1994-2014) <i>Natalia Maciel</i> <i>Tiago Ventura</i>	96
Uma tipologia do recrutamento partidário <i>Paulo Peres</i> <i>Amanda Machado</i>	126
A disputa nos governos estaduais (1994-2014): a batalha entre <i>incumbents</i> e oposição <i>Mauricio Michel Rebello</i>	168
Para onde ir? A trajetória eleitoral dos prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1996-2014) <i>Alvaro Augusto de Borba Barreto</i>	194
O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados <i>Luis Felipe Miguel</i> <i>Flávia Biroli</i> <i>Rayani Mariano</i>	230
Is International Relations still an American social science discipline in Latin America? <i>Rafael A. Duarte Villa</i> <i>Marília Carolina B. de Souza Pimenta</i>	261



OPINIÃO PÚBLICA  
Campinas  
Vol. 23, nº 1, p. 1-288  
April 2017  
ISSN 1807-0191



OPINIÃO PÚBLICA/ CESOP/ Universidade Estadual de Campinas –  
vol. 23, nº 1, abril de 2017 – Campinas: CESOP, 2017.  
Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade  
Estadual de Campinas.

Quadrimestral

ISSN 1807-0191 (versão online)

1. Ciências Sociais; 2. Ciência Política; 3. Sociologia 4;. Opinião Pública;  
I. Universidade de Campinas; II. CESOP

# Variedades da Democracia no Brasil

---

Fernando Bizzarro<sup>1</sup>

Michael Coppedge

---

## Introdução<sup>2</sup>

Um dos grandes desafios da ciência política é medir e analisar corretamente os fenômenos de natureza complexa e multifacetada que compõem o objeto da disciplina. Os principais desses objetos – a natureza, a causa e as consequências dos regimes políticos – sofrem em especial com os desafios de mensuração e análise. Regimes políticos são multifacetados, compostos por diversas práticas, instituições e atores. Eles são também o resultado do desenvolvimento histórico e das disputas políticas pelas quais se constroem o Estado Nacional e as instituições políticas em um país, podendo ser internamente contraditórios, combinando, por exemplo, características associadas com regimes mais democráticos a características típicas de contextos autoritários.

Este artigo apresenta ao público de língua portuguesa alguns resultados do projeto Variedades da Democracia<sup>3</sup>, um projeto internacional que visa oferecer aos pesquisadores e formuladores de políticas públicas interessados em instituições e regimes políticos uma ferramenta consistente e abrangente para a mensuração e a análise das diferentes dimensões dos regimes políticos. Para ilustrar as principais características dos dados coletados pelo projeto, neste artigo nós descrevemos em profundidade os resultados obtidos para o Brasil.

Mais que promover qualquer mudança nas interpretações existentes sobre a democracia brasileira, este artigo ambiciona demonstrar a utilidade dos dados do projeto Variedades da Democracia para a pesquisa empírica em ciência política, explicitando o alcance de suas múltiplas dimensões, a sua capacidade de sintetizar as importantes transformações que o país experimentou e o largo potencial comparativo dos dados do

---

<sup>1</sup> Autores ordenados alfabeticamente.

<sup>2</sup> Os dados deste artigo foram apresentados previamente por Michael Coppedge em conferência homônima na Universidade Federal de Goiás, em junho de 2015. Nós agradecemos aos participantes do seminário pelos seus comentários e observações, a Sergio Praça e a todos os especialistas que colaboraram com o projeto Variedades da Democracia no Brasil. Somos gratos também pelo generoso financiamento do Riksbankens Jubileumsfond; da Comissão Europeia; da Fundação Wallenberg; dos Ministérios de Relações Exteriores de Suécia, Canadá e Dinamarca; dos conselhos de pesquisa da Suécia, Noruega e Dinamarca; da National Science Foundation; das Universidades de Gotemburgo e Notre Dame, e da Pontifícia Universidade Católica de Chile; da International IDEA; e do Quality of Government Institute da Universidade de Gotemburgo. Nós agradecemos aos revisores anônimos por seus comentários.

<sup>3</sup> Conferir: <<http://v-dem.net>>.

projeto, que cobrem praticamente todos os países do mundo por mais de 100 anos. Ao mesmo tempo, o artigo pode servir como síntese e introdução à história dos regimes políticos no Brasil, sendo utilizado por pesquisadores e estudantes que queiram observar a evolução da democracia no país.

O artigo se divide em seis seções além desta Introdução. Na primeira seção, “O projeto Variedades da Democracia”, apresentamos o projeto (doravante chamado apenas de V-Dem). Na seção seguinte, “Democracia eleitoral”, exploramos os indicadores de democracia eleitoral no Brasil para o período 1900-2015. Na terceira seção, “Outras dimensões da democracia brasileira”, analisamos os dados recolhidos pelo projeto para outras dimensões da democracia brasileira no mesmo período. Na quarta, “Dimensões adjacentes à democracia: corrupção e partidos políticos”, apresentamos informações sobre essas dimensões do regime político no Brasil. Em “Um exercício comparativo: o Brasil e seus vizinhos”, comparamos o Brasil com outros países sul-americanos. A Conclusão sintetiza as principais tendências e achados apresentados neste artigo.

## **O projeto Variedades da Democracia**

A democracia é um conceito multidimensional (Munck Verkuilen, 2002) e que se encontra em constante transformação. Ela é também um dos pilares da análise da política desde a Grécia Antiga (Held, 1987), sendo central para a ciência política moderna como disciplina. As diferenças nas perspectivas dos teóricos e cientistas políticos, quando existem, estão normalmente concentradas na definição daquelas que são consideradas as dimensões necessárias da democracia (Coppedge, 2012). Enquanto vários autores defendem a primazia da dimensão eleitoral, ilustrada pela presença de eleições livres, justas e decisivas (Dahl, 1971; Schumpeter, 2013), outros argumentam que regimes políticos democráticos incluem dimensões que se expandem para além dos limites da competição eleitoral (Held, 1987; Lijphart, 1999).

O V-Dem adota a perspectiva de que para a melhor observação e compreensão das possibilidades de “governo do povo” – uma mínima definição de democracia da qual poucos discordam – é necessária a construção de indicadores abrangentes das possíveis diferentes dimensões do regime, permitindo aos pesquisadores e interessados focar suas análises nas dimensões mais apropriadas para seus objetivos e referenciais teóricos (Coppedge et al., 2011). Por causa disso, o V-Dem oferece indicadores das cinco principais dimensões dos regimes democráticos discutidos pela literatura especializada: dimensão eleitoral, liberal, participativa, deliberativa e igualitária (Coppedge et al., 2016a).

Algumas dessas dimensões, sobretudo as dimensões eleitoral e liberal, já foram capturadas pelos indicadores existentes (Coppedge et al., 2011; Munck e Verkuilen, 2002). O projeto Variedades da Democracia inova ao oferecer para os pesquisadores em ciência política uma nova geração de indicadores de democracia. Guiado pelos princípios da multidimensionalidade da democracia, da desagregação dos indicadores e da

transparência na coleta e publicação dos dados, ele visa superar os principais limites dos indicadores existentes: sua pouca abrangência conceitual, geralmente concentrados nas dimensões eleitoral e liberal (direitos civis e políticos) dos regimes políticos; seu limitado alcance geográfico e temporal, que raramente cobre países não localizados na região do Atlântico Norte por longos períodos de tempo; e sua falta de transparência, dado que regras de classificação são raramente públicas e consistentes (Coppedge et al., 2011)<sup>4</sup>.

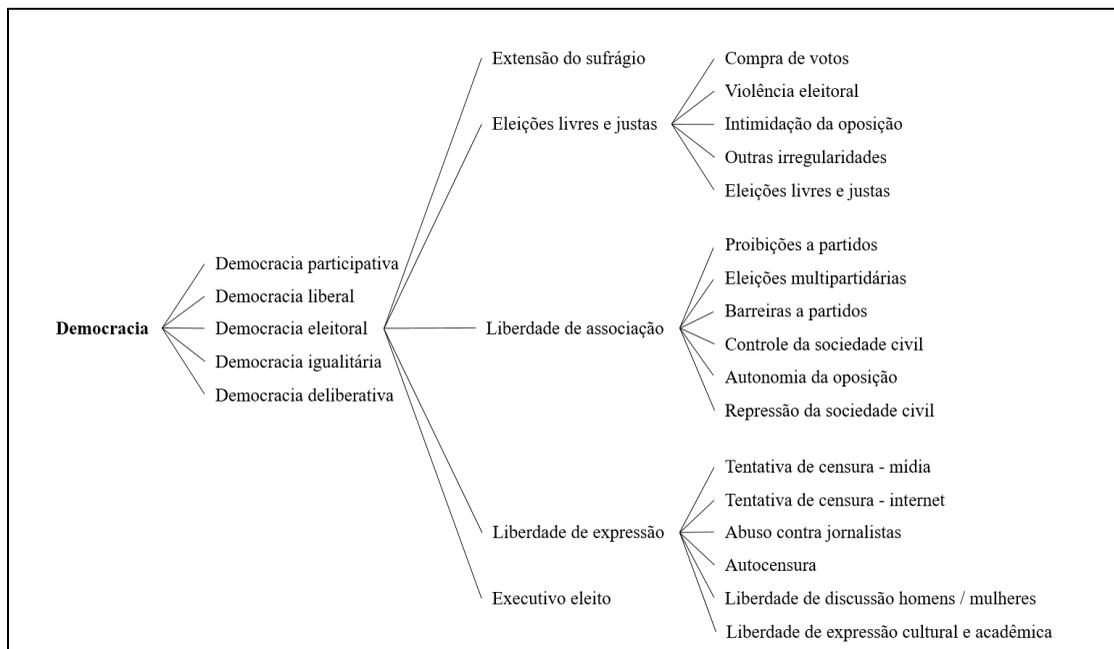
A Figura 1 ilustra a multidimensionalidade e a natureza desagregada dos dados recolhidos pelo projeto. Ela inclui um mapa de parte dos índices e indicadores<sup>5</sup> contidos no projeto. Inicialmente, o V-Dem desagregou o macroconceito de democracia em suas dimensões eleitoral, liberal, participativa, igualitária e deliberativa. Concentrando nossa observação na dimensão eleitoral da democracia, podemos desagregar esse componente para observar que ele possui diferentes subdimensões. Essas subdimensões incluem os principais elementos presentes em definições “procedimentais da democracia” (Coppedge, 2012), como a presença de eleições livres e justas, de eleições populares (diretas ou indiretas) do Poder Executivo, de um sufrágio abrangente, além de índices medindo liberdades de associação e de expressão. Cada uma dessas subdimensões é medida por indicadores precisos e específicos, incluindo, por exemplo, medidas de quão comum é a compra de votos, a repressão à sociedade civil ou as tentativas de censura da imprensa. Tal desenho de pesquisa permite obter indicadores apurados de características particulares dos regimes políticos e também possibilita a agregação desses indicadores em índices consistentes, teórica e empiricamente robustos, de dimensões mais complexas da democracia.

---

<sup>4</sup> Para informações sobre o projeto e *download* dos dados, ver em: <<http://v-dem.net>>. Acesso em: 30 mar. 2017. Ferramentas *online* permitem a visualização e a produção de gráficos semelhantes aos encontrados neste artigo. Para mais informações sobre os dados do projeto, ver a documentação *online*.

<sup>5</sup> Indicadores são os elementos básicos presentes no banco de dados do V-Dem, constituídos pela tradução das respostas que os codificadores do V-Dem deram às perguntas a eles apresentadas em variáveis contínuas usadas para a visualização dos resultados. Índices são agregações de indicadores. Todos os índices são formados a partir de uma análise fatorial bayesiana que reduz os indicadores incluídos em cada índice a um único valor.

**Figura 1**  
**Exemplo de indicadores e agregações no**  
**banco de dados do V-Dem (democracia liberal)**



**Fonte:** Elaboração dos autores, com base em Coppedge et al. (2016b). Para mais informações sobre os indicadores, índices e regras de agregação, veja essa referência.

O V-Dem é um projeto baseado em *surveys* com especialistas (*expert surveys*). Mais de 2.600 pesquisadores de todo o mundo foram solicitados a responder questões sobre diferentes indicadores de democracia. Tais pesquisadores foram selecionados pela direção do projeto, sediada nas universidades de Notre Dame, nos Estados Unidos, e Gotemburgo, na Suécia, após recomendações de especialistas – baseados tanto no interior do país quanto no exterior – para a atuação como “codificadores” para o V-Dem (Coppedge et al., 2016c).

As perguntas que os pesquisadores participantes responderam consistiram normalmente de questões categóricas que ofereciam parâmetros precisos e comparáveis para análise das múltiplas dimensões dos regimes políticos para os vários países pesquisados (Coppedge et al., 2016b). Para garantir a comparabilidade, todas as perguntas foram respondidas para todos os países por um mínimo de três codificadores por país para todos os anos incluídos no projeto (1900-2015). Em seguida, os dados coletados a partir das respostas oferecidas pelos especialistas foram agregados para formar uma única estimativa para cada país em um determinado ano, utilizando-se um modelo de medida construído pela aplicação de novas técnicas de agregação baseadas em um modelo bayesiano para teoria da resposta-item (Pemstein, Tzelgov e Wang,

2015)<sup>6</sup>. Tal estratégia está alinhada com as mais modernas recomendações para o tratamento de *surveys* com especialistas disponíveis.

A Figura 2 contém um exemplo de uma das questões contidas no projeto. Ela buscava capturar a ocorrência de intimidação por parte do governo contra a oposição durante eleições. As respostas possíveis são divididas em cinco categorias, progredindo das situações menos democráticas para as mais democráticas, e buscando englobar uma miríade de situações exemplares às quais os codificadores podem associar seu conhecimento da realidade de um país e avaliar em qual das categorias aquele país se encaixa naquele ano. Na categoria mínima, incluem-se situações de repressão absoluta da oposição, como as experiências eleitorais na extinta União Soviética. Na segunda categoria, níveis elevados de repressão nos quais a oposição sofre intimidação sistemática por parte de agentes do governo estão descritos. No caso brasileiro, as eleições de 1970 são classificadas no banco de dados do V-Dem como pertencentes a essa categoria. As eleições de 1970 ocorreram no auge dos “anos de chumbo” do regime militar brasileiro, com múltiplas evidências de perseguição e intimidação dos candidatos da oposição por parte de agentes do regime (Kinzo, 1988).

**Figura 2**  
**Exemplo de pergunta incluída no questionário do V-Dem**

**Intimidação governamental durante as eleições**

*Questão:* Nesta eleição nacional, os candidatos/partidos/militantes da oposição foram submetidos a repressão, intimidação, violência ou abuso pelo governo, pelo partido do governo ou por seus agentes?

*Esclarecimento:* Outros tipos de violência civil durante as eleições, mesmo que politicamente motivados, não devem ser considerados quando da resposta desse indicador (serão considerados separadamente em outra pergunta).

*Respostas:*

- 0: Sim. A repressão e a intimidação pelo governo ou por seus agentes foi tão intensa que todo o período foi marcado pelo silêncio da oposição.
- 1: Sim, frequentemente. Houve sistemático, frequente e violento abuso e intimidação da oposição pelo governo ou por seus agentes durante esse período eleitoral.
- 2: Sim, algum. Houve abusos e intimidação periódicos, não sistemáticos, mas possivelmente coordenados centralmente, da oposição pelo governo ou por seus agentes.
- 3: Limitado. Houve instâncias de abuso ou intimidação violenta esporádicas da oposição pelo governo ou por seus agentes, em ao menos uma parte do país, e direcionada a apenas uma ou duas unidades locais da oposição.
- 4: Não. Não houve abuso ou intimidação da oposição pelo governo ou por seus agentes, durante a campanha eleitoral e no dia da eleição.

**Fonte:** Coppedge et al. (2016b, p. 88).

<sup>6</sup> Essa estratégia permite tanto a criação de indicadores de natureza contínua para cada uma das variáveis pesquisadas quanto a reunião desses valores em grupos para reproduzir as categorias que organizavam as perguntas do *survey*. Por causa disso é possível “categorizar” os dados contínuos indicados nos gráficos aqui apresentados. Neste artigo, os gráficos apresentam os valores obtidos para as variáveis contínuas. Contudo, linhas que dividem o eixo y mostram em quais das categorias originais cada valor se encaixa.

Na categoria seguinte, incluem-se casos e abusos periódicos mas não sistemáticos. As eleições brasileiras da República Velha (1900-1930) e as demais eleições realizadas durante o Regime Militar (1966, 1974, 1978) recebem essa classificação. Casos com abusos esporádicos e geograficamente circunscritos são incluídos na resposta 3, representando situações em que a intimidação da oposição pelos agentes do governo é limitada. As eleições do período 1950-1962 e as de 1982 são algumas das eleições brasileiras que pontuam nessa categoria. Eleições plenamente livres de intimidação da oposição por parte do governo são classificadas na categoria 4. As eleições brasileiras do período democrático contemporâneo (1986-2014) são exemplos nessa categoria.

A maioria das perguntas no V-Dem, contudo, não são limitadas aos anos eleitorais, tendo sido codificadas de maneira similar à descrita acima para todos os anos em todos os países. O resultado dessa sequência de estratégias de pesquisa é um banco de dados com mais de 400 indicadores sobre diferentes dimensões da democracia para 176 países do mundo no período 1900-2015, incluindo períodos coloniais. É importante notar que os valores observados para um país em determinado ano não são uma medida direta de indicadores objetivos, mas a tradução da percepção que os especialistas têm de cada um dos parâmetros da pesquisa.

Como demonstrado na Figura 1, esses indicadores refinados e desagregados de práticas, instituições e dinâmicas dos regimes políticos são também agregados pelo projeto para formar índices mais complexos, representando conceitos tradicionais da literatura sobre regimes políticos no país. Um exemplo dessa agregação é o índice de eleições limpas, que agrega a questão sobre intimidação da oposição descrita acima a outros indicadores que buscam medir a limpeza e a justiça das eleições em um país em determinado ano (listados na Figura 1). Esse índice é posteriormente agregado a outros índices para formar medidas de conceitos ainda mais complexos (como, no caso, medidas do índice de democracia eleitoral).

Dessa forma, o V-Dem se constitui em uma fonte sem paralelos de informações sobre os sistemas políticos do mundo, potencialmente servindo como recurso para pesquisas longitudinais e comparativas em ciência política. No presente artigo nós apresentamos os dados recolhidos pelo projeto sobre o Brasil.

### *O V-Dem no Brasil*

Os dados do V-Dem para o Brasil foram produzidos por um time de 28 especialistas que responderam a todas as questões do *survey* para o país no período 1900-2015. O desenho de pesquisa do V-Dem agrupava as questões em subgrupos<sup>7</sup> e cada especialista participante do projeto respondeu a todas as questões de ao menos um subgrupo.

---

<sup>7</sup> Os subgrupos eram: Sociedade Civil, Liberdades Cívicas, Deliberação, Eleições, Executivo, Judiciário, Legislativo, Mídia, Igualdade Política, Partidos Políticos, Soberania.

No que tange à produção dos dados, o projeto se empenhou em agregar conhecimento local e internacional sobre os países pesquisados, incorporando pesquisadores nascidos, treinados e empregados tanto dentro de um país quanto fora dele. No caso do Brasil, 71% dos 28 pesquisadores que responderam ao *survey* (20 pesquisadores) nasceram no Brasil, sendo que 19 deles (68% do total) moravam no país e foram formados em instituição de ensino superior brasileira. Todos os pesquisadores que codificaram o Brasil têm ao menos um título de pós-graduação. Os pesquisadores não residentes no Brasil foram educados predominantemente nos Estados Unidos e lá residem.

A maior parte dos pesquisadores que colaboraram com o V-Dem para codificar o Brasil atua na academia (20 codificadores), quatro atuam na iniciativa privada e um se encontrava desempregado (há também três codificadores sobre os quais não há informação a respeito da área em que trabalham). Aproximadamente dois terços (18) dos codificadores eram homens e 25% (sete) eram mulheres<sup>8</sup>, tendo eles em média 40 anos.

Há ainda um grupo adicional de colaboradores – brasileiros e estrangeiros – classificados como codificadores laterais, que codificaram vários países do mundo para o ano 2012. Diversos desses codificadores avaliaram o Brasil. Tais codificadores permitiram uma maior precisão na elaboração do modelo de medida que gera os pontos estimados para cada país em cada ano, já que eles forneciam importantes informações sobre a avaliação comparativa dos países.

## **Democracia eleitoral**

O pré-requisito mais importante para a definição de um regime político como pertencente ao grupo das democracias é a presença das condições resumidas no conceito de poliarquia (Dahl, 1971, 1989). Subdividido em dois domínios principais – participação e contestação –, regimes poliárquicos incluem a presença e a efetividade de mecanismos que permitem que cidadãos interessados nos caminhos da política em um determinado país possam influenciar tais caminhos, eventualmente participar diretamente na condução do governo e do Estado, e fiscalizar e rejeitar o governo de ocasião se assim julgarem necessário (Dahl, 1971).

Nesse sentido, a noção de poliarquia expande – ainda que inserida no mesmo referencial teórico – concepções minimalistas de democracia, incorporando aos tradicionais indicadores associados à existência e à competitividade das eleições indicadores que medem a liberdade e o acesso à informação política, a liberdade de organização da oposição e a liberdade de expressão de cidadãos e grupos no interior de uma sociedade (Teorell et al., 2016).

---

<sup>8</sup> Não há informações para três respondentes.

Partindo dessa estrutura teórica, variáveis presentes no V-Dem buscam capturar informações sobre cada uma dessas características em um regime político. Informações que dão conta da medida em que eleições são limpas e decisivas, que delimitam o alcance do sufrágio (medido pela porcentagem da população que tem garantido o direito ao voto) e medem a possibilidade de associação de grupos de oposição tentam medir a dimensão da participação eleitoral em uma democracia. Informações sobre liberdade de expressão individual – inclusive separadas por gênero – e de grupo – como liberdade religiosa – também foram coletadas. Tais informações, em parceria com uma série de dados sobre a liberdade de imprensa, medem os graus de contestação presentes no regime. A combinação dos componentes de participação eleitoral e contestação produz um índice agregado de democracia eleitoral (Teorell et al., 2016).

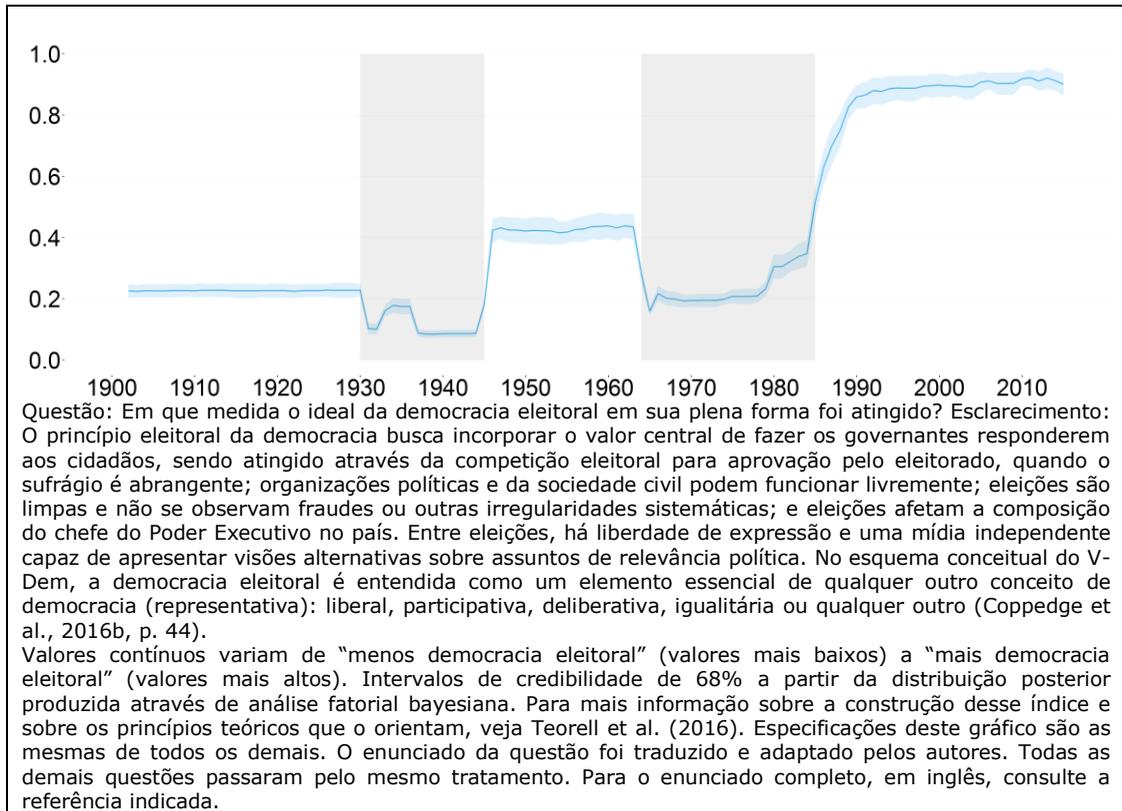
A Figura 3 apresenta a evolução desse índice para o Brasil entre 1900 e 2015. O gráfico pode ser visto como uma síntese da história política do país, no qual se observam as duas principais tendências que a marcam desde o início do século XX: a alternância entre regimes democráticos e autoritários e o incremento da democracia brasileira a cada nova experiência com esse regime. A primeira dessas tendências é facilmente observável pelos recuos autoritários observados em 1930 e 1964<sup>9</sup>, que marcam o início do período de predomínio de Getúlio Vargas sobre a política brasileira e o início da ditadura militar. Cada recuo, contudo, é sucedido por uma nova experiência democrática que supera a experiência anterior<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> O período autoritário que vai de 1930 a 1945 está destacado em todos os gráficos por um retângulo em cinza. O período da ditadura militar (1964-1985) recebe tratamento semelhante para facilitar a visualização.

<sup>10</sup> Todos os gráficos apresentados neste artigo seguem as definições estabelecidas para o projeto nos quais valores mais altos em quaisquer indicadores correspondem a resultados “mais democráticos” enquanto valores mais baixos nos indicadores apontam o oposto. Os gráficos também incluem intervalos de credibilidade ao redor dos pontos estimados. Os intervalos de credibilidade apresentados abrangem um desvio-padrão (68%) ao redor do ponto estimado e foram calculados a partir do modelo de medida bayesiano de teoria de resposta-item mencionado acima para indicadores, e a partir de análises fatoriais bayesianas para os índices. Figuras com dados para índices têm o eixo Y variando de 0 a 1. Figuras com dados para indicadores têm o eixo Y variando entre o menor e o maior valor obtidos por qualquer país (incluindo os valores dos intervalos de credibilidade) naquele indicador. Figuras com indicadores incluem linhas que demarcam os intervalos dos valores contínuos compreendidos em cada uma das categorias presentes nas perguntas.

**Figura 3**  
**Evolução do índice de democracia eleitoral (1900-2015)**



Entre 1889, data da Proclamação da República, e 1930, o Brasil viveu sob um regime político de democracia limitada, no qual tanto a participação quanto a contestação eram reduzidas. Conhecido como República Velha ou Primeira República, o regime era marcado pelo limitado alcance do sufrágio (ainda censitário), pela manutenção de práticas autoritárias por parte do Poder Executivo e por eleições ainda distantes dos padrões de limpeza e competitividade que definem regimes plenamente democráticos (Carone, 1970; Porto, 2002; Ricci e Zulini, 2012). Casos de intimidação eleitoral e fraude eram comuns e a contestação política em nível nacional era praticamente inexistente, dada a predominância dos arranjos intraelites sintetizados na expressão "política dos governadores" (Souza, 1968).

A interrupção do processo constitucional após as eleições de 1930 limitou ainda mais os níveis de democracia observados no país. Getúlio Dorneles Vargas tomou o poder após um golpe que visava impedir a manutenção da chamada política "café com leite", na qual a presidência da República era ocupada alternadamente por membros das elites políticas dos estados de São Paulo e Minas Gerais (Carone, 1973). Com o golpe, o índice de poliarquia no Brasil naquele período diminuiu subitamente em 1930. Há uma

pequena elevação após os enfrentamentos entre o governo nacional e o estado de São Paulo em 1930, que forçou o governo a recuperar algumas garantias democráticas, consolidadas pela nova Constituição de 1934. Contudo, o “golpe do Estado Novo” novamente causa uma redução do índice de poliarquia. Direitos políticos são suspensos e o Congresso é fechado, fazendo com que o país viva seu período de mais intenso autoritarismo (Sola, 1968).

A retomada da democracia em 1945 é observada no gráfico da Figura 1 com a importante elevação do índice de poliarquia a partir desse ano. Com o fim do Estado Novo, o Brasil vive pela primeira vez sob uma democracia de massas (Skidmore, 1975). O sufrágio foi expandido para homens e mulheres alfabetizados e a competição política se consolidou (Limongi, 2012). Industrialização e urbanização produziram uma sociedade de massas que experimentou importantes transformações, as quais ajudaram a elevar o índice de poliarquia, como a consolidação da Justiça Eleitoral e de uma mídia nacional independente do Estado (Soares, 1973). Isso fez com que a primeira volta na espiral dos regimes brasileiros se completasse: retomada da democracia após o fim do Estado Novo com a expansão dos níveis da poliarquia a partir desse momento em comparação com a primeira experiência democrática no país<sup>11</sup>.

Essa experiência democrática, no entanto, foi abruptamente encerrada por mais um recuo autoritário. Em um contexto internacional marcado pelas tensões da Guerra Fria e a presença de uma onda autoritária no continente, após a qual a maioria dos países sul-americanos observou a emergência de regimes autoritários liderados por militares (Linz e Stepan, 1978), a crescente polarização política no Brasil produziu as condições para a retirada à força do presidente João Goulart do poder (Santos, 1986). A suspensão do regime eleitoral vigente, com a eventual eleição indireta do marechal Humberto Castello Branco para a presidência pelo Congresso, e os limites aos direitos individuais e coletivos de oposição impostos pelos chamados “Atos Institucionais” promulgados pelo regime fizeram cair o índice de poliarquia brasileiro a partir de 1964.

O índice só voltaria a se recuperar ao final dos anos 1970, com o início da redemocratização. Ainda liderada pelos militares (Kinzo, 2001), a abertura seguiu “lenta, segura e gradual”, como a definiu o presidente general Ernesto Geisel em 1973 (Gaspari, 2004), marcada pelo aumento da competitividade das eleições a partir de 1974 e principalmente pela suspensão do AI-5, o principal mecanismo autoritário instaurado pela ditadura brasileira para suspender direitos políticos de cidadãos brasileiros (Lamounier, 1988), em 1978. A Lei de Anistia e a maior liberdade para a organização de partidos políticos, estabelecidas em 1979, também colaboram com a elevação observada ao final dos anos 1980. Tais movimentos podem ser observados pela pequena elevação do índice de poliarquia apresentado na Figura 3 para o período.

Em 1985, Tancredo Neves foi eleito pelo Congresso presidente da República, encerrando os 21 anos de ditadura no Brasil. Neves, um moderado de oposição que

<sup>11</sup> Essa nova democracia era, contudo, ainda muito limitada, como explicitado adiante em análises das diferentes dimensões do regime.

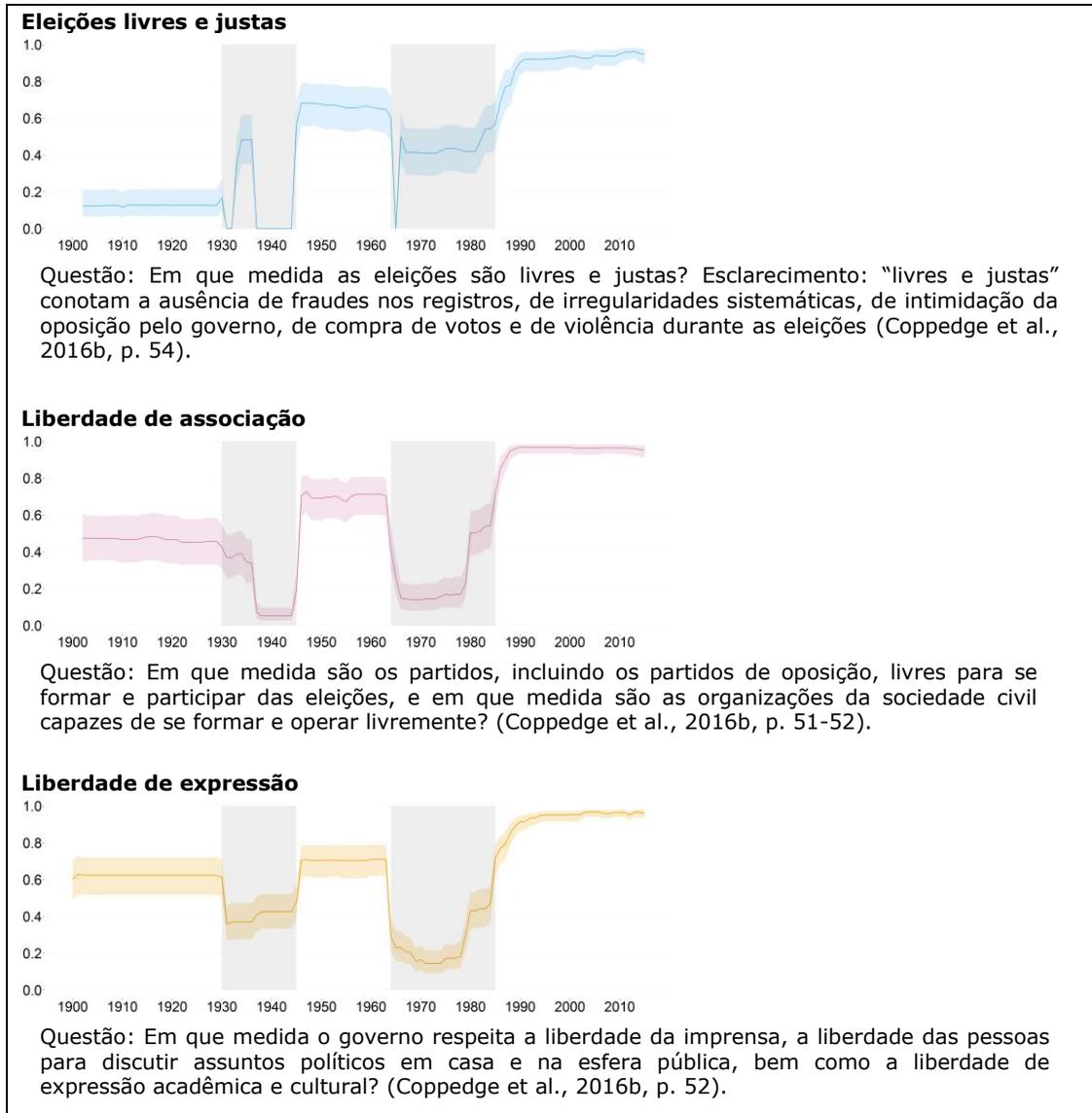
conquistou o apoio de importantes setores do governo para encerrar a ditadura contra a “linha-dura” – exemplo típico dos mecanismos de transição bem-sucedidos na região (O’Donnell e Schmitter, 1989) –, não governou (faleceu sem assumir). José Sarney, vice-presidente eleito, governou o país nos primeiros anos da democracia, ao mesmo tempo em que o Congresso preparava a nova Constituição, almejando remover do arcabouço institucional brasileiro o “entulho autoritário” deixado pelo regime anterior (Rocha, 2013). Esses dois momentos – a retomada do governo civil com a eleição de Neves-Sarney e a promulgação da nova Constituição (1988) – são claros na Figura 3: eles representam o importante incremento no índice de poliarquia brasileiro, levando o país ao seu período de maior democracia em sua história. A espiral deu mais uma volta. O Brasil retornava à democracia, agora com mais democracia.

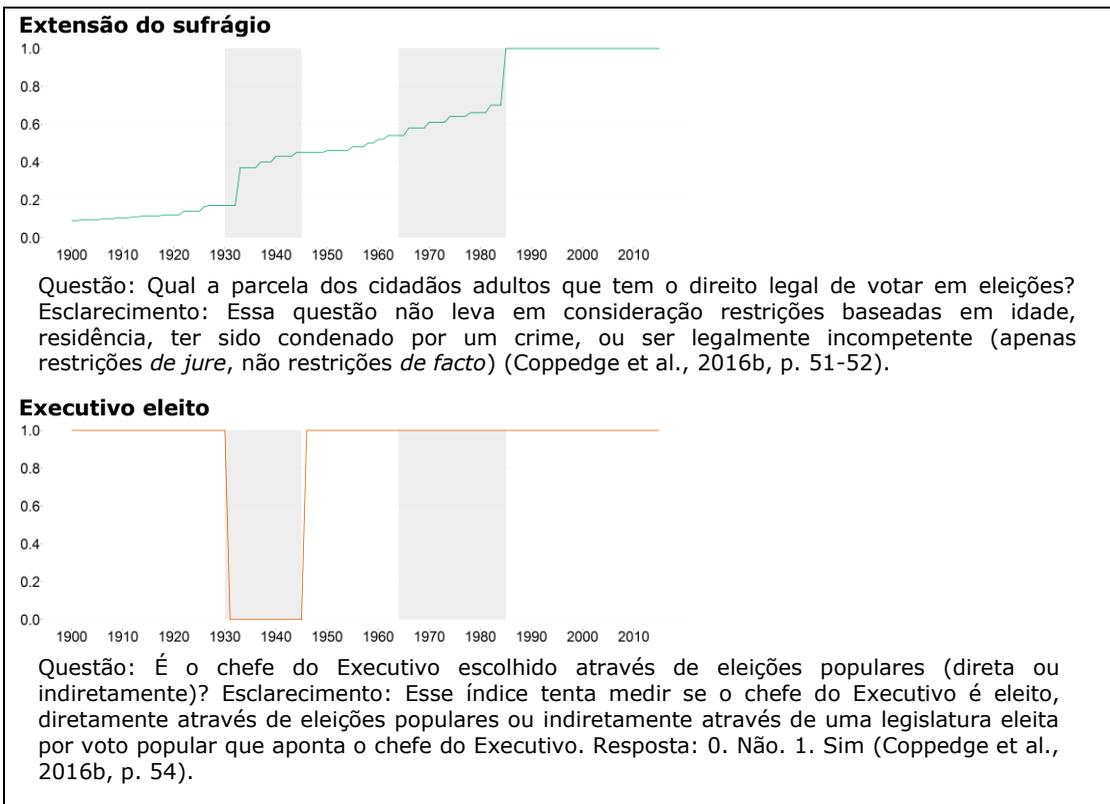
Como mencionado acima, um dos princípios que guiam o V-Dem é a possibilidade de desagregar os índices mais complexos em indicadores mais precisos das características dos regimes políticos. A Figura 4 desagrega o índice de democracia eleitoral em seus cinco subíndices e indicadores: um índice que mede a limpeza e a justiça das eleições, um índice que mede a liberdade de associação, um índice de liberdade de expressão, um indicador que mede a extensão do sufrágio e um indicador que mostra se o chefe do Poder Executivo foi eleito ou não. Com isso, se observa como essa desagregação nos ajuda a obter uma interpretação mais precisa das dinâmicas experimentadas pelo país no período. Tomemos o período da ditadura militar como exemplo. Os índices de liberdade de expressão e de liberdade de associação encontram-se no grupo dos valores mínimos observados entre 1964 e o início da transição (atingindo o valor mais baixo entre 1968 e 1978, enquanto vigorou o AI-5). Tais índices sofrem uma queda claramente mais brusca que o índice que mede a limpeza e a justiça das eleições após 1964, algo esperado à luz daquilo que sabemos sobre o regime. Por um lado, ainda que importantes limites à competição eleitoral tenham sido impostos, as eleições locais e estaduais realizadas durante a ditadura não foram marcadas por casos extremos de fraude ou violência. Por outro, o direito de formar organizações políticas e civis para se opor ao governo ou o direito de se expressar livremente contra o governo foram severamente limitados durante grande parte da ditadura, inclusive por meio de repressão violenta, prisões, tortura e assassinatos. Ainda, a Figura 4 inclui as duas dimensões institucionais mais básicas da democracia eleitoral, a saber: a existência de um regime em que o chefe de governo é eleito (direta ou indiretamente)<sup>12</sup> e a extensão do sufrágio. É possível perceber que a principal mudança historicamente observável na Figura 4 é que cada vez mais brasileiros conquistaram o direito ao voto, incluindo a importante expansão em 1932, quando o voto foi estendido às mulheres alfabetizadas, e, depois, a expansão que segue à promulgação da Constituição de 1988, com a extensão do sufrágio aos analfabetos. No intervalo entre esses dois momentos, o crescimento é

<sup>12</sup> Como o marechal Castello Branco foi eleito presidente pelo Congresso Nacional após o golpe militar em 1964, os dados no último painel da Figura 4 não apresentam nenhuma alteração após 1964.

mais gradual, seguindo a longa diminuição do número de analfabetos através dos anos (Nicolau, 2012).

**Figura 4**  
**Evolução dos índices que compõem o**  
**índice de democracia eleitoral (1900-2015)**

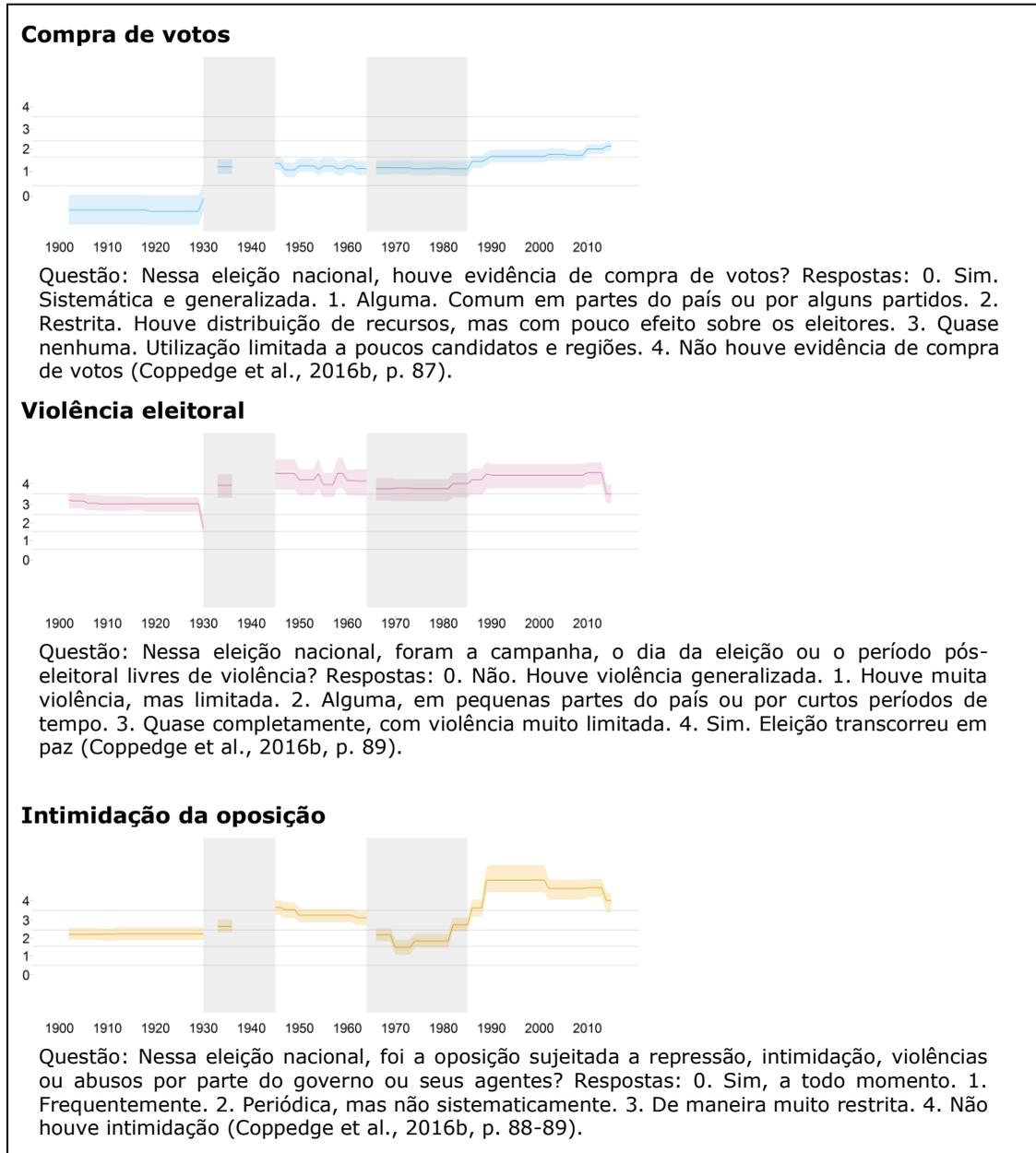




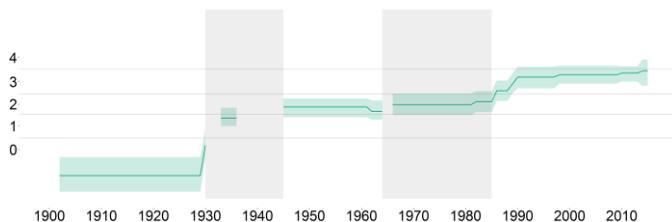
Novamente é possível desagregar os índices e observar os indicadores que fazem parte dos subíndices do índice de democracia eleitoral. A Figura 5 contém informações sobre a presença de eleições livres e limpas. A observação dos dados desses gráficos oferece uma leitura interessante da história eleitoral brasileira. Primeiramente, a figura mostra como episódios de violência durante as eleições têm sido relativamente raros (valores mais altos no gráfico representam menos violência eleitoral). Com exceção do período da República Velha e do pico de violência nas eleições de 1932, em que as disputas entre integralistas e comunistas foram as mais violentas da história brasileira, o indicador aponta que as eleições brasileiras pertencem à categoria máxima na escala dessa variável para o V-Dem, na qual se lê “a eleição transcorreu em paz” (Coppedge et al., 2016b, p. 89)<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Indicadores que medem características de eleições, como violência eleitoral e todos os demais na Figura 5, são medidos apenas nos anos eleitorais. Em anos não eleitorais, nós repetimos os valores do último ano eleitoral, desde que não tenha havido nenhuma interrupção do calendário eleitoral desde então.

**Figura 5**  
**Evolução dos indicadores que compõem o índice de eleições livres e justas**

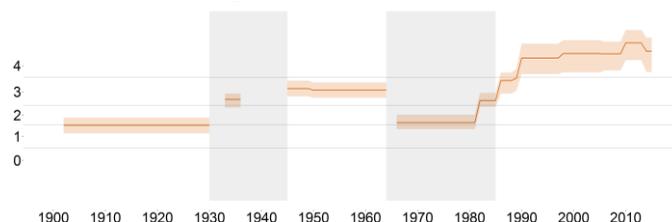


### Outras irregularidades



Questão: Nessa eleição nacional, houve evidência de outras irregularidades durante as eleições?  
 Respostas: 0. Sim. Sistemáticas e generalizadas. 1. Alguma. Comum em partes do país. 2. Esporádicas. Houve irregularidades, mas não é claro se foram intencionais ou direcionadas. 3. Quase nenhuma. Provavelmente não intencionais. 4. Não houve evidência de outras irregularidades (Coppedge et al., 2016b, p. 87-88).

### Eleições livres e justas



Questão: Levando em consideração todos os aspectos dos períodos pré e pós-eleitorais, e do dia da eleição, você consideraria essas eleições livres e justas? Respostas: 0. Não, de maneira nenhuma. 1. Não completamente. 2. Mais ou menos. 3. Sim, em sua maior parte. 4. Sim. (Coppedge et al., 2016b, p. 96).

Essa dinâmica é diferente da observada, por exemplo, para o indicador que mede a presença de intimidação governamental da oposição. Esse indicador demonstra os limites da competitividade eleitoral no período da República Velha, classificada como tão baixa quanto durante a ditadura militar, indicando – de acordo com as categorias do V-Dem – a existência “de perseguição periódica mas não sistemática da oposição” (Coppedge et al., 2016b, p. 89) por parte das forças do governo. Ele também demonstra a importante evolução da democracia brasileira no período recente, quando pela primeira vez o indicador se localiza na categoria máxima, em que se aponta a ausência de perseguição da oposição por parte do governo durante as eleições.

A Figura 5 também indica o principal problema contemporâneo para a limpeza das eleições brasileiras: a persistência de ocasiões em que a compra de votos é observada. No indicador de compra de votos, as eleições brasileiras nunca cruzam a fronteira da categoria máxima. Há, contudo, uma trajetória de importante melhoramento: na República Velha, os resultados brasileiros se encontravam na categoria mínima, definida como a existência de compra de votos “sistemática, comum, em todo o território nacional, realizada por todos os partidos e candidatos” (Coppedge et al., 2016b, p. 87). Como a literatura tem apontado, essa situação melhora

substancialmente com a lei eleitoral de 1932 (Ricci e Zulini, 2014). Os dados do V-Dem mostram que os codificadores consideraram que nesse contexto a compra de voto era “não sistemática, mas comum” (Coppedge et al., 2016b, p. 87). Tal situação permanece praticamente inalterada por muitos anos, pelo menos até as importantes transformações observadas no período democrático contemporâneo e após a Constituição de 1988. Esse incremento não eliminou a compra de votos, mas a transformou, tornando-a menos comum e resultado de uma interação diferenciada entre eleitores e candidatos, na qual “dinheiros e prendas foram distribuídos, mas essas práticas resultam mais do cumprimento de expectativas e menos da compra real de votos e participação” (2016b, p. 87).

O indicador que mede o nível em que codificadores consideraram eleições livres e justas – desenhado justamente para englobar as várias perspectivas relacionadas ao conceito de “free and fair election” – sintetiza as tendências acima mencionadas: os menores valores são observados durante a República Velha e a Ditadura Militar; o período democrático recente obteve valores bastante elevados, dentro da categoria máxima definida pelo projeto.

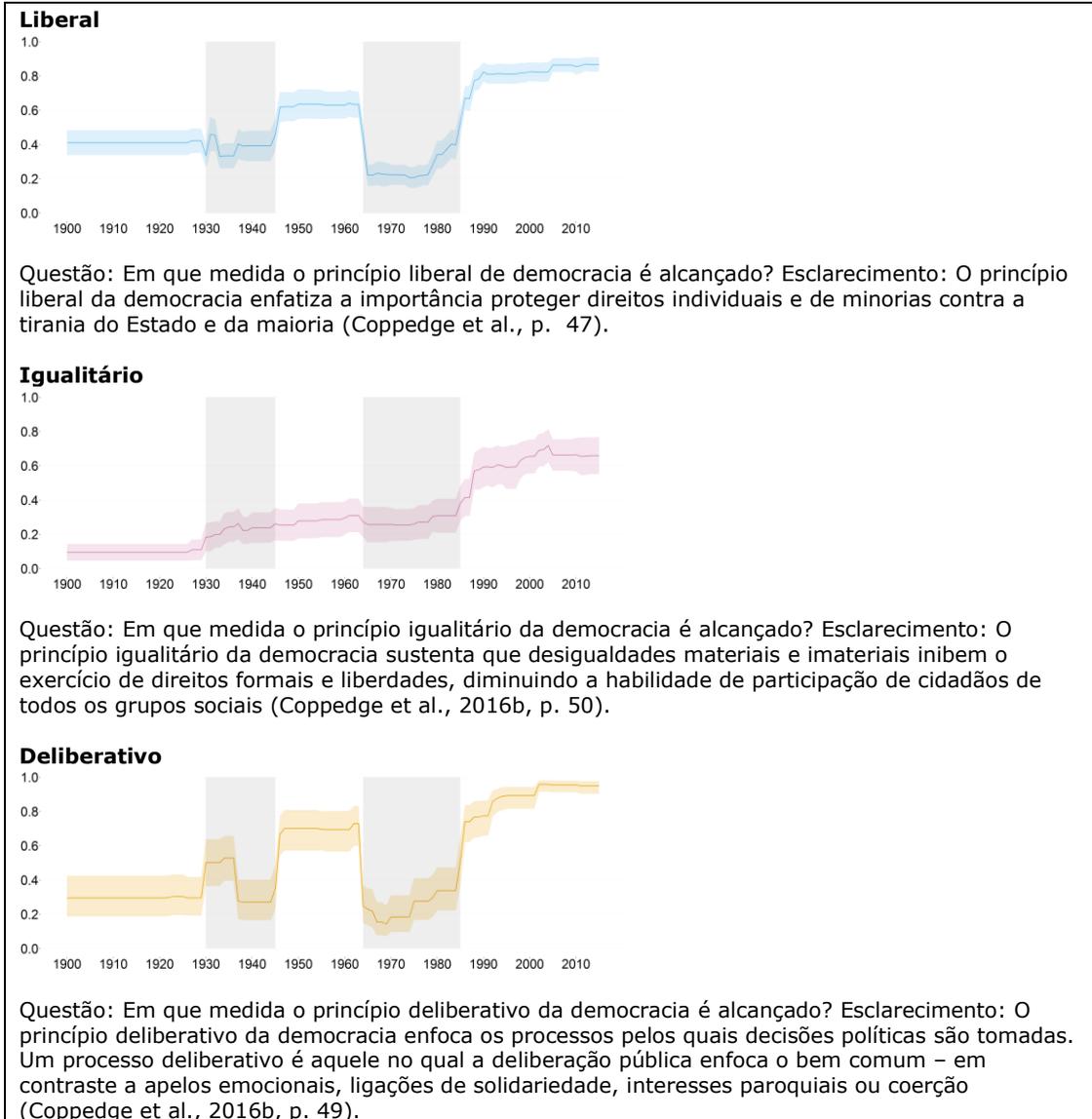
A desagregação dos demais componentes da dimensão eleitoral da democracia brasileira (não apresentada) mostra séries históricas alinhadas à dinâmica geral dos regimes políticos no Brasil, com decréscimos significativos durante as duas experiências ditatoriais brasileiras, e subsequentes aumentos com o retorno da democracia. Mais especificamente, contudo, é interessante notar como no período democrático contemporâneo os resultados para todos os indicadores se encontram na categoria máxima, reforçando a impressão positiva sobre o desenvolvimento da democracia eleitoral brasileira.

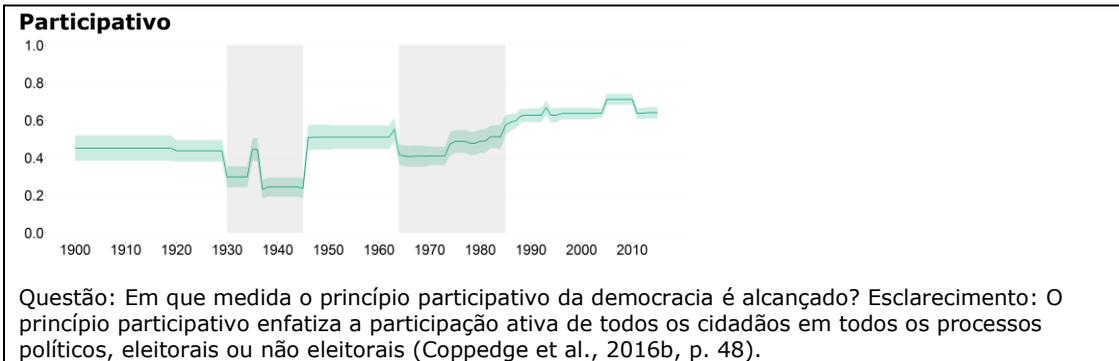
### **Outras dimensões da democracia brasileira**

Além da dimensão eleitoral da democracia, na qual o Brasil observou importantes transformações ao longo dos últimos 115 anos, o V-Dem também contém índices e indicadores que medem outras quatro dimensões da democracia brasileira. Nesta seção nós discutimos essas dimensões: o componente liberal da democracia, o componente participativo, o componente deliberativo e o componente igualitário. Aliados com a dimensão eleitoral da democracia brasileira discutida anteriormente, eles oferecem um panorama importante dos principais elementos que historicamente compõem o regime político brasileiro.

A Figura 6 apresenta a evolução histórica desses quatro componentes. A figura demonstra como as diferentes dimensões da democracia são relativamente independentes umas das outras. Enquanto todas elas seguem movimentos semelhantes, com incrementos e regressões que acompanham as idas e vindas entre democracia e autoritarismo, elas também são diferenciadas o suficiente em algumas de suas particularidades.

**Figura 6**  
**Evolução dos demais componentes da democracia**

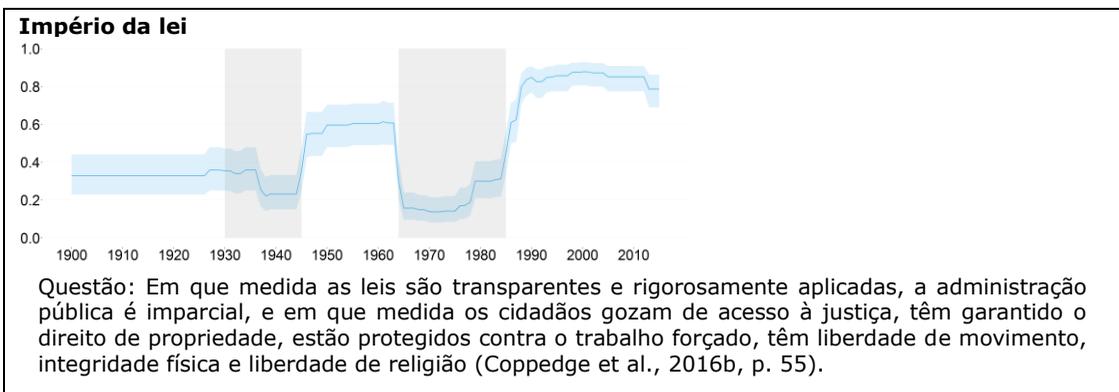


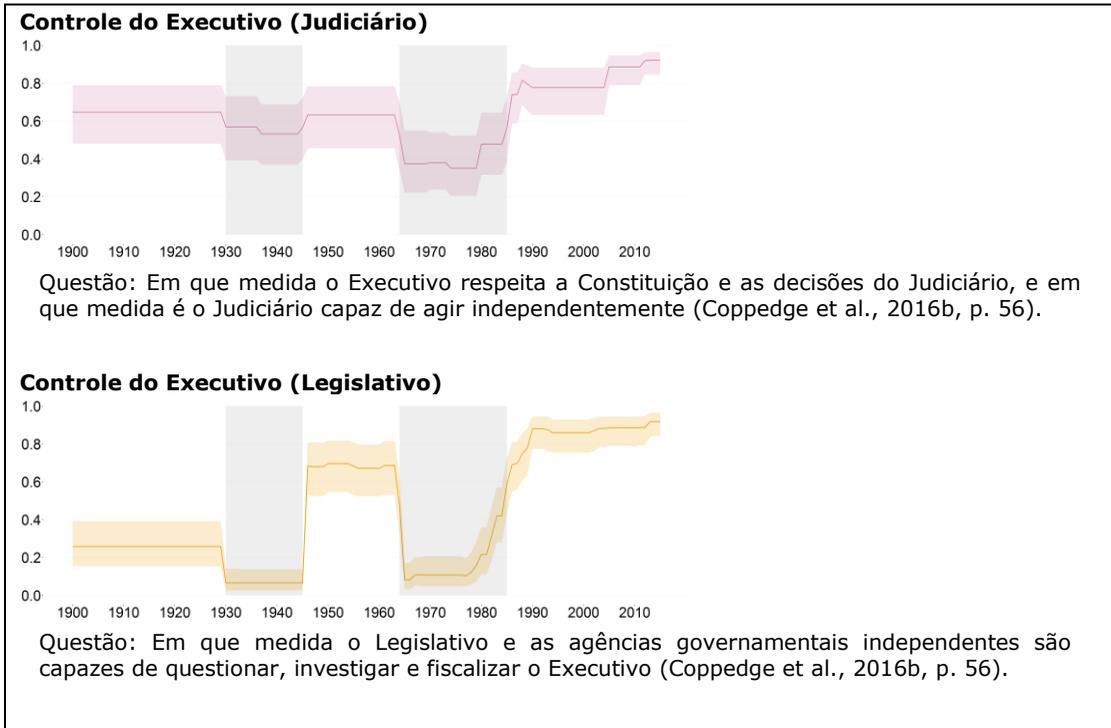


O componente liberal segue a importante tradição da literatura sobre os regimes políticos que enfoca os elementos institucionais e os direitos historicamente associados com a democracia (Dahl, 1989; Held, 1987; Mill, 1964, cap. 3). Em síntese, ele mede os limites da atuação do Estado, a primazia da lei e a garantia dos direitos individuais. Ele é composto de três subíndices, que, por sua vez, incluem diferentes indicadores mais específicos que medem os componentes analisados. Tais três índices, em específico, medem a capacidade que os poderes Judiciário e Legislativo têm para controlar o Poder Executivo e o nível de igualdade diante da lei entre os cidadãos.

A observação da Figura 7, que apresenta os resultados de cada um desses subíndices, mostra que na história dos regimes políticos brasileiros as regressões autoritárias se fizeram muito mais às custas da diminuição da capacidade do Legislativo em controlar o Executivo que às custas do Judiciário. Isso obviamente não significa que os dados não apontem a diminuição da capacidade do Judiciário em limitar o Executivo nos contextos autoritários experimentados pelo Brasil, mas reforça a impressão de que as experiências autoritárias no Brasil tiveram importantes limites, fechando os canais de pressão popular via Legislativo, mas não impedindo a manutenção de certas dinâmicas de controle internas ao Estado brasileiro.

**Figura 7**  
**Evolução dos índices que compõem o componente liberal**





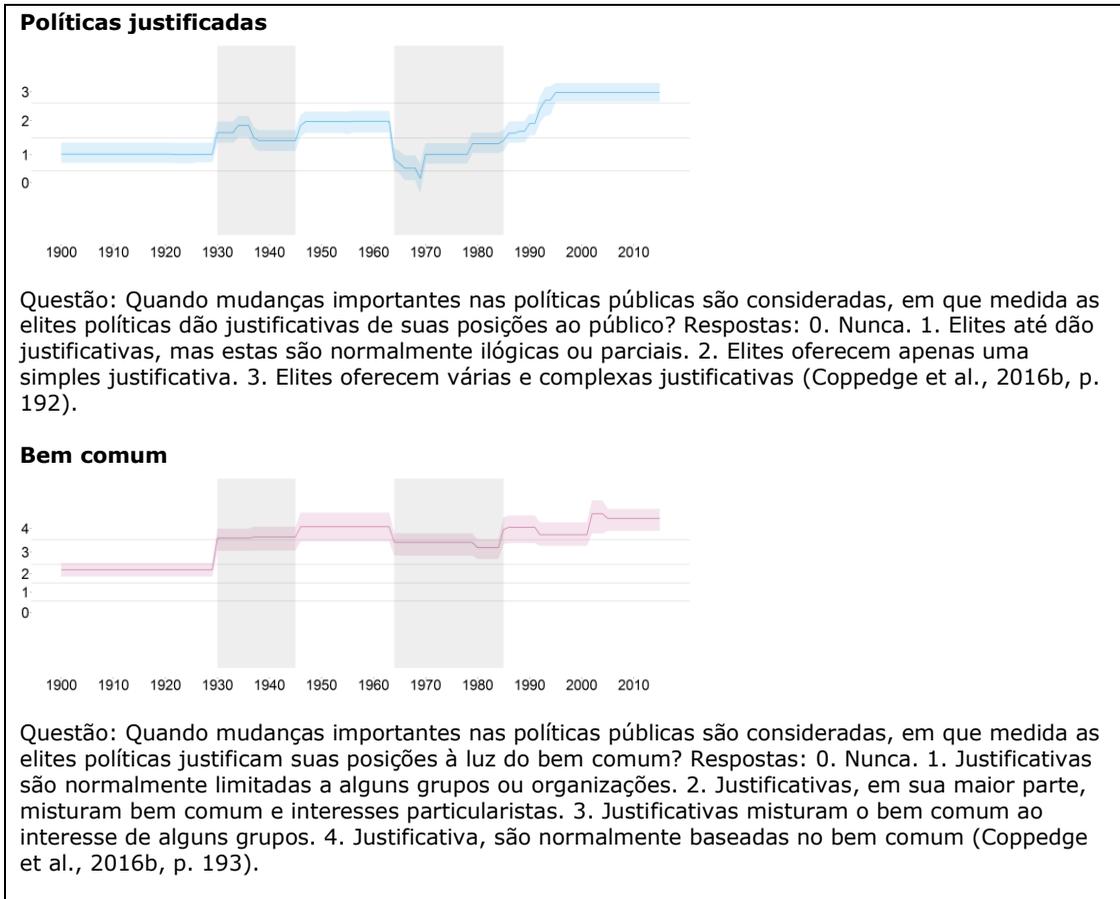
Comportamento semelhante é observado no índice que mede a garantia das liberdades individuais (Estado de Direito). O índice recua para valores associados com contextos menos democráticos nos períodos autoritários e melhora ao final de tais regimes. Tal índice acompanha também a tendência geral observada para a democracia brasileira: a cada nova experiência democrática o Brasil se tornou “mais democrático” que na experiência anterior.

Outro componente da democracia estudado é o deliberativo (Figura 8). Sua inspiração vem também de textos clássicos da literatura em teoria política, particularmente aqueles que assumem que a democracia se faz não apenas da agregação de interesses individuais, mas também da presença de um ambiente propício à deliberação anterior às decisões. Nesse sentido, o processo deliberativo é aquele no qual as discussões se orientam pelo “bem comum”, ao invés de respeitarem exclusivamente interesses individuais e paroquiais (Dryzek, 2010). De maneira semelhante ao componente liberal (Figura 7), o componente deliberativo sofre mudanças drásticas a cada mudança de regime no Brasil. Em contextos autoritários os valores desse índice decrescem substancialmente, e se recuperam de maneira igualmente forte após a redemocratização<sup>14</sup>. Nesse caso também, o período atual obtém os maiores valores da

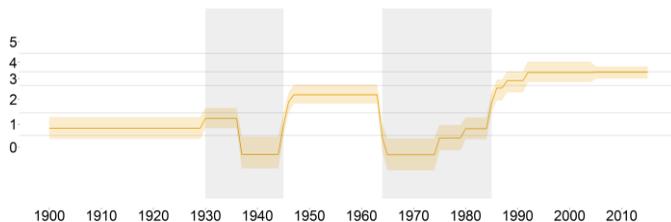
<sup>14</sup> É interessante notar, contudo, que os indicadores que compõem o componente deliberativo sofrem uma elevação após o fim da República Velha, decaindo apenas após o golpe do Estado Novo em 1937. Esse curto período de tempo (1930-1937) foi marcado por intensa mobilização e organização política, o que elevou os valores observados.

história política brasileira desde 1900, reforçando a imagem positiva da democracia brasileira contemporânea oferecida pelos dados do V-Dem.

**Figura 8**  
**Evolução dos indicadores do componente deliberativo**

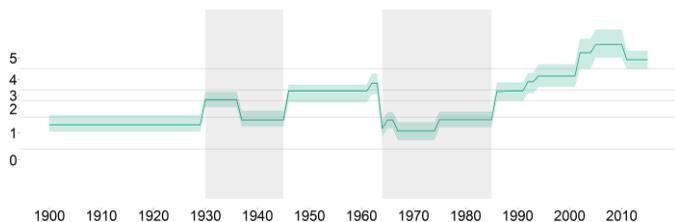


### Respeito ao contraditório



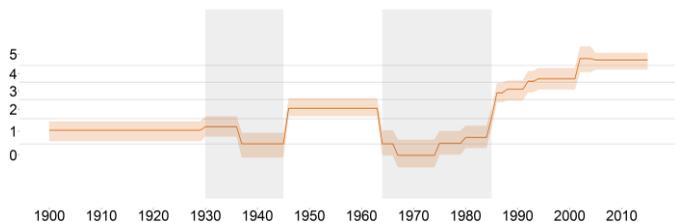
Questão: Quando mudanças importantes nas políticas públicas são consideradas, em que medida as elites políticas reconhecem e respeitam argumentos contrários? Respostas: 0. Não respeitam, e argumentos contrários são punidos. 1. Argumentos contrários são permitidos, mas ignorados. 2. Argumentos são permitidos, mas rejeitados publicamente pelas elites políticas. 3. Elites ouvem argumentos contrários, sem julgar seu valor. 4. Elites ouvem e valorizam argumentos contrários, ainda que não os adotem. 5. Elites ouvem, valorizam, e adotam as posições contrárias às suas (Coppedge et al., 2016b, p. 192).

### Alcance da consulta



Questão: Quando mudanças importantes nas políticas públicas são consideradas, quão amplo é o alcance da consulta sobre as mudanças no nível das elites? Respostas: 0. Não há consulta. 1. Consulta é mínima. Só o círculo de elites mais próximo do governante. 2. Consulta inclui um grupo amplo de seguidores do governante. 3. Consulta inclui aliados do governo e elites na oposição. 4. Consulta inclui aliados e oposição, inclusive alguns representantes de sindicatos. 5. Consulta inclui todas as elites (Coppedge et al., 2016b, p. 194).

### Participação



Questão: Quando mudanças importantes nas políticas públicas são consideradas, quão amplas e independentes são as deliberações públicas? 0. Deliberações públicas não são permitidas. 1. Alguma deliberação é permitida, mas o público em geral é alheio às discussões. 2. Deliberação existe e é incentivada, mas apenas um pequeno grupo participa. 3. Deliberação existe e é incentivada, um grupo relativamente amplo participa, mas de maneira diferenciada de acordo com o tema. 4. Deliberação de base é comum e constante. O público debate as questões públicas em múltiplos espaços (Coppedge et al., 2016b, p. 195).

Analisando esse índice de maneira semelhante ao anterior – observando dados para os indicadores individuais nos quais o Brasil se sai historicamente melhor e pior

(Figura 8) – duas importantes dimensões das características dos regimes brasileiros se destacam. Por um lado, o indicador que descreve em que medida a deliberação esteve voltada para o bem comum tem sempre apresentado resultados elevados, tendo historicamente se posicionado muito próximo da categoria máxima – atingindo-a na democracia contemporânea. Os recuos durante os contextos autoritários não foram tão drásticos quanto os observados em outros indicadores. Tal comportamento não é inesperado: diferentemente de regimes personalistas e cleptocráticos que tendem a registrar valores bastante baixos nessa medida, os governos autoritários brasileiros foram fortemente associados com a atuação da burocracia estatal e suas ideias de promoção do desenvolvimento nacional, algo mais próximo da noção de bem comum que aquela que se observa em regimes autoritários de outros tipos. Os indicadores nos quais os resultados brasileiros se saem pior dentre aqueles que compõem o componente deliberativo são os que medem o respeito geral pelo contraditório e a intensidade da participação popular no processo decisório. Novamente, não é surpresa que em um país que tenha experimentado regimes autoritários tais indicadores apresentem consistentemente resultados ruins, dado que esses indicadores tendem a sofrer mais quando da restrição das liberdades individuais e do insulamento dos formuladores da política pública das pressões populares, geralmente canalizadas por lideranças políticas eleitas. No período atual, contudo, esse indicador obtém valores dentro da categoria máxima.

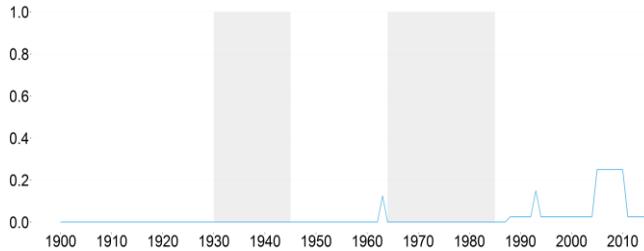
O terceiro componente selecionado para discussão é o componente participativo (Figura 9). Discussões sobre esse componente da democracia estão normalmente orientadas por referenciais teóricos que tomam a participação eleitoral como insuficiente para a plena realização da democracia. Buscando expandir o princípio de delegação de autoridade que embasa o governo representativo, proponentes de formas mais participativas de democracia enfatizam a participação direta de cidadãos e de grupos organizados (sociedade civil) nos processos políticos, sejam eles eleitorais ou não eleitorais (Macpherson, 1977; Pateman, 1970). A análise da evolução histórica mostra como também nesse componente estão capturadas as dinâmicas dos regimes políticos brasileiros, com uma sucessão de altos e baixos simultânea às mudanças entre democracia e autoritarismo, ainda que em menor intensidade que os dois índices discutidos anteriormente. Retomando a Figura 6, percebe-se como, em comparação com os demais componentes e com o índice de democracia eleitoral, a democracia brasileira historicamente “fica devendo” em termos de seu componente participativo. Enquanto nos demais componentes/índices os resultados contemporâneos encontram-se na categoria máxima nos dados do V-Dem ou se aproximam dela, o desempenho do índice que mede o componente participativo apresenta-se apenas como intermediário<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> É importante notar, contudo, que são muito poucos os casos de países que obtêm resultados elevados nessa categoria. O predomínio do “governo representativo” sobre formas diretas de participação é um traço comum dos regimes políticos nos séculos XX e XXI, o que tende a minimizar o impacto de formas participativas de democracia.

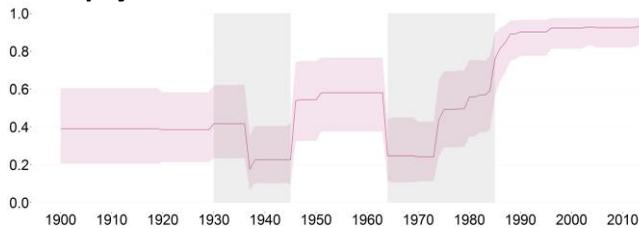
**Figura 9**  
**Evolução dos índices do componente participativo**

#### Democracia direta



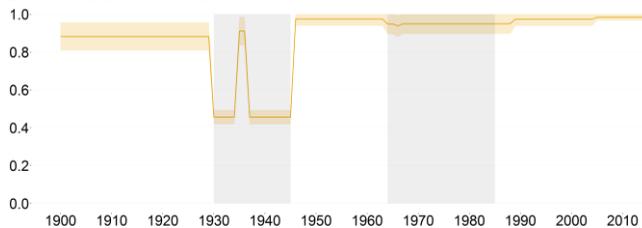
Questão: Em que medida o voto popular direto é utilizado? Esclarecimento: Voto popular direto refere-se a um processo institucionalizado pelo qual cidadãos registram suas opiniões sobre um determinado assunto através do voto (Coppedge et al., 2016b, p. 57).

#### Participação da sociedade civil



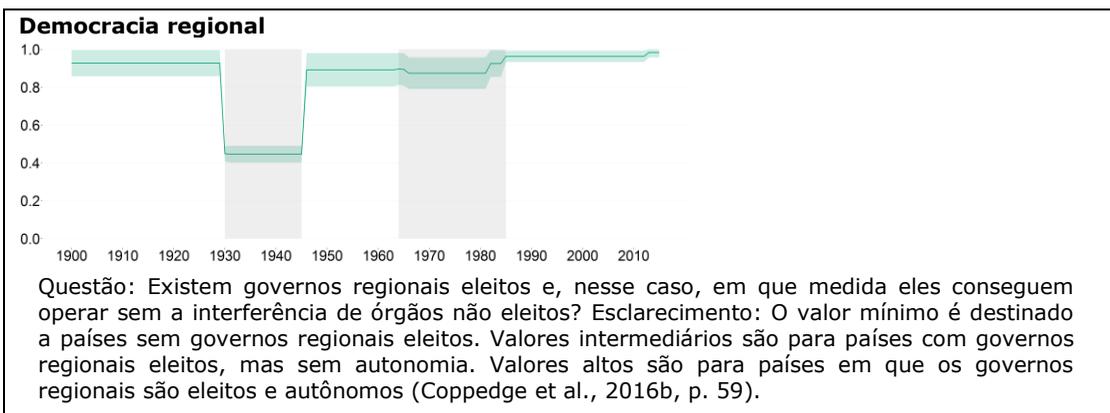
Questão: As organizações da sociedade civil são rotineiramente consultadas pelos elaboradores de políticas públicas? Qual o grau de envolvimento do povo nas organizações da sociedade civil? São as mulheres proibidas de participar dessas organizações? São os candidatos escolhidos de forma centralizada ou descentralizada? (Coppedge et al., 2016b, 56-57).

#### Democracia local



Questão: Existem governos locais eleitos e, nesse caso, em que medida eles conseguem operar sem a interferência de órgãos não eleitos? Esclarecimento: O valor mínimo é destinado a países sem governos locais eleitos. Valores intermediários são para países com governos locais eleitos, mas sem autonomia. Valores altos são para países em que os governos locais são eleitos e autônomos (Coppedge et al., 2016b, p. 58).





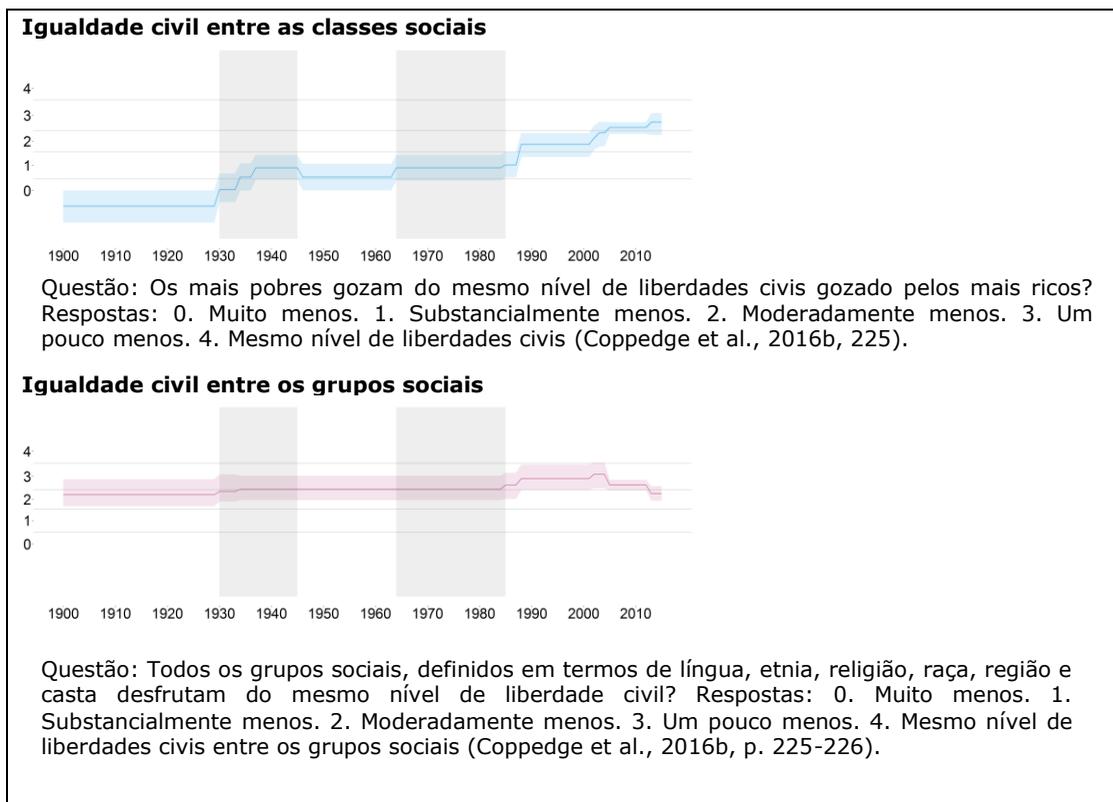
É interessante notar ainda dois importantes pontos que tocam nesse componente participativo (Figura 9). O primeiro é que, a despeito das experiências bem-sucedidas de participação no nível local que marcam alguns contextos brasileiros, essas experiências participativas ainda não se espalharam no território nem ascenderam à estrutura federativa brasileira ao ponto de produzir um incremento substantivo do componente participativo da democracia brasileira. Uma evidência importante nesse sentido é o fato de que é justamente durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que o índice alcança seus maiores valores, recuando para valores semelhantes aos observados anteriormente durante o governo de Dilma Rousseff. Nós interpretamos que essa mudança seja uma expressão da importante experiência que as Conferências Nacionais – mecanismos federais de participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas (Avritzer, 2012) – tiveram para o componente participativo durante aquele período. A suspensão da experiência das Conferências a partir de 2011 pode ser a explicação para o recuo observado ao fim do governo Lula.

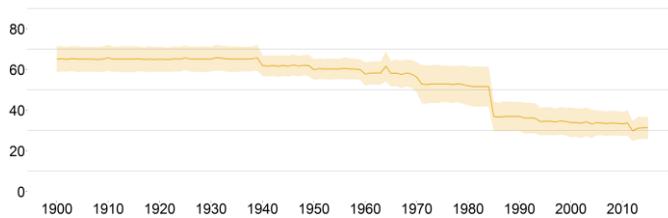
O último dos componentes que apresentam novas dimensões da democracia brasileira aqui analisado é o igualitário. Mais do que preocupar-se com regras e procedimentos, o componente igualitário da democracia enfoca em que medida a distribuição de poder político se dá de forma igualitária, e em que medida a igualdade em um sentido mais amplo entre os cidadãos é promovida. Tal perspectiva se ampara na interpretação de que a concessão de direitos políticos não é suficiente para a plena cidadania, assumindo que cidadãos diferentes (em termos de cor, religião, classe social) devem ter capacidade semelhante de ditar as políticas públicas e que, caso tal capacidade não esteja dada, cabe ao Estado promover políticas que garantam a dimensão igualitária da democracia (Dahl, 1982). Na evolução histórica desse índice (Figura 6) é interessante notar como há pouca variação no período 1930-1988. Após um primeiro incremento ao final da República Velha, o índice que mede o componente igualitário brasileiro permaneceu com valores intermediários durante quase 60 anos – com um pequeno aumento no período que antecede o golpe militar, durante o governo de João Goulart –, só avançando substancialmente após a mais recente

redemocratização. Ainda assim, os valores desse índice não atingiram a categoria máxima, sugerindo que na percepção dos codificadores do V-Dem ainda permanecem limites importantes no que tange à promoção do componente igualitário da democracia brasileira.

O componente igualitário é composto de dois subíndices (proteção igualitária e distribuição igualitária de recursos). Para facilitar a visualização, dividimos os indicadores que compõem os subíndices em três figuras (Figuras 10, 11 e 12), a primeira apresentando resultados dos indicadores que compõem o primeiro subíndice, e as duas seguintes apresentando resultados para os indicadores do segundo subíndice, divididos em políticas públicas associadas à distribuição de poder e indicadores de distribuição de poder propriamente ditos.

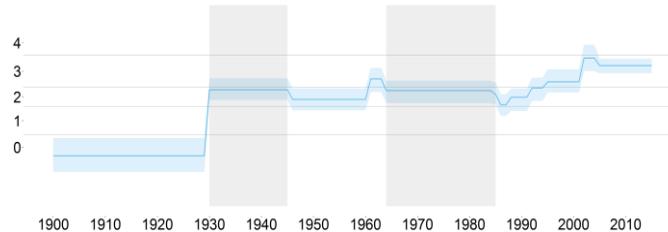
**Figura 10**  
**Evolução dos indicadores que compõem o índice de proteção igualitária**



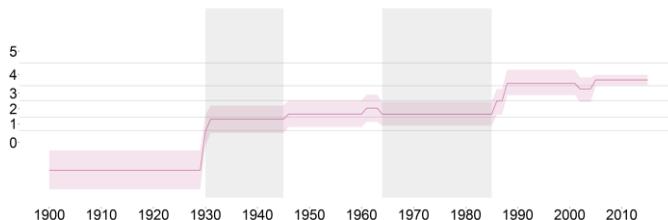
**População com menos liberdades civis**

Questão: Qual porcentagem da população total do país vive em áreas onde o respeito a suas liberdades civis pelos oficiais do governo é menor que a média nacional? (Coppedge et al., 2016b, p. 228).

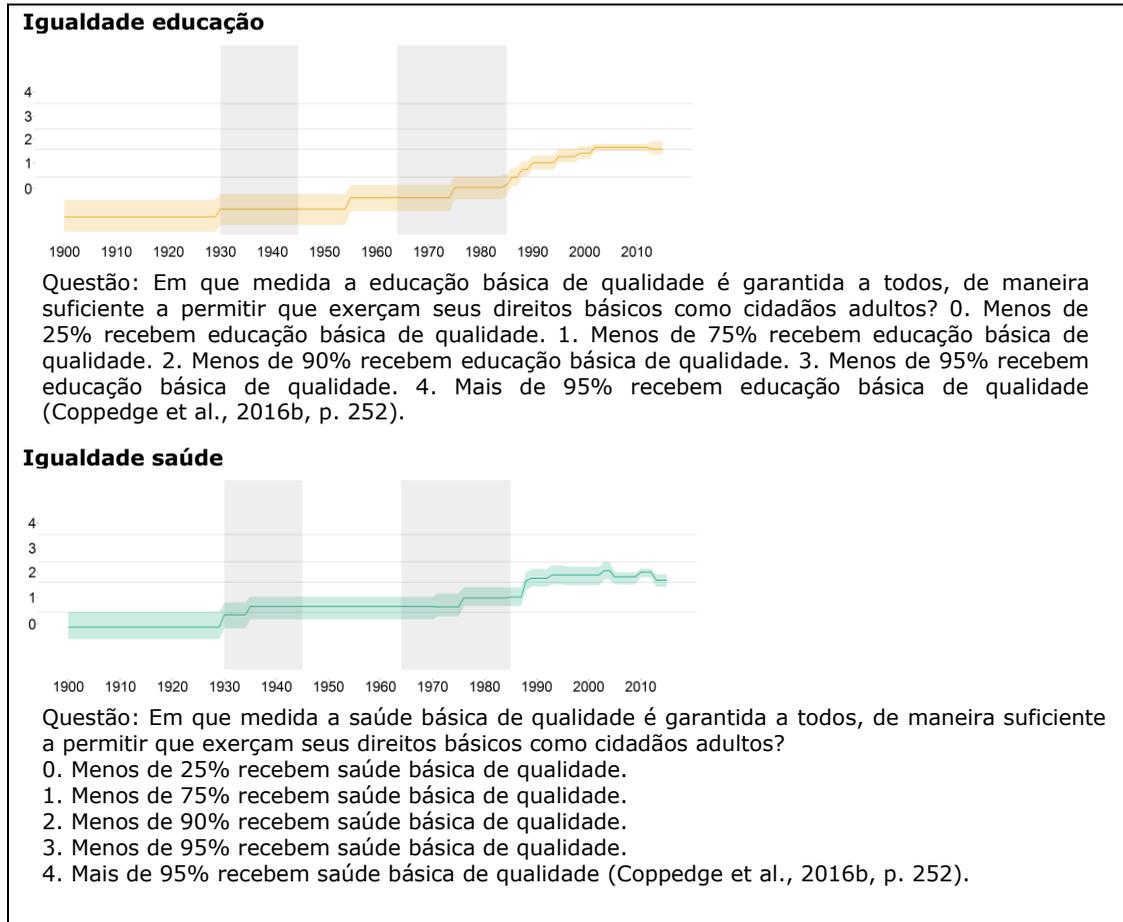
**Figura 11**  
**Evolução dos indicadores que compõem o**  
**índice de distribuição igualitária (políticas públicas)**

**Bens públicos x particularistas**

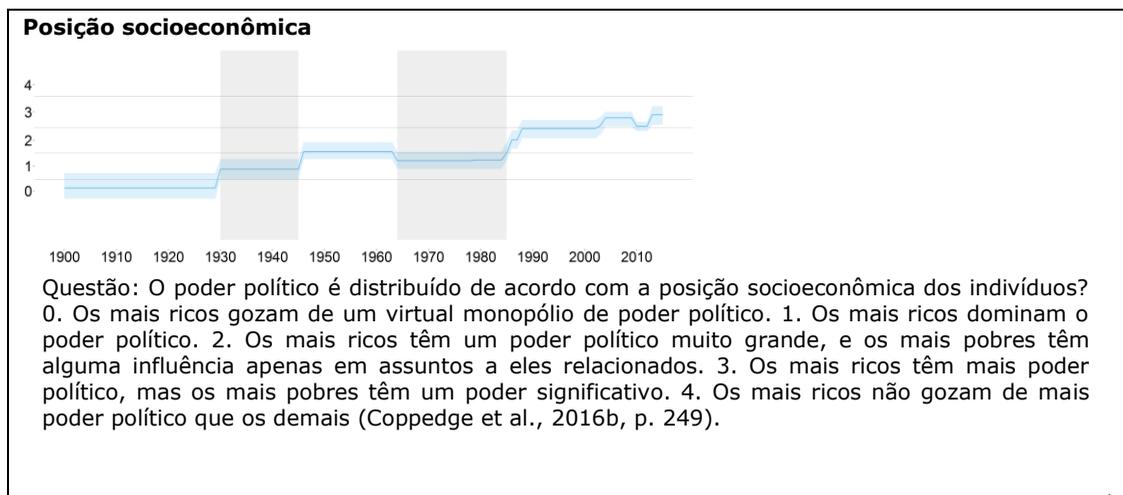
Questão: Considerando o perfil dos gastos sociais e com infraestrutura no orçamento nacional, quão "particularistas" são os gastos? Respostas: 0. Quase todo o gasto é particularista. 1. A maior parte é particularista, mas uma parte significativa é gasta com bens públicos. 2. Gastos são divididos entre particularistas e bens públicos. 3. A maior parte do gasto é em bens públicos, mas uma parte significativa é gasta com bens particularistas. 4. Quase todo o gasto é com bens públicos (Coppedge et al., 2016b, p. 195-196).

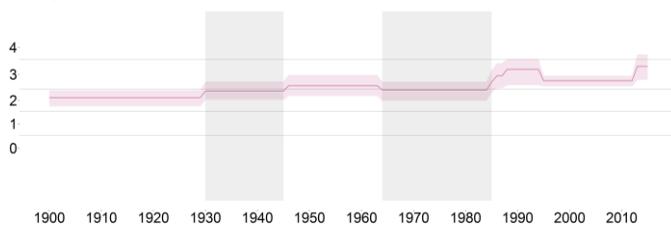
**Políticas focalizadas x universalistas**

Questão: Quantos dos programas sociais são focalizados e quantos são universalistas? 0. Não há programas sociais estatais. 1. Quase todos os programas sociais são focalizados. 2. A maior parte dos programas é focalizada, mas uma parcela significativa é universal. 3. Os programas sociais são divididos em focalizados e universalistas. 4. A maior parte dos programas é universal, mas uma parcela significativa é focalizada. Quase todos os programas sociais são universalistas (Coppedge et al., 2016b, p. 196-197).

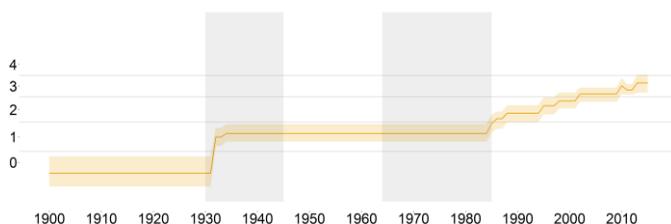


**Figura 12**  
**Evolução dos indicadores que compõem o**  
**índice de distribuição igualitária (distribuição de poder)**



**Grupo social**

Questão: O poder político é distribuído de acordo com o grupo social dos indivíduos? 0. Uma minoria detém o monopólio institucionalizado do poder político. 1. Algumas minorias detêm o monopólio institucionalizado do poder político. 2. Vários grupos detêm o monopólio institucionalizado do poder político. 3. Todos os grupos têm algum poder, mas alguns têm mais poder que outros; ou o monopólio não é institucionalizado. 4. Todos os grupos têm poder ou grupos sociais não são relevantes para a distribuição de poder político (Coppedge et al., 2016b, p. 250).

**Gênero**

Questão: É o poder político distribuído de acordo com o gênero dos indivíduos? 0. Homens têm o monopólio do poder político. 1. Homens têm um poder dominante sobre a política, e mulheres têm um poder apenas marginal. 2. Homens têm muito mais poder que mulheres, mas mulheres têm influência em algumas áreas. 3. Homens têm mais poder que as mulheres. 4. Homens e mulheres têm poder igual (Coppedge et al., 2016b, p. 250).

Novamente explorando os indicadores em que a democracia brasileira se sai melhor e pior, observamos que os resultados mais baixos dentre os indicadores que compõem o componente igualitário da democracia são os da medida de igualdade no acesso à educação e à saúde. Especificamente, essas questões perguntavam em que medida a população obtinha uma educação/saúde de qualidade suficiente para garantir a sua plena participação como um cidadão na democracia. Durante a maior parte do século XX os resultados para o Brasil estiveram concentrados na categoria mínima – na qual se lê que a desigualdade é “extrema”, com mais de 75% da população recebendo educação e saúde de baixa qualidade. Esses resultados começam a melhorar nos anos 1990, acompanhando os esforços de reorganização da educação pública brasileira e a universalização do acesso ao ensino fundamental (Lima, 2011), e a criação e consolidação do Sistema Único de Saúde. Nos últimos anos os resultados encontram-se na categoria 2, na qual ainda persistem desigualdades educacionais e de saúde, porém de maneira mais limitada, atingindo apenas de 10% a 25% dos brasileiros.

A democracia brasileira se sai melhor no indicador que mede a orientação “pública” dos investimentos estatais em oposição a investimentos orientados para bens particularistas (Figura 11), ainda que os resultados apontem a percepção de que uma parte substantiva dos recursos públicos esteja orientada para os últimos. Com o advento do Estado nacional propriamente dito após o fim da Primeira República e o período sob Vargas, houve um primeiro incremento nos resultados do índice, passando da categoria que apontava o predomínio da orientação particularista para uma orientação mais equilibrada entre bens públicos e particulares. Recentemente (desde meados dos anos 1990) o indicador tomou uma orientação ascendente, tendo cruzado a fronteira para a categoria 3 nos anos 2000, o que representa a avaliação de que agora predomina a orientação pública da infraestrutura e dos investimentos públicos, ainda que orientações particularistas ainda sejam observadas em alguns casos.

Os demais indicadores incluídos no componente igualitário e desagregados na Figura 12 demonstram o importante papel que a Constituição de 1988 teve para a promoção e a consolidação dos direitos e instituições associados com a igualdade no Brasil. Mudanças substantivas só são observadas a partir do final da década de 1980, confirmando a contribuição da “Constituição cidadã” para a promoção e a garantia de direitos sociais no Brasil redemocratizado.

Em suma, a análise de outros componentes da democracia brasileira aponta, por um lado, para uma avaliação semelhante àquela observada com o índice de democracia eleitoral. A história brasileira segue uma espiral, com recuos autoritários seguidos de avanços democráticos – em relação tanto ao período autoritário quanto à experiência democrática anterior. De maneira semelhante, eles demonstram que o período democrático contemporâneo é o momento da história do Brasil em que se encontram os melhores resultados para todos os indicadores, evidenciando os importantes avanços do período atual. Por outro lado, quando vamos para além do índice de democracia eleitoral, no qual o Brasil obtém nota máxima, começa-se a perceber como, a despeito da estabilidade e da robustez do regime de competição eleitoral brasileiro, importantes limites ainda persistem para a democracia brasileira. Tais limites são observáveis principalmente nos componentes participativos e igualitários da democracia, sugerindo que a expansão dos direitos políticos e civis estabelecidos pela Constituição de 1988 avançou mais rapidamente que a expansão de outros direitos, representando um importante desafio para a democracia brasileira nos próximos anos.

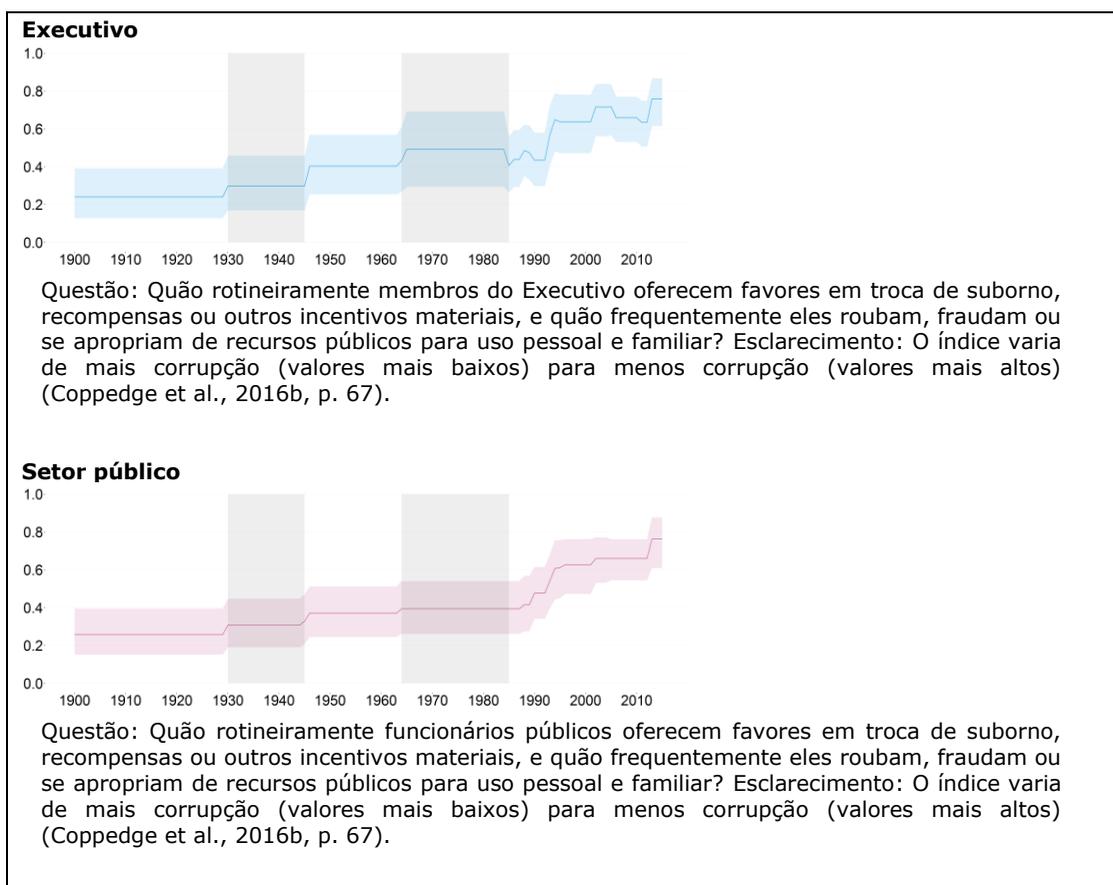
### **Dimensões adjacentes à democracia: corrupção e partidos políticos**

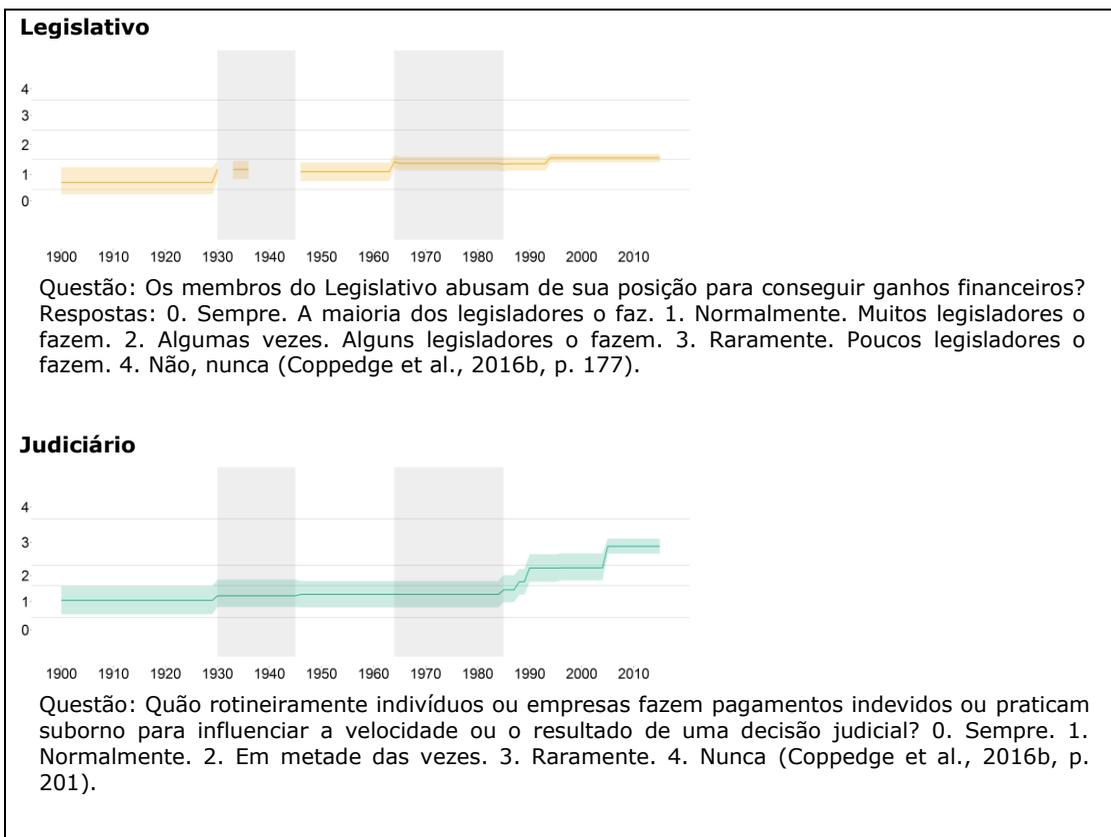
Um importante argumento na literatura internacional sustenta que a existência de práticas e instituições democráticas não é suficiente para a realização dos objetivos de desenvolvimento econômico e humano dos países (Norris, 2012). Seguindo uma tradição milenar na teoria política, autores enfatizam que o “bom governo” é tão ou até mesmo mais importante que a democracia para um país. Nós defendemos uma visão menos

radical, e assumimos que, para a plena realização dos princípios e das potencialidades da democracia, o bom governo é necessário – ainda que não suficiente.

Contemporaneamente, discussões sobre o bom governo se converteram em discussões sobre *governance*, especificamente entendida como a efetiva e eficaz aplicação dos recursos públicos e condução do governo. Uma de suas antíteses é a corrupção. Na primeira parte desta quarta seção nós analisamos uma série de indicadores que capturam a percepção dos codificadores do V-Dem sobre diferentes características associadas com a corrupção no Brasil.

**Figura 13**  
**Evolução dos índices e indicadores que compõem o índice de corrupção**



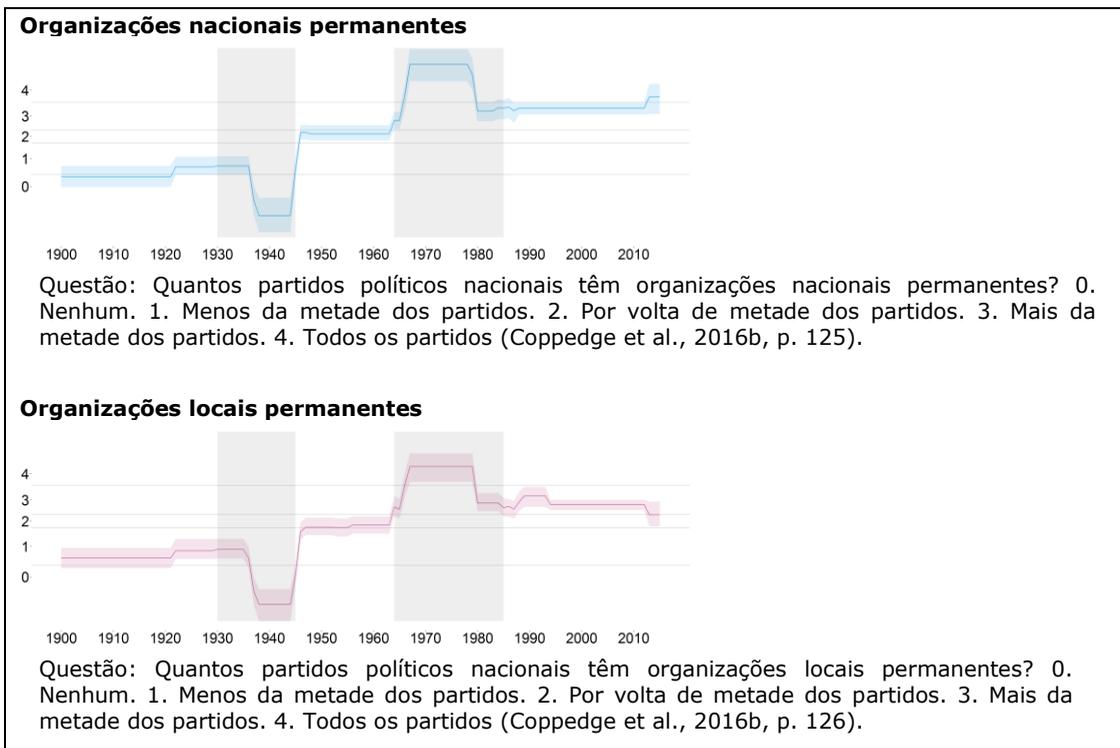


Na Figura 13 observa-se o comportamento dos dois índices e dos dois indicadores que são combinados para formar o índice de corrupção política do V-Dem. Tais índices e indicadores medem a corrupção nas múltiplas dimensões do Estado, a saber: na burocracia estatal, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. Um elemento que salta aos olhos na Figura 13 é o fato de que em praticamente todos os gráficos os resultados se concentram na parte inferior do gráfico na maior parte do tempo (lá permanecem no caso do indicador que mede a corrupção no Legislativo), mais próximos dos valores de pior desempenho que do seu oposto. Assim como nos demais gráficos apresentados, há uma importante melhora observada desde o fim dos anos 1980 e começo dos anos 1990, em linha com interpretações contemporâneas das instituições brasileiras que apontam importantes transformações nessa dimensão da vida política nacional, com o incremento do poder e da atuação efetiva das instituições de controle e a consequente diminuição da corrupção – ainda que esta permaneça elevada (Praça, 2011; Melo e Pereira, 2013).

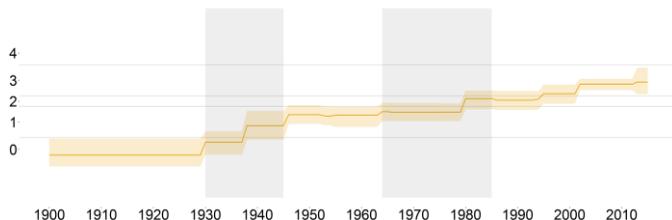
Outra dimensão adjacente da democracia brasileira medida pelo V-Dem é o sistema partidário e os partidos que o compõem. Em larga medida, a evolução recente do índice de institucionalização partidária (não mostrado) se alinha com as impressões

dos especialistas na área que têm apontado a institucionalização dos partidos e do sistema partidário brasileiro após um início turbulento no momento imediatamente posterior à redemocratização (Mainwaring, Power e Bizzarro, no prelo). Os resultados brasileiros para o período recente encontram-se bastante próximos à fronteira da categoria máxima.

**Figura 14**  
**Evolução dos indicadores que compõem o índice de institucionalização partidária**

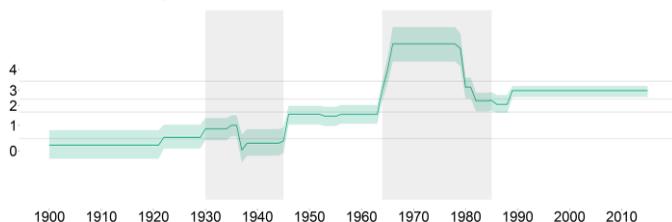


### Conexões programáticas



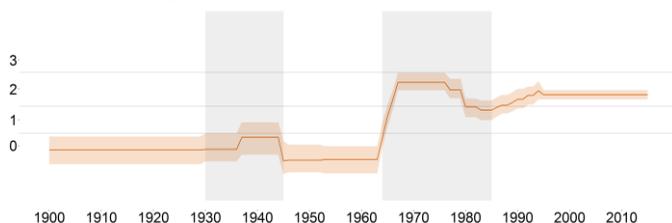
Questão: Entre os principais partidos, qual é a forma mais comum de ligação com os eleitores? 0. Clientelista. Eleitores são recompensados com bens, dinheiro e/ou empregos. 1. Mistura de clientelista e localista. 2. Localista. Eleitores são recompensados com bens coletivos locais, como poços, estradas. 3. Mistura de localista e programática. 4. Programática. Eleitores respondem à posição do partido sobre assuntos nacionais, seu programa e sua ideologia (Coppedge et al., 2016b, p. 126).

### Plataformas públicas e distintas



Questão: Quantos partidos políticos com representação no Legislativo nacional têm plataformas políticas disponíveis publicamente e que são distintas das demais? 0. Nenhum. 1. Menos da metade dos partidos. 2. Por volta de metade dos partidos. 3. Mais da metade dos partidos. 4. Todos os partidos (Coppedge et al., 2016b, p. 127).

### Coesão no Legislativo



Questão: É normal que membros do partido no Legislativo votem todos na mesma direção em leis importantes? 0. Não. Coesão partidária é muito baixa. 1. Raramente. Defecções são comuns. 2. Na maioria das vezes eles votam juntos. 3. Sim. Coesão partidária é muito alta (Coppedge et al., 2016b, p. 128).

Historicamente, os dados apontam que o momento de maior institucionalização partidária ocorreu sob a ditadura militar. Aqui uma explicação é importante. As questões sobre a força das organizações partidárias e sobre as dinâmicas de suas interações que compõem o indicador do V-Dem pedem aos codificadores que avaliem os partidos “em média”. No contexto do bipartidarismo brasileiro, no qual apenas Arena e MDB

competiam, essa média incorpora evidentemente uma variação muito menor nos indicadores que nos períodos multipartidários. Isso se torna evidente quando desagregamos o índice (Figura 14), e percebe-se que os indicadores que empurram o índice de institucionalização partidária para cima são aqueles mais sensíveis a essa medição ponderada dos partidos – como os que perguntam em que medida os partidos têm plataformas diferenciadas, em que medida os partidos penetram o território nacional de maneira homogênea ou têm organizações nacionais estabelecidas. Contudo, esse resultado não é apenas um artifício matemático. Como diversos autores demonstraram, Arena e MDB tinham forte penetração territorial e constituíram amplas e diferenciadas organizações partidárias, e, ainda que contassem com pouca influência efetiva nos rumos do Executivo, suas ações tinham importantes consequências para o funcionamento do Legislativo e da política municipal (Grinberg, 2009; Kerbauy, 2000; Kinzo, 1988).

Por fim, é interessante notar como o índice é também sensível às variações observadas nos períodos anteriores, com os resultados baixos observados durante a maior parte da Primeira República – quando partidos nacionais estavam ausentes (Chacon, 1981) –, o pequeno incremento que se segue à fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922 e depois da intensa mobilização política dos primeiros anos do governo Vargas, e finalmente a supressão dos partidos durante o Estado Novo, quando o indicador regride ao nível mínimo.

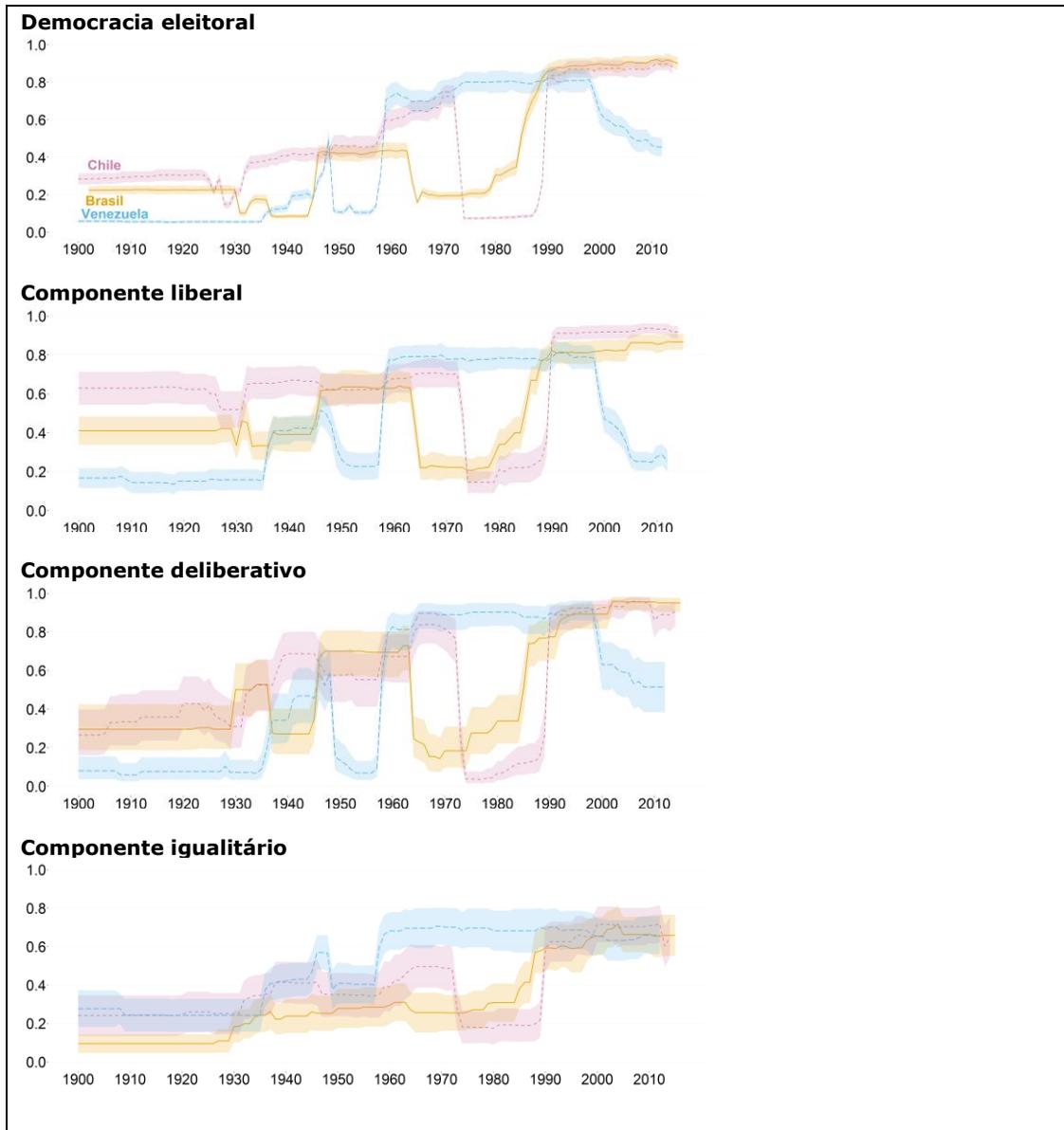
### **Um exercício comparativo: o Brasil e seus vizinhos**

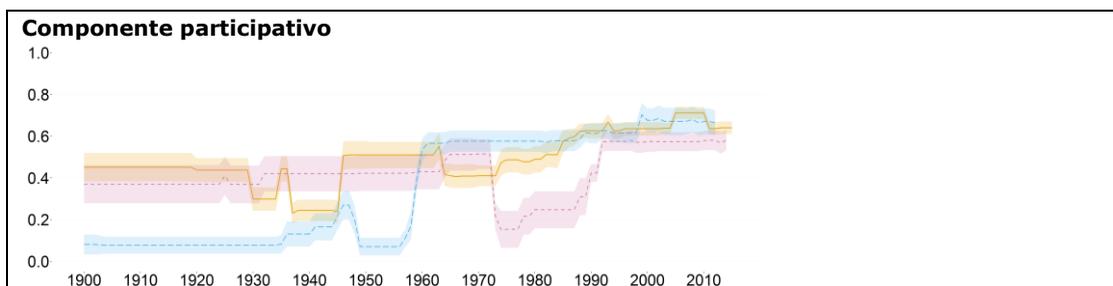
Um importante diferencial do V-Dem é a combinação de indicadores desagregados, criados a partir de regras transparentes e precisas, para quase duas centenas de países do mundo nos últimos 115 anos. Nas seções anteriores nós exploramos a desagregação e o alcance dos dados do projeto sobre o Brasil. Nesta seção realizamos um pequeno esforço comparativo, olhando os resultados obtidos pelo Brasil nas principais dimensões da democracia aqui discutidas (democracia eleitoral e componentes liberal, deliberativo, participativo e igualitário) à luz dos resultados obtidos para alguns dos seus vizinhos na América do Sul.

Dada a presença de regimes com importantes diferenças dentro do continente, nós selecionamos dois casos importantes para obter uma figura mais precisa da posição do Brasil em relação aos seus vizinhos. As linhas da Figura 15 comparam os dados para o Brasil com os da Venezuela e do Chile. Escolhemos esses dois países pois representam no continente duas situações diversas. Por um lado, a experiência chilena é apontada como bem-sucedida na restauração do regime democrático após o fim do autoritarismo do general Pinochet (Mainwaring e Pérez-Liñán, 2015). Por outro lado, a experiência venezuelana contrasta muito com a história do Cone Sul: a Venezuela não experimentou um recuo autoritário em meados do século XX como muitos dos seus vizinhos, nem observou uma melhora em seus indicadores no período recente, tendo na verdade

experimentado a ascensão de um regime de tipo "autoritarismo competitivo" desde 1998 (Levitsky e Way, 2010).

**Figura 15**  
Evolução do índice de democracia eleitoral e dos demais componentes da democracia no Brasil, no Chile e na Venezuela





Questões: Ver Figura 3 (Coppedge et al., 2016b, p. 44) e Figura 10 (Coppedge et al., 2016b, p. 47-50).

Na Figura 15 percebem-se as diferenças históricas e contemporâneas dos regimes. Por um lado, a deterioração dos indicadores de democracia na Venezuela mostrada no indicador de democracia eleitoral também é observável nos componentes liberal e deliberativo da democracia, ainda que esta não ocorra nos componentes igualitário e participativo, que mantêm resultados constantes desde o chamado “Pacto de Punto Fijo”, que estabeleceu as bases do regime venezuelano organizado em 1958 (Coppedge, 1997). Percebe-se, portanto, o alinhamento entre os dados do V-Dem e as interpretações correntes que apontam a ambiguidade do regime venezuelano desde 1998 (Mainwaring, 2012).

Brasil e Chile têm dinâmicas históricas semelhantes e pequenas diferenças contemporâneas. Os países experimentaram tendências semelhantes na sucessão de regimes autoritários e democráticos. Recentemente, a democracia chilena apresenta resultados mais elevados no componente liberal do regime, que mede as liberdades individuais e o império da lei, enquanto a democracia brasileira tem resultados mais elevados no componente participativo da democracia. Não há diferenças perceptíveis entre Brasil e Chile no que tange ao componente igualitário da democracia, assim como seus valores não se diferenciam dos valores observados para a Venezuela. Isso demonstra interessantes nuances das principais democracias do continente hoje em dia, algo impossível de observar com outras ferramentas de análise previamente existentes.

## Conclusão

Os dados aqui apresentados produzem uma figura complexa da realidade política brasileira histórica e contemporânea. A lógica em espiral dos regimes políticos brasileiros, traço marcante da trajetória política do Brasil (Cruz e Martins, 1983), encontra-se hoje em seu momento mais pujante. O índice que mede a democracia eleitoral no Brasil apresenta os melhores resultados da história, colocando o país dentro do grupo dos países mais democráticos do mundo nessa dimensão. A redemocratização do Brasil após 1985 provou-se substancial no que tange à dimensão eleitoral da democracia. Trinta

anos após o fim da ditadura militar, contestação e participação compõem o dia a dia da política brasileira.

Os dados aqui apresentados também reforçam a cautela com a qual muitos pesquisadores tendem a tratar o período da chamada Primeira República / República Velha. Os importantes limites à competição eleitoral, a ausência de diversos direitos e instituições que se mostraram fundamentais para a posterior consolidação da democracia no Brasil e as características da política oligárquica e regionalizada do período sugerem que o primeiro período democrático de fato no Brasil começou mesmo em 1945, sendo interrompido abruptamente em 1964 pelo golpe militar.

A consolidação da democracia eleitoral foi acompanhada de importantes avanços em outras dimensões do regime. Ainda que existam claros limites ao império da lei e à garantia das liberdades individuais, principalmente devido às desigualdades sociais, os índices apresentados que tratam desses assuntos mostram a substancial evolução histórica desses indicadores. O Estado brasileiro hoje respeita seus cidadãos e as leis mais que em qualquer outro momento de sua história e o rol de direitos individuais garantidos é abrangente. Ao mesmo tempo, o embate político transcorre dentro da normalidade democrática e as disputas são resolvidas, contidas e debatidas dentro dos mecanismos institucionais de deliberação política democrática.

Os avanços nos índices de democracia no Brasil a partir dos vários componentes propostos pelo V-Dem têm magnitude desigual contudo. Enquanto nos componentes eleitoral, deliberativo e liberal da democracia os indicadores para o Brasil observam valores elevados em perspectiva tanto histórica quanto comparada, o país ainda tem mais a avançar no que tange a outras dimensões do regime, sejam elas centrais ou adjacentes. Os gargalos para o desenvolvimento democrático no Brasil encontram-se principalmente no componente igualitário da democracia, que ainda apresenta importantes desigualdades sociais e econômicas com consequências políticas para o regime democrático, e no componente participativo. Embora experiências participativas recentes tenham sido implementadas, a dimensão participativa ainda se encontra limitada no Brasil.

Da mesma forma se apresentam os resultados para o índice que mede a corrupção no Brasil e a força do sistema partidário. Novamente observam-se importantes avanços históricos para os índices brasileiros que tratam desses temas, avanços que ainda não foram capazes de superar o déficit histórico que o país apresenta no combate à corrupção e na construção de um sistema partidário institucionalizado. O jornalismo contemporâneo brasileiro não desmente essa observação: os escândalos de corrupção envolvendo grande parte da classe política, tanto no Executivo quanto no Legislativo, e importantes setores da burocracia estatal demonstram que, a despeito dos avanços dos mecanismos de controle e da diminuição da corrupção apontada pela literatura, há ainda um longo caminho a percorrer nesse sentido para a democracia brasileira. Os impactos dos escândalos recentes no sistema partidário fornecem evidência semelhante, demonstrando que os partidos políticos não são capazes de garantir a própria

organização e atividade sem recorrer à corrupção, ao mesmo tempo em que não são capazes de garantir a manutenção de sua legitimidade e seu apoio junto à população.

Esse é, portanto, um cenário ambíguo, em que avanços importantes coexistem com práticas que limitam a qualidade da democracia no Brasil. Nós acreditamos que a compreensão de onde estão os limites contemporâneos ao regime democrático no Brasil pode ajudar no seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a análise comparativa permite explorar as experiências e dinâmicas internacionais, oferecendo alternativas importantes aos formuladores de políticas públicas sobre os alvos a serem atingidos. Os dados do V-Dem aqui apresentados dão conta dessas duas tarefas de maneira única no cenário internacional contemporâneo. Eles também oferecem importantes ferramentas a pesquisadores, professores e estudantes de todos os níveis para entender a história do Brasil em suas múltiplas faces. Esperamos que este artigo tenha demonstrado essas potencialidades.

*Fernando Bizzarro* – Harvard University. E-mail: <fbizzarroneto@g.harvard.edu>.  
*Michael Coppedge* – University of Notre Dame. E-mail: <coppedge.1@nd.edu>.

### Referências bibliográficas

- AVRITZER, L. "Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil." *IPEA: Textos para Discussão*, nº 1.739, maio 2012.
- CARONE, E. *A República Velha*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- \_\_\_\_\_. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- CHACON, V. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- COPPEDGE, M. *Strong parties and lame ducks: presidential partyarchy and factionalism in Venezuela*. Stanford: Stanford University Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Democratization and research methods*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- COPPEDGE, M., et al. "Conceptualizing and measuring democracy: a new approach". *Perspectives on Politics*, vol. 9, nº 2, p. 247-267, jun. 2011.
- COPPEDGE, M. et al. *Varieties of Democracy Dataset v6. Varieties of Democracy Project*. 2016a.
- \_\_\_\_\_. *Varieties of Democracy Codebook v6. Varieties of Democracy Project: Project Documentation Paper Series*, 2016b.
- \_\_\_\_\_. *Varieties of Democracy Methodology v6. Varieties of Democracy Project: Project Documentation Paper Series*, 2016c.
- CRUZ, S. V.; MARTINS, C. E. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (eds.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- DAHL, R. A. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.
- DAHL, R. A. *Dilemmas of pluralist democracy autonomy vs. control*. New Haven: Yale University Press, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- DRYZEK, J. S. *Foundations and frontiers of deliberative governance*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- GASPARI, E. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GRINBERG, L. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional, Arena (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Faperj, Mauad X, 2009.
- HELD, D. *Models of democracy*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- KERBAUY, M. T. M. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2000.
- KINZO, M. D. G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979*. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Idesp, 1988.
- \_\_\_\_\_. "A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, nº 4, p. 3-12, dez. 2001.
- LAMOUNIER, B. O "Brasil autoritário" revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. C. (ed.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEVITSKY, S.; WAY, L. *Competitive authoritarianism: hybrid regimes in the post-Cold War era*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- LIJPHART, A. *Patterns of democracy: government forms and performance in thirty-six countries*. New Haven: Yale University Press, 1999.
- LIMA, L. C. A. "Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas?". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 92, nº 231, p. 268-284, 2011.
- LIMONGI, F. "Eleições e democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a transição de 1945". *Dados*, vol. 55, nº 1, p. 37-69, 2012.
- LINZ, J. J.; STEPAN, A. C. *The breakdown of democratic regimes*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.
- MACPHERSON, C. B. *The life and times of liberal democracy*. Oxford: Oxford University Press, 1977.
- MAINWARING, S. "From representative democracy to participatory competitive authoritarianism: Hugo Chávez and Venezuelan politics". *Perspectives on Politics*, vol. 10, nº 4, p. 955-967, dez. 2012.
- MAINWARING, S.; PÉREZ-LIÑÁN, A. "Cross-currents in Latin America". *Journal of Democracy*, vol. 26, nº 1, p. 114-127, 2015.
- MAINWARING, S.; POWER, T.; BIZZARRO, F. Brazil: the uneven institutionalization of a party system. In: MAINWARING, S. (ed.). *Party system institutionalization, decay, and collapse*. Cambridge: Cambridge University Press, no prelo.

- MELO, M. A.; PEREIRA, C. *Making Brazil work: checking the president in a multiparty system*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.
- MILL, J. S. *Considerações sobre o governo representativo*. São Paulo: Ibrasa, 1964.
- MUNCK, G. L.; VERKUILEN, J. "Conceptualizing and measuring democracy: evaluating alternative indices". *Comparative Political Studies*, vol. 35, nº 1, p. 5-34, 1 fev. 2002.
- NICOLAU, J. M. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- NORRIS, P. *Making democratic governance work: how regimes shape prosperity, welfare, and peace*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.
- PATEMAN, C. *Participation and democratic theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- PEMSTEIN, D.; TZELGOV, E.; WANG, Y.-T. *Evaluating and improving item response theory models for cross-national expert surveys*. Varieties of Democracy Institute: Working Paper Series, 2015.
- PORTO, W. C. *O voto no Brasil: da colônia à 6ª República*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- PRAÇA, S. "Corrupção e reforma institucional no Brasil, 1988-2008". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 1, p. 137-162, jun. 2011.
- RICCI, P.; ZULINI, J. P. "'Beheading', rule manipulation and fraud: the approval of election results in Brazil, 1894-1930". *Journal of Latin American Studies*, vol. 44, nº 3, p. 495-521, ago. 2012.
- \_\_\_\_\_. "Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República". *Dados*, vol. 57, nº 2, p. 443-479, jun. 2014.
- ROCHA, A. S. "Genealogia da Constituinte: do autoritarismo à democratização". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 88, p. 29-87, jan. 2013.
- SANTOS, W. G. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy*. London: Routledge, 2013.
- SKIDMORE, T. E. *Brasil de Getúlio Vargas a Castelo Branco – 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- SOARES, G. A. D. *Sociedade e política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- SOLA, L. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTTA, C. G. (ed.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p. 162-226, 1968.
- SOUZA, M. C. C. C. O processo político partidário na República Velha. In: MOTTA, C. G. (ed.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p. 162-226, 1968.
- TEORELL, J., et al. "Measuring high level democratic principles using the V-Dem data". *International Political Science Review*, vol. 37, nº 5, 2016.
- TRIER, S.; JACKMAN, S. "Democracy as a latent variable". *American Journal of Political Science*, vol. 52, nº 1, p. 201-217, 2008.

## **Resumo**

### *Varieties da Democracia no Brasil*

Neste artigo apresentamos resultados coletados pelo projeto Varieties da Democracia para o Brasil. Descrevemos a evolução histórica da democracia brasileira entre 1900 e 2015 enfocando seus cinco principais componentes (eleitoral, liberal, participativo, deliberativo e igualitário) e duas dimensões adjacentes ao regime (corrupção e partidos políticos). Por fim, nós comparamos os dados para o Brasil com resultados obtidos para outros países da América do Sul. A análise dos dados aponta: a. a existência de uma trajetória "em espiral" dos regimes políticos no Brasil, na qual novas experiências democráticas tendem a superar experiências anteriores em todos os quesitos; b. os avanços e limites da experiência democrática contemporânea em que se combinam bons resultados nos indicadores eleitoral, liberal e deliberativo da democracia, e resultados menos elevados nos componentes igualitário e participativo do regime, bem como em suas dimensões adjacentes.

*Palavras-chave:* democracia; Brasil; democracia eleitoral; corrupção; partidos políticos

## **Abstract**

### *Varieties of Democracy in Brazil*

In this article, we present results for Brazil collected by the Varieties of Democracy project. We describe the historical evolution of democracy in Brazil from 1900 to 2012, focusing on its five main components (electoral, liberal, participatory, deliberative, and egalitarian), and on two adjacent dimensions of the regime (corruption and political parties). Lastly, we compare the data for Brazil with similar results for other South American countries. The results suggest that: a. a "spiral" trajectory has characterized Brazilian political regimes, so that new democratic experiences have always been more democratic in all dimensions than previous ones; b. the contemporary democratic experience combines positive results obtained in the electoral, liberal, and deliberative components of democracy, with less positive results observed in the egalitarian and participatory components of democracy, as well as in its adjacent dimensions.

*Keywords:* democracy; Brazil; electoral democracy; corruption; political parties

## **Resumen**

### *Varieties de la Democracia en Brasil*

En este artículo se presentan los resultados recogidos por el proyecto Varieties de Democracia para Brasil. Se describe la evolución histórica de la democracia brasileña entre 1900 y 2015, centrándose en cinco componentes principales (electoral, liberal, participativo, deliberativo e igualitario) y dos dimensiones adyacentes al régimen (corrupción y partidos políticos). Por último, se comparan los datos de Brasil con los resultados obtenidos para otros países de América del Sur. Los resultados sugieren: a. la existencia de una trayectoria "espiral" de los regímenes políticos en Brasil, donde las nuevas experiencias democráticas tienden a superar a la experiencia previa en todos los aspectos; b. los avances y límites de la experiencia democrática contemporánea que combina buenos resultados en los componentes electoral, liberal y deliberativo, con peores resultados en los componentes igualitario y participativo del sistema, así como en sus dimensiones adyacentes.

*Palabras clave:* democracia; Brasil; democracia eleitoral; corrupción; partidos políticos

**Résumé***Variétés de la Démocratie au Brésil*

Dans cet article, nous présentons les résultats recueillis par le projet Variétés de la Démocratie pour le Brésil. Nous décrivons l'évolution historique de la démocratie au Brésil de 1900 à 2015, en nous concentrant sur ses cinq composantes principales (électorale, libérale, participative, délibérative, et égalitaire), et sur deux dimensions adjacentes du régime (la corruption et les partis politiques). Finalement, nous comparons les données pour le Brésil avec des résultats similaires pour les autres pays d'Amérique du Sud. Les résultats suggèrent: a. qu'une trajectoire «en spirale» a caractérisé les régimes politiques brésiliens, dans laquelle de nouvelles expériences démocratiques dépassent les expériences précédentes, dans toutes leurs dimensions; b. que l'expérience démocratique contemporaine combine des résultats positifs obtenus dans les composantes électorale, libérale, et délibérative de la démocratie, avec des résultats moins positifs observés dans les composantes égalitaire et participative de la démocratie, ainsi que dans ses dimensions adjacentes.

*Mots-clés:* démocratie; Brésil; démocratie électorale; corruption; partis politiques

Artigo submetido à publicação em novembro de 2015.

Versão final aprovada em fevereiro de 2017.

# Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest

---

Leonardo Avritzer

---

## Introduction

Democracy has had historically different patterns of collective action (Tilly, 1986, 2007; Tarrow, 1996). Repertoires of collective action are a routine of processes of negotiation and struggle between the state and social actors (Tilly, 1986, p. 4). Each political era has a repertoire of collective action or protest that is related to many variables, among them the form of organization of the state; the form of organization of production; and the technological means available to social actors. Early eighteenth-century France experienced roadblocks as a major form of collective action (Tilly, 1986). Late nineteenth-century France had already seen the development of other repertoires, such as the city mobilization that became famous in Paris and led to the re-organization of the city's urban spaces (Tarrow, 1996, p. 138-139).

At the same time that the French blocked roads and occupied cities, the Americans used associations and large demonstrations (Skocpol, 2001; Verba et al., 1994) to voice claims concerning the state. Particularly, in the twentieth century, the post-war movements engaged in the extensive use of demonstration and diffusion through technology for mobilization (Tarrow, 1996, p. 143). Thus, different societies in different contexts use associations and large demonstrations to mobilize for inclusion in the state. In the case of the United States, large demonstrations targeted electronic media, radio, and television outlets during the 60s and 70s, betting that the media could play the role of increasing the impact of the demonstrations. In spite of large changes in the role of the media and the emergence of new electronic media and social networks such as Facebook and Twitter, the present work will argue that a similar configuration is taking place in Brazil.

Brazil has a very singular relation *via-à-vis* repertoires of collective action in Europe. The country has seen popular rebellions throughout the twentieth century—instances of revolt that ultimately failed to generate a democratic culture (Sevcenko, 1984). Important changes in the pattern of collective action took place during Brazil's democratization (Santos, 1993). The first important change was a rise and a change in the pattern of joining voluntary associations (Avritzer, 2000; Lavallo, 2011). There has been an increase not only in the number of people who joined such associations but also in the different types of associations that started to have more centrality in Brazil's political life, such as neighborhood associations or associations linked to the Catholic church. These associations were incorporated in hybrid forms of state and society

interaction that are now called “institutional participation.” This paper will show that because participation in associations that engaged in public activities was considered strong, the literature tended to downplay the role of more conservative private associations. I analyze here the recent change in the pattern of mobilization in Brazil and show that said change is strongly tied to changes in the pattern of association. Until 2013, Brazil diverted from the North American pattern of association, a pattern that shows a clear hegemony of middle-class actors at different venues for participation (Verba et al., 1995). Only after this change have we seen a “normalization” of the pattern of participation in the country. In the paper, I will first explain this process of change in pattern of association and later try to analyze the effect of these changes on the June 2013 demonstration. These demonstrations still demand an explanation. I will show that there are two available explanations for the June 2013 demonstrations: an external line of explanation based on the willingness of members of charities, clubs, and professional associations to go public; a second explanation points to the inability of the movement that initially called the demonstrations the Free Pass Movement (MPL) to politicize it. I will synthesize these two explanations in order to provide a broader one that takes into account changes in pattern of association and collective action.

### **Institutional participation as a repertoire of collective action**

Brazil has experienced changes over the last 30 years that have significantly altered the political and social organization of the country. First, democracy was re-established in 1985 and the Constitution followed in 1988. The Constitution introduced two important changes for Brazil: the first concerns the system of political representation. The post-1988 system of political representation in Brazil maintains the wide prerogatives of the President and incorporates them into a system of inter-party negotiations within the National Congress. Discipline, in terms of political support for the President, is achieved through a system of institutionalization of give-and-take politics. Although this system has a high rate of success of presidential initiatives—close to that of the British parliamentary system (Limongi, 2006, p. 6)—most of the resources involved in MP’s amendments or political indications are spent irrationally and have led to corruption among the governing coalition (Ames, 2002, p. 22-23). In this sense, the system of representation has experienced both innovation and fragmentation, simultaneously allowing governance in terms of the approval of executive branch proposals in Congress and generating un-governability in terms of the wide rejection of these practices by public opinion that has increased dramatically since 2013.

The second change to follow the Constitution was a dramatic increase in participation. Due to regulations outlined within the Constitution, during the 1990s, more than 10,000 local councils were created in Brazil spanning the areas of health, social assistance, and urban planning. Outlined within the Constitution chapter regarding social assistance were the *Lei Orgânica da Saúde* (LOS), *Lei Orgânica da Assistência Social*

(LOAS), and the Statute of the City of 2000. The focus of these regulations is to introduce new participatory mechanisms and participatory institutions at both the local and national level. These councils are hybrid participatory formats in which civil society associations elect, or otherwise, choose members of their constituencies to participate. In policy councils, civil society actors share decision-making with state actors within a common decision-making framework. Today in Brazil, there are close to 5,000 health councils, 5,000 social assistance councils, and 1,000 participatory city master plans (Avritzer, 2009, p. 116).

Social participation in Brazil after 1988 is both an institutional policy and a repertoire of collective action. As an institutional policy, it incorporates social actors in decision-making processes in areas as important as health and social protection. As a repertoire of collective action, institutional participation integrates into decision-making processes new actors who join neighborhood associations and associations linked to health issues or to education, among others (Avritzer, 2002; Baiocchi, 2005; Wampler, 2007; Avritzer, 2009; Wampler, 2015). This has generated a long process of inclusion and reduction of inequalities in Brazil, changing a previous pattern of exclusion of the poor by the political system that prevailed until 1985.

The inauguration of Luiz Inácio Lula da Silva as president of Brazil in January 2003 is a second moment that greatly influenced the nature of social participation in the country. Brazil has two main institutions that help the president in his/her relation with the political system. The first, "Casa Civil," is the equivalent to the chief of staff, and the second, is the general secretary of the presidency that until 2002 had attributions linked to the specific needs of MPs (most of them linked to pork politics). During Lula's first day in office, he altered the role of the general secretary by assigning to the secretary the duty of coordinating relations with civil society actors (Brazil, law decree 4570). In addition, many new national councils were introduced in areas of both social and public policy. In fact, the number of national councils increased from 15 to 31 councils during Lula's first term in office.

More significantly, however, it was through national conferences that social participation acquired a new role in the federal government in Brazil. National conferences are large public meetings between state and civil society representatives that make proposals for the implementation of specific public policies. National conferences have taken place in Brazil since the 40s when President Getúlio Vargas carried out the first national conference on health. Between 2003 and 2010, the federal government organized 74 national conferences. Twenty-three new conferences were organized between 2011 and 2012. These conferences played the role of connecting civil society with the government, offsetting the lack of legitimacy of the political system in the eyes of civil society. Again, it is possible to argue that, just as at the local level, changes in the pattern of collective action impact the state and democracy at the national level. New venues for social inclusion were opened at the state level with the participation of social actors. This drive has generated a decrease in inequality.

Since 2013, Brazil has been experiencing changes in both levels of participation and levels of representation. As regards representation, the strengthening of conservative forces in Congress is taking place because of a huge increase in private financing. According to the data of the Movimento Nacional de Combate a Corrupção Eleitoral, among the 500 best financed campaigns in Brazil, more than 300 have been successful in electing MPs. Money has become the decisive factor in the composition of the National Congress, moving it to assume a conservative stance. Additionally, other factors have contributed to this rightward shift: (1) the reaction against the legalization of civil rights for the gay population; (2) being against the stabilization of public finances; and, last but not least, (3) strongly reacting against the increase in participation at the federal level embodied in decree 8243. Thus, in spite of an important increase in participation at the federal level, there is a strong reaction against participation at the law-making level. We are also seeing that participation alone cannot change the composition of the system of representation.

The events occurring in Brazil in June of 2013—events that changed the pattern of social participation—have called the world’s attention. At the time, the infrastructure works for the World Cup and concerns over public transportation were high on the agenda. Members of left-wing sectors were dissatisfied with Dilma’s government and their approach to urban politics (Maricato, 2013), which consequently catalyzed strong right-wing dissatisfaction with the government. When we look at the demonstrations taking place and the participants, it was mainly young people pushing the agenda (43% were between 14 and 24 years old). These youths can be further characterized by their high levels of education (91% were in college or had finished college) and high incomes (23% had family incomes equivalent to more than ten minimum wages) (Avritzer, 2015). June 2013 initiated a movement that started with a fissure within the participatory field hegemonized by the Workers Party since the beginning of democratization in 1985 and evolved into a strong polarization in the participatory field. Such polarization continued through 2014 and was broken in the March 2015 demonstration when middle class opposition assumed control of the participatory field in Brazil. In the next section of this paper, I will show how this change took place and will propose a model for understanding its political consequences.

### **Participation in Brazil from 2003 to 2013: from social movements and state synergy to sharp opposition**

Participation at the national level in Brazil is a new phenomenon that resulted from the architecture of the 1988 Constitution. This architecture itself followed from the changes in the repertoire of collective action at the beginning of democratization. At the beginning of the 90s, participation was still relatively weak as the new national conferences in the areas of health and social assistance were institutionalized (Avritzer, 2009). However, in just a few years, a first row of national council emerged in the wake

of several different legislations on social participation, such as LOS, LOAS, the Statute on Children and Teenagers, and the environmental law. Yet, it was only after the beginning of Lula's first administration that social participation at the national level really picked up momentum, an indication that the new repertoire of collective action has had societal and political components. Both the number of national conferences (74 between 2003 and 2010) and the number of participants increased sharply under the leadership of Lula's government. In a survey applied in a national sample of 2,200 randomly selected individuals<sup>1</sup>, respondents were asked about their pattern of participation. Still, religious participation was the highest, but professional associations, trade unions, and participatory institutions (43%) are also noteworthy.

**Table 1**  
**Pattern of participation of the Brazilian population in 2010 (%)**

<b>Did you participate in one of the spaces below?</b>			
	<b>Conferences</b>		
	Participated	Did not participate	NR
Participatory budgeting	3	96,9	0,05
Neighborhood association	7,3	92,6	0,09
Sport clubs	6,3	93,6	0,05
Thematic NGOs	3,1	96,9	0,05
Professional associations	4,8	95,1	0,05
Church or religious organization	13,1	86,8	0,05
Charity association	7,8	92,2	0,05
PTAs	5,8	94,1	0,05
Municipal councils	1,4	98,6	0
Regional councils	0,7	99,3	0
Public policy councils	–	–	–
Political party	4,1	95,9	0
Trade union	4,3	95,7	0
Total belonging to associations	23	77	0
Political parties and trade unions	7,5	92,5	0
Participatory institutions	4,3	95,7	0

**Source:** Avritzer, 2013.

<sup>1</sup> The survey represents a partnership between UFMG and Prodep. 2,000 questionnaires were applied to a randomly selected sample. The sample is representative of all regions of Brazil and the state of São Paulo. The question whose answers are presented in the table below is: "I will read a list of activities and would like to know if you have participated in them in any way during the last two years." For more details on the sample, see Avritzer (2004).

Table 1 depicts a moment in the rise of popular and institutionalized participation in Brazil in 2010. Affiliation in neighborhood associations ranks high, followed by affiliation to school councils, professional associations and, last but not least, religious associations. All these forms of participation have made Brazil a country with a participatory civil society characterized by a strong synergy between civil and political groups (Baiocchi, 2005). The socio-economic profile of the participants does not dictate people's participation. Members of both local and national participatory experiences shared many profile elements, such as income (between 1 to 5 minimum wages) and average years of education (8 years) (see Table 2). Thus, the pattern of social participation in Brazil from 1985 to 2013 can be established: re-enforced selected civil associations with strong political links with institutional participation. In terms of its social configuration, a pattern is also observed: participants' incomes are very close to the Brazilian average and levels of education are slightly higher.

**Table 2**  
**Social actors in the different forms of social participation in Brazil**

<b>Participation in PB national conferences<sup>2</sup> and June demonstrations</b>	<b>Average income of the participants</b>	<b>Average years of education of the participants</b>	<b>Gender</b>
PB in Porto Alegre (1998)	2 to 5 minimum wages (34.4%)	up to 8 years of education(46.1%)	51.4% of the participants are women
National conferences (2010)	1 to 4 minimum wages (52.2%)	minimum wages (38.1%)	51.2% of the participants are women
June 2013 demonstrations	More than 10 minimum wages	43% completed college	50% of the participants are women

**Source:** Avritzer, 2002, 2013.

Participation successfully improved relations between social actors and government, especially at the federal level between 2003 and 2013. National conferences and participation at the national level have provided an excellent way out of the problems the PT was facing in Congress. National conferences created strong consensus between state and civil society in key areas of social policy after 2005. In areas such as health, social assistance, food security, urban policy, women's issues (*assuntos das mulheres*), we can see today the formation of a joint agenda between state and civil society. In most of the areas of social policy, the Brazilian federal government has been able to establish a joint agenda with civil society actors, facilitating both the building of consensus on

<sup>2</sup> An anonymous reviewer pointed out that there is evidence of stratification for the participants of national conferences. Our data is mixed in this regard. When we analyze participation in all stages of the national conferences, we do not see stratification. Stratification in terms of income and education appears in regard to national level participants.

policies at the federal level<sup>3</sup> and in the approval of national conferences proposals in Congress. SUAS (the national social assistance system) and SISAN (national system on food security) are excellent examples of the new capacity of the federal government to get fast approval of legislation in Congress.

Although these elements are important advances in the establishment of a political relation between the federal government and Congress, national conferences alone cannot account for all aspects of the political relationship between the two branches of government. Throughout the whole 2003–2013 period, the composition of the National Congress became more conservative, and the pork barrel negotiations and give-and-take processes in the appointment of ministries became highly challenged at the public opinion level. Thus, the partial success of participation between 2003 and 2013 can be explained by the following conditions: (1) previous local traditions of participation that the Workers Party could draw upon; (2) available actors that immediately engaged in the participatory process; (3) the government was willing to carry out participatory results at the level of social policies; and (4) Congress remained neutral in relation to the involvement of the participatory process. Together, these four elements explain a successful repertoire of participation and the resulting process of political inclusion.

All these conditions changed after June 2013 when sectors politically to the left of the PT and of Dilma's government began to rally as a challenge to urban policies and a break with the historical compromises around urban rights included in the "World Cup Law." These social actors had a history of acting in a few cities, like Salvador and Florianópolis, on issues such as increases in bus fare. These sectors had been mobilizing since April 2013, but a harsh repression of a demonstration against an increase in bus fares in São Paulo on the 7<sup>th</sup> of June 2013 was the catalyst that altered their mobilization efforts and the scale of the movement. Huge demonstrations in Rio de Janeiro, São Paulo, and Belo Horizonte followed—each one attended by hundreds of thousands of people. In Brasília, demonstrators occupied the ramp of the National Congress.

These demonstrations went on for three weeks and, consequently, these they changed the participatory pact that had been enforced in Brazil since 2003. Two critical junctures mark June 2013. The first one, as mentioned earlier, was the change in the pattern of participation post-democratization. When we look into the organization of the social movement and the Internet in early June 2013, we clearly see a hegemony of the MPL. The MPL network, which is described below<sup>4</sup>, has had more followers than any of the other large networks. The large stains in the Figure 1 represent likes and shares of the demonstration called by MPL in June. However, if we analyze the expression of support of the MPL page in June, we see that the page primarily concentrated on issues

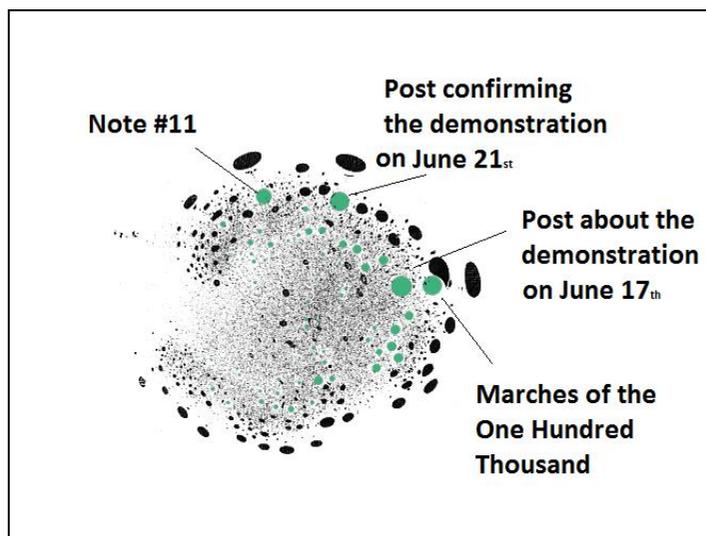
---

<sup>3</sup> In its interview with managers of federal government programs, Ipea asked them what participation helps. They answered that participation helps in building consensus on policies at the federal level. See Sousa & Pires (2012).

<sup>4</sup> Internet data collection was carried out using the software Netvizz as well as Netlytic. Netvizz has been used to extract data about the Facebook profiles of the MPL during the month of June 2013. After the data extraction, we hierarchize posts according to shares and likes.

linked to public transportation. The five most liked or commented posts included: the institutional notes of the movement on the demonstrations such as the photo of June 18<sup>th</sup> demonstration with 14,356 likes and note 11 issued on June 20<sup>th</sup>, with 9989 likes. The demonstration to commemorate the revocation of the fare hike in São Paulo had 13,858 likes. There is a common trace to the ten most liked/commented posts of the MPL during the month of June 2013. All the posts are about a social movement, in this case a movement against the fare hike. There are no posts on broader issues such as corruption or the political system.

**Figure 1**  
**MPL posts and network on the Internet**



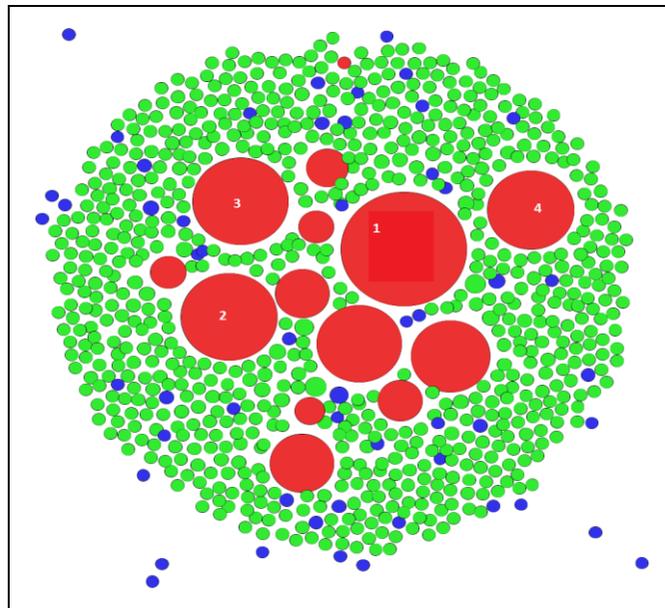
**Source:** Own formulation.

Nevertheless, if we look closer into the influence of MPL in the agenda of the demonstrations, we start to see already in June 2013 a split in the organization of public opinion. This split took place among right and left themes and, as I will show below, marks the beginning of a new organization of conservative public opinion and social networks in Brazil after 2013.

Still during the month of June, conservative profiles acquire a new strength on social networks. The most important aspect of this element of strengthening was the creation of new profiles, such as the MBL's (Movimento Brasil Livre) in June. The MBL network would become one of the strongest elements of the new conservative movement in Brazil during 2014 and 2015. Immediately, it started a process of differentiation within the demonstrators' field. This process expanded the concerns of demonstrators from the political system to the issue of corruption and started to single out the PT and the government as a source of corruption. Figure 2 below represents the Facebook profile of the MBL page in its first month of operation (June 2013). The most liked posts were, first

of all, about following the page; second a new photo on the page, and third and fourth, posts targeting the issue of corruption within the political system.

**Figure 2**  
**MBL post and traffic on the Internet**



**Source:** Own formulation

Hence, what we can see is that June 2013 opened the way for a re-organization of conservative sectors in Brazil, first on the Internet and later on the streets<sup>5</sup>. This re-organization took place in several stages. The first stage was the differentiation of agendas within the demonstrators' field. This process, as I have shown, involved two integrated actions: the first one was the thematic pluralization of the demonstration's claims, which was more than natural given the diversity of the actors involved. This pluralization is clearly shown in Causa Brasil maps of Internet posts (Avritzer, 2016). In these maps we can see that June 2013 started with an agenda on the Internet around the free pass and the fare hike in São Paulo and in three weeks moved to the issues of approval of Dilma's government and the targeting of political corruption. However, the

<sup>5</sup> An anonymous reviewer of this paper claimed that our analysis of the June 2013 events as having been seized by conservative groups lacks empirical grounding. He or she provides as counterevidence the fact that 21% of the protesters identified with the PT, PV, or PSOL, leftist parties in Brazil. I believe the data presented by the reviewer is partial even for 2013. Though it is clear that many supporters of the PT and other parties have had a meaningful presence at the June 2013 demonstrations, there is also empirical data that shows that a significant number of conservative actors were also there. In a survey applied at São Paulo's conservative demonstration on August 16, 2015, 54.8% of the demonstrators acknowledged their presence in the 2013 demonstrations. They identified themselves as conservatives on issues such as dissatisfaction with Brazilian democracy, assigning little importance to social policy, and supporting the state government in São Paulo.

second step was more politically meaningful. It involved the creation of conservative profiles that would initially present issue of corruption and subsequently narrow in on the issue of corruption in government. In the next section of this paper, I will show the operation of this strategy.

### **The polarization of the participatory field in Brazil after 2013**

During June 2013, a watershed in social participation in Brazil took place. The participatory field constructed by progressive social actors and the Workers Party initially pluralized with the participation of middle-class social actors. The pattern of participation continued to change throughout the next few years, including a division of middle-class actors during the 2014 elections (according to Datafolha). The old and new middle-class divided, and the new middle-classes' support for the PT, though short-lived, was decisive for its electoral victory (Avritzer, 2015). In March 2015, less than 90 days after the inauguration, middle-class protesters were back on the streets, but with a change in grievance. The main claim was the impeachment of the President.

A survey<sup>6</sup> applied among the protesters in Belo Horizonte, Brasília, and São Paulo inquired into the social characteristics of the protesters. As regards income and education, the results showed that 46% of the protesters in Belo Horizonte had income above 10 minimum wages. In Brasília the average income is even higher (49%), and in both cities more than 80% of protesters had a college education (Avritzer, 2015). The highest income profile was found in São Paulo where 52% of demonstrators had an average income above 10 minimum wages. However, the most interesting findings concern the pattern of participation of the protesters. The survey showed a history of previous participation in both participatory budgeting and neighborhood associations similar to that of participatory groups researched on PB. (Wampler & Avritzer, 2004). If we compare participation at national conferences with participation in the demonstrations in Belo Horizonte, Brasília, and São Paulo, we see high levels in both settings and participant crossover. Among national conference participants, 17.5% participated in PB, and 20.5% of Belo Horizonte's demonstrators participated in PB in Belo Horizonte, whereas only 8.5% participated in São Paulo. The data for Belo Horizonte is high for obvious reasons: The city has had participatory budgeting for almost 20 years with high levels of participation, making it likely that a large share of the city's population could have participated in PB. The data for Brasília and São Paulo seem to confirm our hypothesis: only 12.4% of the demonstrators participated in PB at some point.

However, the data that seems most important regards recreational and professional associations: we see very high levels of participation both in the case of Belo

---

<sup>6</sup> We applied surveys in the demonstrations of April 15 in Belo Horizonte and Brasília and August 16 in the São Paulo demonstrations. The number of questionnaires applied was 486. We applied the questionnaires trying to adopt diverse criteria, interviewing young and old, black and white, and male and female participants.

Horizonte and Brasília. In regards to sport clubs or recreational associations, 37.8% of respondents in Belo Horizonte and 51.4% in Brasília acknowledged participation. For professional associations, 51.3% of respondents in Belo Horizonte and 57.1% in Brasília acknowledged their participation. Regarding charity associations, 51.1% acknowledged their participation in São Paulo, 57.5% in Belo Horizonte, and 64.8% in Brasília. Finally, it is important to look at the data on political party affiliation, which is high in Belo Horizonte and very high in Brasília. Thus, we can conclude that we are not talking about a group that does not have a participatory background; rather, we are talking about one with a participatory background *different* from the traditional pattern of social participation in Brazil. Participants are aware of the venues for social participation that divert from the traditional pattern of social participation in Brazil. Participants have a tendency to participate more intensely in clubs and charity organizations even if they also joined participatory institutions.

**Table 3**  
**Demonstrator's participation in voluntary associations in 2015**

Did you participate in some of the spaces below?									
	Demonstrations - Belo Horizonte			Demonstrations - Brasília			Demonstrations - São Paulo		
	Participated (%)	Did not participate (%)	NR (%)	Participated (%)	Did not participate (%)	NR (%)	Participated (%)	Did not participate (%)	NR (%)
Participatory budgeting	20.7	77.7	1.6	12.4	76.2	11.4	8.5	90.4	0,5
Neighborhood association	26.4	73.6	0	28.6	66.7	4.8	23.4	76.6	0
Sports club	37.8	62.6	0	51.4	45.7	2.9			0
NGOs and thematic associations	20.7	77.7	1.6	29.5	68.6	1.9	19.7	80.3	0
Professional associations	51.3	48.2	0.5	57.1	41	1.9	43.1	56.9	
Church and religious organizations	40.4	59.1	0.5	47.6	52.4	0	31.9	68.1	0
Charity associations	57.5	42	0.5	64.8	34.3	1	51.1	48.9	0
PTA	28.5	71	0.5	25.7	70.5	3.8	14.9	85.1	0

Source: Avritzer (2015).

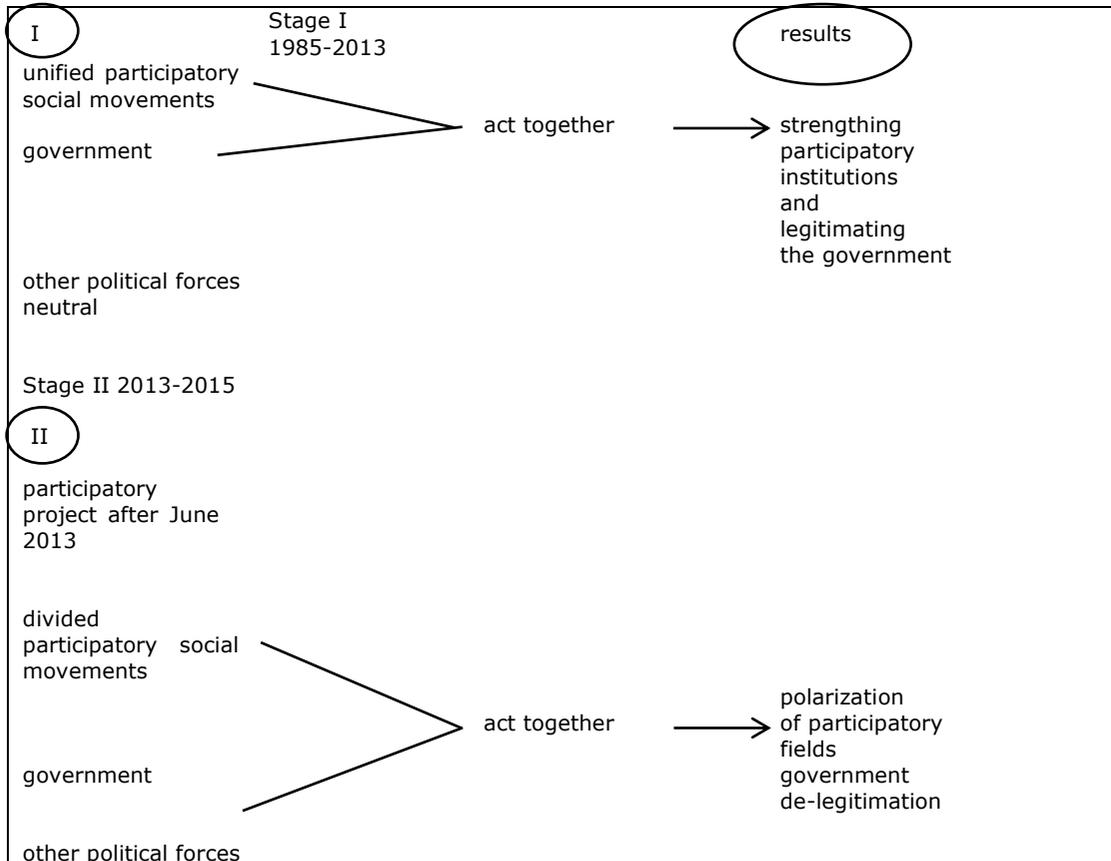
Last but not least, there seems to be a difference between the demonstrators in Belo Horizonte and Brasília. Brasília shows the pattern of participation of a city without strong forms of institutionalized participation, whereas Belo Horizonte bridges both institutional and non-institutional participation. It is difficult to say at this point what the national standard is, but such information may emerge from a survey we conducted this past August in São Paulo.

### **Understanding the change in the pattern of participation in Brazil**

Brazil's pattern of participation diverted from that of many other countries between 1985 and 2013. It is well known that the pattern of participation in the United States and countries such as Italy is dominated by the middle-class (Verba, 1995; Putnam, 1993, 2000). This pattern does not lead to direct political participation, but it has a political impact and allows conservative sectors to enhance their political influence. For example, the uneven financing of public education in the United States expresses middle-class activism in the country as well as the financing of culture. On the other hand, the sub-financing of inner cities is also related to the low brokerage power of popular sectors in the United States. Brazil has diverted from this pattern of participation both because it has had a long cycle of participation centered on poor social actors because the public belonged to a certain type of public/political association. Thus, the analysis presented here is different from the data presented by Ribeiro and Borba (2015); it focuses on different types of associations as having different political consequences (Krishna, 2000).

In contrast, between 1985 and 2013, Brazil developed a pattern of participation that concentrated on generating participation among the poor through avenues like participatory budgeting and national conferences. In both of these cases, there is both a repertoire of contention and a pattern of participation that involves those with income between one and five minimum wages with up to eight years of education. This participation contrasts with the pattern of participation extant in the Northern democracies, not only due to its participants, but also due to its relations with the political system. Participation in Brazil after 1990 meant institutional participation, and it helped establish a participatory project (Dagnino et al., 2008) through which the government initiated participation and social actors joined the process, thus strengthening participation as a whole. As a result of this process, Brazil sees a boost in the distributive social policies sponsored by the state both at the local and federal levels of government, as shown in Figure 3.

**Figure 3**  
**Participatory project from 1985 to 2013**



**Source:** Own formulation.

Social participation, in the form described in section one, was naturalized in Brazil until 2013, in the sense that much of the literature assumed that participation in the country would sustain these characteristics, namely that of a booster of state and popular civil society (Avritzer, 2009; Lavallo, 2011; Tatagiba, 2015;). It was assumed that the configuration of social participation in democratic Brazil would be the one instituted in 1985. However, in June 2013 a second period opened up in which participation took a different configuration. This had been a gradual process: first the participatory pole was pluralized, and later it has seen a split between progressive and conservative forces. Finally in 2015, Brazil has seen the hegemony of the participatory

field by conservative sectors (see Figure 3). Altogether, the new forms of public protest mark the change in the repertoire of collective action.

Since June 2013, and especially after 2014, a new pole emerged in social participation. This pole was formed by a middle-class who had previously been a secondary part of participatory policies, as data corroborated by the level of participation in PB and neighborhood associations show. However, this group expresses a different pole because its center has never been participatory policies but rather participation in charities and professional association, as the above data show. The entrance of this group into participation split the participatory field. The Brazilian opposition forces, in particular the PSDB, have been aloof from social participation since the early 90s. However, there is a new (post-2013) movement of reconnection between the opposition and these forces. It has changed the configuration of participation from model I to model II. In model two, participation is an extra-institutional tool for the process of equilibrium among important political forces. The capacity of the PT to anchor itself in the streets was reduced by this new configuration, which in turn facilitated the impeachment of president Dilma Rousseff.

It is impossible to forecast if there will be a stage III—that will more likely be a consequence of strong polarization with both the progressive and the conservative side mobilizing. What *is* possible to say is that the anchorage that social participation afforded the PT's governments is over, and right now the movements on the streets are only making the government more unstable. However, it is likely we are arriving at some closure related to the specific configuration of social participation that emerged from the "new republic", not only in the area of participation, but also at the level of representation. What will emerge in its place? It is too soon to tell. The only conclusion reached, thus far, is that a form of social participation such as the one Brazil has known after 1985 is more the international exception than the rule. Now Brazil is having a normalization of participation that shows that it can play both a stabilizing and a destabilizing role. The specific configuration that made the Brazilian case a successful participatory case may now be over.

*Leonardo Avritzer* – Professor at the Political Science Department of the College of Philosophy and Human Sciences at the Federal University of Minas Gerais. Coordinator of the Participatory Democracy Project. E-mail: <avritzer1@gmail.com>.

### **Bibliographical references**

AMES, B. *The deadlock of democracy in Brazil: interests, identities, and institutions in comparative politics*. Ann Arbor: University of Michigan Press. Brazilian Edition FGV, 2001.

AVRITZER, L. *Democracy and the public space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press. 2002.

- \_\_\_\_\_. *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- AVRITZER, L. "Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático". Campinas, *Opinião Pública*, 14(1), 43-64, 2008a.
- AVRITZER, L. "Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação". *Dados*, vol. 4, nº 47, 2008b.
- \_\_\_\_\_. *Participatory institutions in democratic Brazil*. Washington: Wilson Press/Johns Hopkins University Press, 2009.
- \_\_\_\_\_. *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- \_\_\_\_\_. Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. In: AVRITZER, L.; SOUZA, C. *Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade*. Brasília: Ipea, 2013.
- \_\_\_\_\_. "Middle class participation in Brazil". In: *Anais APSA*, San Francisco, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BRAZIL. *Law decree 4570*. General Secretary of the Presidency. Brasília.
- BAIOCCHI, G. *Militants and citizens: the politics of participatory democracy in Porto Alegre*. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- DAGNINO, E., et al. *La disputa por la construcción democrática en América Latina*. México. Fondo de Cultura, 2008.
- DATAFOLHA. *Pesquisa sobre intenção de voto para presidente em setembro*. São Paulo, 2014.
- HARVEY, D; MARICATO, E. *Cidades rebeldes: o movimento passe livre e as manifestações que tomaram conta do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- KRISHNA, A. *Active social capital*. New York: Columbia University Press, 2000.
- LAVALLE, A. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, R. *A efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*, vol. 7, Brasília: Ipea, 2011.
- LIMONGI, F. Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos – Cebrap*, nº 76, 2006.
- PIRES, R. R.; SOUZA, C. "Conferências nacionais como interfaces socioestatais: seus usos e papéis na perspectiva dos gestores federais". *Revista do Serviço Público*, Brasília, vol. 63, nº 4, 2012.
- PUTNAM, R. D. "The prosperous community". *The American Prospect*, 4(13), p. 35-42, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. FGV Editora, 2000.
- RIBEIRO, E.; BORBA, J. "Protesto político na América Latina". *Opinião pública*, Campinas, vol. 21, nº 1, 2015.
- SANTOS, B. D. S. *Towards a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*. New York: Routledge, 1995.
- SEVECENKO, N. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SKOCPOL, T. *Diminished democracy: from membership to management in American civic life*. Norman: University of Oklahoma Press, 2001.

TATAGIBA L., et al. "Balanço dos estudos sobre conselhos de políticas na última década". *Lua Nova*, São Paulo, nº 95, 2015.

TARROW, S. *Power in movement*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

TILLY, C. *The contentious French: four centuries of popular struggle*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

\_\_\_\_\_. TILLY, C. *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

WAMPLER, B. *Participatory budgeting in Brazil: contestation, cooperation and accountability*. University Park: Penn State University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. WAMPLER, B. *Activating democracy in Brazil*. Notre Dame: Notre Dame Press, 2015.

WAMPLER, B.; AVRITZER, L. "Participatory publics: civil society and new institutions". *Journal of Comparative Politics*, New York, 2004.

## Abstract

*Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest*

Brazil became a reference case of social participation after the success of participatory budgeting during the early 90s. The standard theory of the success of participation points to its positive impact on the political system. However, since 2013 Brazil has been experiencing some important changes regarding both participation and representation. In regard to representation, the strengthening of conservative forces in Congress is taking place because of a large increase in private financing. We are also seeing that participation alone cannot change the composition of the system of representation. The events that occurred in Brazil in June 2013, which led to changes in the patterns of social participation, have attracted attention worldwide. The aim of this paper is to analyze these changes in Brazil and point out how they influenced the country's political system and impacted the organization of Brazilian democracy. The data show how MPL presented its demands without politicizing them, keeping itself a single-issue movement (Figure 1). They also show how MBL politicized the movement (Figure 2), transforming it into an anti-corruption movement positioned against president Dilma Rousseff.

**Keywords:** social participation, June 2013, change in the pattern of association, conservative movements

## Resumo

*Participação na democracia brasileira: a hegemonia popular e a inovação do protesto da classe média*

O Brasil se tornou uma referência na participação social após o sucesso do orçamento participativo no início dos anos 1990. A teoria padrão do sucesso da participação aponta seu impacto positivo sobre o sistema político. No entanto, o Brasil tem experimentado algumas mudanças importantes no nível tanto de participação como de representação desde 2013. No que diz respeito à representação, o fortalecimento das forças conservadoras no Congresso está ocorrendo devido a um aumento no financiamento privado. Estamos vendo também que a participação por si só não pode mudar a composição do sistema de representação. O Brasil atraiu a atenção mundial de eventos ocorridos em junho de 2013, o que causou mudanças nos padrões de participação social. O objetivo deste artigo é analisar as mudanças no Brasil e apontar como elas influenciaram o sistema político do país e afetaram a organização da democracia brasileira. Os dados mostram a forma como o MPL

apresentou as suas demandas sem politizá-las (Figura 1) e como o MBL politizou as demandas feitas em junho de 2013 (Figura 2) organizando um movimento contra a corrupção e contra a presidente Dilma Rousseff.

*Palavras-chaves:* participação social; junho 2013; mudança no padrão de associação; movimentos conservadores

## Resumen

*Participación en el Brasil democrático: la hegemonía popular y la innovación de la protesta de clase media*

Brasil se ha convertido en una referencia en lo que respecta a la participación social luego del éxito del presupuesto participativo en los inicios de los años noventa. La teoría más difundida sobre el éxito de la participación destaca su impacto positivo en el sistema político. Sin embargo, Brasil ha experimentado algunos cambios importantes tanto en el nivel de la participación como en el de la representación desde 2013. Por un lado, con respecto a la representación, ha tenido lugar un fortalecimiento de fuerzas conservadoras en el Congreso, debido a un enorme aumento del financiamiento privado. Se observa también que la participación no puede por sí sola transformar la composición del sistema de representación. Por otro lado, Brasil ha atraído la atención del mundo entero por los acontecimientos ocurridos en junio de 2013, que produjeron cambios en los patrones de participación social. El propósito de este artículo es analizar ambos cambios en Brasil y mostrar cómo los mismos han influido en el sistema político del país e impactado en la organización de la democracia brasileña. Los datos muestran como el MPL presentó sus demandas sin politizarlas (Figura 1) y como el MBL politizó las demandas hechas en junio del 2013 (Figura 2) transformándolas en un movimiento contra la corrupción y contra la presidente Dilma Rousseff.

*Palabras clave:* participación social, junio de 2013, cambio en el patrón de asociación, movimientos conservadores

## Résumé

*Participation à la démocratie brésilienne: l'hégémonie populaire et l'innovation de la protestation de la classe moyenne*

Le Brésil est devenu une référence dans la participation sociale après le succès du budget participatif pendant le début des années 1990. La théorie traditionnelle sur le succès de la participation indique son effet positif sur le système politique. Cependant, le Brésil a connu quelques changements importants soit au niveau de la participation, soit au niveau de la représentation dès 2013. En ce qui concerne la représentation, le renforcement des forces conservatrices au Congrès se déroule en raison d'une augmentation considérable des financements privés. On constate également que la participation seule ne peut pas changer la composition du système de représentation. Le Brésil a attiré l'attention du monde entier à la suite des événements survenus en juin 2013, qui ont entraîné des changements dans les schémas de participation sociale. L'objectif de cet article est d'analyser ces deux changements au Brésil et d'indiquer comment ils ont influencé le système politique du pays et ont affecté l'organisation de la démocratie brésilienne. Les données montrent de quelle façon le MPL a présenté ses demandes sans les politiser (Figure 1) et comment le MBL a politisé les demandes faites en juin 2013 (Figure 2) organisant alors un mouvement contre la corruption et contre la présidente Dilma Rousseff.

*Mots-clés:* participation sociale; juin 2013; changement dans le modèle d'association; mouvements conservateurs

Article submitted for publication on 2016 January.

Final version approved on 2016 December.

# O comportamento eleitoral dos paulistas e dos brasileiros nas eleições de 2002 e 2014

---

Maria Teresa Miceli Kerbauy  
André Luiz Vieira Dias

---

## Introdução

As eleições de 2002 e 2014 foram marcadas por serem a primeira e a quarta vez consecutiva que o Partido dos Trabalhadores conquistou a presidência do Brasil. Com quase 12 anos no comando do Poder Executivo federal – interrompidos pelo *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016 –, o governo petista provocou diferentes impactos sobre o comportamento dos eleitores de todo o país. Considerando que o PT tem a sua origem vinculada ao estado de São Paulo e à região Sudeste, mas que, ao longo dos processos eleitorais, passou a ter melhor desempenho na região Nordeste do país, este artigo busca compreender quais foram as variáveis que influenciaram o comportamento dos eleitorados paulista e brasileiro nesses dois momentos específicos.

A comparação entre esses diferentes momentos apenas se tornou possível a partir da implementação do Eseb<sup>1</sup> – primeira pesquisa pós-eleitoral no país, de natureza acadêmica e abrangência nacional –, composto por diversas questões socioeconômicas e conjuntos de variáveis sobre atitudes, valores políticos e voto, que nos permitem investigar de maneira sistemática como se comportam os eleitores brasileiros. Em sua primeira onda, o Eseb de 2002 entrevistou 2.513 pessoas, sendo 743 do estado de São Paulo e, em sua onda mais recente, em 2014, foram 2.506 entrevistados por todo o país, incluindo uma amostra específica de 574 entrevistados paulistas.

Nosso argumento principal é de que o comportamento do eleitorado paulista é distinto do eleitorado dos outros estados brasileiros. O eleitorado paulista tende a enfatizar razões de ordem pragmática (rejeição partidária, ser beneficiário do Bolsa

---

<sup>1</sup> O Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) é um *survey* nacional que serve como um excelente instrumento de acompanhamento sistemático das tendências, opiniões e transformações dos padrões comportamentais dos eleitores brasileiros. Vinculado ao *survey* internacional Comparative Study of Electoral Systems (CSES), o Eseb tem sido aplicado periodicamente logo após o término de cada eleição presidencial desde 2002. Esse estudo parte do pressuposto de que os contextos sociopolíticos e os arranjos institucionais influenciam a natureza e a qualidade da democracia. Dessa maneira, busca “identificar como variáveis contextuais, especialmente as instituições eleitorais, moldam crenças e comportamentos dos cidadãos e, através de eleições, definem a capacidade ou a qualidade do regime democrático; compreender a natureza dos alinhamentos e clivagens sociais e políticos; compreender como cidadãos, vivendo sob distintos arranjos políticos, avaliam os processos políticos e as instituições democráticas” (Cesop, 2011, p. 517).

Família, avaliação do desempenho do governo e da economia, satisfação com o funcionamento da democracia, adesão à democracia e problemas do país) em detrimento dos aspectos identitários (autolocalização ideológica e interesse por política). O comportamento do eleitorado dos outros estados, por sua vez, é mais bem explicado por estes últimos e por fatores sociodemográficos (renda familiar mensal, escolaridade, idade, sexo e religião).

O artigo está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, em “Teorias explicativas do voto e suas variáveis”, realizamos uma revisão das principais teorias, internacionais e nacionais, que discutem os conjuntos de variáveis que explicam a decisão do voto – inclusive alguns dos estudos que se dispuseram a compreender o comportamento do eleitorado paulista; em seguida, em “Quem são os eleitores paulistas e os eleitores brasileiros?”, apresentamos o perfil dos dois grupos de eleitores – quem são e como se comportam nas eleições – a partir de uma análise descritiva e pela aplicação do modelo de regressão logística sobre as variáveis dependentes: voto para presidente e para governador de São Paulo no 1º turno das eleições de 2002 e 2014<sup>2</sup>. Na última seção, tecemos nossas “Conclusões”, procurando contribuir para a identificação e a explicação de alguns aspectos e tendências do comportamento político dos eleitorados paulista e brasileiro.

### **Teorias explicativas do voto e suas variáveis**

Somente a partir da década de 1940 os estudos eleitorais se aprimoraram e ganharam profundidade analítica. Em *The people's choice*, Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944) aplicaram algumas técnicas para avaliar os votos dos eleitores, além de outras questões relacionadas ao seu perfil social. Depois dessa pesquisa pioneira, a organização e a aplicação de *researches*, *surveys* ou *panels* eleitorais se disseminaram por todo o mundo.

Entretanto, foi em *The new American voter* que Miller e Shanks (1996) empreenderam uma síntese de diferentes conjuntos de variáveis capazes de explicar a decisão do voto. Segundo os autores, somente uma teoria de médio alcance é capaz de perceber as diversas maneiras de pensar o comportamento eleitoral. Em linhas gerais, Miller e Shanks (1996) distinguem seis grupos de fatores que influenciam o comportamento eleitoral, organizados de maneira temporal, ou seja, perto ou longe do momento eleitoral. São eles: a) as características sociais e econômicas dos eleitores; b) as predisposições partidárias e ideológicas; c) as posições em relação a problemas de políticas públicas e avaliação da situação econômica; d) a avaliação do governo; e) a avaliação da imagem do candidato; e f) a avaliação prospectiva dos partidos e dos candidatos.

---

<sup>2</sup> Optamos por analisar apenas os resultados do 1º turno das eleições de 2002 e 2014, pois nesse período é possível identificar de forma mais adequada as predisposições, opiniões e decisões mais latentes dos eleitorados em estudo.

O primeiro conjunto de variáveis, o das características sociais e econômicas dos eleitores, consiste num modelo de fator de longo prazo ancorado, especialmente, na ideia de classe social, no qual os cidadãos votariam de acordo com a classe a que pertencem. Relacionada à questão social, esse conjunto de variáveis agrega a questão de gênero, o grau de escolaridade e urbanização, as questões étnicas, religiosas etc., todos fatores de longo prazo, uma vez que as pessoas estão vinculadas a eles desde que nasceram. Nesse sentido, os cidadãos votariam de acordo com o ambiente social a que pertencem (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1944; Lipset, 1967; Alford, 1967).

O segundo conjunto de variáveis trata das predisposições partidárias e ideológicas. Baseado nos estudos dos pesquisadores da Universidade de Michigan, seu pressuposto é de que as características econômicas e sociais passam por um filtro de natureza individual. A partir de pesquisas quantitativas, discussões de grupos monitoradas e elaboração de questionários abertos e fechados, os pesquisadores de Michigan defendem que há um tipo de processamento mais complexo na escolha eleitoral. Nesse processo, dois fatores são importantes: a identificação partidária e a identificação ideológica – ou seja, o vínculo psicológico relacionado a um determinado partido e à autolocalização ideológica (esquerda, centro ou direita) do indivíduo. Assim como o conjunto anterior, este também consiste num fator de longo prazo e importante previsor do comportamento eleitoral (Campbell et al., 1964; Converse, 1964; Nie e Andersen, 1974; Nie et al., 1976).

O terceiro conjunto é o das variáveis relativas aos problemas de políticas públicas e a avaliação da situação econômica. Fundamentadas na teoria da escolha racional, essas variáveis relacionam-se à satisfação do indivíduo no que diz respeito ao desempenho da economia e das políticas públicas do governo. Nesse caso, o eleitor é movido, ou ainda, reage, a algo do passado recente. Os teóricos da escolha racional consideram esse conjunto orientado por fatores de médio prazo, que, em conjunto com os fatores de socialização política, presentes nos conjuntos anteriores, são capazes de impactar as decisões eleitorais (Key, 1966; Popkin et al., 1976; Riker, 1983; Downs, 1957).

O quarto conjunto é o das variáveis que avaliam o desempenho dos governos. Independente do conjunto anterior, este também possui um fator de médio prazo ao considerar que o desempenho do governo é determinante para a definição do voto. Essa variável é comumente utilizada pelos *surveys* brasileiros para explicar a decisão do voto dos brasileiros, agindo em consonância com as variáveis dos conjuntos anteriores. Por exemplo, eleitores que se identificam com o partido governista atual tendem a avaliar positivamente tal governo e, logo, estarão mais inclinados a votar pela sua continuidade na próxima eleição.

O quinto conjunto diz respeito à variável de avaliação da imagem do candidato. Orientada por fatores de curto prazo, leva em consideração a imagem do candidato formada no período de pré-candidatura e candidatura. Os estudos de *marketing* político costumam destacar a importância dessa variável, sobretudo a partir das declarações que

influenciam na construção de sua imagem pessoal. A forma como o candidato se apresenta, sobretudo na televisão e, mais recentemente, nas mídias e redes sociais, tem se mostrado importante no imaginário do eleitorado. No geral, quem decide de acordo com a imagem do candidato tende a ter menor nível de escolaridade, renda e sofisticação política. Em países com baixos índices de identidade partidária ou ideológica, tende a ser comum uma certa instabilidade provocada, em parte, pelos eleitores que votaram de acordo com a imagem dos candidatos (Lewis-Beck et al., 2008).

O sexto conjunto é o da avaliação prospectiva e retrospectiva dos partidos e dos candidatos. Nessa perspectiva, o eleitor direciona o seu olhar para o futuro ou para o retrovisor. No momento que antecede o voto, o eleitor analisa o que é mais importante: o que passou ou o que virá pela frente. Ao verificar esses critérios e aplicá-los sobre a análise dos partidos e candidaturas, o eleitor tomará a sua decisão. Esse é um importante aspecto de curto prazo que pode orientar o comportamento eleitoral (Lewis-Beck, 1988; Fiorina, 1981).

Em relação às variáveis que tendem a influenciar o comportamento dos brasileiros, Carreirão (2002) identificou esses cinco conjuntos de variáveis explicativas para o voto no Brasil: o voto por interesses sociais; a sofisticação política; a identificação ideológica; a tese do eleitor não racional; e o voto por avaliação de desempenho. O primeiro conjunto, o do voto no defensor dos interesses do povo, baseia-se na ideia de que a maioria do eleitorado tende a votar naquele candidato que para ele representa os interesses do povo, dos mais empobrecidos, dos trabalhadores. Estas seriam as teses defendidas por Singer (1990) e Castro (1994). Segundo Singer (1990), eleitores de baixa renda e escolaridade foram os responsáveis pela vitória de Collor nas eleições presidenciais de 1989. Sob um discurso populista, apresentando-se como “caçador de marajás”, Collor dizia representar os interesses do povo contra os da elite. Dessa maneira, obteve o apoio das massas urbanas, influenciadas pela mídia e pela campanha eleitoral. Por outro lado, Castro (1994) atribuiu à imagem do candidato a razão para o voto naquela eleição – a imagem do defensor dos pobres, dos trabalhadores e da maioria da população.

A concepção da sofisticação política como determinante do comportamento eleitoral, também discutida por Castro (1994), parte da correlação entre as opiniões e as questões referentes a preferência partidária, posicionamento ideológico e voto. Segundo a autora, os eleitores com menor nível de sofisticação, menos informados e menos atentos ao cenário político tenderiam a se identificar com os candidatos independentemente da relação entre preferências partidárias e opiniões sobre determinados *issues*, ou seja, sem um sentido causal entre suas posições políticas e o voto em seu candidato.

A variável voto por identificação ideológica, assim como nos estudos internacionais elencados por Miller e Shanks (1996), também tem sido aplicada no Brasil. Nessa perspectiva, destacamos os trabalhos de Singer (1993, 1998 e 2000) que se

baseiam na ideia de que o eleitor brasileiro orienta o seu voto a partir do contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador, predisposição de longo prazo, além de estímulos de curto prazo, tal como representou o Plano Real nas eleições de 1994.

A perspectiva do novo eleitor não racional, tese defendida por Silveira (1996), está relacionada à influência da imagem do candidato, sobretudo dos seus atributos valorativos e simbólicos. Esse eleitor teria pouca informação e conhecimento sobre política, ideias desconexas e desarticuladas e suas decisões seriam baseadas em sua sensibilidade, intuição e emoção – “incoerente politicamente e volúvel eleitoralmente”. Este seria um fenômeno internacional, em que a mídia eletrônica e o *marketing* político, diante do quadro de enfraquecimento dos partidos, teriam provocado um processo de personalização da política (Carreirão, 2002, p. 34).

Outra teoria explicativa é aquela que associa o resultado das urnas com a avaliação retrospectiva ou prospectiva do desempenho dos candidatos, do governo e da economia. Essas variáveis são muito recorrentes nos estudos eleitorais brasileiros, o que evidencia sua influência sobre o comportamento. Um dos casos mais lembrados é o da eleição presidencial de 1994, em que a avaliação do desempenho econômico do governo, do Plano Real, além da imagem do candidato, elegeu o presidente Fernando Henrique Cardoso (Kinzo, 1996).

O comportamento eleitoral dos paulistas tem despertado o interesse de vários pesquisadores desde a década de 1940 e durante muito tempo as pesquisas se concentraram na explicação do voto dos eleitores da capital, não levando em conta o tamanho e a importância do eleitorado do interior paulista.

O estudo pioneiro é o de Simão (1956), intitulado *O voto operário em São Paulo*, que, ao analisar as eleições de 1945, apontou para a existência de uma associação, em termos agregados, entre a proporção de operários e a votação obtida pelo PTB e pelo PC (que ainda estava na legalidade) nas eleições legislativas estaduais daquele ano, em cinco zonas eleitorais da capital, destacando a associação entre posição socioeconômica e voto. Considerou ainda que a passagem do rural para o urbano e as migrações internas podem ter contribuído para as atitudes e comportamentos do paulistano. Portanto, percebemos que sua análise estava em consonância com os estudos sobre comportamento eleitoral, que destacavam naquele período as influências dos fatores de socialização política, sobretudo aqueles que se relacionavam com os aspectos sociais e econômicos.

As análises publicadas por Ferreira (1960 e 1964) corroboraram com os achados de Simão, confirmando a existência de vínculos socioeconômicos com a decisão do voto e do alinhamento partidário, em São Paulo e na capital paulista.

Outra importante referência é a de Weffort (1965), que se dispôs a caracterizar o janicismo e o ademarismo quanto às suas diferenças de ideologia e de posição social. Sua hipótese era a de que essas duas variáveis motivaram a decisão do eleitor paulistano nas eleições de 1962. Naquela ocasião, Weffort verificou que, quanto mais urbano e

industrial, maiores eram as chances de vitória de Jânio Quadros, percebendo, assim, a presença de diferentes conteúdos sociais e políticos associados às figuras dos líderes. De maneira ampla, "Jânio Quadros tenderia a expressar politicamente os setores assalariados – operários e classe média assalariada – mais integrados no desenvolvimento capitalista, diversamente de Ademar de Barros, que daria expressão a camadas marginais a esse processo, em particular pequenos proprietários e setores assalariados" (Weffort, 1965, p. 51).

Em comum, os estudos citados acima apontaram para indicadores e hipóteses sobre a existência de diferenciações socioeconômicas nas bases das agremiações partidárias e do comportamento eleitoral, especialmente no apoio político às lideranças populistas do período: Ademar de Barros e Jânio Quadros (Lamounier, 1975).

Ainda sobre o período democrático de 1945-1964, uma importante referência é de Lavareda (1991), que, ao analisar a relação entre o eleitorado e os partidos políticos enquanto elemento fundamental de sustentação e legitimação do sistema político, apontou para o conceito de identificação partidária, reconhecendo sua utilidade e funcionalidade como previsor do comportamento eleitoral. A partir de dados de um *survey* aplicado pelo Ibope em março de 1964 em dez capitais brasileiras – dentre elas, São Paulo –, Lavareda destacou em sua análise a duração do sistema partidário, o contexto da comunicação, o quadro legal-institucional e a referência da imagem de líderes partidários. Sobre a capital paulista, Lavareda verificou que a intensidade da identificação partidária foi relativamente menor quando comparada à do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte, por exemplo. Para o autor, isso se devia "a uma série de fatores, como fortes disputas internas na seção estadual e estratégias deliberadas de esvaziamento provenientes da própria direção nacional" (Lavareda, 1991, p. 150). Para ele, a política eleitoral em São Paulo tendia a direcionamentos não partidários, sob a influência do janicismo.

O crescimento do voto de oposição na cidade de São Paulo a partir de 1974 passou a ser o foco dos estudos eleitorais daquele período, indicando a tendência do voto oposicionista nos grandes centros urbanos e apontando para os contrastes entre rural-urbano e capital-interior na definição do voto.

Segundo Lamounier (1980, p. 15), "estudar o crescimento do MDB em São Paulo é o mesmo que estudar um processo de conversão do voto urbano em voto oposicionista e deste por sua vez em voto emedebista".

A literatura do período considera que, a partir da eleição de 1974, o voto urbano, por ser produto de uma estrutura social mais complexa e dinâmica, passa a ter uma importância cada vez maior nas análises sobre comportamento eleitoral em São Paulo, especialmente na capital<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Schwartzman (1982, p. 9), ao analisar a longa tradição autoritária do país, considera que o entendimento da vida política brasileira, no período autoritário, "passa necessariamente pela análise das contradições entre o centro econômico e mais organizado da 'sociedade civil' do país, localizado em São Paulo, e o núcleo do poder central, muito mais fixado no eixo Rio de Janeiro-Brasília". O autor considera que, "se

A reforma partidária de 1979 e a eleição de 1982 atenuam o dualismo entre oposição e situação dos anos de 1970. As eleições de 1985, na competição para a prefeitura de São Paulo, com a vitória de Jânio Quadros, marcam uma rearticulação das forças políticas e redistribuição do eleitorado paulistano, produzindo profundas alterações no seu comportamento eleitoral. As análises sobre os resultados eleitorais passam a se concentrar nas eleições para o Executivo, procurando explicar a ascensão do voto de direita e a perda da hegemonia emedebista na cidade de São Paulo (Pierucci e Lima, 1991, 1993; Pierucci, 1989).

Segundo Figueiredo et al. (2002, p. 155), no período de 1982 a 1992 “não há propriamente um crescimento da direita no período, mas o crescimento e a consolidação do malufismo: a viabilidade e o sucesso de apresentar um candidato que unifique esse eleitorado. Já os votos de centro-esquerda, controlados pelo PMDB até 1982, sofrem um processo de acentuada fragmentação. O PMDB desaparece do mapa eleitoral da cidade, e as votações do PSDB e do PT apresentam muita flutuação ao longo do período”.

Começava a se delinear em São Paulo uma disputa entre os três polos clássicos do espectro ideológico, esquerda, centro e direita (PT, PSDB e PDS-PP). Segundo Limongi e Mesquita (2008, p. 50), “os três polos contam com uma base de apoio que lhes permite pleitear com sucesso a cadeira de prefeito. No entanto, inexistente um bloco hegemônico. Assim as vitórias passaram a ser ditadas por coalizões entre os eleitores de diferentes blocos”.

Apesar das análises que apontavam a modernização e a urbanização do país como fatores importantes para o desaparecimento das bases sociais do voto de direita, foi possível verificar que, nas eleições de 1985 para a prefeitura de São Paulo, houve a recuperação eleitoral do PDS-PP e o crescimento de um eleitorado de direita. Começou a se consolidar a percepção de um eleitorado paulistano de direita que alcança o seu ápice na eleição de 1992, quando Maluf, considerado o herdeiro do “janismo”, foi eleito para prefeito de São Paulo. Apesar de Maluf ter elegido o seu sucessor, Celso Pitta, em 1996, teve início o declínio do PDS-PP e a ascensão do PSDB, que inicialmente competia pelos votos do centro do PMDB.

Ao analisarem esse contexto, Balbachevsky e Holzhacker (2004) afirmaram que, nas eleições para prefeito de São Paulo em 1996, as variáveis que influenciaram a decisão dos paulistanos estavam relacionadas à expectativa que tinham sobre o desempenho no governo do candidato apoiado por Maluf. Ou seja, sobre a capacidade que Pitta teria de realizar os objetivos desejados pelos eleitores, apontando para um voto prospectivo e pragmático.

Segundo Limongi e Mesquita (2008, p. 66), apesar da alternância entre direita e esquerda no período de 1988 a 2000 (PSDB e PT) e o esfacelamento do PMDB, não é

---

formas embrionárias de representação política existiram no Brasil, elas chegaram a se concentrar em São Paulo. Elas nunca chegaram a ser suficientemente fortes para moldar o quadro político nacional, mas foram suficientemente significativas para manter o estado de São Paulo como uma entidade politicamente diferenciada dentro do país” (Schwartzman, 1975, p. 23-24).

adequado falar em fortalecimento da direita, uma vez que “são os eleitores do centro que decidem as eleições, inclinando-se ora à direita, ora à esquerda”.

O quadro de alternância partidária nas eleições para a prefeitura de São Paulo entre as três forças políticas do estado não se repete nas eleições estaduais, quando o PSDB venceu todas as eleições de 1994 até 2014. As análises sobre o comportamento eleitoral da capital paulista passaram a ser estendidas para o estado como um todo, apesar de não existir uma reflexão mais aprofundada sobre o voto do eleitorado paulista. Acrescenta-se a essa questão o fato de o comportamento eleitoral de São Paulo passar a ser analisado quase que exclusivamente a partir das eleições presidenciais (1989) e a ideia de que a disputa entre PT e PSDB estruturou e organizou as demais disputas eleitorais (Limongi e Cortez, 2010).

Em linhas gerais, os estudos sobre o comportamento eleitoral de paulistas e/ou paulistanos tenderam a destacar a influência do voto urbano *versus* o voto rural, a representação de interesses sociais (aspectos socioeconômicos e alinhamentos partidários), a ideologia e a posição social, o voto da capital *versus* o do interior, o malufismo, o ademarismo, o janismo<sup>4</sup> e o alinhamento esquerda-direita. No entanto, percebemos que a perspectiva do voto pragmático, já bastante aplicada sobre o caso brasileiro, foi pouco utilizada nas análises sobre o comportamento eleitoral dos paulistas.

Segundo Albuquerque (1992), a ascensão do voto pragmático no Brasil se deu a partir do fim da década de 1980 e início da década de 1990 – período que, em sua análise, teria sido marcado pelo declínio do voto de classe e pela ascensão de variáveis pragmáticas na explicação do voto do brasileiro. Em sua concepção, apesar de renda e escolaridade serem variáveis fáceis de observar, estas não mais explicariam o comportamento eleitoral no Brasil. Em seu lugar, a identidade, a oposição e a expectativa de desempenho começaram a influenciar a decisão do voto, uma vez que nesta os eleitores teriam passado a priorizar as melhorias necessárias prometidas pelo candidato, o combate aos inimigos do país, o que melhor representa seus interesses ou aquele que apresenta condições para derrotar um outro candidato.

Albuquerque (1992) acionou a teoria da escolha racional ao relacionar a decisão do voto à ideia de maximização de benefícios. Em sua visão, o voto por oposição também implicaria um cálculo para combater aquele candidato que, se acredita, não tem condições de trazer benefícios ao eleitor. Ao contrário do que se pudesse imaginar, o voto por oposição não se aproximaria do voto de classe, pois não estaria ancorado numa discussão ideológica, mas, sim, pragmática, podendo ser tanto retrospectiva quanto prospectiva.

A análise da influência de variáveis pragmáticas sobre o comportamento dos eleitorados paulista e brasileiro consiste em um dos objetivos deste artigo, que apresentamos a seguir.

---

<sup>4</sup> O malufismo, o ademarismo e o janismo compreendidos como representantes do populismo em São Paulo.

## Quem são os eleitores paulistas e os eleitores brasileiros?

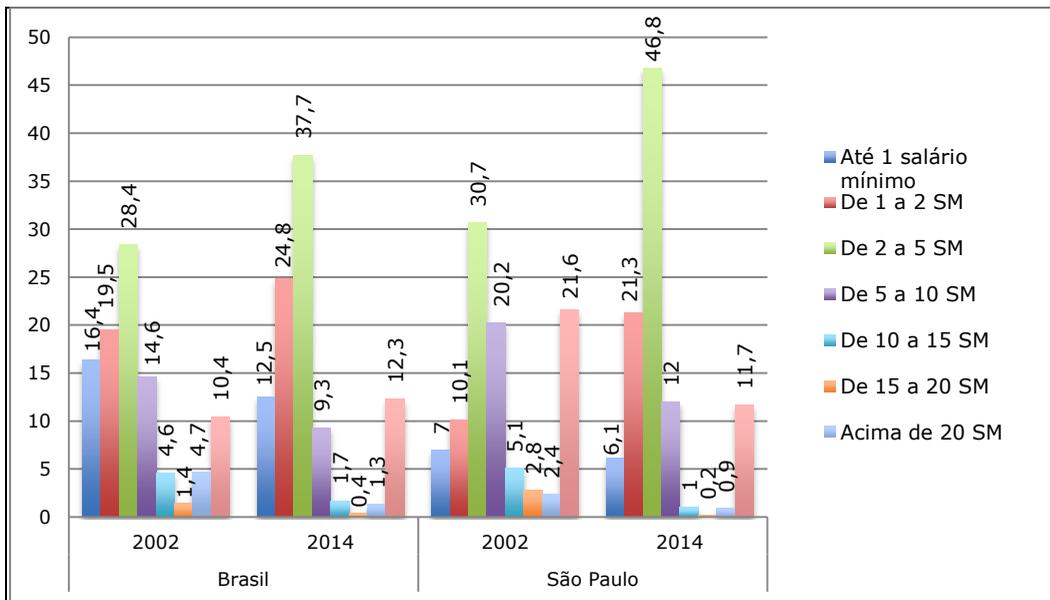
Para compararmos o comportamento dos eleitores paulistas em relação ao dos eleitores brasileiros, isolamos os dados referentes ao estado de São Paulo e aplicamos o modelo de regressão logística binária sobre duas variáveis dependentes: os votos para presidente e para governador de São Paulo no 1º turno de 2002 e de 2014. As variáveis previsoras foram divididas em três grupos: variáveis de ordem sociodemográfica (renda familiar mensal, escolaridade, idade, sexo e religião), identitária e de interesse por política (autolocalização ideológica e interesse por política) e variáveis pragmáticas (rejeição partidária, ser beneficiário do Programa Bolsa Família<sup>5</sup>, avaliação do desempenho do governo, avaliação da situação econômica do país, satisfação com o funcionamento da democracia, adesão à democracia e apontamento do maior problema do país). A partir dessas variáveis buscamos identificar aquelas que melhor explicam o comportamento eleitoral dos paulistas e dos brasileiros de outros estados. Todavia, antes da análise dos efeitos das variáveis sobre o comportamento, realizamos a análise descritiva do perfil dos eleitores paulistas e dos de outros estados brasileiros nas eleições em estudo.

Em 2002, os paulistas possuíam maior renda familiar mensal em comparação aos brasileiros dos outros estados: enquanto no estado de São Paulo 50,9% dos respondentes possuíam renda familiar de dois a dez salários mínimos, no Brasil a maior concentração, 47,9%, estava entre aqueles que dispunham de um a cinco salários mínimos. Em 2014, São Paulo e o Brasil em geral tenderam a concentrar o maior percentual entre as faixas de renda de 1 a 5 salários mínimos – 68,1% e 62,5%, respectivamente (ver o Gráfico 1).

---

<sup>5</sup> Essa variável foi aplicada apenas no Eseb de 2014, uma vez que se refere a um programa social implementado a partir da Lei Federal nº 10.836 de 9 jan. 2009.

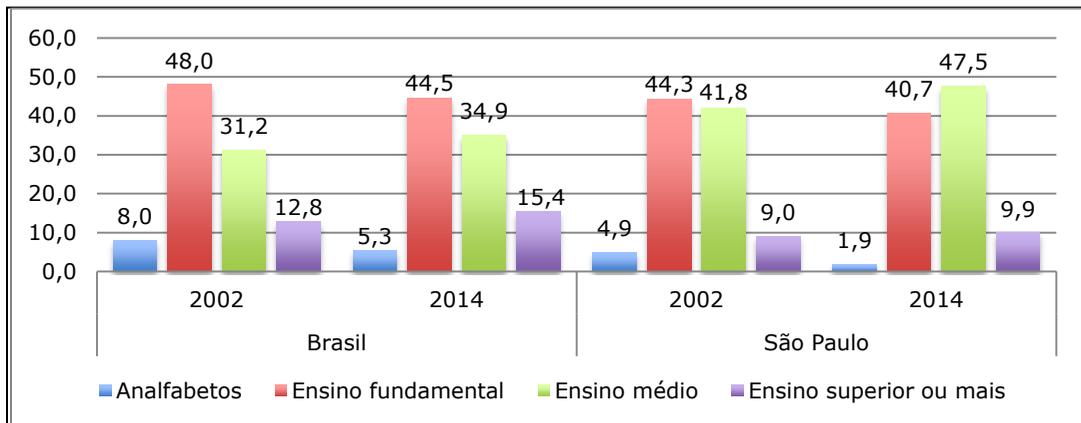
**Gráfico 1**  
**Faixa de renda familiar mensal – Brasil e São Paulo – 2002 e 2014 (%)**



Fonte: Eseb 2002 e 2014.

Em relação aos níveis de escolaridade, em 2002, 50,8% dos paulistas tinham entre o ensino médio e o ensino superior completo, enquanto a média nacional foi de 44,0%. Em 2014, os números aumentaram para 57,4% entre os paulistas e 50,3% entre os demais brasileiros, como podemos verificar no Gráfico 2.

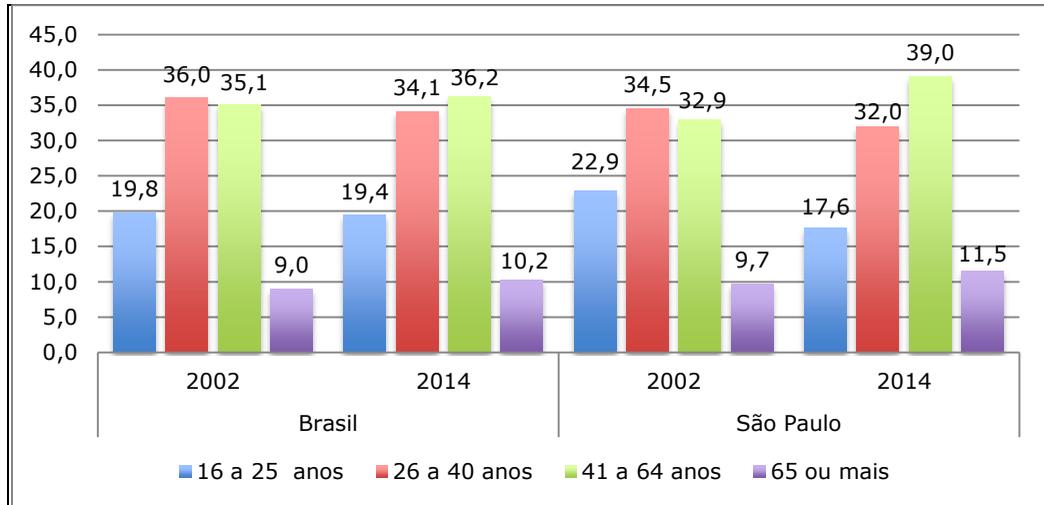
**Gráfico 2**  
**Nível de escolaridade – Brasil e São Paulo – 2002 e 2014 (%)**



Fonte: Eseb 2002 e 2014.

De 2002 para 2014, observamos um fenômeno comum entre os eleitorados paulista e brasileiro: a redução da população da faixa etária de 26 a 40 anos e o aumento da faixa etária de 41 a 64 anos. Nesse processo, os paulistas que eram, em média, mais jovens em 2002, tornaram-se mais velhos que a média nacional em 2014.

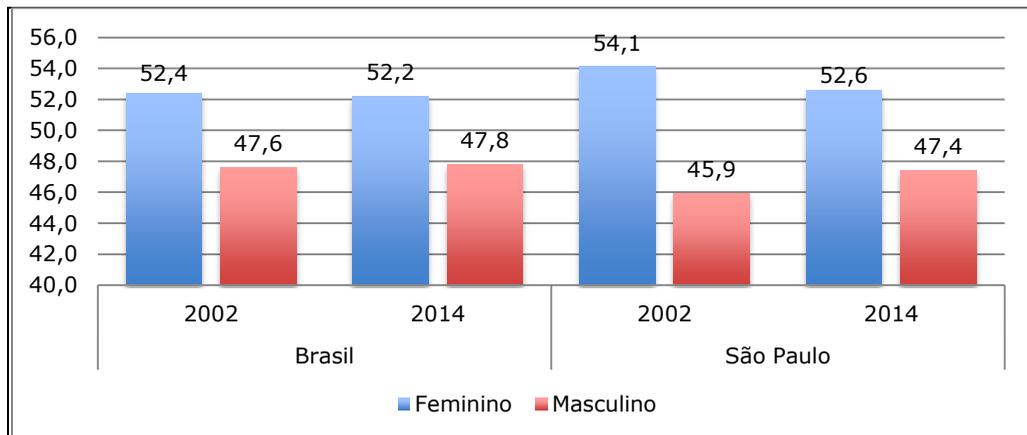
**Gráfico 3**  
**Faixa etária – Brasil e São Paulo – 2002 e 2014 (%)**



Fonte: Eseb 2002 e 2014.

Com relação à distribuição por sexo, observamos a redução da diferença da população de homens em relação à de mulheres em São Paulo entre 2002 e 2014. Embora as mulheres continuem sendo maioria, o percentual de homens aumentou na amostra paulista do Eseb de 2014.

**Gráfico 4**  
**Sexo – Brasil e São Paulo – 2002 e 2014 (%)**



Fonte: Eseb 2002 e 2014.

Outro processo visível nos dados é o encolhimento da proporção de católicos e o aumento de evangélicos entre 2002 e 2014, em São Paulo e no Brasil. Vale destacar que o número de católicos em São Paulo já era menor que a média nacional em 2002 e caiu ainda mais em 2014. O inverso ocorreu entre os evangélicos paulistas, que já eram proporcionalmente maiores em relação à média nacional e aumentaram em 2014.

**Tabela 1**  
**Religião – Brasil e São Paulo – 2002 e 2014**

Religião	Brasil				São Paulo			
	2002		2014		2002		2014	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Budista	6	0,4	1	0,1	3	0,4	3	0,6
Candomblé	9	0,5	20	1,1	3	0,4	4	0,8
Católica	1268	77,2	1237	68,1	485	70,8	330	62,6
Espírita kardecista / Espiritualista	49	3,0	39	2,1	26	3,8	16	3,0
Evangélica	244	14,9	452	24,9	131	19,2	147	27,8
Judaica	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Mórmon / Adventista / Testemunha de Jeová	38	2,3	10	0,5	17	2,5	3	0,6
Santo Daime / Esotérica / Outras	19	1,2	22	1,2	12	1,8	4	0,8
Seicho No Iê / Messiânica / Perfeita Liberdade	2	0,1	0	0,0	6	0,9	1	0,2
Umbanda	7	0,3	3	0,2	1	0,1	4	0,8
Ateu / Agnóstico / Não acredita em Deus	1	0,1	33	1,8	1	0,1	15	2,8
<b>Total</b>	<b>1643*</b>	<b>100,0</b>	<b>1817*</b>	<b>100,0</b>	<b>685</b>	<b>100,0</b>	<b>527</b>	<b>100,0</b>

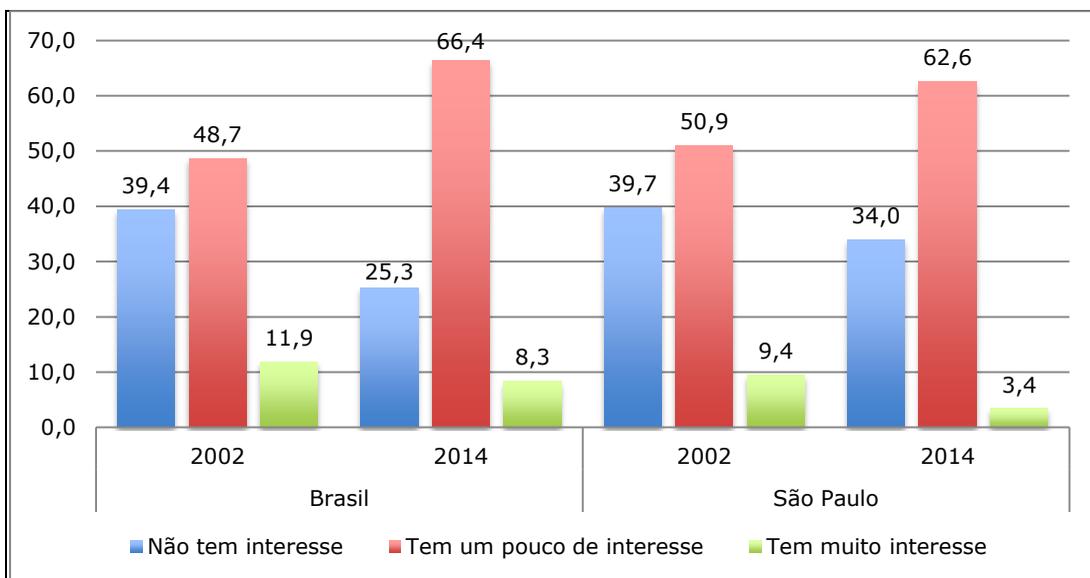
Fonte: Eseb 2002 e 2014.

\*Nesta análise foram desconsiderados os casos de NR (não respondeu) e NS (não sabe).

No que diz respeito ao interesse por política, observamos que os paulistas parecem ser menos interessados do que a média dos brasileiros. Isso porque, em 2002 o percentual de paulistas que manifestaram muito interesse por política foi de 9,4% e o de brasileiros foi de 11,9%. No outro extremo, entre os que disseram não ter nenhum interesse por política, os paulistas somaram 39,7% e os brasileiros 39,4%. Naquele ano, a maior concentração, tanto do eleitorado paulista quanto do brasileiro, foi a dos que disseram ter um pouco de interesse por política. Já em 2014, embora tenha havido um aumento significativo dos que declararam ter interesse ou um pouco de interesse por política, o percentual de paulistas muito interessados foi de apenas 3,4% e o da média dos estados brasileiros foi de 9,4%. Dentre aqueles que disseram não ter interesse por política encontramos 34,0% do eleitorado paulista e 25,3% do brasileiro. Ou seja, esses

números reafirmam que o eleitorado paulista tende a ser menos interessado por política que a média do eleitorado dos outros estados brasileiros (ver o Gráfico 5).

**Gráfico 5**  
**Interesse por política – Brasil e São Paulo – 2002 e 2014 (%)<sup>6</sup>**



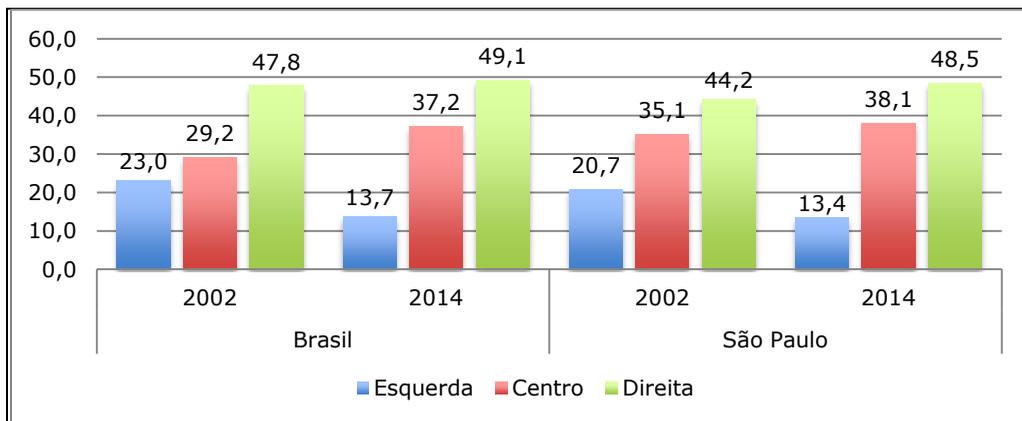
**Fonte:** Eseb 2002 e 2014.

Obs.: Somente respostas válidas.

Quanto à autolocalização ideológica dos entrevistados, observamos que, entre 2002 e 2014, houve uma tendência comum entre os eleitorados paulista e brasileiro de aumento daqueles que se autolocalizaram como sendo de centro e de direita e uma diminuição dos que se identificaram como de esquerda. Ou seja, embora já compusessem a maioria em 2002, o centro e a direita aumentaram ainda mais os seus percentuais em 2014 no Brasil em geral (ver o Gráfico 6).

<sup>6</sup> A onda do Eseb de 2002 apresentou duas questões para mensurar a autolocalização ideológica do eleitorado baseadas numa escala de 0 a 10: na primeira delas, o 0 representava ser de esquerda e o 10 ser de direita; na outra, seguiu-se o sentido oposto, em que o 0 significou ser de direita e o 10 ser de esquerda. Todavia, apenas o primeiro formato foi repetido nas ondas que se seguiram e, como a nossa análise possui uma perspectiva comparativa, utilizamos apenas o modelo da escala em que 0 significa ser de esquerda e o 10 ser de direita. Ainda, para a categorização em três grupos, consideramos os que se autolocalizaram de 0 a 3 como esquerda, de 4 a 6 como de centro e de 7 a 10 como de direita.

**Gráfico 6**  
**Autolocalização ideológica do eleitorado – Brasil e São Paulo – 2002 e 2014 (%)**

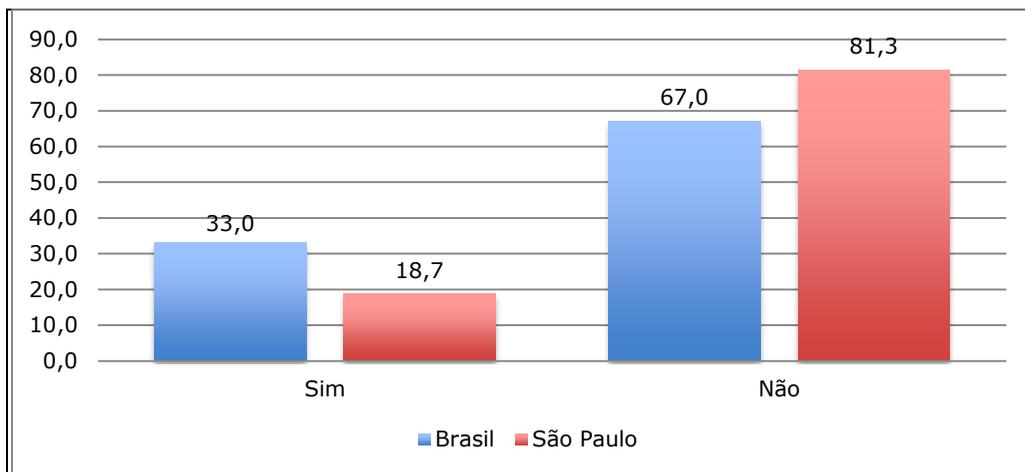


Fonte: Eseb 2002 e 2014.

Obs.: Somente respostas válidas.

No conjunto das variáveis pragmáticas, a amostra do Eseb 2014 dispôs de 18,7% de paulistas e 33,0% de brasileiros que afirmaram ter sido, ou ter alguém da mesma casa, beneficiado pelo Programa Bolsa Família nos últimos três anos. Mais adiante, na próxima seção, “Como se comportaram os eleitores paulistas e os eleitores brasileiros?”, poderemos verificar se ter sido beneficiado por um dos principais programas sociais do governo petista influenciou a opinião e o comportamento eleitoral em 2014 (ver Gráfico 7).

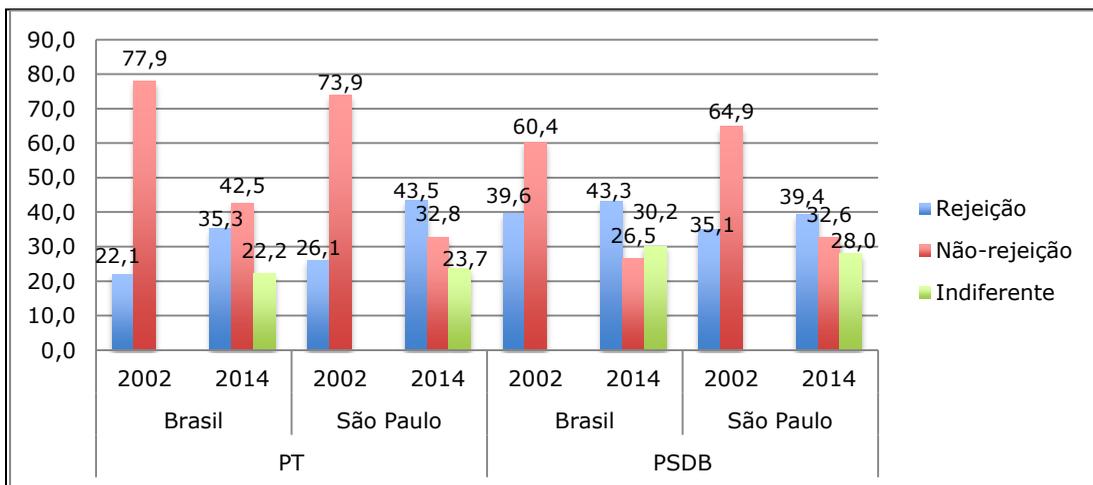
**Gráfico 7**  
**Beneficiário do Programa Bolsa Família – Brasil e São Paulo – 2014 (%)**



Fonte: Eseb 2002 e 2014.

Em relação à rejeição partidária, o Gráfico 8 descreve que os eleitorados paulista e brasileiro tenderam a rejeitar tanto o PT – este em maior escala – quanto o PSDB. No entanto, em 2014, o percentual de rejeição ao PT foi consideravelmente maior em São Paulo (43,5%) do que na média dos estados brasileiros (35,3%). Naquele ano, a rejeição ao PSDB foi de 39,4% entre os eleitores paulistas e de 43,3% entre os brasileiros. É preciso salientar que esse cenário de aumento da rejeição partidária é evidente mesmo quando o questionário do Eseb 2014, sob o formato de escala de 0 a 10, nos permitiu mensurar a intensidade do sentimento dos respondentes. O impacto dessa rejeição poderá ser verificado na seguinte seção.

**Gráfico 8**  
**Rejeição partidária ao PT e ao PSDB – Brasil e São Paulo – 2002 e 2014 (%)**

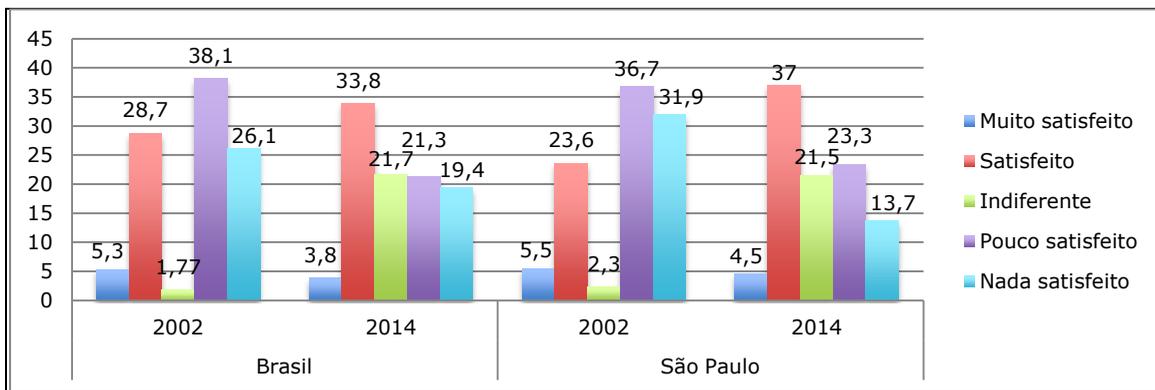


**Fonte:** Eseb 2002 e 2014.

**Obs.:** Somente respostas válidas.

As variáveis sobre a satisfação com o funcionamento da democracia e sobre a adesão à democracia têm despertado o interesse de muitos estudiosos, sobretudo a partir da teoria de Norris (1998) sobre o cidadão crítico – um indivíduo politicamente sofisticado, apoiador da democracia, mas cético em relação às instituições políticas. O Gráfico 9 demonstra que os eleitorados paulista e brasileiro pareciam nada ou pouco satisfeitos em 2002 e passaram a estar mais satisfeitos ou indiferentes em 2014. Todavia, notamos que, comparados ao eleitorado brasileiros, os eleitores paulistas estavam mais insatisfeitos com o funcionamento da democracia em 2002 e tornaram-se mais satisfeitos que a média nacional em 2014.

**Gráfico 9**  
**Satisfação com o funcionamento da democracia**  
**Brasil e São Paulo – 2002 e 2014 (%)**

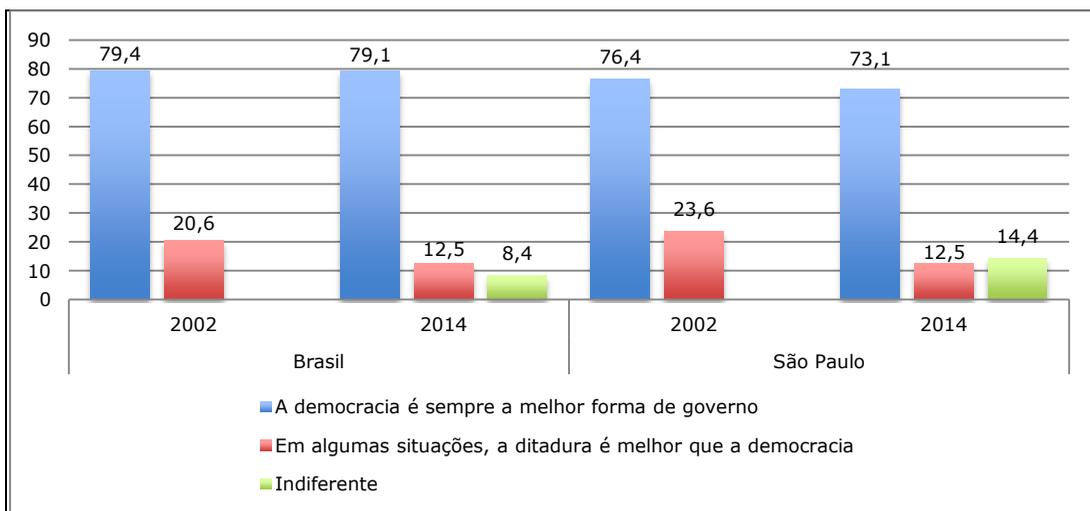


Fonte: Eseb 2002 e 2014.

Obs.: Somente respostas válidas.

No mesmo sentido, a adesão à democracia parece ter se mantido estável nos anos de 2002 e 2014, tanto entre paulistas como na média dos estados brasileiros. Dentre as possíveis análises dos resultados apresentados no Gráfico 10, verificamos a redução do apoio à ideia de que, em algumas situações, a ditadura é a melhor forma de governo em relação à democracia. Todavia, vale salientar que a opção "indiferente" só passou a compor o questionário do Eseb em 2014 (ver Gráfico 10).

**Gráfico 10**  
**Adesão à democracia – Brasil e São Paulo – 2002 e 2014 (%)**

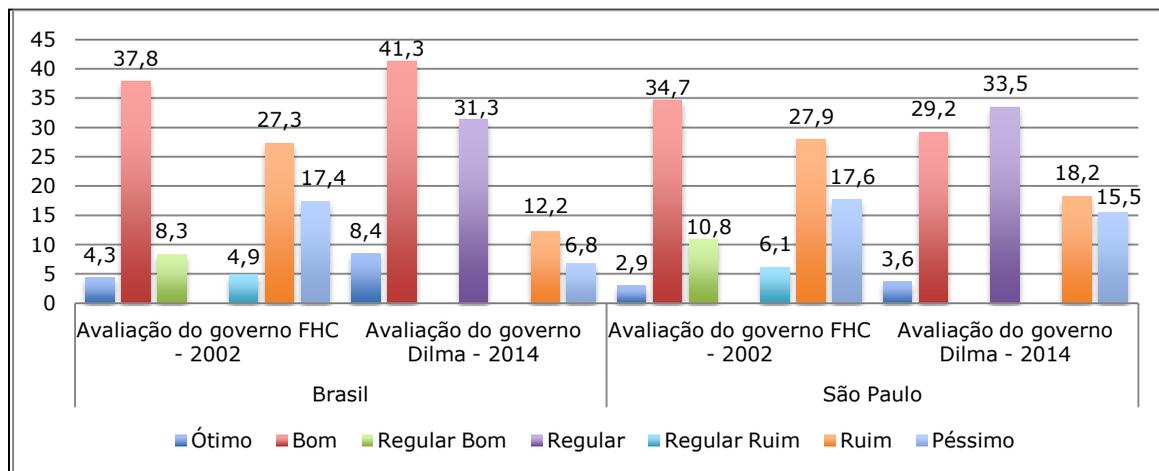


Fonte: Eseb 2002 e 2014.

Obs.: Somente respostas válidas.

A avaliação retrospectiva do governo costuma ser muito utilizada nos estudos eleitorais brasileiros por se tratar de uma variável pragmática capaz de definir a escolha do voto. Ao olharem para o retrovisor, os eleitores avaliam se o governo foi bom o suficiente e se merece um voto de confiança para a sua continuidade. Dentre as possíveis leituras do Gráfico 11, destacamos as diferenças entre paulistas e brasileiros acerca da avaliação do governo Fernando Henrique Cardoso em 2002 e do governo Dilma em 2014. O eleitorado paulista foi mais crítico aos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Dilma, especialmente em 2014, quando 49,7% da média dos brasileiros avaliaram como ótimo e bom o governo Dilma, enquanto 32,8% dos paulistas o avaliaram da mesma forma.

**Gráfico 11**  
**Avaliação retrospectiva dos governos FHC e Dilma**  
**Brasil e São Paulo – 2002 e 2014 (%)\***



**Fonte:** Eseb 2002 e 2014.

**Obs.:** Somente respostas válidas.

\* Em 2002, as respostas à pergunta sobre avaliação do governo eram: Ótimo, Bom, Regular para bom, Regular para ruim, Ruim e Péssimo. Em 2014, as respostas foram: Ótimo, Bom, Regular, Ruim e Péssimo.

A variável que mensura os maiores problemas do país também tende a influenciar o voto no mesmo sentido que a variável anterior. Em 2002, tanto em São Paulo como nos demais estados brasileiros, os quatro problemas mais apontados pelo Eseb foram desemprego, violência/segurança, inflação e fome/pobreza/miséria – com distintas intensidades<sup>7</sup> (ver a Tabela 2).

<sup>7</sup> A questão sobre o maior problema do Brasil não foi aplicada pelo Eseb em 2014. Todavia, consideramos importante sua inclusão em nossa análise sobre o comportamento eleitoral em 2002, sobretudo pela indicação de Holz hacker e Balbachevsky (2007), que apontaram para o voto pragmático dos brasileiros naquele momento.

**Tabela 2**  
**Maior problema do Brasil – Brasil e São Paulo – 2002 (%)<sup>8</sup>**

Maior problema do Brasil	Brasil		São Paulo	
	N	%	N	%
Desemprego	583	36,0	338	46,7
Violência / Segurança	224	13,8	115	15,9
Inflação	206	12,7	53	7,3
Corrupção	33	2,0	19	2,6
Educação	45	2,8	11	1,5
Saúde	55	3,4	22	3,1
Fome / Pobreza / Miséria	161	9,9	64	8,8
Desigualdade social / Distribuição de renda	50	3,1	14	1,9
Salários / Poder aquisitivo	68	4,2	24	3,3
Economia / Dólar / Crise econômica / Juros altos	59	3,6	26	3,6
Governo FHC / Políticas adotadas	27	1,7	6	0,8
Drogas	8	0,5	2	0,3
Dívida externa	12	0,7	4	0,6
Má administração / Políticos	9	0,6	0	0,0
Seca	4	0,3	0	0,0
Transporte	2	0,1	3	0,4
Desvalorização do Real	4	0,2	2	0,3
Impostos altos	1	0,1	2	0,3
Outros	69	4,3	19	2,6
<b>Total</b>	<b>1620</b>	<b>100,0</b>	<b>724</b>	<b>100,0</b>

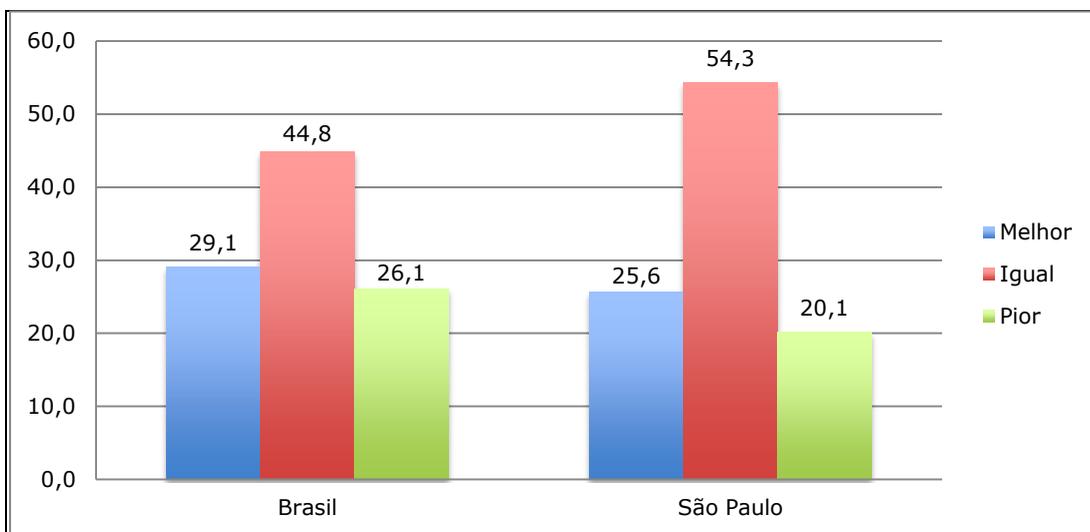
Fonte: Eseb 2002.

A avaliação da situação econômica do país foi aplicada apenas pelo Eseb 2014. Contudo, dada a relevância atribuída pela teoria da escolha racional ao voto econômico, ou ainda, à avaliação retrospectiva da economia e sua influência sobre o voto, consideramos a capacidade dessa variável de explicar o comportamento dos eleitores naquele pleito. Dessa forma, verificamos que, quando comparados aos eleitores brasileiros, os eleitores paulistas tenderam a considerar que a situação econômica do país permanecia igual nos últimos 12 meses. Dentre aqueles que se posicionaram nos extremos, a média dos brasileiros foi maior quando comparada à dos paulistas, seja para

<sup>8</sup> Para melhor visualização da distribuição das frequências, optamos pela apresentação dos dados sob o formato de tabela.

os que disseram que a situação econômica do país melhorou ou para aqueles que apontaram que ela teria piorado (ver o Gráfico 12).

**Gráfico 12**  
**Avaliação da situação econômica do país nos últimos 12 meses**  
**Brasil e São Paulo – 2014 (%)**



Fonte: Eseb 2014.

As variáveis sociodemográficas, identitárias e pragmáticas, descritas acima, serão utilizadas como preditoras para a análise do voto para presidente e governador de São Paulo no 1º turno das eleições de 2002 e 2014, de que tratamos a seguir.

### Como se comportaram os eleitores paulistas e os eleitores brasileiros?

#### *O voto para presidente nas eleições de 2002 e 2014*

A primeira variável dependente que analisamos foi o voto para presidente no 1º turno de 2002 (ver "Anexo metodológico"). Para essa variável, os testes de qui-quadrado e aqueles que resumem o modelo atestaram a relação das variáveis e os efeitos que dispuseram sobre o caso (ver a Tabela 3). Também recodificamos as respostas dessa variável em (0) voto em outros candidatos e (1) voto em Lula, em que consideramos as chances de alguém pertencente a cada um dos grupos analisados ter votado em Lula naquele pleito. Nesse sentido, foi possível observar que, no âmbito nacional, as categorias "renda familiar mensal acima de 20 salários mínimos", ser "evangélico", ser de "esquerda", "rejeitar o PT", "rejeitar o PSDB" e ter apontado a "inflação" como maior problema do Brasil explicaram, em diferentes sentidos, o comportamento eleitoral em 2002: em relação ao voto em Lula, aqueles com renda familiar mensal acima de 20

salários mínimos mostraram as chances diminuídas em 74,2%, quando comparados aos que possuíam renda familiar mensal inferior a um salário mínimo; ser evangélico mostrou 88,7% menos de chances, comparado a ser membro de outras religiões; os esquerdistas mostraram as chances aumentadas em 229,8%, quando os comparamos aos centristas; a rejeição ao PT explicou o comportamento dos brasileiros em -95,8% de chances; e, no sentido oposto, a rejeição ao PSDB apresentou 192,7% de chances ter votado em Lula, quando relacionados aos que não rejeitavam o partido tucano.

Entre os paulistas, as categorias que indicaram certa influência sobre o voto para presidente foram "ser evangélico", "ser de esquerda", "a rejeição ao PT", "a rejeição ao PSDB", além dos que "apontaram o desemprego" e "a fome, miséria e pobreza" como principais problemas do Brasil. Nesse caso, ainda quanto às chances de votar em Lula, "ser evangélico" representou -87,6%; "ser de esquerda" teve 389,7%; "rejeitar o PT" teve -97,7%; "rejeitar o PSDB" impactou em 429,8%; em relação aos principais problemas do país, aqueles que "apontaram o desemprego" tiveram 1.899,0%, e os que "apontaram a fome, pobreza e miséria" tiveram 6.780,0% de chances de votar em Lula naquela ocasião (ver a Tabela 4).

**Tabela 3**  
**Testes de coeficientes de modelo Omnibus**  
**Voto para presidente no 1º turno de 2002 – Brasil e São Paulo**

Brasil					São Paulo				
		Qui- quadrado	df	Sig.			Qui- quadrado	df	Sig.
Etapa 1	Etapa	209,078	43	0,000	Etapa 1	Etapa	152,06	41	0,000
	Bloco	209,078	43	0,000		Bloco	152,06	41	0,000
	Modelo	209,078	43	0,000		Modelo	152,06	41	0,000
Resumo do modelo					Resumo do modelo				
Etapa 1	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke		Etapa 1	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke	
	496,630	0,335	0,448			147,526	0,505	0,674	

Fonte: Eseb 2002.

**Tabela 4**  
**Estatística de regressão logística binária: voto para presidente no**  
**1º turno de 2002 – Brasil e São Paulo**

		B	S.E.	Wald	df	Sig.*	Exp (B)	Chances
Brasil	Faixa de renda familiar mensal: Mais de 20 salários mínimos	-1,355	0,613	4,888	1	0,027	0,258	-74,2
	Religião: Evangélica	-2,184	0,429	25,866	1	0,000	0,113	-88,7
	Autolocalização ideológica: Esquerda	1,193	0,332	12,955	1	0,000	3,298	229,8
	Rejeição ao PT: Sim	-3,163	0,448	49,791	1	0,000	0,042	-95,8
	Rejeição ao PSDB: Sim	1,074	0,256	17,623	1	0,000	2,927	192,7
São Paulo	Religião: Evangélica	-2,088	0,883	5,595	1	0,018	0,124	-87,6
	Autolocalização ideológica: Esquerda	1,589	0,701	5,14	1	0,023	4,897	389,7
	Rejeição ao PT: Sim	-3,777	0,813	21,568	1	0,000	0,023	-97,7
	Rejeição ao PSDB: Sim	1,667	0,569	8,579	1	0,003	5,298	429,8
	Maior problema do Brasil: Desemprego	2,995	1,443	4,306	1	0,038	19,989	1899,0
	Maior problema do Brasil: Fome/Pobreza/Miséria	4,231	1,809	5,472	1	0,019	68,803	6780,0

**Fonte:** Eseb 2002.

Variável dependente: Voto para presidente no 1º turno de 2002: (0) Outros candidatos; (1) Lula.

(\*) Significativo a 0,05.

Os dados acima nos permitem afirmar que, em 2002, as variáveis religião (evangélica), autolocalização ideológica (esquerda) e rejeição partidária (ao PT e ao PSDB) exerceram comum efeito sobre o comportamento dos eleitores paulistas e brasileiros. No entanto, a intensidade de todas essas variáveis foi maior entre os paulistas. Além destas, o apontamento do desemprego e da fome/pobreza/miséria como principais problemas do país também exerceram influência sobre o voto dos eleitores paulistas e não apresentaram relações significativas com o voto dos eleitores brasileiros. A variável renda familiar mensal, de caráter sociodemográfico, surtiu efeito apenas entre os eleitores dos outros estados brasileiros, sem o mesmo desempenho em São Paulo. Podemos, então, considerar que, na escolha de seu candidato a presidente em 2002, os paulistas tenderam a levar em conta, em maior quantidade e intensidade, as razões de ordem pragmática, comparados aos brasileiros dos outros estados.

Acerca das eleições de 2014, os testes de qui-quadrado, verossimilhança log - 2 e R<sup>2</sup> Cox & Snell e R<sup>2</sup> Nagelkerke indicam não apenas a relação das variáveis do modelo mas também que suas medidas de qualidade de ajuste podem ser consideradas aceitáveis (ver Tabela 5). Adiante, os testes de regressão logística revelaram que, na

média dos estados brasileiros, as variáveis rejeição ao PT, avaliação do governo Dilma, opinião sobre a situação econômica e satisfação com a democracia exerceram influência sobre o voto para presidente naquele ano. Verificamos, assim, em relação às chances de votar em Dilma, que alguém que manifestou rejeição ao PT teve as chances diminuídas em 51,7%; aqueles que manifestaram rejeição ao PSDB tiveram as chances aumentadas em 95%; os que avaliaram seu governo como ótimo e bom tiveram 3.637,0% e 1.768,0%, respectivamente; também aqueles que avaliaram a situação econômica como melhor ou igual ultrapassaram os 104%; os percentuais de chances também foram elevados entre os que manifestaram ao menos um pouco de satisfação com a democracia – entre os indiferentes, as chances 202,5%; já as demais categorias apresentaram índices ainda maiores (ver a Tabela 6).

No caso de São Paulo, das variáveis que compuseram nosso modelo, a única que apresentou potencial preditivo sobre o voto em Dilma em 2014 foi a rejeição partidária ao PT. Naquela ocasião, as chances de alguém que rejeitava o PT ter votado em Dilma foi de -78,5% quando comparamos àqueles que votaram em outros candidatos. Nem as variáveis de caráter sociodemográfico e identitário, ou mesmo as relacionadas à avaliação do governo e da economia e à satisfação em relação à democracia, foram suficientemente capazes de explicar o voto dos paulistas para presidente em 2014.

**Tabela 5**  
**Testes de coeficientes de modelo Omnibus**  
**Voto para presidente no 1º turno de 2014 – Brasil e São Paulo**

Brasil					São Paulo				
		Qui- quadrado	df	Sig.			Qui- quadrado	df	Sig.
Etapa 1	Etapa	328,344	37	0,000	Etapa 1	Etapa	126,86	36	0,000
	Bloco	328,344	37	0,000		Bloco	126,86	36	0,000
	Modelo	328,344	37	0,000		Modelo	126,86	36	0,000

Resumo do modelo				Resumo do modelo			
Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke	Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	485,858	0,427	0,571	1	102,343	0,53	0,712

Fonte: Eseb 2014.

**Tabela 6**  
**Estatística de regressão logística binária: voto para presidente no**  
**1º turno de 2014 – Brasil e São Paulo**

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp (B)	Chances
Brasil	Rejeição ao PT: Rejeita	-0,727	0,328	4,923	1	0,026	0,483	-51,7
	Rejeição ao PSDB: Rejeita	0,668	0,293	5,191	1	0,023	1,95	95,0
	Avaliação do governo Dilma: Ótimo	3,621	1,176	9,477	1	0,002	37,372	3637,0
	Avaliação do governo Dilma: Bom	2,927	1,09	7,217	1	0,007	18,679	1768,0
	Opinião da situação econômica: Melhor	0,766	0,332	5,322	1	0,021	2,15	115,0
	Opinião da situação econômica: Igual	0,715	0,301	5,649	1	0,017	2,045	104,5
	Satisfação com a democracia: Muito satisfeito	1,411	0,613	5,297	1	0,021	4,099	309,9
	Satisfação com a democracia: Satisfeito	1,551	0,437	12,571	1	0,000	4,714	371,4
	Satisfação com a democracia: Indiferente	1,107	0,465	5,671	1	0,017	3,025	202,5
	Satisfação com a democracia: Pouco satisfeito	1,256	0,449	7,841	1	0,005	3,511	251,1
São Paulo	Rejeição ao PT: Rejeita	-1,538	0,784	3,854	1	0,050	0,215	-78,5

Fonte: Eseb 2014.

Variável dependente: Voto para presidente no 1º turno de 2014: (0) Outros candidatos; (1) Dilma.

(\*) Significativo a 0,05.

O fenômeno da rejeição do PT, ou antipetismo, também é observado nos artigos de Braga e Casalecchi (2016), Paiva, Krause e Lameirão (2016), Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) e Speck e Balbachevsky (2016), na edição da revista *Opinião Pública*, com artigos baseados no Eseb 2014 (vol. 22, nº 3 – dez. 2016). No geral, esses autores destacaram o perfil social, os valores e os sentimentos políticos do eleitor antipetista. Braga e Casalecchi (2016, p. 559), ao analisarem o comportamento de vencedores e perdedores nas eleições de 2014, relacionaram a rejeição partidária e a adesão à democracia e afirmaram que “quem vive [no estado de São Paulo] tem menos chances de aderir à democracia do que quem vive em outro estado, isto é: os paulistas são mais autoritários”. Além disso, “os perdedores que vivem em São Paulo têm uma probabilidade menor de aderir à democracia. Isso significa que, além do efeito direto, viver em São Paulo tem também um efeito indireto sobre a não adesão à democracia” (Braga e Casalecchi, 2016, p. 561-562).

Paiva, Krause e Lameirão (2016, p. 651), embora não se direcionem diretamente aos paulistas, afirmaram que a maioria dos antipetistas, quando comparados aos antipartidários em geral, se caracteriza como branco, com o ensino médio ou superior completos e renda elevada. Em sua análise, as autoras também destacaram a predisposição ideológica dos antipetistas ao PSDB.

Num sentido semelhante, Ribeiro, Carreirão e Borba (2016, p. 622-623) verificaram que os antipetistas tendem a ser brancos, mais velhos e menos igualitaristas<sup>9</sup>. Dentre outros aspectos, esses autores também ressaltam o maior peso que a rejeição tem obtido em relação à adesão a algum partido.

Speck e Balbachevsky (2016, p. 587) observaram que “a identificação partidária tem consequências diferentes não somente entre eleitores de diferentes partidos, mas também entre diferentes segmentos da sociedade”. Para eles, os petistas menos favorecidos são mais fiéis ao seu partido na hora de votar para presidente do que os partidários do PSDB. O contrário ocorre com os peessedebistas, uma vez que os mais favorecidos tendem a ser mais coerentes e fiéis ao partido. Portanto, a condição socioeconômica apresenta um impacto significativo sobre o comportamento de petistas e peessedebistas.

Além de especificarem o antipetismo, as considerações dos autores citados corroboram a tendência de um comportamento pragmático, presente no eleitorado brasileiro, mas com maior intensidade sobre o eleitorado paulista, como observamos nos dados apresentados acima.

#### *O voto para governador de São Paulo nas eleições de 2002 e 2014*

Nosso interesse ao analisar o voto para governador foi verificar se as variáveis que explicam o voto do eleitor para presidente são os mesmos que atuam na escolha para governador de São Paulo. Nesse sentido, para as eleições de 2002, os testes estatísticos indicaram a existência de relação entre as variáveis estudadas e a aceitação dos efeitos sobre a variável resposta (ver a Tabela 7). Dessa maneira, notamos que a rejeição partidária e o apontamento dos maiores problemas do Brasil foram as principais variáveis do modelo empregado que impactaram sobre o voto em Alckmin nas eleições de 2002: rejeitar o PT também impactou em 191,9% na escolha de Alckmin para governador; e ter apontado o desemprego, a corrupção, a fome/pobreza/miséria e a dívida externa como maiores problemas do país reduziram as chances de voto em Alckmin em -94,5%, -97,5%, -99,0% e -98,4%, respectivamente.

Outro ponto que nos chamou a atenção foi que as variáveis rejeição partidária ao PT, desemprego e fome/pobreza/miséria foram significativas para a explicação tanto do voto dos eleitores paulistas para presidente como também para governador do estado.

Ainda, as variáveis de caráter sociodemográfico (renda, escolaridade, gênero, faixa etária e religião) e identitário (autolocalização ideológica e interesse por política) não foram suficientes para explicar o voto em Alckmin em 2002, havendo um predomínio das razões pragmáticas. Em específico, é preciso ressaltar que nas ondas do Eseb não há

---

<sup>9</sup> Sobre a variável igualitarismo, os autores utilizaram duas questões do Eseb 2014: 1) “Em qualquer situação as pessoas mais pobres devem ter mais chances do que as mais ricas”; e 2) “As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência”. Para ambas, as respostas foram dadas sob o formato de escala de concordância com cinco pontos.

questões relacionadas à avaliação retrospectiva dos governos estaduais, o que nos impede de analisar o impacto dessa variável sobre o voto para candidatos a governador. De qualquer maneira, utilizamos a avaliação do governo federal como uma tentativa de verificar se houve algum efeito desta sobre o voto na esfera estadual, o que não ocorreu.

**Tabela 7**  
**Testes de coeficientes de modelo Omnibus**  
**Voto para governador de São Paulo – 1º turno de 2002**

		Qui- quadrado	df	Sig.
Etapa 1	Etapa	86,266	41	0,000
	Bloco	86,266	41	0,000
	Modelo	86,266	41	0,000
<b>Resumo do modelo</b>				
Etapa 1	Verossimilhança de log -2		R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
	194,025		0,347	0,463

Fonte: Eseb 2002.

**Tabela 8**  
**Estatística de regressão logística binária**  
**Voto para governador de São Paulo no 1º turno de 2002**

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp (B)	Chances
São Paulo	Rejeição ao PT: Sim	1,071	0,521	4,236	1	0,040	2,919	191,9
	Maior problema do Brasil: Desemprego	-2,906	1,375	4,468	1	0,035	0,055	-94,5
	Maior problema do Brasil: Corrupção	-3,686	1,77	4,336	1	0,037	0,025	-97,5
	Maior problema do Brasil: Fome / Pobreza / Miséria	-4,572	1,66	7,585	1	0,006	0,010	-99,0
	Maior problema do Brasil: Dívida externa	-4,132	2,092	3,899	1	0,048	0,016	-98,4

Fonte: Eseb 2002.

Variável dependente: Voto para governador no 1º turno de 2002: (0) Outros candidatos; (1) Alckmin.

(\*) Significativo a 0,05.

Sobre o voto para governador de São Paulo no 1º turno de 2014, os testes de qui-quadrado, verossimilhança log -2, R<sup>2</sup> Cox & Snell e R<sup>2</sup> Nagelkerke também atestaram a relação entre as variáveis e o efeito das previsoras do modelo sobre as respostas. Naquele ano, a rejeição partidária foi a única variável do nosso modelo capaz de prever o voto em Alckmin. A rejeição ao PSDB apresentou -71,7% de chances de ter votado em Alckmin, enquanto a rejeição ao PT indicou um percentual positivo e muito elevado de

chances, 739,7%, de ter votado em Alckmin e contribuiu para a sexta eleição vitoriosa consecutiva do PSDB ao comando do poder Executivo estadual.

**Tabela 9**  
**Testes de coeficientes de modelo Omnibus**  
**Voto para governador de São Paulo - 1º turno de 2014**

		Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 1	Etapa	66,150	32	0,000
	Bloco	66,150	32	0,000
	Modelo	66,150	32	0,000
<b>Resumo do modelo</b>				
Etapa 1	Verossimilhança de log -2		R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
		104,395	0,391	0,542

Fonte: Eseb 2014.

**Tabela 10**  
**Estatística de regressão logística binária**  
**Voto para governador no 1º turno de 2014 – São Paulo**

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Chances
São Paulo	Rejeição ao PT: Sim	2,128	0,925	5,287	1	0,021	8,397	739,7
	Rejeição ao PSDB: Sim	-1,262	0,576	4,798	1	0,028	0,283	-71,7

Fonte: Eseb 2014.

Variável dependente: Voto para governador no 1º turno de 2014: (0) Outros candidatos; (1) Alckmin.

(\*) Significativo a 0,05.

Comparada às eleições presidenciais, a rejeição partidária ao PT se repetiu como variável explicativa para o voto ao governo de São Paulo. Nesse caso, a rejeição ao PSDB também teve impacto (negativo) sobre o voto em Alckmin. Essa constatação nos permite afirmar, portanto, que o eleitorado paulista tende a atribuir razões prioritariamente pragmáticas para o seu voto para presidente e para governador, porém com mais intensidade que o eleitorado brasileiro. Isso porque as variáveis pragmáticas são explicativas no âmbito nacional, mas a força de seus efeitos sobre o eleitorado paulista é relativamente maior.

## Conclusões

De 2002 para 2014, o eleitorado paulista se caracterizou por apresentar maior renda familiar mensal, maiores níveis de escolaridade, uma população mais envelhecida, uma divisão equivalente entre mulheres e homens e uma redução mais acentuada do

número de católicos e ascensão de outras religiões, sobretudo de evangélicos, quando comparado ao eleitorado brasileiro.

Ideologicamente, paulistas e brasileiros de outros estados tenderam à redução da esquerda e ao aumento do centro e da direita. E, em relação ao interesse por política, os paulistas demonstraram menor interesse que a média dos brasileiros.

Dentre as características relativas às avaliações sobre democracia, governo e economia, e ao recebimento do Programa Bolsa Família, os paulistas passaram de insatisfeitos para satisfeitos com o funcionamento da democracia, quando comparados à média dos estados brasileiros; mantiveram níveis semelhantes aos dos brasileiros no que se refere à adesão à democracia; avaliaram a situação econômica do país entre igual ou melhor em 2014; e foram mais críticos aos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Dilma. Entre os paulistas também encontramos um menor percentual de beneficiados do Programa Bolsa Família – aproximadamente 15% a menos que a média da amostra nacional.

A rejeição partidária ao PT já era superior entre os paulistas em 2002 e tornou-se ainda maior em 2014, quando comparada à dos eleitores brasileiros. O contrário ocorreu em relação ao PSDB, cuja rejeição foi maior entre os eleitores dos outros estados que entre os eleitores paulistas.

No que diz respeito ao comportamento dos eleitores paulistas e brasileiros, os testes estatísticos nos permitiram confirmar parcialmente nossa principal hipótese. Isso porque os dados apresentados ressaltam o que Albuquerque (1992) já havia apontado acerca das razões de ordem pragmática, que teriam passado a ser comuns e a dispor de maior capacidade preditiva nas disputas eleitorais nacionais. No entanto, outras variáveis sociodemográficas e identitárias também demonstram atuar sobre o comportamento eleitoral dos brasileiros. Por outro lado, ao compararmos o eleitorado nacional com o paulista, verificamos que este tende a considerar muito mais as razões de ordem pragmática – sobretudo pela intensidade das variáveis – do que os aspectos sociodemográficos e identitários.

No caso do 1º turno da disputa presidencial de 2002, verificamos que a renda familiar mensal (acima de 20 salários mínimos) e a religião (evangélica) demonstraram-se significativas no plano nacional, mas, em São Paulo, apenas a religião (evangélica) atuou da mesma forma. A classificação ideológica de esquerda foi significativa nas duas esferas, mas com maior intensidade entre os paulistas. Especial atenção deve ser dada às fortes correlações e às elevadas chances das variáveis de rejeição partidária e das que apontam para os maiores problemas do Brasil. Em particular, essas variáveis pareceram exercer ainda maior influência em São Paulo do que nos outros estados brasileiros.

Na eleição para presidente de 2014, em nível nacional, das variáveis e categorias elencadas, 11 apresentaram índices significativos para explicar o voto em Dilma. Nenhuma delas corresponde à categoria de variáveis sociodemográficas e de identificação ideológica. Todas pertencem ao grupo de variáveis pragmáticas: a rejeição

ao PT, a rejeição ao PSDB, a avaliação do governo Dilma, a avaliação sobre a situação econômica e a satisfação com o funcionamento da democracia. Em comparação com os resultados obtidos em 2002, podemos afirmar que as razões pragmáticas exerceram um domínio sobre as razões que definiram o voto dos brasileiros em 2014.

Entretanto, se no plano nacional 11 variáveis demonstraram forte capacidade preditora, no estado de São Paulo apenas uma variável atuou da mesma maneira: a rejeição ao PT. As urnas confirmaram que Dilma não obteve a maioria dos votos em São Paulo. Mas chama atenção a ausência de outras variáveis no modelo elaborado que também pudessem explicar esse comportamento do eleitorado paulista, apesar de os testes estatísticos terem confirmado a relação entre as variáveis e os ajustes do modelo e seu poder preditivo ter correspondido a 71,2%.

O cenário pouco se difere nas disputas pelo Executivo estadual. Em 2002, apenas as variáveis pragmáticas (rejeição ao PT e problemas do país: desemprego, corrupção, dívida externa e fome/pobreza/miséria) explicaram o comportamento dos paulistas na escolha para governador do estado. Cabe ressaltar que três dessas variáveis também foram explicativas para o voto do eleitorado paulista para presidente (rejeição ao PT, desemprego e fome/pobreza/miséria), o que nos dá margem para considerar que os paulistas tendem a recorrer a critérios semelhantes para a escolha de seus candidatos nas esferas do Executivo federal e estadual.

Em 2014, apenas a rejeição partidária, ao PT e ao PSDB, demonstrou capacidade preditiva significativa sobre a escolha dos paulistas para o governo do estado. No entanto, se consideramos o voto para presidente – que também sofreu influência da rejeição ao PT –, o antipetismo foi muito mais elevado e a rejeição ao PSDB foi proporcionalmente menor no âmbito estadual.

Em síntese, vimos que o eleitorado paulista tende a atribuir razões prioritariamente pragmáticas para o seu voto tanto para presidente quanto para governador. Apesar de as variáveis pragmáticas também serem capazes de explicar o comportamento do eleitorado nacional, a atuação e o efeito destas sobre o eleitorado paulista é consideravelmente superior. Um exemplo disso é que a rejeição ao PT foi tão significativa em São Paulo que parece ter minimizado o efeito de outras variáveis. O antipetismo, embora seja um fenômeno nacional, apresenta-se mais intenso em São Paulo, estado originário do PT.

Quando comparados ao início das pesquisas de comportamento eleitoral em São Paulo, sobretudo entre os paulistanos, os dados nos revelaram que há uma modificação do conjunto de variáveis que influenciam as decisões políticas do eleitorado paulista. Estudos anteriores apontavam para as variáveis urbano-rural, classe social, preferência partidária, relações com líderes, entre outras. Neste artigo, foi possível demonstrar que, de 2002 para 2014, as variáveis pragmáticas passaram a exercer maior efeito sobre o comportamento dos eleitores paulistas, principalmente a rejeição partidária.

No plano nacional, as razões pragmáticas também demonstraram exercer influência sobre o voto, porém com menor intensidade em relação ao estado de São Paulo. Além disso, um número maior de variáveis dessa categoria tendeu a explicar o comportamento dos eleitores brasileiros em 2002 e 2014.

Certamente, novos estudos sobre o comportamento eleitoral dos paulistas serão desenvolvidos e essas e outras variáveis deverão ser testadas. Esperamos que este artigo possa, de alguma forma, contribuir para o questionamento, a discussão e a compreensão do comportamento de paulistas e brasileiros.

*Maria Teresa Miceli Kerbauy* – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: <kerbauy@travelnet.com.br>.

*André Luiz Vieira Dias* – Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Bolsista Capes. E-mail: <andrelvdias@me.com>.

### Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, J. A. G. "Identidade, oposição e pragmatismo: uma teoria política do voto". *Lua Nova*, São Paulo, nº 26, p. 53-79, 1992.
- ALFORD, R. R. Class voting in the Anglo American political systems. In: LIPSET, S.; ROKKAN, S. (orgs.). *Party systems and voter alignment: cross-national perspectives*. New York: The Free Press, 1967.
- ALMEIDA, A. C. *A cabeça do brasileiro*. São Paulo: Record, 2007.
- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- BALBACHEVSKY, E.; HOLZHACKER, D. "Identidade, oposição e pragmatismo: o conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 10, nº 2, p. 243-253, out. 2004.
- BERINSKY, A.; LENZ, G. "Education and political participation: exploring the causal link". *Political Behavior*, vol. 33, p. 357-373, 2011.
- BRAGA, M. S. S.; CASALECCHI, G. A. "Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 3, p. 550-568, 2016.
- CAMPBELL, A., et al. *The American voter*. New York: John Wiley and Sons Inc., 1964.
- CARREIRÃO, Y. S. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis: Editora da UFSC; Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- CASTRO, M. M. M. "Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política". Tese de Doutorado em Ciência Política. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.
- CESOP. *Opinião Pública*, Tendências: Eseb-CSES 2010, Campinas, vol. 17, nº 2, p. 516-540, nov. 2011.
- COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. Cambridge: Belknap, 1990.
- CONVERSE, P. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. (org.). *Ideology and discontent*. New York: Free Pass, p. 206-261, 1964.

DALTON, R. J. *The good citizen: how younger generation is reshaping American politics*. Washington: CQ Press, 2009.

\_\_\_\_\_. *Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial*. Los Angeles: Sage Publications, 2014.

DALTON, R. J.; KLINGEMANN, H. *The Oxford handbook of political behavior*. New York: Oxford University Press, 2007.

DIAS, A. L. V.; KERBAUY, M. T. M. "Engajamento cívico e escolaridade superior: as eleições de 2014 e o comportamento político dos brasileiros". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 23, nº 56, p. 149-181, dez. 2015.

DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row Publishers, 1957.

FERREIRA, O. S. "Comportamento eleitoral em São Paulo". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, nº 8, 1960.

\_\_\_\_\_. "As eleições paulistas de 1962". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, nº 16, 1964.

FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. São Paulo: Sumaré, 1991.

FIGUEIREDO, A., et al. "Partidos e distribuição espacial do voto na cidade de São Paulo". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 64, p. 153-160, 2002.

FIORINA, M. P. *Retrospecting voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

HOLZHACKER, D.; BALBACHEVSKY, E. "Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, nº 2, p. 283-306, nov. 2007.

KAM, C. D.; PALMER, C. L. "Reconsidering the effects of education on political participation". *The Journal of Politics*, vol. 70, nº 3, p. 612-631, 2008.

KEY, V. O. *The responsible electorate: rationality in presidential voting (1936-1966)*. Cambridge: Belknap Press, 1966.

KINZO, M. D. A eleição presidencial de 1994 no Brasil: Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real. In: PINTO, C.; GUERREIRO, H. *América Latina: o desafio da democracia nos anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

KUKLINSKY, J. H.; PEYTON, B. Beliefs systems and political decision making. In: DALTON, R. J.; KLINGEMANN, H. *The Oxford handbook of political behavior*. New York: Oxford University Press, p. 45-64, 2007.

LAMOUNIER, B. Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In: CARDOSO, F. H.; LAMOUNIER, B. *Os partidos e as eleições no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra/Cebrap, p. 15-44, 1975.

\_\_\_\_\_. O voto em São Paulo (1970-1978). In: LAMOUNIER, B. (org.). *Voto de desconfiança*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

LAMOUNIER, B. (org.). *1985: o voto em São Paulo*. São Paulo: Idesp, 1986.

LAMOUNIER, B.; MUSZINSKI, J. "São Paulo, 1982: a vitória do (P)MDB". In: *Anais do 7º Encontro Anual da Anpocs*. Águas de São Pedro, out. 1983.

LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas*. Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo, 1991.

LAZARSFELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Columbia University Press, 1944.

LEWIS-BECK, M. *Economics & elections: major western democracies*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1988.

LEWIS-BECK, M. S., et al. *The American voter revisited*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.

- LIMONGI, F.; CORTEZ, R. "As eleições de 2010 e o quadro partidário". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 88, p. 21-37, nov. 2010.
- LIMONGI, F.; MESQUITA, F. "As eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 81, p. 49-67, jul. 2008.
- LIPSET, S. M. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MILLER, W.; SHANKS, J. M. *The new American voter*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.
- MUSZYNSKI, J. O eleitorado paulistano em 1986: a marca do oposicionismo. *Idesp*, São Paulo, 1988.
- NIE, N. H.; ANDERSEN, K. "Mass beliefs systems revisited: political change and attitude structure". *The Journal of Politics*, vol. 36, 1974.
- NIE, N. H., et al. *The changing American voter*. Cambridge: Harvard University Press, 1976.
- NIE, N. H.; HILLYGUS, D. S. Education and democratic citizenship: explorations into the effects of what happens in pursuit of the baccalaureate. In: RAVITCH, D.; VITERITTI, J. (orgs.). *Education and civil society*. New Haven, CT: Yale University Press, 2001.
- NORRIS, P. *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. "Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 21, nº 3, p. 574-600, dez. 2015.
- PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P. "O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 3, p. 638-674, 2016.
- PIERUCCI, F. "A direita mora do outro lado da cidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº 10, p. 44-64, 1989.
- PIERUCCI, F.; LIMA, M. C. "A direita que flutua: o voto conservador nas eleições de 1990 em São Paulo". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 29, p. 10-21, 1991.
- PIERUCCI, F.; LIMA, M. C. "São Paulo 92: a vitória da direita". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 35, p. 94-99, 1993.
- POPKIN, S., et al. "Comment: what have you done for me lately? Toward an investment theory of voting". *The American Political Science Review*, vol. 70, nº 3, 1976.
- REIS, F. W. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. In: REIS, F. W. *Mercado e utopia*. São Paulo, Edusp, p. 281-325, 2000.
- RENNÓ, L.; AMES, B. "PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 20, nº 1, p. 1-25, abr. 2014.
- RENNÓ, L.; CABELLO, A. "As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 25, nº 74, p. 39-60, out. 2010.
- RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. "Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 3, p. 603-637, 2016.
- RIKER, W. H. *Liberalism against populism*. San Francisco: W. Freeman and Company, 1983.
- SCHLEGEL, R. "Educação e comportamento político: os retornos políticos decrescentes da escolarização brasileira recente". Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.
- SCHLEGEL, R. A educação brasileira e seus retornos políticos decrescentes. In: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (orgs.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: Edusp, 2013.

SCHLOZMAN, K. L. Citizen participation in America: what do we know? Why do we care? In: KATZNELSON, I.; MILNER, H. V. (orgs.). *Political science: state of the discipline*. New York: W. W. Norton & Company, 2002.

SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975.

\_\_\_\_\_. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SILVEIRA, F. E. "O novo eleitor não-racional". Tese de Doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SIMÃO, A. "O voto operário em São Paulo". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, nº 1, 1956.

SINGER, A. Collor na periferia: a volta por cima do populismo? In: LAMOUNIER, B. (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré/Idesp, 1990.

\_\_\_\_\_. "Ideologia e voto no segundo turno da eleição presidencial de 1989". Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. "Identificação ideológica e voto no Brasil: o caso das eleições presidenciais de 1989 e 1994". Tese de Doutorado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo, Edusp, 2000.

SPECK, B. W.; BALBACHEVSKY, E. "Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 3, p. 569-602, 2016.

WEFFORT, F. "Raízes sociais do populismo em São Paulo". *Revista Civilização Brasileira*, ano 1, nº 2, p. 39-60, maio 1965.

## Anexo metodológico

Ao recorrermos ao modelo de regressão logística binária em nossa análise, foi preciso recodificar as variáveis para a aplicação dos testes estatísticos. Dessa maneira, no grupo de variáveis sociodemográficas, a variável renda familiar mensal foi categorizada a partir do valor do salário mínimo em cada período – R\$ 200,00 em 2002 e R\$ 724,00 em 2014 – e padronizada em seis faixas de renda familiar mensal; as variáveis escolaridade e faixa etária<sup>10</sup> foram padronizadas em quatro categorias; e a variável religião, em três categorias<sup>11</sup>.

Sobre o grupo de variáveis de caráter identitário e de interesse por política, categorizamos a autolocalização ideológica em esquerda, centro e direita, sendo o "centro" adotado como referência para as demais categorias<sup>12</sup>. Em relação ao interesse por política, optamos por manter o padrão aplicado na onda de 2002, considerando três categorias: "nada interessado", "interessado ou

<sup>10</sup> No caso das faixas etárias, adotamos a sugestão já utilizada pelo Cesop em suas análises: de 16 a 24 anos; de 25 a 40 anos; de 41 a 64 anos; e 65 ou mais.

<sup>11</sup> Para as variáveis renda familiar mensal, escolaridade, sexo, faixa etária e religião, consideramos como referências as categorias "até 1 salário mínimo", "analfabeto", "masculino", "65 anos ou mais" e "outras religiões", respectivamente.

<sup>12</sup> Nas ondas de 2002 e 2014, o Eseb aferiu a autolocalização ideológica dos respondentes a partir de uma escala de 0 a 10, em que 0 significa ser de esquerda e 10 ser de direita. Em nossa análise, categorizamos o posicionamento ideológico como sendo esquerda (de 0 a 3), centro (de 4 a 6) e direita (de 7 a 10).

pouco interessado” e “muito interessado”<sup>13</sup>. No sistema *dummy*, as categorias “nenhum interesse”, em 2002, e “nada interessado”, em 2014, foram consideradas como referências das demais categorias.

O terceiro conjunto de variáveis é o das que possuem um caráter pragmático: a rejeição partidária, ser beneficiário do Bolsa Família, a avaliação retrospectiva do desempenho, a avaliação da situação econômica do país nos últimos 12 meses, a satisfação com o funcionamento da democracia, a adesão à democracia e o apontamento do maior problema do país.

Considerando a polarização entre PT e PSDB no cenário político nacional e estadual, selecionamos a variável rejeição partidária no intuito de averiguar seu impacto nas esferas federal e estadual. No entanto, assim como em relação à variável interesse por política, a mensuração da rejeição partidária se deu de forma diferente em 2002 e 2014, embora tenha conservado o mesmo sentido. Em 2002, o Eseb mensurou a rejeição partidária a partir das seguintes respostas: “votaria” e “não votaria”. Em 2014, a mensuração da rejeição partidária foi aprimorada e apresentada sob o formato de escala de 0 a 10, em que 0 significa “rejeição” e 10 significa “não rejeição”. Sendo assim, seguindo o mesmo modelo da mensuração do posicionamento ideológico, categorizamos essa variável como “rejeição” (de 0 a 3), “indiferentes” (de 4 a 6) e “não rejeição” (de 7 a 10). Na análise dos dados, sob o formato *dummy*, consideramos a categoria “indiferente” como aquela que servirá de referência para a análise das demais categorias<sup>14</sup>.

A variável que trata do beneficiário do Bolsa Família foi mantida em seu formato original em que as opções de respostas foram “sim” ou “não”, sendo esta última a categoria de referência.

Na análise dos dados de 2002, consideramos a avaliação retrospectiva do governo de Fernando Henrique Cardoso a partir das categorias “ótimo”, “bom”, “regular bom”, “regular ruim”, “ruim” e “péssimo”; a satisfação com o funcionamento da democracia a partir das categorias “muito satisfeito”, “satisfeito”, “indiferente”, “pouco satisfeito” e “nada satisfeito”; a adesão à democracia a partir das ideias de que ela “é sempre a melhor forma de governo” e de que, “em algumas situações, a ditadura é melhor que a democracia”; e o maior problema do país<sup>15</sup> a partir das categorias “desemprego”, “violência e segurança”, “inflação”, “corrupção”, “educação”, “saúde”, “fome/pobreza/miséria”, “desigualdade social e distribuição de renda”, “salários e poder aquisitivo”, “economia/dólar/crise econômica”, “governo FHC e políticas adotadas”, “drogas”, “dívida externa”, “má administração e políticos”, “seca”, “transporte”, “desvalorização do real”, “impostos altos” e “outros”.

<sup>13</sup> O Eseb de 2014 mensurou o interesse por política a partir das seguintes categorias: “nada interessado”, “pouco interessado”, “interessado” e “muito interessado”. Com o intuito de comparar a intensidade do interesse por política manifestado pelos respondentes, seguimos o modelo utilizado pela onda de 2002 e recodificamos a variável com as categorias “nenhum interesse”, “interessado ou pouco interessado” e “muito interessado”.

<sup>14</sup> Em todos os testes de regressão aplicados foram considerados como ausentes os casos de “não sabe”, “não respondeu” e “não se aplica”.

<sup>15</sup> Essa variável foi aplicada apenas na onda de 2002. Todavia, optamos por mantê-la em nossa análise pelo fato de os testes estatísticos terem sinalizado para a forte relação desta com o voto. Em 2014, embora o Eseb tenha aprimorado a apresentação e a aplicação de algumas variáveis, a variável o maior problema do Brasil não foi aplicada e, portanto, não nos permitirá comparações de seu efeito nos períodos observados.

Para os dados de 2014, utilizamos as mesmas categorias apresentadas originalmente pelo Eseb no que diz respeito à variável sobre avaliação do governo Dilma (no caso, as categorias "ótimo", "bom", "regular", "ruim" e "péssimo"). Em relação à avaliação da situação econômica do país nos últimos 12 meses, reagrupamos as categorias em "melhor", "igual" e "pior". A variável sobre satisfação com o funcionamento da democracia repete as categorias utilizadas na onda de 2002 e a variável relativa à adesão à democracia acrescenta a categoria "indiferente", além das outras duas também aplicadas em 2002.

Uma vez organizadas e recodificadas as categorias das variáveis independentes (sociodemográficas, identitárias e pragmáticas), testamos os seus efeitos sobre as variáveis dependentes do nosso modelo: os votos para presidente e para governador de São Paulo nas eleições de 2002 e 2014. Para sustentar nossa análise, também aplicamos os testes de qui-quadrado, verossimilhança log -2,  $R^2$  Cox & Snell e o  $R^2$  Nagelkerke, já que estes aferem a significância da relação entre as variáveis analisadas, além da qualidade e aceitabilidade do modelo ajustado no intuito de poder concluir o efeito das variáveis predictoras sobre as variáveis respostas. A partir desses testes consideramos o coeficiente  $\beta$  enquanto uma indicação de como o sistema e os resultados obtidos se alterarão caso ocorra uma mudança na variável analisada; o valor da estatística de Wald, de quanto a mudança indicada por  $\beta$  difere de 0; o grau de significância de cada variável; o Exp ( $\beta$ ), ou *odd ratio*, que nos indica a relevância de cada variável analisada; e o cálculo de chances, como uma interpretação mais simples e didática do Exp ( $\beta$ )<sup>16</sup>.

## Resumo

### *O comportamento eleitoral dos paulistas e dos brasileiros nas eleições de 2002 e 2014*

A hipótese deste artigo é a de que existem distinções em relação ao comportamento eleitoral entre os eleitorados paulista e brasileiro. No caso, os aspectos sociodemográficos, quando comparados aos identitários e pragmáticos, influenciam menos o comportamento dos eleitores paulistas do que o dos brasileiros em geral. Em síntese, os paulistas tenderiam a considerar menos os aspectos sociais, econômicos e identitários e mais os aspectos pragmáticos. Para isso, aplicamos o modelo de regressão logística binária sobre os votos para presidente e para governador de São Paulo no 1º turno das eleições de 2002 e 2014. A seleção de variáveis predictoras considerou algumas das que já foram e/ou ainda costumam ser indicadas por diversas pesquisas nacionais, além de outras sugeridas por este artigo, divididas em três grupos: variáveis sociodemográficas (renda familiar mensal, escolaridade, idade, sexo e religião), identitárias (interesse por política e posicionamento ideológico) e pragmáticas (rejeição partidária, beneficiário do Programa Bolsa Família, avaliação em relação ao governo, à economia e à democracia). Finalmente, acreditamos que este artigo possa contribuir como um estudo preliminar capaz de identificar aspectos e conjuntos de variáveis que explicam possíveis mudanças e tendências do comportamento político dos eleitorados paulista e brasileiro.

*Palavras-chaves:* comportamento político; eleitorado paulista; Eseb

<sup>16</sup> Por se tratar de um modelo com extensa gama de variáveis e categorias testadas, optamos por apresentar nas tabelas apenas aquelas em que verificamos relações significativas e as destacamos no corpo do texto.

## **Abstract**

### *The electoral behavior of Paulistas and Brazilians in the 2002 and 2014 elections*

The hypothesis presented in this work is that there are distinctions in electoral behavior between São Paulo's electorate and the general Brazilian electorate. This was noted when comparing socio-demographic aspects to identity and pragmatic ones. This comparison showed that socio-demographic aspects have a lower influence over the behavior of Paulista voters than over Brazilians in general. In short, the Paulistas would tend to consider social and economic aspects less and identity and pragmatic aspects more. In our analysis, we applied a binary logistic regression model on the votes for president and for governor of São Paulo in the first round of the elections in 2002 and 2014. In order to select the predictive variables for this study, we took into consideration not only some variables that were already and/or are still usually indicated by many national studies, but also other variables divided into three groups: 1) social and demographic variables (monthly family income, schooling, age, sex, and religion); 2) identity (interest in politics and ideological positioning); and pragmatic (partisan rejection, Bolsa Família beneficiary, evaluation and relation to government, economy, and democracy). Finally, we believe that this analysis, as a preliminary study, can contribute to identifying aspects and sets of variables that explain possible changes and trends in the political behavior of the Paulista and Brazilian electorates.

**Keywords:** political behavior; São Paulo electorate; Eseb

## **Resumen**

### *El comportamiento electoral de paulistas y de brasileños en las elecciones de 2002 y 2014*

La hipótesis que sigue es que hay diferencias en relación al comportamiento electoral entre el electorado de São Paulo y la de otros estados brasileños. En ese caso, los factores socio demográficos y los de la identidad en cuanto comparados con los pragmáticos, influyen menos en el comportamiento de los votantes Paulistas que en el de los brasileños en general. En resumen, los paulistas tienden a considerar menos los aspectos sociales, económicos e identitarios y más los aspectos pragmáticos. En nuestro análisis, aplicamos el modelo de regresión logística binaria en los votos para presidente y gobernador de São Paulo en la primera ronda de las elecciones de 2002 y 2014. La selección de las variables predictoras, consideró algunas de las cuales ya han sido y/o son generalmente indicadas por varias encuestas nacionales, así como otras sugeridas por este estudio, se dividieron en tres grupos: variables socio-demográficas (los ingresos mensuales de la familia, nivel educativo, edad, sexo y religión), identidades (interés en la política y la posición ideológica) y pragmática (rechazo, destinatario del Programa Bolsa Familia, la evaluación en relación al gobierno, a la economía y a la democracia). Por último, creemos que este análisis puede contribuir como un estudio preliminar capaz de identificar aspectos y conjuntos de variables que explican los posibles cambios y tendencias en el comportamiento político de los electorados de São Paulo y de Brasil.

**Palabras clave:** comportamiento político; electorado de São Paulo; Eseb

## **Résumé**

### *Le comportement électoral à São Paulo et au Brésil pour les élections de 2002 et 2014*

L'hypothèse de cet article est qu'il existe des distinctions en ce qui concerne le comportement électoral des électeurs de São Paulo par rapport à ceux du Brésil. Dans ce cas, les facteurs sociodémographiques, lorsqu'on les compare aux facteurs identitaires et pragmatiques, influencent moins le comportement des électeurs de São Paulo que celui des brésiliens en général. En fait, on aurait tendance, à São Paulo, à moins tenir compte des aspects sociaux, économiques et identitaires que des aspects pragmatiques. Dans l'analyse, nous avons appliqué le modèle de régression logistique binaire des votes pour le président et le gouverneur de l'état de São Paulo au 1<sup>er</sup> tour des élections de 2002 et de 2014. La sélection de variables prédictives en concerne quelques-unes qui

ont été et/ou sont encore indiquées par plusieurs enquêtes nationales, outre celles suggérées dans cette étude, divisées en trois groupes : les variables sociodémographiques (le revenu familial, l'éducation, l'âge, le sexe et la religion), les variables identitaires (l'intérêt politique et le positionnement idéologique) et les variables pragmatiques (rejet du parti, bénéficiaire du Programme d'aide aux familles, évaluation du gouvernement, de l'économie et de la démocratie). Enfin, cette analyse pourrait contribuer comme une étude préliminaire afin d'identifier les aspects et les ensembles de variables qui expliquent les changements et les tendances possibles du comportement politique des électeurs de São Paulo et du Brésil.

*Mots-clés* : comportement politique ; électorat de São Paulo ; Eseb

Artigo submetido à publicação em março de 2016.

Versão final aprovada em março de 2017.

# O Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados: a evolução das bases socioeconômicas e territoriais (1994-2014)

---

Natalia Maciel

Tiago Ventura

---

## Introdução

Em outubro de 2014, Dilma Rousseff reelegeu-se presidente da República do Brasil. O ineditismo nessa eleição foi a alternância na liderança dos candidatos nas pesquisas eleitorais. O que não houve de inédito foi a quarta vitória consecutiva do Partido dos Trabalhadores (PT), a disputa centralizada entre petistas e tucanos e a manutenção do padrão das bases eleitorais dos candidatos petistas desde as eleições de 2006.

As vitórias eleitorais do PT à presidência geraram diversos estudos na área de comportamento eleitoral, em especial os dedicados à mudança da base eleitoral na reeleição de Lula. Em síntese, esses estudos demonstram que a partir de 2006 os votos petistas migraram para estados das regiões Norte e Nordeste do país, distribuindo-se em municípios com menor renda *per capita*, indicadores mais baixos de desenvolvimento humano, menor população e menor taxa de urbanização. A variável explicativa destacada como mais importante dessa mudança foi o programa Bolsa Família<sup>1</sup>. O novo perfil das bases petistas se manteve nas eleições seguintes, quando o partido teve Dilma Rousseff como candidata (Carraro et al., 2007; Hunter e Power, 2007; Nicolau e Peixoto, 2007; Soares e Terron, 2008; Zucco, 2008; Singer, 2012; Zucco e Power, 2013; Zucco, 2013; Samuels e Zucco, 2014; Nicolau, 2015).

Esses estudos tiveram como foco o desempenho do PT nos pleitos presidenciais. No entanto, poucos trabalhos se dedicaram à análise dos resultados eleitorais do partido para a Câmara dos Deputados. Suprir essa lacuna é nosso objetivo. Pretendemos investigar a composição socioeconômica e demográfica dos votos do PT para a Câmara Federal no período compreendido entre 1994 e 2014. Nossa hipótese é de que a votação do partido para essa casa legislativa vem passando por mudanças em sua distribuição espacial e socioeconômica, afastando-se dos principais centros urbanos do país e caminhando rumo a cidades com tamanho populacional menor e renda *per capita* mais

---

<sup>1</sup> Cf. Bonn (2011) para verificar uma posição contrária ao papel do Bolsa Família no ciclo eleitoral brasileiro.

baixa. Esse movimento mostraria um reencontro, lento e gradativo, dos votos dos candidatos petistas à Câmara dos Deputados com o novo perfil da base eleitoral de seus candidatos à presidência.

A verificação dessa reaproximação eleitoral traz novos elementos a um dos principais debates recentes da ciência política brasileira: a relação entre o *lulismo* e o *petismo*. A compreensão de que a eleição de 2006 evidenciou um realinhamento eleitoral em torno da candidatura petista à presidência e de que essa alteração não foi seguida pela votação do partido no Legislativo sustenta o componente eleitoral do conceito de *lulismo* formulado por André Singer (2012). A mudança das bases socioeconômicas do voto dos candidatos petistas à Câmara dos Deputados destacada neste artigo pretende demonstrar que essa disjuntiva entre *lulismo* e *petismo* se limitou ao pleito de 2006. Ainda assim, nossos resultados indicam que a alteração das bases petistas para essa casa legislativa teve início já nesse ano.

O artigo dialoga com a literatura sobre a abordagem contextual do comportamento político e a geografia eleitoral a fim de trazer novos elementos e possibilidades de análise empírica para a discussão teórica sobre o *lulismo* e o *petismo*. Testamos nossa hipótese utilizando o município como unidade de análise e, em um primeiro momento, realizamos uma exploração descritiva das características demográficas dos municípios em que os candidatos a deputado federal do PT tiveram bom desempenho. Em um segundo momento, apresentamos modelos longitudinais que abarcam as seis eleições compreendidas no período entre 1994 e 2014. Testamos o impacto de variáveis socioeconômicas como renda *per capita*, densidade populacional, educação e porcentagem de população urbana na votação do PT para essa casa legislativa. Tendo em vista a literatura que analisa o efeito *coattail* entre a votação para cargos legislativos e a dos candidatos a postos executivos (Shugart e Carey, 1992; Cox, 1997, Samuels, 2003; Avelino, Biderman e Barone, 2012), incluímos variáveis políticas como presença de prefeito e governador do PT, votação do candidato a presidente e governador e a posição frente ao governo federal (oposição de 1994 a 2002 e situação de 2006 a 2014) como controles.

Os resultados confirmam nossa hipótese: as bases territoriais de apoio do PT no Legislativo federal apresentam mudanças em suas características socioeconômicas a partir do ano de 2006. Nos anos em que esteve na oposição o partido foi mais bem votado em municípios mais urbanizados e com maior renda *per capita*. No pleito em que Lula foi reeleito, a votação para a Câmara foi maior em municípios menos urbanizados e com menor renda, e as eleições que se seguiram mantiveram essa tendência. Testes complementares indicaram que o programa Bolsa Família não teve influência na votação para essa casa legislativa. Contudo, as variáveis políticas apresentaram forte impacto, sendo ainda mais relevantes que as socioeconômicas na explicação do desempenho eleitoral do partido. As análises descritivas demonstraram que também a partir de 2006 a votação dos candidatos petistas a deputado federal começou a crescer na região Nordeste em detrimento das regiões Sul e Sudeste. A eleição de 2014, por sua vez, foi a

primeira em que o partido apresentou porcentagem de votação maior em cidades pequenas, com até 20 mil habitantes.

O artigo é composto por cinco seções, além desta “Introdução” e de uma “Conclusão”. A seção “Bases eleitorais da votação dos candidatos à presidência e à Câmara dos Deputados do PT: dois fenômenos convergentes” é dedicada à revisão da literatura e à contribuição teórica trazida neste artigo para o debate sobre os conceitos de *lulismo* e *petismo*. Em “Abordagem contextual do comportamento eleitoral: o efeito do contexto espacial na decisão do voto”, tratamos da literatura teórica sobre esse efeito e o que já sabemos sobre a geografia eleitoral das eleições para a Câmara no Brasil. Essa seção objetiva demonstrar a importância de levar em consideração o território nos estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil. A seção “A votação do PT para a Câmara dos Deputados: uma análise descritiva de seis eleições” apresenta uma análise descritiva das características dos municípios em que o PT se destacou eleitoralmente. Em “Tratamento dos dados e métodos”, descrevem-se os dados e os métodos que serão utilizados. Por fim, apresentamos os “Resultados dos modelos longitudinais”. O artigo se encerra com uma pequena “Conclusão” acerca dos resultados, as consequências desses achados e os desafios futuros à melhor compreensão do desempenho eleitoral do PT.

### **Bases eleitorais da votação dos candidatos à presidência e à Câmara dos Deputados do PT: dois fenômenos convergentes**

O *lulismo* e o *petismo* foram dois dos conceitos mais abordados na década recente pela ciência política brasileira, seja com análises considerando mais centralmente seus aspectos ideológicos (Rennó e Cabello, 2010; Ricci, 2010; Singer, 2012; Samuels e Zucco, 2014) ou aquelas dedicadas a interpretar as suas características do ponto de vista do comportamento político dos eleitores (Nicolau e Peixoto, 2007; Carraro et al., 2007; Hunter e Power, 2007; Zucco, 2008).

André Singer (2012) foi pioneiro na produção acadêmica nesse tema. O autor define o *lulismo* como um realinhamento eleitoral ocorrido nas eleições de 2006. Setores mais empobrecidos da sociedade brasileira aderiram à figura do presidente Lula como resultado da escolha, no primeiro mandato, de uma agenda de redução da miséria e manutenção da ordem econômica. Os setores mais escolarizados e de maior renda, base tradicional da eleição de Lula em 2002, afastaram-se em decorrência das denúncias de corrupção em 2005.

Para Singer, o PT não acompanhou a inserção de seu candidato à presidência da República nas camadas mais populares, pois ainda manteve suas bases eleitorais tradicionais nas eleições de 2006. No aspecto ideológico, o *petismo* também ocuparia espaço distinto da gramática moderada do *lulismo*, mantendo, ainda que de forma conflituosa, traços programáticos mais radicais, característicos do seu processo de fundação. Em outras palavras, o *petismo* e o *lulismo* teriam ocupado espaços ideológicos e eleitorais distintos.

No entanto, o autor prevê para o período pós-2006 um movimento crescente de adesão do *petismo* ao *lulismo*, ou seja, de encurtamento entre a distância ideológica e eleitoral entre esses dois movimentos. Esse fenômeno já seria perceptível em estudos que indicam a perda da identificação ideológica de simpatizantes do PT com a esquerda e o crescimento do apoio ao partido nas classes mais populares e menos escolarizadas (Veiga, 2007; Venturi, 2010; Samuels, 2006).

A maior parte das críticas recebidas por Singer foca na refutação da tese da separação operada entre *lulismo* e *petismo*. Samuels e Zucco (2014) condensam parte importante dessa literatura. Os autores definem o *lulismo* como um sentimento fraco ideologicamente e derivado em grande parte de avaliações retrospectivas ligadas ao desempenho governamental de Lula no primeiro mandato. Tal conclusão baseia-se tanto em estudos que indicam convergências entre a ideologia dos simpatizantes de Lula e as bandeiras históricas do PT (Nunes, Giani e Resende, 2010; Samuels, 2006) como em pesquisas de opinião que evidenciam a convergência ideológica entre simpatizantes de Lula e simpatizantes do PT (Rennó e Cabello, 2010). Tais achados refutariam parte da tese de Singer de que *petismo* e *lulismo* teriam bases ideológicas distintas. Para os autores a base ideológica de ambos os fenômenos é a mesma: a construção de uma estratégia não revolucionária para a ampliação da igualdade e da participação política na democracia brasileira.

Resta a Samuels e Zucco explicarem a segunda parte da tese de Singer que se refere à separação eleitoral entre *lulismo* e *petismo* nas eleições de 2006. Eles o fazem recorrendo à tese de que em sistemas presidencialistas multipartidários haveria uma tendência de eleitores pobres atribuírem a responsabilidade pelas melhorias em suas condições de vida ao presidente em exercício e não ao seu partido. Portanto, a compreensão do *lulismo* e do *petismo* como um movimento ideológico de raízes similares não deveria levar à conclusão de que apoiadores da figura pública do presidente Lula se converteriam automaticamente em simpatizantes do PT como consequência do sistema multipartidário e presidencialista brasileiro. Segundo os autores, estaria em curso uma tendência, incentivada pela direção do partido, de se aproximar cada vez mais do perfil do eleitor *lulista*, investindo na expansão de sua estrutura partidária e sua base de filiados. Se bem-sucedida, tal estratégia levaria ao encurtamento da distância percebida nas eleições de 2006 entre os eleitores dos presidencialistas petistas e seus candidatos à Câmara Federal, fazendo com que *lulismo* e *petismo* conformassem um movimento mais próximo do ponto de vista eleitoral.

Em síntese, apesar da divergência no diagnóstico, os dois estudos preveem futuro semelhante ao PT. Seja por esforço partidário, como indicam Samuels e Zucco (2014), seja por pressão do discurso conciliador promovido pelo *lulismo* no interior do PT, como aponta Singer (2012), os anos seguintes seriam de crescente aproximação entre os apoiadores do partido e os apoiadores de seus candidatos à presidência. Investigar se tal aproximação se materializou do ponto de vista eleitoral é um desafio ainda ausente na literatura, por isso constitui-se objetivo deste artigo. Sua comprovação

é central para a compreensão da dinâmica atual do PT. O partido mudou seu perfil eleitoral? Afastou-se de seus espaços tradicionais de atuação? O *petismo* e o *lulismo* se reencontraram do ponto de vista eleitoral? São perguntas ainda em aberto.

Há um estudo dedicado exclusivamente a esse tema – *As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio* (Terron e Soares, 2010). Terron e Soares (2010) demonstram, a partir da utilização de técnicas de econometria espacial, que houve uma separação no território eleitoral ocupado por Lula e pelo PT e concluem que existiu um divórcio entre *lulismo* e *petismo* em 2006. Outros trabalhos, que trataram a votação do PT para a Câmara somente de forma lateral, chegaram às mesmas conclusões: a mudança da geografia do voto em Lula não influenciou a votação petista para a Câmara dos Deputados nessa eleição (Hunter e Power, 2007; Zucco, 2008).

Acreditamos, contudo, que essa explicação é um retrato específico das eleições de 2006. Cabe investigar se, ao incorporar as eleições de 2010 e 2014 nas análises, os votos do PT para a Câmara convergiram ou não rumo às novas bases eleitorais de seus candidatos à presidência.

### **Abordagem contextual do comportamento eleitoral: o efeito do contexto espacial na decisão do voto**

O comportamento eleitoral é frequentemente analisado com base em uma abordagem composicional, na qual características e atitudes individuais do eleitor – tais como suas preferências partidárias, classe, situação econômica, religião, avaliação retrospectiva e futura das propostas do governo – são os principais fatores que influenciam a decisão do voto. Contudo, apesar de o comportamento ser um atributo individual, eles são desenvolvidos em contextos históricos, sociais e geográficos específicos. Nesse sentido, decisões políticas também são influenciadas por elementos do meio e das relações sociais às quais os indivíduos estão vinculados em suas vidas diárias (Agnew, 1996; Johnston e Pattie, 2006; Terron, 2012).

A abordagem contextual do comportamento eleitoral é complementar à abordagem composicional pois entende que relações sociais devem ser analisadas ao longo do tempo e do espaço e, ao mesmo tempo, vinculadas à produção de atitudes e comportamentos individuais. Indivíduos são influenciados em algum grau pelo contexto espacial dos lugares em que vivem quando tomam decisões políticas (Agnew, 1996). O contexto pode influenciar de diferentes formas a escolha do voto: pela observação das condições socioeconômicas locais; pelo contato com os vizinhos em redes sociais interpessoais; por meio do fluxo de informação pelas mídias locais; pelas estratégias de campanha de partidos e políticos nas localidades, entre outras formas (Johnston e Pattie, 2006).

O processo de interação social nos arredores de onde os indivíduos vivem é denominado pela abordagem contextual como efeito de vizinhança. Esse processo envolve uma interação interpessoal em que há uma “conversão por conversação”:

peças que interagem entre si continuamente tendem a ter comportamentos e tomar decisões políticas similares (Johnston e Pattie, 2006). A composição social do contexto cria atalhos informacionais enviesados pelas características específicas daquele espaço, que, por sua vez, moldam a forma como as pessoas compreendem a política. Como resultado, os indivíduos desenvolvem uma alta sensibilidade para os atalhos informacionais de classe, que influenciam os julgamentos que eles fazem sobre os seus arredores sociais (Burbank, 1995).

O contexto espacial é um fator que deve ser considerado ao se analisar o comportamento eleitoral no sistema proporcional de lista aberta brasileiro. A campanha eleitoral para as cadeiras da Câmara dos Deputados é uma disputa por espaço. Esse espaço pode ser ideológico, no entanto, com frequência trata-se de espaço físico, já que campanhas são desenhadas e implementadas tendo em vista o território (Ames, 2003). Nesse mesmo espaço físico, o eleitor decide o seu voto influenciado, entre outros fatores, pelo contexto socioeconômico e político de sua localidade.

Estudos sobre a geografia do voto comprovam que indicadores sociais e econômicos são variáveis importantes para compreender as bases territoriais dos partidos políticos na Câmara dos Deputados. Soares (1973) demonstra que os partidos políticos do período democrático de 1946 a 1964 refletiam uma divisão não apenas econômica regional do Brasil, mas também das classes sociais que compunham essas regiões. Partidos conservadores como o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) tinham maior ganho eleitoral em áreas rurais e subdesenvolvidas, enquanto partidos de esquerda, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), recebiam maior apoio de regiões urbanizadas e desenvolvidas da região Sudeste. Soares acreditava que o comportamento não ideológico das regiões subdesenvolvidas do país, onde o eleitorado rural era manipulado pelas elites conservadoras, iria se reverter como resultado da intensificação da urbanização e da industrialização dessas áreas.

Ao analisar a relação entre as bases territoriais dos partidos contemporâneos e as atividades legislativas de seus deputados federais, Carvalho (2003) demonstra que parlamentares que recebem maior quantidade de votos em capitais apresentam comportamento legislativo mais universalista e programático, enquanto os que são mais bem votados em cidades do interior apresentam comportamento mais particularista e localista. O autor destaca que a dicotomia capital/interior apresenta uma forte descontinuidade nos indicadores sociais como índice de desenvolvimento humano, educação, renda e urbanização. Todos esses indicadores são maiores nas capitais e grandes cidades, o que sugere uma relação entre o tamanho populacional dos municípios e os indicadores sociais.

Ao mesmo tempo, deputados com bases territoriais de apoio em grandes cidades têm incentivo a desenvolver um comportamento parlamentar mais universalista, já que um eleitorado muito numeroso desincentiva atividades legislativas particularistas por ser difícil cobrar crédito por elas. O inverso ocorre em cidades menores: o eleitorado mais

reduzido incentiva a atividade legislativa particularista, já que a conexão eleitoral direta com o eleitor é facilitada (Carvalho, 2003). O autor demonstra que a distribuição das bases eleitorais dos partidos nas eleições para a Câmara dos Deputados nos anos de 1994 e 1998 apresenta um padrão bem definido segundo a dicotomia capital/interior. Partidos ideológicos, como o PT, recebiam maior apoio eleitoral nas capitais, enquanto partidos considerados *catch-all*, como o PMDB e o então PFL (atualmente DEM), tinham maior votação em municípios do interior.

Sobre a geografia eleitoral específica da votação do PT para a Câmara dos Deputados, Terron e Soares (2010) realizam um estudo, utilizando o município como unidade de análise, para demonstrar o “divórcio” entre as bases eleitorais de Lula e do PT. Os autores inovam ao utilizarem o método estatístico espacial com o objetivo de subsidiar a discussão sobre *petismo* e *lulismo* com base em uma investigação espaço-temporal. Eles demonstram com análise descritiva de dados que a votação de Lula aumentou de 1994 a 2006. Em contrapartida, apesar de ter melhorado o seu desempenho na Câmara ao longo do tempo, os autores verificam uma redução na votação do partido para essa casa legislativa, principalmente no ano de 2006. A diferença em pontos percentuais da votação para a presidência e para a Câmara aumenta gradualmente de 1994 a 2006.

A comparação entre os territórios eleitorais de Lula e do PT é feita por Terron e Soares (2010) por meio de índices de correlação espacial bivariado de Moran e por regressões espaciais. A análise dos municípios em que há coincidência de votação alta em Lula e no PT, indicado pelos *clusters* do índice de Moran Local, demonstra que existe um aumento do número de municípios que consistem em territórios eleitorais de ambos entre 1994 e 1998, enquanto a estatística não é significativa para os anos de 2002 e 2006.

Ao analisarem a espacialização do voto separadamente, os autores mostram que na eleição de 2002 a votação de Lula se diferencia da dos deputados por conta do seu aumento e expansão territorial. O candidato à presidência passou a depender menos dos territórios eleitorais do PT e a conquistar mais votos em municípios onde os candidatos a deputado não conseguiram o mesmo desempenho. Em 2006 os territórios eleitorais em comum reduzem drasticamente, passando de 401 para 115 municípios (Terron e Soares, 2010, p. 325 e 326). Nesse sentido, os autores concluem que o desempenho eleitoral de Lula e do PT tem agentes promotores distintos. Eles levantam a hipótese de que “o petismo permanece ligado ao ativismo político e às organizações comunitárias”, enquanto a expansão territorial de Lula teve como principal responsável o programa Bolsa Família, principalmente para o Norte e Nordeste do país. O programa “cria um vínculo entre o eleitor e o presidente sem a intermediação de outros atores políticos, e permite uma aproximação maior com os prefeitos, independente de partido” (Terron e Soares, 2010, p. 334).

Nesse sentido, a análise das bases territoriais e de sua composição socioeconômica aparece como fator importante para desvendar aspectos do

comportamento eleitoral e da formação dos partidos políticos no Brasil. A importância dessa abordagem é a primeira defesa teórica que pretendemos fazer. Este artigo se insere nessa tradição de estudos de comportamento eleitoral no Brasil nos quais o território eleitoral e suas características socioeconômicas são fator importante de análise. Nesse sentido, os métodos aqui empregados utilizarão dados agregados no nível dos municípios com vistas a entender alterações nas bases eleitorais do PT<sup>2</sup>.

### **A votação do PT para a Câmara dos Deputados: uma análise descritiva de seis eleições**

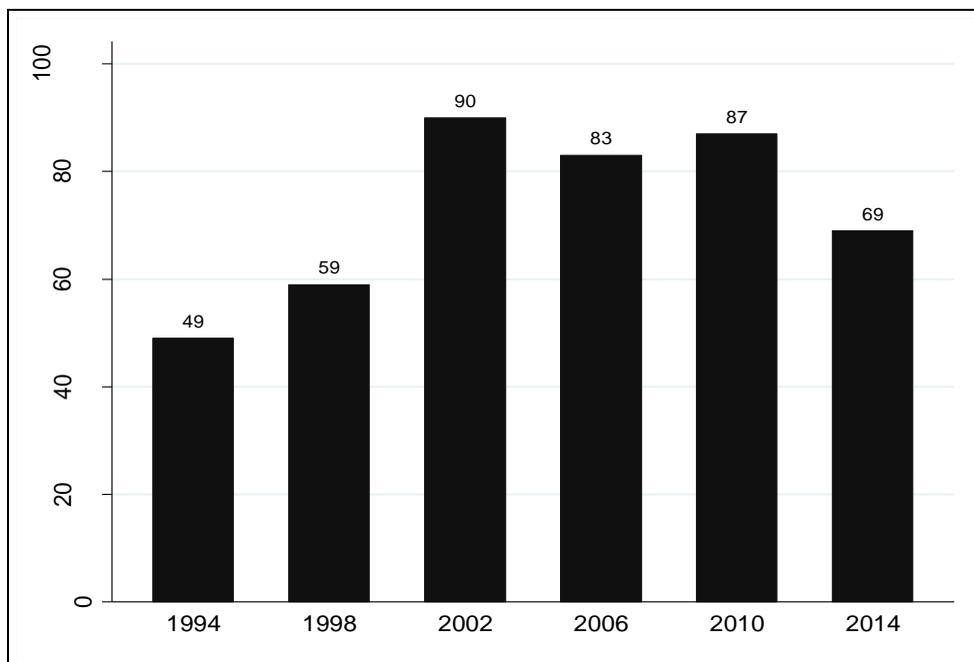
O PT ampliou consideravelmente a sua presença na Câmara dos Deputados nas últimas seis eleições. Essa ampliação, contudo, não foi constante, apresentando recuos e avanços ao longo do tempo. O Gráfico 1 mostra a tendência crescente da presença do partido nessa casa legislativa nas eleições da década de 1990, alcançando o seu ápice em 2002, ano em que chega à presidência da República com a eleição de Lula. O PT perde representação na Câmara nas eleições de 2006, com a redução de sete deputados em relação à legislatura anterior<sup>3</sup>, provavelmente como consequência do escândalo de corrupção do Mensalão, que veio à tona em 2005 (Singer, 2012). Houve uma breve recuperação no número de eleitos no ano de 2010, porém, o decréscimo foi considerável em 2014, totalizando 69 deputados eleitos.

---

<sup>2</sup> A discussão proposta neste artigo não busca compreender os motivos individuais do eleitor em votar no PT. Se assim o fosse, caberia o uso de dados composicionais para não incorrer no que a literatura conceitua como falácia ecológica. Nosso objetivo é identificar a mudança das características socioeconômicas das bases eleitorais, compreendidas como bases territoriais de apoio do PT ao longo das últimas seis eleições, com foco particular no desempenho do partido no Legislativo federal.

<sup>3</sup> A comparação leva em conta o número de deputados no momento da posse. Não foram consideradas possíveis migrações partidárias ao longo das legislaturas.

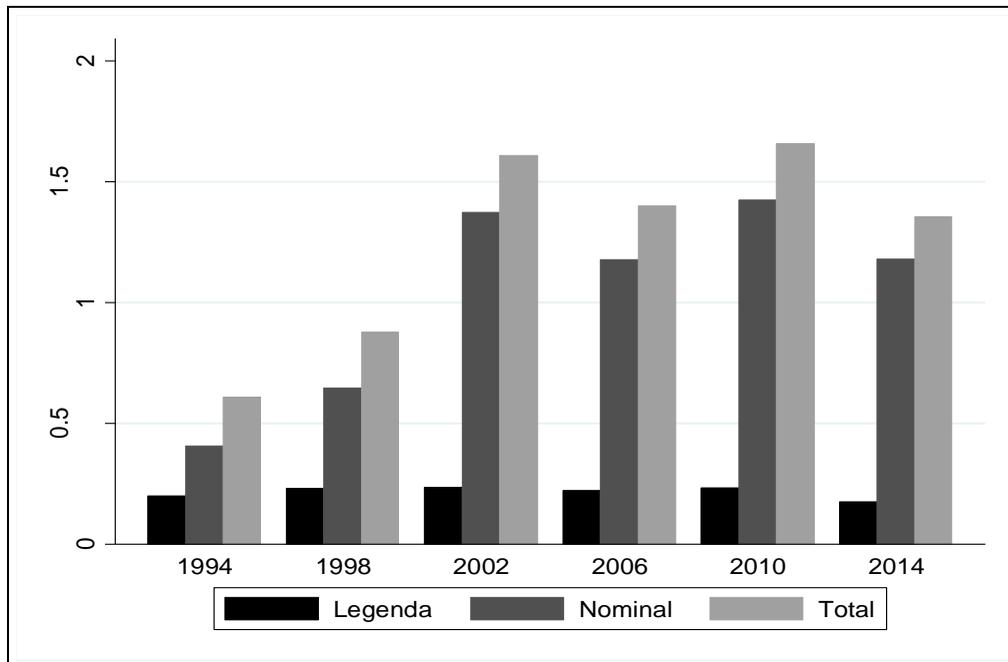
**Gráfico 1**  
**Número de deputados do PT eleitos para a Câmara**  
**por ano eleitoral no momento da posse**



**Fonte:** Câmara dos Deputados. Elaboração dos autores.

A votação do partido para a Câmara dos Deputados apresenta evolução semelhante. O Gráfico 2 mostra uma crescente votação do partido entre os anos de 1994 e 2002. Em 2006 houve uma pequena redução, seguida de uma recuperação em 2010 e um decréscimo na votação de 2014. Apesar da queda no último ano, a votação do PT nos municípios permanece em patamares superiores aos observados na década de 1990.

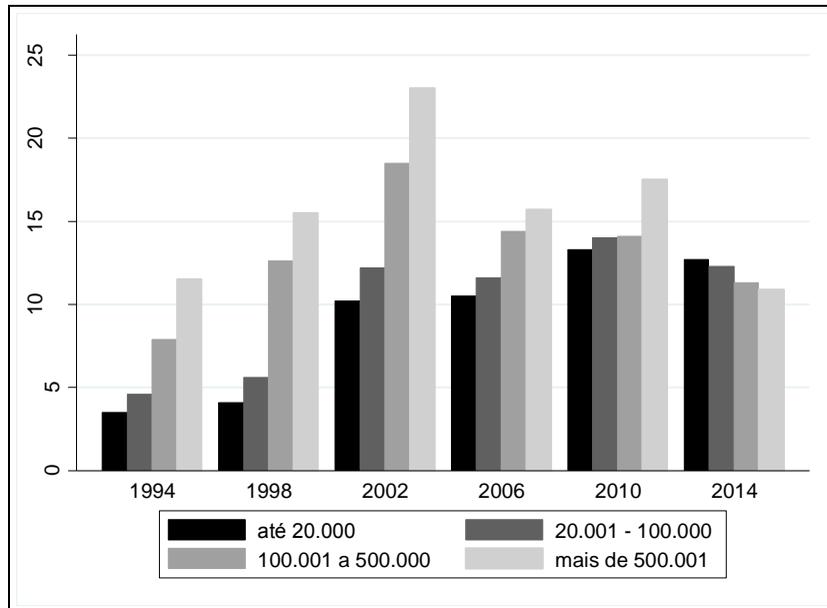
**Gráfico 2**  
**Votação total do PT (nominal e legenda – em milhões de votos)**  
**para a Câmara dos Deputados por ano**



**Fonte:** TSE, CEM/Cebrap. Elaboração dos autores.

Atestada a tendência de crescimento da votação e do número de cadeiras do partido na Câmara nas últimas seis eleições, cabe analisar onde esse crescimento foi mais importante, ou seja, qual é o perfil dos municípios que mais contribuíram para o desempenho eleitoral do PT na votação para a Câmara dos Deputados. Essa análise serve ao objetivo de compreender se há uma mudança nas características demográficas dos municípios em que o PT atingiu melhor desempenho ao longo das seis eleições. O Gráfico 3 apresenta a evolução em anos da porcentagem média de votação do partido nos municípios, que foram divididos por faixas de população:

**Gráfico 3**  
**Porcentagem média da votação do PT para a**  
**Câmara dos Deputados nos municípios por faixas de população e ano**



Fonte: TSE, CEM/Cebrap, IBGE. Elaboração dos autores.

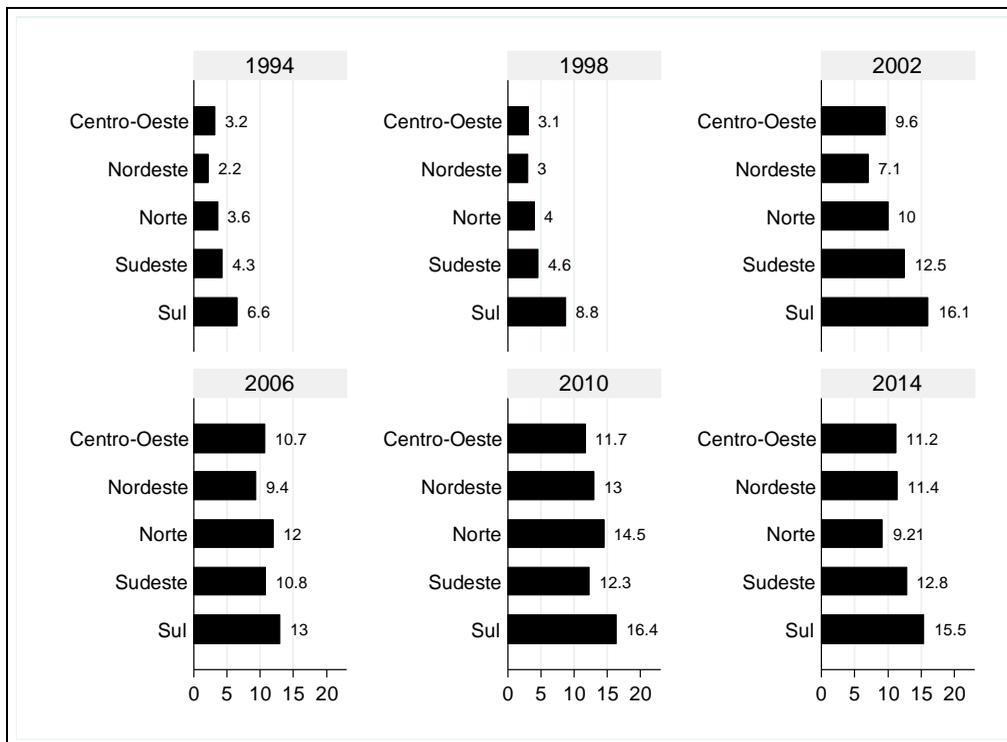
Podemos observar que nos primeiros anos analisados, entre 1994 e 2006, o PT recebeu percentual maior de votação em cidades maiores, com mais de 100.000 habitantes. O ano de 2010 começa a apresentar uma mudança nessa tendência; o partido tem praticamente a mesma votação média nos municípios das primeiras três faixas de população, apesar de ainda ser mais votado nas cidades com mais de 500.000 habitantes.

O ano de 2014 apresenta uma mudança importante na base demográfica da votação do PT: pela primeira vez o partido passa a ser mais votado em cidades menores. Ele é ligeiramente mais votado nos municípios com até 20.000 habitantes, seguido dos municípios da segunda faixa que compreende as cidades entre 20.001 e 100.000 habitantes. Os dados indicam que a partir de 2006, o PT passa a melhorar paulatinamente seu desempenho em municípios com menor população. Essa mudança é mais acentuada na eleição de 2014. Por outro lado, nesse mesmo ano o partido reduziu seu desempenho nas cidades com mais de 500.000 habitantes. Esses resultados convergem com os diagnósticos realizados sobre os votos de Lula e sua relação com o tamanho da população dos municípios (Nicolau e Peixoto, 2007).

A análise descritiva da votação segundo o tamanho populacional da cidade indica uma mudança na votação do PT rumo a municípios com menor população. Cabe investigar se houve alteração importante dessa distribuição entre as regiões do país,

conforme ocorrido com os votos dos candidatos à presidência do partido. O Gráfico 4 mostra a porcentagem média da votação do partido nas cinco regiões por ano eleitoral:

**Gráfico 4**  
**Porcentagem média da votação do PT para a**  
**Câmara dos Deputados nos municípios por região e ano**



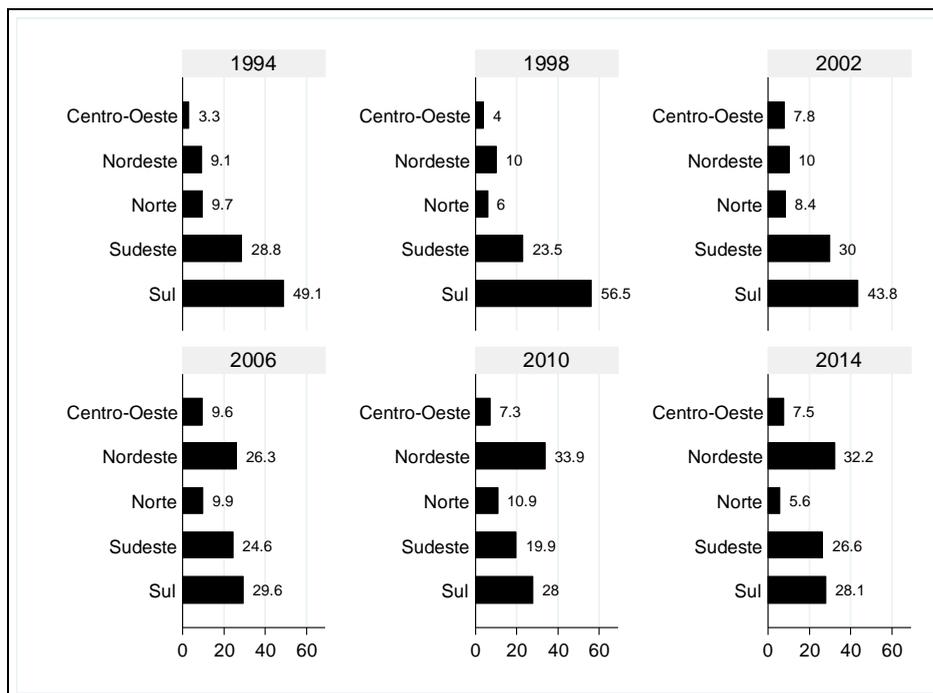
**Fonte:** TSE, CEM/Cebrap, IBGE. Elaboração dos autores.

A porcentagem média da votação nas regiões mostra algumas diferenças importantes. Entre 1994 e 2002, os municípios das regiões Sul e Sudeste apresentaram porcentagem maior de votos no PT quando comparados com os de outras regiões do Brasil. Em 2002, o PT melhora seu desempenho em todas as regiões, apesar de o Sul e o Sudeste manterem sua liderança. A partir de 2006, essa diferença regional começa a se reduzir com o Centro-Oeste e o Nordeste crescendo de forma mais consistente. Por exemplo, em 2010, a votação nos municípios da região Nordeste ultrapassa a dos municípios do Sudeste em termos percentuais, ficando atrás somente da região Sul.

No entanto, uma vez que a competição no sistema eleitoral proporcional de lista aberta é bastante acirrada, as porcentagens das votações para a Câmara nos municípios não são altas como nas eleições majoritárias para cargos executivos. Dessa forma, a variação percentual não é alta. Assim, propomos analisar a votação no nível municipal levando em consideração cidades onde o PT teve desempenho acima de sua média

nacional a fim de verificar em quais regiões o aumento foi mais relevante. Para isso identificamos os municípios em que o partido teve votação acima de um desvio-padrão de sua média e, a seguir, determinamos as regiões em que se localizam esses municípios. Por fim, calculamos a porcentagem que eles representam do total dos municípios da região. O resultado é apresentado no Gráfico 5:

**Gráfico 5**  
**Porcentagem de municípios por região com votação no PT com valor igual ou maior que um desvio-padrão acima da média**



Fonte: TSE, CEM/Cebrap, IBGE. Elaboração dos autores.

Observamos no Gráfico 5 que entre os anos de 1994 e 2002 as bases territoriais de apoio do PT se concentravam nas regiões Sul e Sudeste. A partir de 2006 os municípios da região Nordeste passam a despontar como territórios importantes para o partido, enquanto as regiões Sul e Sudeste chegam a perder metade do território eleitoral. Essas duas regiões continuam apresentando porcentagens de votação altas com relação às demais, contudo, em comparação com as primeiras três eleições, a perda de municípios com alta votação no PT é significativa. Em contrapartida, a legenda ampliou em três vezes a sua presença no Nordeste nas últimas três eleições, convergindo, portanto, com os resultados encontrados acerca do voto nos candidatos petistas à presidência (Nicolau e Peixoto, 2007; Soares e Terron, 2008; Nicolau, 2015). A diferença está na região Norte do país, em que o partido não acompanha o bom desempenho de seus candidatos à presidência.

Em suma, a análise descritiva demonstra um crescimento da votação do PT por todo o país. A porcentagem média da votação nos municípios cresce em cidades com menor número de habitantes, a partir de 2006. Em 2014, pela primeira vez, o PT tem desempenho eleitoral superior em cidades com menos de 20.000 habitantes. Além disso, a partir de 2006 os municípios do Nordeste tornam-se, gradativamente, os territórios de melhor desempenho na votação do partido para Câmara dos Deputados. Em suma, os votos do PT passam a migrar para municípios da região Nordeste e para cidades com tamanho populacional menor, seguindo, com peculiaridades, a trajetória do voto dos candidatos à presidência.

### Tratamento dos dados e métodos

A fim de analisar o desempenho eleitoral do PT e o efeito de variáveis socioeconômicas e políticas, construímos um banco em painel em que as unidades de análise são os municípios em cada ano eleitoral. Uma vez que o número de unidades varia por causa da criação de municípios durante o período analisado, fizemos uma adaptação para que todos os anos tivessem os mesmos municípios, o que permite a comparação ao longo do tempo. Utilizamos a malha municipal de 2007 com 5.564 municípios, para a qual existem códigos de compatibilização entre os municípios de origem e os criados entre os anos de 1994 e 2006<sup>4</sup>. Ajustamos o banco repetindo os dados dos municípios de origem para os municípios criados a partir deles. Para os municípios que surgiram a partir de mais de um município de origem, repetimos os dados do primeiro município de origem. No total foram 543 municípios ajustados, totalizando menos de 2% do banco de dados. Os seis municípios criados a partir de 2010 não foram acrescentados na análise. Após o ajuste obtivemos um banco em painel com um total de 33.384 casos (5.564 municípios em seis eleições).

Para avaliar o efeito das características socioeconômicas dos municípios sobre o voto do PT para a Câmara, foram incluídas as seguintes variáveis: porcentagem de população urbana, densidade populacional (log)<sup>5</sup>, escolaridade (porcentagem de adultos com 18 anos ou mais que completaram o ensino fundamental) e renda *per capita* (log). Os dados dos anos de 1994, 2002 e 2010 são referentes aos censos 1991, 2000 e 2010, respectivamente. Esses dados foram interpolados para os anos de 1998 e 2006. Para 2014 foram repetidos os dados do censo 2010.

---

<sup>4</sup> Agradecemos a Sonia Terron por ter cedido os códigos de compatibilização do IBGE.

<sup>5</sup> Preferimos utilizar a variável densidade populacional em vez de simplesmente população, pois ela acrescenta o território como fator para a análise. Ao medir o número de habitantes por quilômetro quadrado temos uma dimensão da concentração dos indivíduos no território. A concentração ou dispersão dos indivíduos tem implicações na conexão eleitoral entre candidatos e eleitores e na percepção dos indivíduos quanto às condições sociais, econômicas e políticas do espaço territorial em que eles vivem, como já discutido anteriormente. Além disso, em conjunto com a variável população urbana, ela permite inferir se estamos tratando de cidades do interior ou de grandes metrópoles, de forma a criar uma interseção com o debate teórico sobre geografia eleitoral.

Também incluímos variáveis políticas como controles. Esperamos que a presença de membros do partido em cargos executivos ajude a alavancar as votações para a Câmara. Estudos anteriores já trataram da influência que as eleições presidenciais exercem sobre os pleitos para o Legislativo federal (Shugart e Carey, 1992; Cox, 1997). A associação com candidatos à presidência fortes rende benefícios aos candidatos ao Legislativo como suporte organizacional e acesso potencial ao futuro governo federal.

Especificamente no caso brasileiro, Samuels (2003) argumenta que ocorre um efeito *coattail* entre a votação dos candidatos ao governo do estado e a dos candidatos à Câmara dos Deputados. A escolha dos candidatos que compõem a lista do partido acontece no estado, de forma que aqueles que desejam concorrer nas eleições para a Câmara devem se aproximar dos líderes políticos do seu distrito. Após entrar na lista os candidatos buscam recursos para impulsionar suas campanhas associando suas candidaturas à do candidato ao governo do estado. Campanhas para o Executivo estadual fornecem três tipos de benefícios para os candidatos à Câmara: atalhos informacionais, recursos organizacionais e exposição na mídia.

Avelino, Biderman e Barone (2012), por sua vez, comprovaram um efeito *coattail* reverso entre a eleição para o cargo de prefeito no ano de 2008 e a votação do seu partido nas eleições proporcionais estaduais no ano de 2010. Para os autores, "essa vantagem poderia vir do maior acesso dos prefeitos aos recursos públicos, do seu papel como implementadores de políticas públicas locais, como intermediários de transferências estaduais e federais, como emprestadores de credibilidade para as promessas eleitorais dos candidatos do partido, ou uma combinação desses diferentes aspectos" (p. 1.005).

Tendo em vista as evidências quanto ao efeito de variáveis políticas sobre a votação para a Câmara, incluímos nos modelos as porcentagens de votação recebidas pelo candidato do PT à presidência e aos governos de estado no primeiro turno de cada eleição. Também foram incluídas *dummies* para a posição frente ao governo federal (oposição entre 1994 e 2002 e situação entre 2006 e 2014), para a presença de governador de estado e de prefeito do município do PT no momento da eleição.

Elaboramos modelos complementares a fim de verificar o efeito do programa Bolsa Família sobre o voto. Nosso objetivo é avaliar se essa política apresenta impacto na votação para a Câmara assim como para os pleitos presidenciais. Para isso criamos uma variável que busca medir o impacto do recebimento do benefício sobre a renda *per capita* dos municípios. Usamos a média do valor recebido pelo município nos anos anteriores à eleição e dividimos pelo valor de sua renda *per capita*<sup>6</sup>. Com isso estamos tentando

---

<sup>6</sup> Nessa média foi incluído o valor total do Bolsa Família recebido no ano da eleição. O banco de dados fornecido pelo Ministério da Assistência Social discrimina o valor total recebido em cada ano, não sendo possível retirar desse montante o valor referente aos meses de novembro e dezembro, ou seja, os meses após as eleições. No entanto, os valores recebidos no ano eleitoral são de suma importância e não poderiam ser retirados da análise. Assim, optamos por incluir o valor total recebido no ano eleitoral no cálculo das médias, mesmo que os valores recebidos nos dois últimos meses do ano não tenham influência

avaliar qual é o efeito do impacto do programa sobre a renda na votação do partido na Câmara.

Dados temporais organizados em painel podem violar os pressupostos da regressão de mínimos quadrados ordinários (OLS) de homocedasticidade e ausência de autocorrelação do termo de erro. Para superar essas dificuldades elaboramos modelos de mínimos quadrados generalizados com efeitos fixos, que controlam a heterogeneidade das variáveis não observadas no modelo que são constantes ao longo do tempo<sup>7</sup>. O modelo é representado matematicamente na equação a seguir:

Equação 1:

$$y_{it} = \mu_t + \beta X_{it} + \alpha_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

$i = 1, \dots, 5564$  municípios, analisados em seis grupos de anos eleitorais

$t$  = tempo, que são os seis anos eleitorais (1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014).

$X$  = conjunto de variáveis independentes

$\alpha$  = efeito fixo

$\varepsilon$  = erro-padrão

Os modelos longitudinais, no entanto, analisam o efeito das variáveis no conjunto dos anos. Para verificar se houve continuidade ou mudança nesses efeitos ao longo do tempo, elaboramos modelos complementares com interações entre variáveis *dummies* que indicam os anos eleitorais e cada uma das variáveis socioeconômicas.

Interações multiplicativas podem ser utilizadas quando houver uma hipótese condicional em que se espera que a relação entre duas ou mais variáveis dependa do

---

na decisão do voto no momento das eleições no mês de outubro. Os valores do programa Bolsa Família estão ajustados para valores reais de 2010.

<sup>7</sup> O termo  $\alpha_{it}$  é o efeito combinado na variável dependente  $y$  de todas as variáveis não observadas no modelo elaborado. Esse termo ( $\alpha_{it}$ ), por ser composto por variáveis não incluídas no modelo, pode estar relacionado com as variáveis independentes controladas ou não. Nesse sentido, ele pode apresentar efeitos fixos e se correlacionar com as variáveis independentes observadas no modelo, sendo constantes ao longo do tempo, ou pode ser composto por variáveis aleatórias que não têm relação com as demais variáveis e apresentam variações ao longo do tempo. Para determinar o tipo de modelo GLS a ser utilizado, se de efeito fixo ou aleatório, é necessário realizar o teste de Hausman, que testa a hipótese nula de que não existe diferença entre os dois modelos, de forma que os coeficientes são similares. A hipótese alternativa é de que a estimação dos dois modelos é diferente; nesse caso o modelo de efeito fixo deve ser aplicado. Todos os modelos apresentados na seção "Resultados" apresentaram valores de teste de Hausman altos e estatisticamente significativos, por isso escolhemos elaborar modelos de efeitos fixos em vez de aleatórios. Os modelos aleatórios foram suprimidos deste artigo por questão de espaço. Eles estão disponíveis para acesso com os autores.

valor de uma terceira variável. Na análise que estamos realizando, queremos saber, por exemplo, se a variável independente renda *per capita* (X) pode estar associada ao aumento ou decréscimo na variável dependente porcentagem de votação para a Câmara (Y) a cada ano eleitoral (Z). Porcentagem de votação e renda *per capita* são variáveis contínuas, enquanto as *dummies* de ano eleitoral são variáveis dicotômicas que têm o valor 1 quando a condição está presente (se a *dummy* se refere ao ano de 1998, por exemplo, ela terá o valor 1 em todos os casos referentes a esse ano) e 0 se está ausente (em todos os demais casos que não se referem ao ano que a *dummy* está controlando). Se a hipótese for que o aumento em uma unidade da variável independente X representa um aumento na dependente Y na presença de Z, ela pode ser representada matematicamente da seguinte forma no modelo GLS apresentado anteriormente:

Equação 2:

$$y_{it} = \mu_t + \beta_1 X + \beta_2 Z + \beta_3 XZ + \alpha_{it} + \varepsilon_{it}$$

Os coeficientes dos termos de primeira ordem das interações multiplicativas, no entanto, não apresentam o efeito marginal de cada variável independente como em modelos de regressão lineares aditivas. Estes coeficientes capturam o efeito de X em Y quando Z é 0, e vice-versa. Portanto, é necessário calcular o efeito marginal de X em Y para valores substantivos da variável condicionante Z. Gráficos serão elaborados para ilustrar o efeito marginal dos anos eleitorais nas variáveis aqui analisadas.

## Resultados

Elaboramos ao todo seis modelos. No primeiro modelo, variáveis socioeconômicas e políticas foram testadas conjuntamente. No segundo, apenas as socioeconômicas foram incluídas e, no terceiro, apenas as políticas. Os modelos 4 e 5 avaliam a mudança ao longo do tempo das variáveis socioeconômicas que foram estatisticamente significativas no modelo 2, incluindo as interações dessas variáveis com as *dummies* de ano. Por fim, o modelo 6 avalia o impacto do programa Bolsa Família controlando por todas as variáveis, socioeconômicas e políticas. A Tabela 1 discrimina os resultados dos três primeiros modelos:

**Tabela 1**  
**Modelos de Mínimos Quadrados Generalizados com Efeitos Fixos – Variável dependente: porcentagem da votação do PT para a Câmara dos Deputados por município e ano<sup>8</sup>**

	<b>Modelo 1</b>	<b>Modelo 2</b>	<b>Modelo 3</b>
População urbana (%)	0,01*** (0,00)	0,02*** (0,00)	—
Densidade populacional (hab/km <sup>2</sup> )	1,12 (0,15)	0,90 (0,17)	—
Escolaridade (%)	0,005 (0,01)	-0,20 (0,01)	—
Renda <i>per capita</i>	0,77 (0,27)	5,47*** (0,3)	—
Votação do candidato à presidência	0,09*** (0,00)	—	0,09*** (0,00)
Participação no governo	0 (omitido)	—	0 (omitido)
Presença de governador do partido	2,72*** (0,13)	—	2,71*** (0,13)
Votação do candidato a governador	0,14*** (0,00)	—	0,14*** (0,00)
Presença de prefeito do partido	7,11*** (0,16)	—	7,11*** (0,16)
1998	0,12 (0,13)	0,50*** (0,14)	0,14 (0,11)
2002	2,75*** (0,18)	6,53*** (0,19)	2,82*** (0,12)
2006	1,49*** (0,28)	6,12*** (0,30)	1,6*** (0,14)
2010	3,6*** (0,38)	8,57*** (0,41)	3,75*** (0,15)
2014	1,56*** (0,38)	7,57*** (0,41)	1,7*** (0,15)
Constante	1,65*** (1,41)	1,64*** (0,09)	-5,71*** (1,58)
R <sup>2</sup> within	0,43	0,28	0,43
R <sup>2</sup> between	0,51	0,01	0,51
R <sup>2</sup> overall	0,43	0,15	0,43
Rho	0,42	0,48	0,42

**Fontes:** TSE, CEM/Cebrap, IBGE. Cálculo e elaboração dos autores. Nota: Significância estatística ao nível de \*\*\* p < 0,001; \*\* p < 0,01; \* p < 0,05. Erro-padrão entre parênteses.

A análise dos ajustes dos modelos mostra que as variáveis políticas explicam uma variação maior da votação do PT na Câmara do que as variáveis socioeconômicas.

<sup>8</sup> Os valores dos coeficientes das variáveis incluídas nos modelos com logs – renda *per capita* e densidade populacional – já estão exponenciados nas tabelas.

Tanto o modelo 1, que inclui todas as variáveis, quanto o modelo 3, que controla apenas as variáveis políticas, apresentam 43% de variância total explicada ( $R^2$  overall), sendo que 42% dessa variância é predita pelo efeito fixo ( $\rho$ ). O modelo 2, que controla o efeito das variáveis socioeconômicas, explica apenas 15% da variância da votação do PT nos municípios. Esses resultados indicam que as variáveis políticas incluídas nos modelos em conjunto possuem maior potencial explicativo sobre a votação do PT nos municípios.

As *dummies* de ano eleitoral (1998, 2002, 2006, 2010 e 2014) apresentam a evolução do desempenho do PT tendo como referência o ano de 1994. Os modelos 1 e 3 têm coeficientes parecidos e indicam um desempenho variável. Os coeficientes não são significativos para o ano de 1998. No ano de 2002 o partido apresentou um aumento de mais de 2% de sua votação. Porém, em 2006 o aumento de seu desempenho foi menor, em torno de 1,5%. Em 2010, o desempenho cresce em patamares maiores, girando em torno de 3,5%. No ano de 2014, o crescimento foi reduzido, voltando ao patamar de 2006.

No entanto, ao controlarmos apenas as variáveis socioeconômicas no modelo 2, as *dummies* de ano apresentam coeficientes numericamente mais substantivos, variando na casa dos 6% entre os anos de 2002 e 2006 e aumentando para 8,5% em 2010 e 7,5% em 2014. Assim, apesar de terem influência menor na explicação do voto do PT, representando apenas 15% da variância explicada na ausência das variáveis políticas (modelo 2), as variáveis socioeconômicas foram importantes para o crescimento da votação nos municípios ao longo do tempo.

Quanto às variáveis políticas, os modelos mostram a importância da presença de membros do partido em cargos executivos subnacionais em seu desempenho nas eleições para a Câmara. A presença de um governador do estado do PT aumenta em média 2,7% da sua votação, enquanto a presença de um prefeito do partido tem um efeito ainda maior, representando um aumento de 7,1% na votação para a Câmara. A votação dos candidatos à presidência e aos governos de estado também foram positivas. O aumento de 1% na votação do candidato a presidente no primeiro turno significou um aumento de 0,09% da votação para a Câmara. A votação para governador representou um aumento de 0,1%. A variável participação no governo foi omitida dos modelos por apresentar alta multicolinearidade.

Com relação às variáveis socioeconômicas, apenas duas foram estatisticamente significativas no modelo 2, a porcentagem de população urbana e a renda *per capita*. Ambas as variáveis apresentam impacto positivo na votação para a Câmara. No modelo 1, o aumento de 1% da população urbana representou um aumento de 0,01% na votação do partido nos municípios, enquanto no modelo 2 esse aumento foi de 0,02%. Quanto à renda *per capita*, o modelo 2 mostra que o aumento de um real na renda significou um aumento de 5,47% na votação do partido na Câmara.

Esses resultados poderiam indicar sentido contrário à hipótese proposta neste artigo. No entanto, os modelos longitudinais apresentam o impacto das variáveis no conjunto dos anos. Dessa forma, é preciso verificar se as características socioeconômicas

das bases de apoio do PT para a Câmara se modificaram ao longo do tempo. Os modelos 4 e 5 repetem as variáveis controladas no modelo 2, porém incluindo as interações entre as *dummies* de ano eleitoral e as variáveis porcentagem de população urbana e renda *per capita*, respectivamente. Os resultados são apresentados na Tabela 2:

**Tabela 2**  
**Modelos de Mínimos Quadrados Generalizados com Efeitos Fixos e Interações com variáveis socioeconômicas – Variável dependente: porcentagem da votação do PT para a Câmara dos Deputados por município e ano<sup>9</sup>**

	<b>Modelo 4 - Interações Ano e População urbana</b>	<b>Modelo 5 - Interações Ano e Renda <i>per capita</i> (log)</b>
População urbana (%)	0,02*** (0,00)	0,03*** (0,00)
Densidade populacional (hab/km <sup>2</sup> )	1,37 (0,17)	1,82 (0,17)
Escolaridade (%)	0,02 (0,01)	-0,02 (0,01)
Renda <i>per capita</i> (R\$)	0,86 (0,31)	0,63 (0,31)
1998	- 0,13 (0,31)	- 3,52** (1,15)
2002	4,29*** (0,34)	- 12,28*** (1,18)
2006	7,94*** (0,43)	13,80*** (1,33)
2010	12,74*** (0,52)	24,68*** (1,43)
2014	13,47*** (0,52)	26,86*** (1,43)
Interação variável socioeconômica e 1998	0,01** (0,00)	0,80*** (0,21)
Interação variável socioeconômica e 2002	0,04*** (0,00)	3,45*** (0,21)
Interação variável socioeconômica e 2006	- 0,02*** (0,00)	- 1,09*** (0,23)
Interação variável socioeconômica e 2010	- 0,06*** (0,00)	- 2,38*** (0,24)
Interação variável socioeconômica e 2014	- 0,08*** (0,00)	-2,90*** (0,24)
Constante	2,01*** (1,60)	4,99** (1,64)
R <sup>2</sup> Within	0,29	0,30
R <sup>2</sup> Between	0,01	0,03
R <sup>2</sup> Overall	0,16	0,14
Rho	0,49	0,51

**Fontes:** TSE, CEM/Cebrap, IBGE. Cálculo e elaboração dos autores.

Nota: Significância estatística ao nível de \*\*\* p < 0,001; \*\* p < 0,01; \* p < 0,05. Erro-padrão entre parênteses.

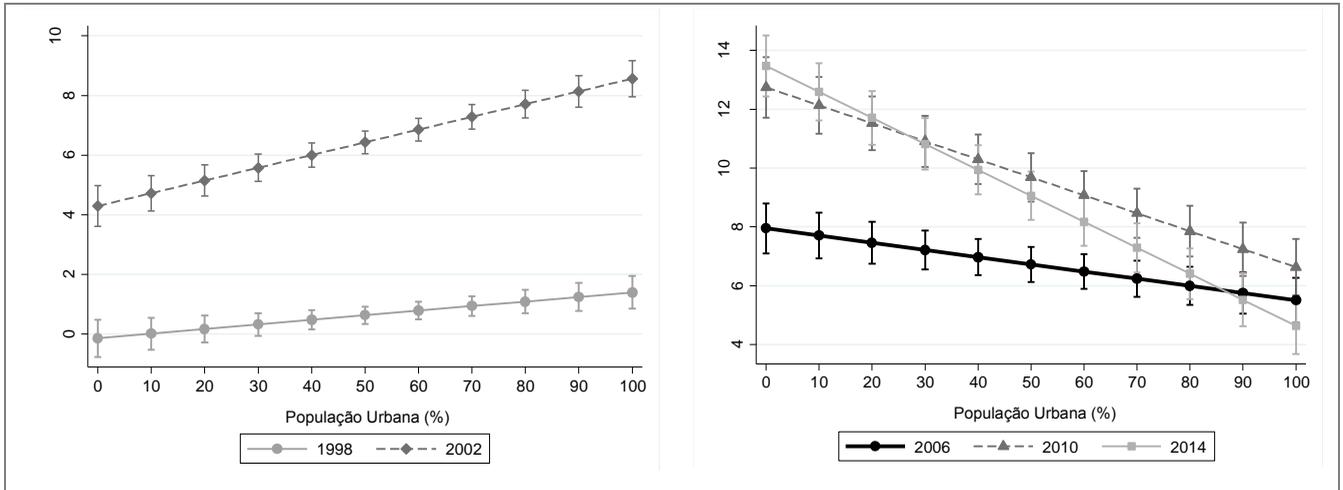
<sup>9</sup> Optamos por desenvolver os modelos com as interações com base no modelo 2 e não com o modelo completo 1 para que fossem mais parcimoniosos, mesmo com o prejuízo de não controlar o efeito das variáveis políticas. Os coeficientes das variáveis que foram logaritmizadas para a elaboração do modelo – densidade populacional e renda *per capita* – são apresentados na tabela exponenciados.

Como explicado na seção “Tratamento de dados e métodos”, os termos de primeira ordem das interações estão captando o efeito da população urbana e da renda *per capita* sobre a votação quando as variáveis *dummies* de ano eleitoral têm o valor zero. O mesmo ocorre com os coeficientes das *dummies*; elas estão captando o efeito do ano eleitoral sobre o voto quando a população urbana ou a renda *per capita* têm valor igual a zero. Os coeficientes dos termos das interações, nesse sentido, não apresentam interpretação substantiva, uma vez que não existem municípios com população urbana ou renda *per capita* com valor zero.

No entanto, as interações em si apresentam o impacto de cada uma dessas variáveis no ano eleitoral controlado, permitindo observar a mudança do efeito delas com o passar dos anos. Em ambos os modelos as interações são estatisticamente significativas e seus coeficientes indicam uma mudança na relação entre as variáveis socioeconômicas e a votação do PT a partir do ano de 2006. As interações entre ano e renda *per capita* são as que apresentam maior impacto; em 2002 o aumento de uma unidade do log da renda *per capita* correspondeu ao aumento de 3,45% na votação para a Câmara. Porém, em 2006 o aumento de uma unidade do log da renda representou um decréscimo na votação do PT em 1%. A relação negativa entre renda e voto se manteve nas eleições de 2010 e 2014, correspondendo a um decréscimo de 2,3% e 2,9% na votação para o aumento de uma unidade do log da renda.

Uma vez que os termos primários das interações não fornecem interpretação substantiva, para obtermos alguma informação sobre essas variáveis elaboramos os Gráficos 6 e 7 com o efeito marginal delas, tendo 1994 como ano de referência:

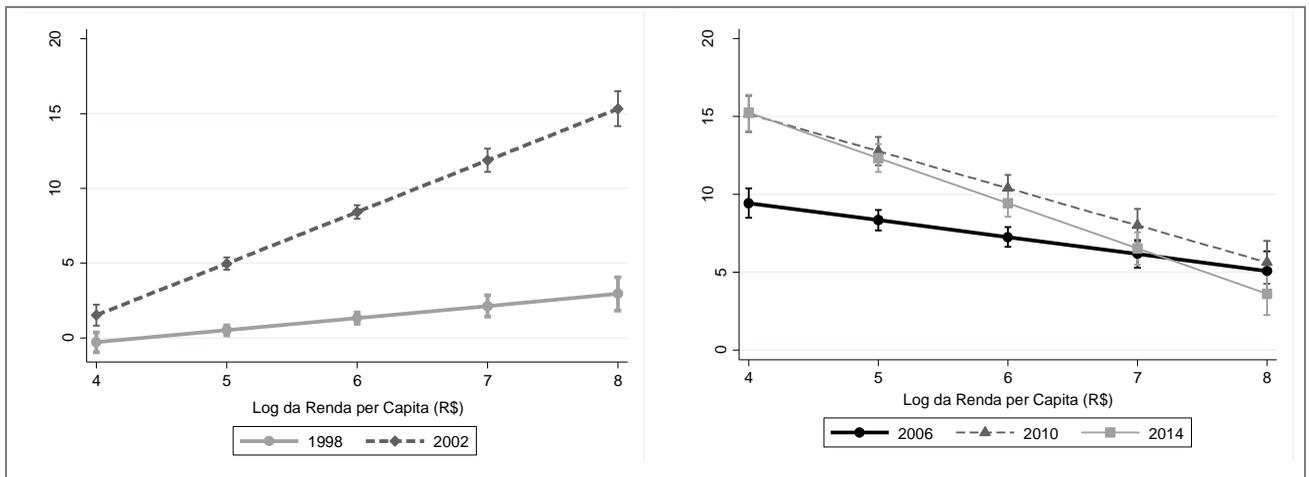
**Gráfico 6**  
**Efeito marginal da porcentagem de população urbana sobre a votação do PT na Câmara dos Deputados por ano eleitoral**



**Fontes:** TSE, CEM/Cebrap, IBGE. Cálculo e elaboração da autora.

**Nota:** Intervalo de confiança a 95%.

**Gráfico 7**  
**Efeito marginal da porcentagem da renda *per capita* sobre a votação do PT na Câmara dos Deputados por ano eleitoral**



**Fontes:** TSE, CEM/Cebrap, IBGE. Cálculo e elaboração da autora.

**Nota:** Intervalo de confiança a 95%.

Os gráficos demonstram uma mudança na evolução do impacto das variáveis renda e população urbana sobre o voto. Nos anos de 1998 e 2002 a votação do PT para a

Câmara era maior em municípios mais urbanizados e com maior renda *per capita*<sup>10</sup>. Nas últimas três eleições (2006, 2010 e 2014) o partido passou a apresentar votação maior em municípios com renda *per capita* e porcentagem de população urbana mais baixas. A sobreposição das curvas e dos intervalos de confiança nesses anos indica que a diferença das votações entre um ano e outro não é significativa, apesar de a estatística de cada ano ser. Em suma, a mudança da inclinação das curvas entre os anos de 2002 e 2006 e a continuação dessa tendência nas eleições seguintes demonstram a mudança das características socioeconômicas das bases de apoio do PT na Câmara.

A tese do divórcio entre as bases eleitorais do *lulismo* e do *petismo* sustentada no artigo de Terron e Soares (2010) utiliza métodos de análise espacial. As análises das bases sociais desenvolvidas neste artigo demonstram que essa separação é apenas espacial/territorial; as variáveis socioeconômicas da votação para a Câmara seguem a direção da votação de Lula em 2006. Isso quer dizer que outros municípios com características socioeconômicas similares aos das bases sociais de Lula também apresentaram alta votação no PT para a Câmara. O Índice de Moran Local utilizado pelos autores calcula a correlação entre o voto, as variáveis socioeconômicas e uma matriz de vizinhança. Pode-se esperar, no entanto, que o partido tenha sido bem votado em outras áreas em que o efeito de vizinhança não é estatisticamente significativo, porém onde as características socioeconômicas são similares às do voto para presidente.

Enquanto o trabalho de Terron e Soares (2010) tem como principal contribuição incluir o território e a vizinhança como fatores relevantes para a compreensão do desempenho eleitoral de Lula e do PT em seus modelos de regressão, o presente artigo inova ao controlar o tempo nos modelos que avaliam a votação do partido para a Câmara. Os modelos longitudinais e a análise do efeito marginal das variáveis independentes de interesse permitem verificar alterações nas características socioeconômicas dos municípios em que o partido foi bem votado de forma que não foi possível verificar apenas controlando o espaço. Nesse sentido, concluímos em sentido diferente a tese do divórcio entre o *lulismo* e o *petismo* sustentada por Terron e Soares (2010). No longo prazo, especialmente incorporando dados das eleições de 2010 e 2014, há uma reaproximação gradativa nas características socioeconômicas das bases eleitorais do *lulismo* e do *petismo*.

O modelo 6, apresentado na Tabela 3, testa, justamente pela atenção recebida pela literatura, o efeito do impacto do programa Bolsa Família na votação do partido nas eleições para a Câmara dos Deputados. O período analisado é reduzido, abarcando apenas as eleições em que o programa já havia sido implantado, quais sejam, os anos de 2006, 2010 e 2014. O ano de referência é 2006. A variável renda *per capita* foi retirada para que não constassem duas variáveis de renda no modelo.

<sup>10</sup> A estatística não é significativa para valores de renda *per capita* e porcentagem de população urbana em que a reta de predição ou os intervalos de confiança cortam o valor zero no eixo Y. Para o ano de 1998, a estatística não é significativa para os municípios com índices mais baixos de urbanização e renda.

**Tabela 3**  
**Modelos de Mínimos Quadrados Generalizados com Efeitos Fixos – Variável dependente: porcentagem da votação do PT para a Câmara dos Deputados por município e ano. Controle: Impacto do Bolsa Família sobre a Renda**

	<b>Modelo 6</b>
População urbana (%)	0,02 (0,02)
Densidade populacional (hab/km <sup>2</sup> )	1,41 (0,86)
Escolaridade (%)	-0,16*** (0,05)
Votação do candidato à presidência	0,12*** (0,00)
Presença de governador do partido	2,39*** (0,20)
Votação do candidato a governador	0,09*** (0,00)
Presença de prefeito do partido	4,96*** (0,23)
Impacto do Bolsa Família sobre a renda <i>per capita</i>	- 5,25e <sup>-06</sup> (8,40e <sup>-06</sup> )
2010	3,28*** (0,40)
2014	1,73*** (0,41)
Constante	5,60 (2,92)
R <sup>2</sup> within	0,15
R <sup>2</sup> between	0,19
R <sup>2</sup> overall	0,18
Rho	0,61

**Fontes:** TSE, CEM/Cebrap, IBGE, Ministério da Assistência Social. Cálculo e elaboração dos autores.

Nota: Significância estatística ao nível de \*\*\* p < 0,001; \*\* p < 0,01; \* p < 0,05. Erro-padrão entre parênteses.

O modelo da Tabela 3 mostra que o programa Bolsa Família não apresenta relação estatisticamente significativa com a votação do partido na Câmara dos Deputados. Esse resultado converge com análises realizadas anteriormente pela literatura (Terron e Soares, 2010; Zucco, 2013)<sup>11</sup>. Todas as outras variáveis políticas do modelo possuem significância estatística e relação positiva com a votação do partido. O PT apresenta melhor desempenho para a Câmara dos Deputados de acordo com o crescimento da votação dos seus candidatos à presidência e aos governos de estado, assim como amplia sua votação de acordo com a presença de governador e de prefeito do partido no momento da eleição. Esses resultados, lidos em conjunto com os modelos tratados acima, indicam que o bom desempenho eleitoral do PT e sua presença em cargos executivos subnacionais são os principais fatores explicativos para sua votação para a Câmara.

## Conclusão

Este artigo teve como objetivo suprir uma lacuna encontrada na literatura sobre eleições no Brasil em relação à votação do PT para a Câmara dos Deputados. Seu propósito foi trazer novos elementos para a compreensão do desempenho eleitoral desse partido, avaliando se faria sentido pensar em uma disjuntiva entre o *petismo* e o *lulismo* do ponto de vista eleitoral, como propõe parte da literatura. A partir dessa investigação, seria possível refletir a respeito dos impactos de estar 12 anos à frente da presidência da República sobre um partido político caracterizado, no contexto de seu surgimento, como experiência única de partido de massas na história brasileira, constituído a partir das grandes metrópoles urbanas e com fortes laços com setores organizados da sociedade civil brasileira (Meneguello, 1989). Para além de verificar a base social de sua votação, também se tornou importante analisar quais variáveis possuíam maior capacidade de explicação sobre o desempenho eleitoral do PT na Câmara dos Deputados.

Nossos resultados corroboram a hipótese do artigo. A partir de 2006, o perfil socioeconômico e demográfico das bases territoriais de apoio da votação do PT começa a sofrer alterações que seriam intensificadas nas eleições seguintes. Essas alterações caminham em sentido convergente com a mudança observada pela literatura ao abordar os votos de Lula na sua reeleição. Em outras palavras, o voto no PT cresce em cidades de menor contingente populacional e amplia seu desempenho na região Nordeste, assim

---

<sup>11</sup> Com vistas a testar outras especificações para a variável Bolsa Família, também geramos modelos usando a cobertura do programa no nível municipal como variável independente. Nesse caso, em vez de utilizar a razão entre o gasto no programa e a renda *per capita* do município, utilizamos a razão entre o total de famílias no programa e o total de famílias no nível municipal. Os resultados demonstram que a cobertura do programa está negativamente relacionada à votação do PT na Câmara, reforçando os argumentos aqui apresentados e conferindo maior robustez metodológica e teórica aos achados deste artigo. Ambas as especificações são utilizadas por Zucco (2013) ao discutir o impacto do Bolsa Família nas eleições para presidente. Esse segundo modelo, que utiliza a cobertura do Bolsa Família, está disponível para consulta caso solicitado aos autores.

como exibe melhores resultados de acordo com a diminuição da renda *per capita* e taxa de urbanização dos municípios. Assim, a disjuntiva entre *lulismo* e *petismo* do ponto de vista eleitoral vem se diluindo, levando-nos à conclusão de que essa separação se encontra cada vez mais datada aos fatores presentes no pleito de 2006.

Chamam atenção os resultados das variáveis políticas sobre o desempenho eleitoral do PT na Câmara. O programa Bolsa Família não apresentou impacto na votação. Em contrapartida, a presença do prefeito do PT no município aparece como principal variável capaz de explicar o desempenho eleitoral dos seus candidatos à Câmara dos Deputados.

É preciso investigar com maior profundidade esses achados. Nossa intuição – constituída com forte evidência nos dados aqui apresentados – diz que o acesso à máquina pública subnacional vem se tornando elemento central para o sucesso eleitoral do PT. A partir de sua chegada à presidência da República, o partido tem avançado eleitoralmente rumo às prefeituras de cidades menores, sobretudo na região Nordeste. Uma hipótese levantada a partir deste artigo, e que merece atenção em estudos futuros, é que a evolução da presença do partido em cargos subnacionais tem sido a ponte para a mudança da distribuição demográfica e socioeconômica da votação do PT. Ao lado desse fenômeno, o recorrente envolvimento de lideranças do partido em denúncias de corrupção parece afastar cada vez mais seus candidatos das grandes cidades brasileiras.

Quando se considera o comportamento das bases eleitorais no Legislativo, a tese da racionalidade econômica para a explicação do voto do PT pode ser questionada pelos resultados aqui apresentados. Não parece haver conexão entre melhoria de vida da população e recompensa aos deputados do PT, dada a ausência de impacto do programa Bolsa Família como mecanismo causal entre essas duas variáveis. Mais importante, parecem ser as variáveis políticas os mecanismos que agem com maior peso nessa expansão do PT rumo a novas bases eleitorais.

Nesse sentido, se nos pleitos presidenciais as bases do PT foram alteradas pela via da inclusão social e distribuição de renda, principalmente por meio do programa Bolsa Família, garantindo assim uma recompensa por parte dos eleitores mais pobres capaz de consagrar seus candidatos vitoriosos nas três eleições presidenciais seguintes, no que tange à Câmara dos Deputados, sua votação parece se sustentar sobre bases mais frágeis e de impacto mais arriscado na trajetória histórica do partido. Ser recompensado por eleitores pobres que ascenderam socialmente converge perfeitamente com objetivos estratégicos da fundação do PT. Porém, essa recompensa parece não atingir o partido como um todo, com seu desempenho eleitoral para o Legislativo federal dependendo fortemente da presença de prefeitos e governadores do partido nos municípios e estados. Portanto, as explicações da mudança de bases eleitorais entre *lulismo* e *petismo* parecem seguir lógicas distintas. Essa diferença pode trazer riscos à trajetória do PT enquanto partido político único na recente história democrática brasileira.

Por fim, acreditamos que este artigo sugere algumas questões para futura investigação. Em primeiro lugar, há de se aprofundar a análise do impacto das variáveis

políticas no comportamento eleitoral do PT, dando maior atenção a sua evolução no tempo e a sua interação com fatores econômicos e sociais. Em segundo lugar, é necessário identificar quais são os impactos da mudança de bases eleitorais no perfil dos deputados petistas eleitos. Em terceiro lugar, é importante avançar ainda mais na compreensão de como se dão as relações intragovernamentais no federalismo e seus impactos eleitorais. Em particular, cabe investigar se é possível generalizar o fenômeno aqui descrito para outros níveis federativos, assim como para outros partidos políticos brasileiros.

*Natalia Maciel* – Pesquisadora do Doxa: Laboratório de Estudos Eleitorais, em Comunicação Política e Opinião Pública. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <nmaciel@iesp.uerj.br>.

*Tiago Ventura* – Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Maryland – College Park, e pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <tiago.ventura@iesp.uerj.br>.

### Referências bibliográficas

AGNEW, J. "Maps and models in political studies: a reply to comments". *Political Geography*, vol. 15, nº 2, p. 165-167, 1996.

AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; BARONE, L. "Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 55, nº 4, p. 987-1.013, 2012.

BOHN, S. "Social policy and vote in Brazil: Bolsa Família and the shifts in Lula's electoral base". *Latin American Research Review*, vol. 46, nº 1, p. 54-79, 2011.

BURBANK, M. J. "The psychological basis of contextual effects". *Political Geography*, vol. 14, nº 6-7, p. 621-635, 1995.

CARRARO, A., et al. "É a economia, companheiro: uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais". IBMEC MG Working Paper, WP-41, 2007.

CARVALHO, N. R. *E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

COX, G. *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1997.

HUNTER, W.; POWER, T. "Rewarding Lula: Executive Power, social policy, and the Brazilian elections of 2006". *Latin American Politics and Society*, vol. 49, nº 1, p. 1-30, 2007.

JOHNSTON, R.; PATTIE, C. *Putting voters in their place: geography and elections in Great Britain*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NICOLAU, J. "Eleições presidenciais nos municípios brasileiros: uma breve comparação dos resultados do primeiro turno de 2010 e 2014". *Em Debate*, vol. 7, nº 2, p. 29-41, 2015.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. "Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006". In: *Anais do XXXI Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, 2007.

NUNES, M. C.; GIANI, M.; RESENDE, J. F. "2010 electoral scenario: changes and continuities in the post-Lula Brazilian electoral behavior". In: *Anais do Evento WAPOR 63rd Annual Meeting*, Chicago, 2010.

RENNÓ, L.; CABELLO, A. "As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, nº 74, p. 39-60, 2010.

RICCI, R. *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

SAMUELS, D. *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. New York: Cambridge University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. "Sources of mass partisanship in Brazil". *Latin American Politics and Society*, vol. 48, nº 2, p. 1-27, 2006.

SAMUELS, D.; ZUCCO, C. "Lulismo, petismo, and the future of Brazilian politics". *Journal of Politics in Latin America*, vol. 3, p. 129-158, 2014.

SHUGART, M.; CAREY, J. *Presidents and assemblies: constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, G. *Sociedade e política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República*. São Paulo: Difusão Européia, 1973.

SOARES, G.; TERRON, S. "Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)". *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, p. 269-301, 2008.

TERRON, S. "Geografia eleitoral em foco". *Em Debate*, vol. 4, nº 2, p. 8-18, 2012.

TERRON, S.; SOARES, G. "As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio". *Opinião Pública*, vol. 16, nº 2, p. 310-337, 2010.

VEIGA, L. "Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 340-365, 2007.

VENTURI, G. "PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária. Impacto nas eleições de 2010". *Perseu: História, Memória e Política*, vol. 5, p. 197-214, 2010.

ZUCCO, C. J. "The president's 'new' constituency: Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential elections". *Journal of Latin American Studies*, vol. 40, nº 1, p. 29-49, 2008.

\_\_\_\_\_. "When payouts pay off: conditional cash transfers and voting behavior in Brazil 2002-2010". *American Journal of Political Science*, vol. 47, nº 3, p. 810-822, 2013.

ZUCCO, C. J.; POWER, T. "Bolsa Família and the shift in Lula's electoral base, 2002-2006: a reply to Bohn". *Latin American Research Review*, vol. 48, nº 2, p. 3-24, 2013.

**Resumo**

*O Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados: a evolução das bases socioeconômicas e territoriais (1994-2014)*

Este artigo analisa a evolução das bases eleitorais do Partido dos Trabalhadores para a Câmara dos Deputados no período de 1994 a 2014. Utilizando análise descritiva e modelos longitudinais com dados municipais, verificamos uma alteração dessas bases em direção a cidades com menor população e renda *per capita* mais baixa, localizadas, sobretudo, no Nordeste brasileiro. Demonstramos que as bases eleitorais do PT para a Câmara sofreram mudanças semelhantes às de seus candidatos à presidência. No entanto, ao contrário dos seus presidenciáveis, o programa Bolsa Família não possui poder explicativo sobre a votação para essa casa legislativa. Encontramos na presença do partido em executivos locais e na sua votação para governador e presidente indicadores mais relevantes de seu desempenho.

**Palavras-chave:** comportamento eleitoral; Câmara dos Deputados; bases eleitorais; Partidos dos Trabalhadores

**Abstract**

*The Workers' Party in the Chamber of Deputies: the evolution of the socioeconomic and territorial bases (1994–2014)*

This article analyzes the evolution of the Workers' Party's (PT) electoral bases in the disputes for the Chamber of Deputies between 1994 and 2014. Using descriptive analysis and longitudinal models, we find that these bases are changing toward smaller cities with a lower per capita income, located, primarily, in northeastern Brazil. We show that the PT's electoral bases for the Chamber of Deputies and presidency have experienced similar changes. However, while Bolsa Família influences support for the party's presidential candidates, it has no impact on support for its candidates in the Chamber. Instead, we find that the party's presence in subnational executives and its voting in gubernatorial and presidential elections are more relevant indicators of its performance.

**Keywords:** electoral behavior; Chamber of Deputies; electoral bases; Workers' Party

**Resumen**

*El Partido de los Trabajadores en la Cámara de los Diputados: la evolución de las bases socioeconómicas y territoriales (1994-2014)*

En este artículo se analiza la evolución de las bases electorales del Partido de los Trabajadores en la Cámara de los Diputados de 1994 a 2014. Utilizando el análisis descriptivo y modelos longitudinales con datos locales, vemos un cambio de estas bases para ciudades con menor población y renta per cápita más baja, que se encuentra principalmente en el noreste de Brasil. Hemos demostrado que las bases electorales del PT en la Cámara experimentaron cambios similares a de sus candidatos presidenciales. Sin embargo, a diferencia de sus candidatos presidenciales, el programa Bolsa Familia no tiene poder explicativo sobre el voto para esta casa legislativa. Los indicadores más relevantes de su desempeño son la presencia del partido en los ejecutivos locales y su voto para los candidatos a gobernador del estado y a la presidencia.

**Palabras-clave:** voto; Cámara de los Diputados; bases electorales; Partido de los Trabajadores

## **Résumé**

*Le Partido dos Trabalhadores à la Chambre des Députés: l'évolution des bases socio-économiques et territoriales (1994-2014)*

Cet article analyse l'évolution des bases électorales du Partido dos Trabalhadores à la Chambre des députés entre 1994 et 2014. A l'aide d'une analyse descriptive et de modèles longitudinaux avec des données municipales, nous constatons que ces bases évoluent vers des villes plus petites, avec un revenu par habitant inférieur, se situant surtout au Nord-est du Brésil. Nous montrons que les bases électorales du PT pour la Chambre des députés et pour la présidence ont connu des changements similaires. Cependant, alors que Bolsa Família influence le soutien aux candidats présidentiels du parti, cela n'a aucun impact sur le soutien de ses candidats à la Chambre. Nous constatons que la présence du parti chez les cadres locaux et son vote aux élections présidentielles et aux postes de gouverneur sont les indicateurs les plus pertinents de sa performance.

*Mots-clés:* comportement électoral; Chambre des Députés; bases électorales; Parti des Travailleurs

Artigo submetido à publicação em setembro de 2015.

Versão final aprovada em fevereiro de 2017.

# Uma tipologia do recrutamento partidário

---

Paulo Peres

Amanda Machado

---

## Introdução<sup>1</sup>

Conforme a sempre citada observação de Schattschneider (1942), os governos democráticos modernos são governos partidários e, conseqüentemente, as democracias modernas são democracias partidárias. Isso continua válido mesmo no contextual atual, a despeito das recorrentes alegações de que as instituições representativas estariam atravessando um momento de crise de legitimação. Afinal, é inegável que as organizações partidárias continuam indispensáveis ao funcionamento desse regime político – elas ainda são as responsáveis diretas pela mobilização eleitoral, pela agregação das demandas sociais em programas e projetos, pela representação política, pela produção de legislação, pela formulação e execução das políticas públicas e, enfim, pela própria dinâmica de governo (Diamond e Gunther, 2001; Gunther, Montero e Linz, 2002; Webb, Farrel e Holliday, 2002; Katz e Mair, 1993, 1995, 2002; Mair, 1997). Contudo, para continuar desempenhando todas essas atribuições, antes de qualquer coisa, os partidos devem se mostrar capazes de se regenerar, reproduzindo-se por sucessivas gerações. Ou seja, eles devem não apenas se manter em sintonia com as demandas sociais e zelar pela agregação das preferências eleitorais, mas também recorrer às estratégias mais eficientes para se “reproduzir” e, assim, assegurar sua longevidade num ambiente político que geralmente é bastante competitivo e hostil.

Visto por esse prisma, podemos dizer que os partidos somente persistirão se forem bem-sucedidos na renovação constante de seus membros e, especialmente, de suas lideranças. Essa renovação é importante por pelo menos quatro razões. Em primeiro lugar, para garantir sua reprodução ao longo do tempo, pois de nada adianta chegar ao poder e ter acesso a recursos dos mais variados se a “herança” partidária não é transmitida de alguma maneira às sucessivas gerações. Em segundo lugar, para promover necessárias adaptações em resposta às alterações do ambiente que os

---

<sup>1</sup> Gostaríamos de agradecer imensamente aos/às colegas do GT Partidos Políticos, da Anpocs, pelo debate extremamente rico, pelas críticas e sugestões valiosas que tiveram a generosidade de partilhar conosco nos encontros em que foram apresentadas versões anteriores deste artigo. Em especial, nossos agradecimentos a Oswaldo Amaral, Márcia Dias, Bruno Bolognesi e Glauco Peres. Também somos muito gratos aos/às colegas pareceristas pela leitura atenta e rigorosa, pelas indicações de bibliografia, pelas críticas que melhoraram nossos argumentos conceituais e pelas revisões e acréscimos sugeridos. Sem dúvida, a versão final do artigo ficou consideravelmente melhor graças ao profissionalismo e à competência dos/das pareceristas. Por fim, agradecemos ao CNPq pelo apoio financeiro que possibilitou a pesquisa relacionada com o tema deste artigo.

circunda, de modo a garantir sua sobrevivência – se não formar novas lideranças, os partidos serão menos conectados com as mudanças geracionais da sociedade, tornando-se menos responsivos em relação aos valores e demandas emergentes. Em terceiro lugar, a renovação permite a formação de novos quadros para a necessária reposição de lideranças preparadas para cumprir eficazmente suas funções de direção, representação e governança. Por fim, em quarto lugar, o recrutamento partidário é uma condição necessária, embora não suficiente, ao funcionamento dos governos representativos, uma vez que os partidos são as principais organizações de provimento de elites ao sistema político. Cabe às organizações partidárias, portanto, a indispensável função de recrutar futuras lideranças políticas para que o sistema representativo continue funcionando com equilíbrio.

Com efeito, sendo algo tão crucial para os partidos e para a própria democracia, deveríamos esperar uma atenção redobrada dos especialistas a todas as etapas do recrutamento partidário, em especial a filiação e a formação de quadros. Deveríamos esperar, ainda, uma preocupação constante com a construção de modelos de análise voltados à apreensão mais sistemática desse fenômeno. No entanto, quando conferimos a literatura nacional e internacional, deparamo-nos com essas duas lacunas: por um lado, praticamente não existem modelos de análise concebidos para apreender os processos iniciais e intermediários do recrutamento partidário (cf. Bruter e Harrison, 2009); por outro, em sua maioria, os estudos se concentram apenas em sua etapa final<sup>2</sup>, principalmente na seleção de candidatos ou na carreira política de elites já recrutadas<sup>3</sup>; sem contar que são escassos os modelos de análise para a padronização de estudos comparados (cf. Siavelis e Morgenstern, 2008).

O problema dessas abordagens é que elas desconsideram que o recrutamento partidário não se restringe apenas à alocação de membros já formados e, portanto, à ocupação de cargos no sistema político e nas burocracias partidária e estatal – o recrutamento deve ser compreendido em sua inteireza processual, como algo que abrange todo o percurso interno do novo membro, desde sua entrada na legenda até sua conversão em uma liderança. Na verdade, a literatura costuma focar mais o recrutamento de um modo geral, principalmente nas carreiras legislativas e executivas,

---

<sup>2</sup> Evidentemente, trata-se de uma vasta literatura e, por isso, indicamos aqui apenas alguns estudos exemplares: Prewitt (1970), Seligman (1971), Black (1972), Czudnowski (1975), Eulau e Czudnowski (1976), Loewenberg e Patterson (1979), Mezey (1979), Ranney (1965, 1981), Matthews (1985), Fowler (1993), Epstein (1980), Gallagher e Marsh (1988), Camp (1995, 2008), Norris (1996, 1997, 2006), Martz (1999), Katz (2001), Rahat e Hazan (2001), Pennings e Hazan (2001), Hazan (2002); Siavelis (2002).

<sup>3</sup> No caso do Brasil, os estudos também seguiram o mesmo padrão. Conferir, por exemplo: Fleischer (1981); Love (1982); Love e Barickman (1991); Miceli (1991); Marengo (1997, 2002, 2005, 2013); Coradini (2001, 2007); Rodrigues (2002, 2006); Samuels (2003, 2008); Müller (2005); Marengo e Serna (2007); Power e Mochel (2008); Braga, Veiga e Miriade (2009); Perissinotto e Bolognesi (2009); Perissinotto e Miriade (2009); Neiva e Izumi (2012); Braga e Bolognesi (2013); Braga e Amaral (2013); Bolognesi (2013); Costa e Codato (2013); Costa, Costa e Nunes (2014); Codato, Costa e Massimo (2015). Num estudo recente, Bolognesi e Medeiros (2014) se voltaram para a etapa inicial do recrutamento, procurando analisar as motivações subjetivas que levaram um conjunto de deputados federais de alguns partidos e estados brasileiros a entrar na carreira política. Entretanto, o grupo analisado ainda é restrito às elites já formadas e selecionadas.

do que o recrutamento para as organizações partidárias (cf. Czudnowski, 1975; Norris, 1997; Siavelis e Morgenstern, 2008). Evidentemente, não é necessário que os partidos recrutem novos membros e lideranças seguindo um único curso linear e sequencial, pois isso depende do seu desenho organizacional e das estratégias e táticas adotadas por suas lideranças em cada circunstância ou período. Isso quer dizer que podem coexistir modalidades diferentes de recrutamento; porém, essas diferenças somente poderão ser identificadas se o conceito de recrutamento for ampliado, de maneira a ser viável a construção de uma heurística que permita apreender tais variações, até mesmo para um entendimento mais acurado dos perfis das carreiras políticas, da seleção de candidatos, da indicação para postos de direção, e assim por diante.

No contexto atual, contudo, não há uma definição conceitual abrangente o suficiente para apreender o fenômeno com tal perspectiva; tampouco há modelos tipológicos que contemplem todas as etapas do recrutamento<sup>4</sup>. Em realidade, persiste nessa agenda de pesquisa uma indistinção conceitual que torna confusamente intercambiáveis os entendimentos sobre o que seriam recrutamento político, recrutamento partidário, recrutamento legislativo e recrutamento executivo. Entendemos que, embora articulados, esses processos são específicos e devem ser devidamente demarcados. Podemos dizer que o recrutamento político é o fenômeno mais abrangente que abarca todo tipo de recrutamento para instituições que pertencem ao sistema político, como, por exemplo, os movimentos sociais, os sindicatos, as ONGs e também os próprios partidos. Isso significa que o recrutamento partidário está subsumido ao recrutamento político, uma vez que é uma de suas formas de ocorrência. O recrutamento para o Legislativo e para o Executivo, por sua vez, somente pode ocorrer, no caso de países com monopólio partidário da representação, depois de ter havido o recrutamento partidário. Então, o recrutamento para a carreira política no Legislativo e no Executivo estão subsumidos ao recrutamento partidário e correspondem ao processo de seleção de candidatos promovido pelos partidos e chancelados pelo eleitorado. Logicamente, temos o recrutamento político, que engloba o recrutamento partidário, o qual envolve o recrutamento para o Legislativo e o Executivo.

Diante disso, nosso objetivo neste artigo é precisamente este: propor uma heurística para a análise classificatória do recrutamento partidário enquanto um processo que, potencialmente, compreende três momentos, não necessariamente sequenciais: (1) a absorção de um novo filiado; (2) sua formação política no interior da organização; e (3) sua ascensão à posição de liderança e/ou no quadro burocrático. Partindo dessa concepção, apresentamos um modelo descritivo que permite identificar as diferentes estratégias partidárias implementadas para a atração e a formação de membros, assim como a seleção de elites. Isso é importante porque, em princípio, cada estratégia, submetida a constrangimentos institucionais internos e externos, produzirá impactos

---

<sup>4</sup> Excetuando-se a recente proposta metodológica de Bruter e Harrison (2009), voltada à apreensão tipológica das motivações que levam os jovens à filiação partidária, não dispomos realmente de modelos de análise aptos à aplicação a todas as etapas do recrutamento. Para uma discussão mais detalhada dos problemas metodológicos e conceituais da literatura, confira Siavelis e Morgenstern (2008).

distintos na própria organização e no desempenho eleitoral e governamental do partido, o que, por sua vez, de forma interativa, impactará futuros tipos de recrutamento.

Para encaminhar nossa proposta, na próxima seção, "Recrutamento e filiação nas organizações partidárias", analisamos a literatura especializada com a finalidade de discutir a relação que os pesquisadores estabeleceram entre os tipos de organização partidária e as modalidades de recrutamento e formas de filiação características. Mostramos como cada tipo partidário descrito pelas teorias canônicas aparece vinculado a procedimentos diferentes de recrutamento e filiação. Mais do que isso, defendemos que, recentemente, a variedade nos modos de filiação e o uso diversificado dos tipos de recrutamento impedem uma vinculação direta das variáveis filiação e recrutamento com tipos partidários específicos. Por isso, nosso modelo permite descartar a busca dessa associação, assim como a perspectiva normativa favorável a um tipo de partido e, por extensão, de recrutamento. Nosso modelo é essencialmente descritivo. Na seção "Especificações conceituais do modelo classificatório", apresentamos a especificação epistemológica da nossa proposta de classificação. Em "Modelo tipológico do recrutamento partidário", apresentamos nossa proposta desse modelo, abarcando seus tipos, subtipos, formas, meios, modalidades e submodalidades.

### **Recrutamento e filiação nas organizações partidárias**

Nos últimos anos, os estudos partidários convergiram para um problema comum: o acentuado declínio das filiações. Realmente, conforme mostraram sucessivas pesquisas realizadas na Europa, é cada vez menor a quantidade de filiados aos partidos (Katz et al., 1992; Scarrow, 1996, 2000; Whiteley e Seyd, 1998; Mair e Van Biezen, 2001; Dalton, 2005; Van Biezen e Kopecky, 2007; Whiteley, 2011; Delwit, 2011; Van Haute, 2011; Krouwel, 2012; Van Biezen, Mair e Poguntke, 2012). Mais do que isso, dados recentes apontam que as organizações partidárias não apenas se mostram incapazes de atrair novos membros, como também estão se esforçando arduamente, muitas vezes sem resultados, para manter os filiados que já possuem (Scarrow, 2015). Ademais, o número de membros é ainda mais reduzido nas recentes democracias da região (Kopecky, 1995; Morlino, 1998; Lewis, 2000; Van Biezen, 2003). Tal evolução levou diversos especialistas a considerar que essa variável perdeu sua validade como indicadora da capacidade organizacional dos partidos (cf. Van Biezen, Mair e Poguntke, 2012), o que seria preocupante porque as filiações são consideradas insumos cruciais para a produção e a reprodução dessas instituições (cf. Lawson, 1980; Scarrow, 1996, 2015; Ware, 1996; Gunther e Diamond, 2001; Webb, Farrel e Holliday, 2002)<sup>5</sup>.

Dessa forma, aceito como um fato indisputável, o declínio das filiações partidárias vem sendo escrutinado com a finalidade de detectar suas variáveis

---

<sup>5</sup> Alerta para a saliência desse fenômeno, a editoria da revista *Party Politics*, a mais especializada nos estudos partidários, chegou a organizar um número especial, em 2004, com o intuito de analisar o tema mais detidamente.

explicativas e seus significados no contexto das democracias contemporâneas. A propósito disso, estabeleceu-se a convicção de que a redução do ativismo e da participação intermediada pelas organizações partidárias é negativa para a democracia, especialmente porque ela implica o enfraquecimento da conexão entre a sociedade e o Estado (Scarrow, 1996; Dalton e Wattenberg, 2000; Webb, Farrel e Holliday, 2002; Mair, 2005; Whiteley, 2011; Van Biezen e Poguntke, 2014). Tradicionalmente, os pesquisadores pressupõem que a ligação dessas duas esferas é proporcionada pelos partidos, organizações que, segundo sua perspectiva, devem manter vínculos sociais. Logo, se tais vínculos falharem, como parece que tem falhado, a funcionalidade do próprio sistema representativo estará ameaçada. Para alguns estudiosos, essa falha resulta do processo de “extinção” dos *partidos de massas* (cf. Katz e Mair, 2009).

Conforme descrito por Duverger (1951), os *partidos de massas* emergiram no contexto da transformação ambiental da segunda metade do século XIX, provocada pela ampliação do sufrágio. Em oposição ao *partido de quadros*, o *partido de massas* tem origem societária e depende sensivelmente das filiações em grande escala. Isso porque tais filiações suprem três necessidades incontornáveis desse tipo partidário: (a) garantir o financiamento de suas atividades por meio das contribuições dos membros; (b) obter maior penetração no tecido social, a fim de promover a socialização política e a doutrinação da classe trabalhadora; e com isso (c) possibilitar a conquista da fatia majoritária do eleitorado para chegar ao poder. Portanto, em busca de financiamento, militância e voto, o *partido de massas* terá se estruturado como uma organização orientada ao recrutamento integral, ou seja, à busca de novos membros para promover sua formação política e, assim, capacitá-los para sua futura atuação como quadros permanentes destinados à militância e, em alguns casos, à direção e à candidatura a cargos no Legislativo e no Executivo.

Quando então catalogou as principais características do *partido de massas*, Duverger (1951) observou que esse tipo de partido havia se tornado o mais bem-sucedido na “luta pela vida” naquele ambiente eleitoral bastante competitivo da primeira metade do século XX<sup>6</sup>. Seu êxito poderia induzir os concorrentes a adotar o mimetismo como estratégia adaptativa, e, conseqüentemente, determinados *partidos de quadros* se sentiriam compelidos a incorporar, pelo menos parcialmente, algumas características dos *partidos de massas*. Já aqueles que não conseguissem se adaptar, ou pereceriam ou ficariam relegados ao segundo plano no *habitat* político da época. Enfim, o *partido de massas* constituir-se-ia no mais eficiente modelo organizacional do período e, com isso, sua modalidade de recrutamento integral e sequencial (filiação → formação de quadros → seleção de dirigentes/burocratas/candidatos) seria vislumbrada como a estratégia mais indicada para a renovação das lideranças. Com efeito, essa modalidade de recrutamento tornar-se-ia predominante até o início dos anos 1970 (Scarrow, 2015).

Desde então o *partido de massas* converteu-se em algo muito maior do que um

<sup>6</sup> Para uma análise dos fundamentos evolucionistas da teoria estrutural-funcionalista dos partidos proposta por Duverger, assim como dos seus aspectos metodológicos e conceituais, conferir Peres (2009).

tipo descritivo de organização que corresponde a um dado contexto ambiental. Praticamente toda a linha de estudos partidários passou a considerá-lo um tipo normativo a ser seguido em qualquer país (Katz e Mair, 2009). Em outras palavras, o *partido de massas* foi percebido como o ponto final de uma evolução teleológica das organizações partidárias em democracias, e, como tal, ele mesmo veio a ser um dos principais indicadores da efetividade e da qualidade do regime democrático (cf. Mainwaring e Scully, 1995; Mainwaring, 1999). Por extensão, sua modalidade de recrutamento, com elevado número de filiados e formação política intensiva de seus quadros, tornou-se uma variável fundamental na aferição da saúde e da longevidade dos sistemas representativos. Justamente por causa disso, a detecção de um novo tipo partidário, em meados dos anos 1960, cujos traços característicos pareciam distanciar-se sensivelmente do *partido de massas*, contribuiu para dar início ao debate sobre a crise dos partidos. Tratava-se do *catch-all party*.

Descrito por Kirchheimer (1966)<sup>7</sup> com demarcado pessimismo, o partido *catch-all* correspondia a mais uma etapa evolutiva das organizações partidárias em resposta à intensificação da competição política. Isso significava que sua fisiologia e seu comportamento adaptaram-se às condições sociais profundamente diversas daquelas que deram ensejo à “seleção ambiental” do *partido de massas*. O surgimento dos grandes meios de comunicação, a proliferação de legendas partidárias, as profundas mudanças nas preferências políticas e nos valores das novas gerações tornavam necessária uma estrutura organizacional mais reduzida, pragmática e focada quase exclusivamente na disputa eleitoral. Resultado: esse ambiente “selecionou” um novo tipo de partido que, aos olhos de Kirchheimer, era repleto de contradições em relação às bases do regime democrático – os programas, as políticas e os discursos dos partidos mostravam-se cada vez mais convergentes, levando ao aumento da indiferença partidária; as filiações, por sua vez, perderam a importância que tinham, assim como as demais etapas do recrutamento integral, visando à formação de quadros no interior da organização. O partido “pega-todos” estava aberto a filiados dos mais variados naipes ideológicos e origens sociais; estava aberto àqueles que quisessem se filiar apenas para concorrer aos cargos eletivos; estava despreocupado, portanto, com a formação interna de quadros. Isso acarretará impactos crescentes na capacidade dos partidos de manterem vínculos sociais e elevado nível de identificação dos eleitores em relação às suas plataformas. Impactos igualmente importantes e incrementais nas taxas de filiação partidária seriam sentidos nos anos subsequentes.

Esse quadro de redução das filiações sofrerá um agravamento com a exacerbação da evolução do partido *catch-all* para o próximo estágio organizacional, que culminará no que Katz e Mair (1995, 1996, 2002, 2009) chamaram de *cartel party*. Embora do ponto de vista conceitual seja contestável a alegação de que o termo “cartel”

---

<sup>7</sup> Esse texto clássico foi traduzido para o português somente em 2012, trazendo uma breve nota introdutória e notas explicativas que o contextualizam historicamente e analisam aspectos conceituais debatidos pelo autor. Conferir: Kirchheimer (2012).

possa ser aplicado a um tipo de partido<sup>8</sup>, é razoável a percepção de que, nas últimas décadas, essas organizações deixaram de se importar com sua relação com a sociedade para se concentrar na captura dos aparelhos estatais visando à extração de recursos indispensáveis à sua sobrevivência. Os gastos operacionais das organizações partidárias ficaram muito elevados para os filiados individuais custeá-los, o que as obrigou a “caçar” tais recursos em outro lugar – nomeadamente, o Estado. Para serem efetivos nesse comportamento “parasita”, para usarmos uma metáfora biológica bastante aplicável ao caso em questão, os partidos chegaram “espontaneamente” a um acordo cooperativo tácito de competição em que todos ganham alguma coisa, só que em graus variados – um equilíbrio de Nash, como observado pelos próprios autores. Nesse cenário, a competição eleitoral cumpre a função de determinar não a vitória de apenas um contendor num jogo de soma-zero, mas sim a quantidade de recursos estatais que cabe a cada um dos partidos em competição; ou seja, quem pode ocupar os cargos executivos, legislativos e na burocracia das diversas instâncias da organização do Estado, que políticas serão contempladas de acordo com a distribuição dos votos e do poder representativo de cada um, quais os ganhos marginais a serem obtidos por meio da participação numa coalizão e assim por diante.

Em democracias com desenhos constitucionais pluralistas marcadamente fragmentadores, esse acordo distributivo é ainda mais incentivado, pois há vários recursos a compartilhar. Os partidos tenderão a utilizar os meios estatais (regras, cargos e verbas) para moderar a disputa excessivamente agressiva do tipo *the-winner-takes-it-all* e assim garantir vantagens comparativas na disputa eleitoral. Surgirão, desse modo, determinados padrões de conluio entre as organizações partidárias, levando a um processo de competição cooperativa que visa à captura coletiva, não obstante assimétrica, dos bens públicos. Paralelamente, os partidos ficam cada vez mais dependentes da legislação produzida pelo governo, de maneira que a sociedade deixa de ser a força motriz do sistema partidário em face de sua orientação para o Estado (Katz e Mair, 2009; Whiteley, 2011; Scarrow, 2015). Isso significa que o perfil organizacional dos partidos não está mais atrelado às mudanças sociais, mas aos incentivos institucionais (Katz e Mair, 1995, 1996, 2002)<sup>9</sup>. Dessa maneira, a excessiva orientação para o Estado resultaria no afastamento do sistema partidário em relação à sociedade, tendo como provável consequência as crescentes reduções das identificações partidárias, do comparecimento eleitoral e das filiações – fatos corroborados em investigações subsequentes (Mair e Van Biezen, 2001; Dalton e Wattenberg, 2002; Mair, 2006).

<sup>8</sup> Os próprios autores reconheceram que essa denominação não foi a mais adequada (Katz e Mair, 2009). As principais críticas conceituais foram apresentadas por Koole (1996) e Kitschelt (2000) e as réplicas foram dadas por Katz e Mair (1996, 2009) e Blyth e Katz (2005).

<sup>9</sup> Katz e Mair (2009) admitem que Kirchheimer (1957) foi o pioneiro na percepção da formação do cartel partidário, algo também apontado por Krouwel (2003, 2006). Os autores reconhecem, ainda, que o impacto das instituições políticas da esfera estatal nas organizações partidárias já havia sido percebido pelo autor. Porém, salientam que sua descrição do tipo *cartel party* avançou mais profundamente na redução do peso das variáveis sociológicas e refinou os instrumentos conceituais para a detecção dos efeitos do aumento da importância do que chamaram de *party-in-public-office* em detrimento do *party-on-the-ground*.

Conforme mostraram algumas pesquisas, a denominada cartelização exigiu mudanças organizacionais que alteraram não somente o padrão de recrutamento como também o perfil dos filiados e de seu comportamento enquanto militantes (cf. Scarrow, 2015; Whiteley, 2011). Para esse tipo de partido, os filiados deixam de ter relevância e as linhas demarcatórias entre os membros, de um lado, e os simples apoiadores e simpatizantes, de outro, tornam-se tênues; o que, por sua vez, reduz os vínculos dos militantes com a organização. Graças às drásticas mudanças ambientais dos últimos anos, provocadas pelas novas formas de contato com essas organizações, como as redes sociais da internet, *blogs*, *sites*, *twitter* etc., há agora múltiplas modalidades de militância e, portanto, de adesão (Whiteley, 2011). Trata-se do que Scarrow (2015) chamou de filiação *multi-speed*, ou seja, de várias formas de envolvimento com a organização, sendo algumas delas bastante alternativas, abertas àqueles que não querem se engajar tão profundamente nas ações partidárias. Desse modo, é crescente o número de “militantes *online*” e ocasionais nessa dinâmica de adesão e participação digital, mais acessível, porém, centralizada. Coexistem então formas tradicionais de ligação com os partidos, como o envolvimento diário que demanda participação intensa e cumprimento de obrigações, e formas alternativas, como no caso dos *cyber*-membros, cujo ativismo é facultativo, episódico e virtual. Coexistem, também, formas de participação alternativas às filiações, como é o caso dos simpatizantes digitais que seguem as redes sociais dos partidos e daqueles indivíduos que apenas acompanham as informações divulgadas nas redes e *blogs* associados às legendas.

A filiação *multi-speed* pode provocar alterações tanto na estrutura organizacional como no padrão de relacionamento da base com o partido e seus dirigentes, pois reconfigura os espaços e funções atribuídos aos membros, com impactos nos procedimentos necessários para filiação e ascensão aos postos de liderança. Por suposto, esse conjunto de elementos estabelece quem tem poder de decisão, se um grupo reduzido, um grupo ampliado ou todos os membros, o que implica maior ou menor grau de responsividade da direção perante sua base partidária (cf. Norris et al., 1990; Norris, 2000; Gunther e Diamond, 2001; Scarrow, 2015). Scarrow (2015), todavia, percebe essa dinâmica com algum otimismo, pois alega que essa multiplicidade de formas de filiação e participação permite compensar o declínio dos membros tradicionais. Na verdade, segundo ela, quando contemplado por esse prisma, pode-se observar que houve aumento no ativismo, especialmente em virtude dos simpatizantes, que são os novos militantes que se aventuram nas inovadoras modalidades de participação.

De qualquer modo, os pesquisadores convergem na conclusão de que, embora os padrões de recrutamento não sejam uniformes, pois variam consideravelmente entre os países (Norris, 2000; Kölln, 2016)<sup>10</sup>, a redução do número de filiados é uma mudança

---

<sup>10</sup> No Brasil, o volume das filiações varia de acordo com a proximidade das eleições, principalmente as municipais (Speck, 2014). O número de candidaturas permitido e o quociente eleitoral são importantes incentivos para o aumento desse volume, que se tornou ainda mais acentuado nos últimos anos. Segundo os dados oficiais de 2013, o total de filiados aos partidos no país era de 15 milhões, cerca de 11% do eleitorado nacional, um montante expressivo.

tanto quantitativa como qualitativa, que impacta interna e externamente a organização (Scarrow e Gezgor, 2010, Whiteley, 2011; Scarrow, 2015). Em primeiro lugar, a baixa filiação na modalidade tradicional indica a crise do modelo de organização partidária que prevaleceu até há poucos anos – o *partido de massas* (Whiteley, 2011; Scarrow, 2015). Em segundo lugar, a captura do Estado pelo chamado “cartel partidário” dispensa investimentos intensivos com o recrutamento de membros, especialmente aquele que envolve a formação política de quadros no interior da organização. A renovação das lideranças torna-se cada vez mais voltada à atração de indivíduos já formados em outras organizações ou que tenham qualquer capital político próprio – como apelo popular, família com tradição política, dinheiro, prestígio – que lhes assegure vantagens comparativas para disputar eleições.

Outro ponto de convergência dos analistas é a concepção de que as formas de recrutamento estão diretamente associadas aos tipos partidários que acreditam ter se desenvolvido em cada ambiente político. Em outras palavras, o perfil do recrutamento corresponde às estratégias que cada tipo de organização, em face das circunstâncias ambientais, eleitorais e institucionais, adota para garantir sua sobrevivência num *habitat* profundamente competitivo e em constante mutação<sup>11</sup>. De acordo com esse raciocínio, os *partidos de massas* caracterizam-se pelo recrutamento integral, pois buscam, de maneira intensiva, atrair novos filiados com a finalidade de promover sua formação política e selecionar alguns deles para posições de liderança ou no quadro burocrático no interior da organização. Já os partidos *catch-all* foram mais pragmáticos no que se refere ao perfil ideológico dos novos membros e menos dedicados ao seu treinamento para a militância. O *cartel party*, por sua vez, exacerbou tais características, investindo no recrutamento de membros diretamente para a disputa eleitoral, sem qualquer preocupação com sua formação ou comprometimento ideológico. Similarmente, especializou-se na busca de meros apoiadores, sem a necessidade de vínculos de filiação.

Em linhas gerais, concordamos que, atualmente, existem novas e diversas formas de militância que dispensam os vínculos tradicionais de filiação, o que demanda análises mais refinadas do processo de recrutamento e de participação política no interior das organizações partidárias. Também concordamos com a concepção de que os perfis organizacionais e, por consequência, as estratégias de recrutamento evoluem em resposta aos ambientes interno e externo dos partidos – ideia originalmente trazida por Duverger (1951). Porém, divergimos do usual enquadramento dessa dinâmica de acordo com os tradicionais tipos partidários. Isso porque, em nossa perspectiva, tais tipos, além de demasiadamente estanques, estão assentados na enganosa premissa de que há ou deveria haver uma simetria evolutiva das organizações partidárias. Afora o desencontro com o teor epistemológico original adotado por Duverger (1951) em sua teoria

---

<sup>11</sup> Não se trata aqui de postular uma relação causal direta entre perfil organizacional e tipo de recrutamento e tampouco de afirmar peremptoriamente que todos os autores seguiram esse caminho. Isso porque é impossível distinguir se o perfil organizacional “causa” o tipo de recrutamento ou o contrário. Hipoteticamente, o tipo de recrutamento é uma estratégia que tanto sofre impactos da estrutura organizacional como provoca impactos nessa mesma estrutura.

evolucionária sobre os partidos, as características previstas pelos tipos canônicos discrepam do plano empírico, parcial ou totalmente. De fato, da maneira como foram construídos e aplicados – indutiva e normativamente –, os tipos partidários engessaram e enviesaram as análises. No caso do engessamento, a imediata adesão aos tipos tradicionais levou os pesquisadores, antes de qualquer coisa, a sempre tentarem identificar o tipo partidário predominante em cada ambiente e, por extensão, as estruturas organizacionais desviantes. Assim, as observações desconsideram que cada partido interage de maneira diversa com os fatores ambientais específicos e que isso corresponde a uma solução adaptativa ao ambiente, cabendo ao analista apenas o estudo explicativo dessas reações contextualizadas. No caso do viés das análises, como a construção tipológica foi indutiva, a base observacional dos tipos partidários consistiu em alguns casos singulares de poucos países europeus, de forma que sua generalização empírica corre o risco de ser falaciosa.

Além disso, conforme já assinalado, o tipo *partido de massas* acabou sendo alçado à categoria de ideal normativo a ser seguido e, em consequência, transformou-se, ele mesmo, num indicador de desenvolvimento político. Por extensão, a abordagem orientada aos tipos partidários supõe que a evolução organizacional deveria seguir uma linearidade que, na prática, não ocorre – nem todos os partidos de um mesmo sistema poderão ser rotulados com base num único tipo, tampouco um partido que porventura seja classificado como exemplar de um tipo reúne todas as características desse tipo e, ao mesmo tempo, não apresenta nenhuma característica de outro tipo, o que quer dizer que os tipos não satisfazem os critérios de exaustividade e exclusividade. O que ocorre é precisamente o inverso, os partidos podem combinar características de dois ou mais tipos e, desse modo, se forçosamente enquadrados na rígida tipologia partidária canônica, diversos partidos, se não todos, serão “ornitorrincos” – de fato, essa é a percepção predominante na literatura a respeito dos partidos latino-americanos, especialmente os brasileiros. Mesmo no caso europeu, o “desvio” dos partidos em relação ao ideal *partido de massas* é visto como um processo degenerativo e não como um processo adaptativo racional e plenamente compreensível; sem mencionar que, talvez, aquele que sempre foi considerado o verdadeiro *partido de massas*, o Partido Trabalhista inglês, sequer tenha realmente cumprido todos os requisitos de enquadramento nesse tipo (Webb, 1995).

Aliás, aqui é importante chamar a atenção para um equívoco comum na literatura comparada. A tipologia dos partidos não é baseada no tipo ideal nos moldes weberianos, como algumas vezes se acredita. O tipo ideal weberiano é um tipo lógico, dedutivo, extremado, com a finalidade de avaliar o quanto as manifestações reais distanciam-se do tipo lógico. O tipo ideal, portanto, serve de parâmetro para as análises, e por isso nunca se deve esperar que os tipos reais se enquadrem plenamente no tipo dedutivo. A tipologia dos partidos, ao contrário, segue o modelo estabelecido por Duverger (1951), que consiste em construir tipos empíricos, portanto, indutivos. O procedimento, nesse caso, é semelhante ao do taxinomista que procura novas espécies para descrevê-las em detalhes. Dessa maneira, os tipos partidários devem encontrar

corroboração empírica fiel, pois resultam de catalogações de casos concretos observados. Isso quer dizer que cada variação significativamente desviante do tipo descritivo desafia a validade da classificação. Não obstante, a literatura tem seguido caminho contrário, ou seja, quando um partido se desvia da classificação, considera-se que o problema é o partido e não a classificação. Isso ocorre porque se utilizam tipos partidários descritivos como se fossem tipologias ideais.

Por esse prisma, no que se refere às filiações, é prudente supor que os partidos combinam modalidades em diferentes graus em resposta a situações diversas e adversas, decorrentes de contextos ambientais variáveis. Sendo assim, bastaria uma organização promover recrutamento integral para ser classificada como um *partido de massas*? Se um partido tiver diversas características identificadas com as de um *partido de massas*, mas priorizar recrutamentos parciais, ainda poderia pertencer a esse tipo? Ou seria de outro tipo? Seria um *partido de quadros*, *catch-all*, *profissional-eleitoral* ou *cartel*? Ou seria um tipo híbrido? Seria um "ornitorrinco"? E se esse mesmo partido adotar modalidades diferentes de recrutamento, mesmo com grau mais elevado de recrutamento integral, seria um *partido de massas* ou um partido de outro tipo? Se for de outro tipo, qual seria? Ainda, no caso de estratégias mistas de recrutamento do partido, qual o nível mínimo necessário para considerar determinada estratégia predominante e, com base nisso, tipificá-lo?

De fato, essa questão da gradação das características é crucial porque, no plano empírico, os partidos costumam variar na manifestação dos atributos e apresentar qualidades que, em menor ou maior grau, fazem parte do *check-list* de todos os tipos catalogados. Evidentemente, para tentar solucionar o problema da indeterminação empírica do tipo partidário derivado de um construto indutivo, alguém poderia sugerir o abandono dos indicadores dicotômicos em favor de indicadores contínuos. Porém, ainda haveria o problema da indeterminação das múltiplas combinações de gradações e dos necessários subtipos que comportem todas elas – isso sem mencionar as contestáveis convenções que teriam que ser estabelecidas para fixar os graus de cada contínuo que permitiriam identificar os tipos e subtipos de maneira segura<sup>12</sup>.

Portanto, em razão dessas "anomalias empíricas" e imprecisões operacionais, adotamos a posição de que a tentativa de analisar o recrutamento tendo como parâmetro os tipos partidários não é o caminho teórico e metodológico mais indicado. Por

---

<sup>12</sup> Com base numa crítica semelhante, Scarrow e Webb (2013) idealizaram um projeto coletivo para analisar, comparativamente, as organizações partidárias de diversos países. Sua proposta é superar dois enquadramentos que predominam nessa linha de pesquisa: de um lado, a preocupação com o grau de institucionalização dos partidos nas democracias recentes; de outro, a preocupação com os possíveis desvios dos partidos das democracias mais antigas em relação aos tipos catalogados. Na perspectiva desses pesquisadores, cada partido pode apresentar um desenvolvimento diferente, pois atua em contextos históricos e sociais diversos, e tem, ele mesmo, origem e trajetória próprias. Assim, em vez de procurar desvios em relação aos tipos catalogados, os analistas devem procurar entender as variações organizacionais em cada contexto, sem recorrer às tipologias rígidas e, por vezes, teleológicas. Eles propõem que os estudos comparados devem adotar indicadores que possibilitem analisar como cada partido se situa em determinadas variáveis organizacionais, mensuradas em um contínuo, e não pela simples conferência de *check-lists* geralmente compostos por categorias dicotômicas.

isso, no modelo classificatório que propomos a seguir, não é nossa intenção explorar possíveis vínculos entre essas duas variáveis – recrutamento e tipo partidário. Não é nossa preocupação avaliar se o *cartel party* é aquele que investe mais no recrutamento parcial, dispensando a formação de quadros, em oposição ao *partido de massas*, que supostamente investe no recrutamento integral, pois não consideramos produtora a aplicação de tipos partidários na análise dos partidos. Acima de tudo, o que nos interessa é a adoção de um modelo de análise que apreenda os tipos ou a combinação de tipos de recrutamento adotados pelos partidos *vis-à-vis* os desafios ambientais a sua sobrevivência e sua estrutura organizacional. Devido a isso, propomos uma tipologia dedutiva com o intuito de possibilitar uma aproximação analítica do problema por meio de uma ferramenta heurística que seja capaz de abarcar as possibilidades lógicas de manifestação empírica do fenômeno.

### Especificações conceituais do modelo classificatório

O modelo heurístico<sup>13</sup> que propomos aqui é tipológico, o que significa dizer que se trata de um modelo dedutivo. Em linhas gerais, os *modelos* são reconstruções simplificadas e delimitadas da realidade, com o objetivo prático de tornar operacional a compreensão de um fenômeno que, via de regra, é complexo (Lave e March, 1975; Star, 2005). *Modelos* são representações conceituais produzidas por um procedimento conjectural acerca dos processos e fatos mínimos cruciais da estrutura de um dado fenômeno. Sua construção é essencialmente analítica, pois demanda a “dissecação mental” do objeto em suas partes constituintes essenciais, de modo a identificar aquelas cuja compreensão resultará no conhecimento teórico do todo (Moran, 2008; Lomnicki, 1999; Lave e March, 1975).

No que refere a raciocínio e procedimento científicos, um dos *modelos* mais recorrentes é o *classificatório*<sup>14</sup>. Em termos metodológicos, os *modelos classificatórios* correspondem ao primeiro passo para o entendimento de qualquer conjunto de entidades

<sup>13</sup> Um modelo heurístico consiste num método ou num processo aplicado para a resolução de algum problema que seja complexo e caracterizado pela impraticabilidade da busca exaustiva de informações. Isso demanda a adoção de um conjunto de procedimentos visando a solucionar enigmas científicos por meio de aproximações válidas, mediante a revelação de processos que se tornarão perceptíveis em decorrência do próprio modelo de enquadramento do fenômeno (cf. Polya, 1973).

<sup>14</sup> Nas ciências sociais há uma consolidada tradição de utilização dessa abordagem (cf. Sneath e Sokal, 1973; McKinney, 1966; Tiryakian, 1968; Bailey, 1974, 1992). Seu uso disseminado se deve, principalmente, a inúmeras vantagens oferecidas pelos estudos classificatórios dos fenômenos sociais, como, por exemplo, seu poder descritivo, a simplificação da realidade, a identificação de similaridades e diferenças, a comparabilidade, a exaustividade na apreensão dos dados relativos a conjuntos e subconjuntos do objeto estudado e a facilidade na identificação das relações entre dimensões, categorias e variáveis (Sneath e Sokal, 1973; Bailey, 1994; Doty e Glick, 1994; Bowker e Star, 1999; Jacob, 2004; Gregory, 2006; Meyer, 2007). Na ciência política, os modelos tipológicos, assim como outros modelos formais, sejam matemáticos ou computacionais, são cada vez mais predominantes, a ponto de serem tão importantes quanto as teorias, inclusive porque os modelos são representações operacionais do mundo reconstruído pelas teorias (Lave e March, 1975; Clarke e Primo, 2007, 2012). Obviamente, a literatura também aponta algumas desvantagens no uso das tipologias, como se pode depreender das discussões de Bowker e Star (1999) e Chandra (2005).

que caracterizam o fenômeno a ser analisado porque eles dão os parâmetros para a percepção, a organização e a interpretação dos objetos observados (Diesing, 1971)<sup>15</sup>. Sinteticamente, as *classificações* podem ser entendidas como processos de agrupamentos de entidades por similaridade, com base na identificação de atributos discriminantes de indivíduos e grupos a partir de dimensões categóricas nominais ou ordinais. Os indivíduos devem ser agrupados de uma maneira que cada grupo seja o máximo possível diferente dos outros e que, ao mesmo tempo, contenha indivíduos que sejam semelhantes o máximo possível (Bailey, 1994). Em outras palavras, o propósito principal da *classificação* é a minimização da variação dentro dos grupos (homogeneidade interna) e a maximização da variação entre os grupos (heterogeneidade externa). Desse modo, ao permitir a organização estrutural das entidades de um fenômeno em agrupamentos ou classes, a lógica classificatória é uma ferramenta que potencializa a análise comparativa das unidades observadas, das relações entre as componentes de um grupo e da interação de grupos diferentes (Moran, 2008).

Para ser consistente em termos operacionais, as *classificações* devem seguir um arcabouço rígido de critérios de exclusividade, exaustividade e adequação (Sneath e Sokal, 1973; Bowker e Star, 1999; Jacob, 2004; Gregory, 2006). No que se refere à exclusividade, as fronteiras entre os grupos devem ser claramente demarcadas, com regras estáveis de inclusão e exclusão dos casos nos agrupamentos – o que significa que as categorias não podem se sobrepor, que devem ser mutuamente exclusivas. Quanto à exaustividade, o conjunto dos grupos deve ser abrangente o suficiente para classificar de forma completa todos os casos da observação. Em relação à adequação, as categorias devem ser facilmente aplicáveis, pois sua validade dependerá da sua capacidade de enquadramento da observação dos dados e de sua análise.

Além dos critérios para a construção das categorias classificatórias, o pesquisador deve lidar com outro aspecto operacional crucial que é a escolha das características que darão subsídios para a *classificação*. Como há diversas possibilidades de seleção dessas características norteadoras, o protocolo recomendado é procurar apreender os aspectos que sejam realmente relevantes para o estudo do fenômeno, de acordo com o problema proposto; algo que dependerá sensível e inevitavelmente da perspicácia do pesquisador (Lave e March, 1975; Bailey, 1994). A fim de reduzir a arbitrariedade em favor de um convencionalismo que seja rigoroso tanto quanto possível, essa tradição metodológica convergiu para um algoritmo básico. Deve-se, primeiramente, identificar o que mais interessa à pesquisa e então delimitar esse aspecto na forma de um objeto de investigação; deve-se, depois, fazer o “experimento mental” de dividi-lo em suas componentes principais e identificar os grupos ou classes de entidades de acordo com suas semelhanças e diferenças, procurando conformar um conjunto que seja exaustivo e composto de subconjuntos exclusivos; deve-se, por fim,

---

<sup>15</sup> Segundo Bailey (1994, p. 1), a classificação é um exercício conceitual ubíquo, presente tanto na formação e utilização da linguagem, seja da verbal ou da matemática, como nas teorias científicas, de forma que, “without classification, there could be no advance conceptualization, reasoning, language, data analysis or, for that matter, social science research”.

representar graficamente a *classificação* num formato que corresponda à sua dimensionalidade e aplicá-lo à análise dos dados. Observe-se que, ao contrário das *classificações* unidimensionais, as dimensões das classificações bidimensionais e multidimensionais relacionam-se umas com as outras para formar subcategorias – tipos ou *taxa*<sup>16</sup>.

Em termos metodológicos, as *classificações* podem se basear em sistemas de inferências tanto *indutivos* como *dedutivos*. A reunião de diversos casos singulares observados no plano empírico, com a finalidade de catalogar características distintas para agrupar indivíduos semelhantes e, a partir daí, propor tipos que rotulem os grupos, caracteriza a *inferência indutiva*. Esse protocolo de pesquisa é o *taxonômico* e sua base constitutiva é essencialmente empírica (Bailey, 1994; Doty e Glick, 1994; Chandra, 2005). Isso significa que as *classificações indutivas* demandam o levantamento do máximo de informações disponíveis da maneira a mais exaustiva possível, uma vez que elas são sua síntese compreensiva. Os dados utilizados podem ser oriundos de informações primárias ou secundárias. Uma vez aceitas, tais *taxonomias* orientam estudos posteriores dos exemplares empíricos das entidades catalogadas<sup>17</sup>.

Por sua vez, as *classificações* que adotam a *inferência dedutiva* se baseiam em procedimentos lógicos, essencialmente teóricos, anteriores portanto à observação de casos singulares (Bailey, 1972, 1973, 1994). Isso geralmente ocorre quando há pouca ou nenhuma informação disponível ou quando a pretensão é esgotar logicamente as possibilidades de manifestação empírica de um fenômeno para enquadrar o levantamento e a análise de informações em categorias apriorísticas. Com o foco assim delimitado logo de partida, aumenta-se a eficiência da coleta e da análise dos dados (cf. Clarke e Primo, 2007, 2012)<sup>18</sup>. Epistemologicamente, os *modelos dedutivos* são considerados mais analíticos, pois a abstração e a simplificação dos fenômenos, no geral, complexos, envolvem a separação de suas componentes fundamentais para resolver algum problema prático de investigação que demanda sua redução a poucas categorias que lidem com um conjunto delimitado de variáveis. Devido a esse procedimento, as generalizações dos *modelos dedutivos* são consideradas mais acuradas, uma vez que sua lógica de inferência consiste na identificação dos princípios recorrentes ou no esgotamento lógico das possibilidades empíricas do fenômeno estudado. Ainda, as *classificações dedutivas*, que são *modelos* lógicos, não podem ser testadas

<sup>16</sup> Os tipos correspondem às classificações tipológicas, construídas por inferência dedutiva. Já os *taxa* (em latim, plural de *táxon*, que é uma unidade taxonômica) correspondem às classificações taxonômicas, construídas por inferência indutiva.

<sup>17</sup> As análises de *cluster*, por exemplo, são procedimentos quantitativos de *inferência indutiva*, pois recorrem à metodologia estatística para encontrar agrupamentos a partir de uma vasta base de dados. Também há exemplares de *classificações indutivas* qualitativas, como os estudos sobre as organizações partidárias – desde Duverger (1951), formou-se toda uma linha de estudos voltada à descrição das variações morfológicas e fisiológicas de suas estruturas organizacionais para a identificação de tipos. Embora essa catalogação seja conhecida como tipologia partidária, em termos mais rigorosos, podemos dizer que se trata de uma taxonomia partidária.

<sup>18</sup> Ademais, modelos dedutivos são percebidos como a solução mais sustentável do problema da indução, apontado por Hume, e que levou Karl Popper a propor como modelo científico o método hipotético-dedutivo de teste (Popper, 1959).

empiricamente – em primeiro lugar, porque a pesquisa não é desenhada para testar o *modelo*, mas, no máximo, conforme o caso, testar alguma hipótese derivada de uma teoria; em segundo lugar, porque a *classificação dedutiva* não é uma explicação do fenômeno, mas sim sua reconstrução simplificada. Não obstante, uma *classificação dedutiva* pode e deve ser avaliada pela sua consistência estrutural e sua adequação ao estudo do objeto (cf. Collier, LaPorte e Seawright, 2012)<sup>19</sup>, ou seja, pelas suas anomalias lógicas e empíricas<sup>20</sup>.

De modo mais delimitado, podemos dizer que os *modelos classificatórios dedutivos* são tipológicos (Lazarsfeld, 1937; Lazarsfeld e Barton, 1951; Hempel, 1952; Doty e Glick, 1994; Moran, 2008). Por sua vez, as *tipologias* são conjuntos de tipos construídos logicamente para representar uma combinação de atributos específica que descreve analiticamente algum fenômeno. Enquanto um construto conceitual, assim como ocorre com qualquer *classificação*, as *tipologias* devem definir cada tipo de maneira precisa, de acordo com os mesmos critérios de categorização já aludidos – adequação (validade, simplicidade), exaustividade, exclusividade. Também devem ser parcimoniosas, ou seja, devem conter uma gama reduzida de tipos que sejam facilmente compreendidos e distinguíveis (Meyer, 2007). Devem, ainda, ter um foco preciso para cumprir a precípua função operacional de discriminar o que é relevante à observação e análise, uma vez que os tipos devem enquadrar casos empíricos segundo a correspondência dos atributos (Kluge, 2000; Jacob, 2004). Para tanto, os dados são coletados e organizados com base numa pergunta diretriz central: tal caso se enquadra em qual tipo?

Em termos operacionais as *tipologias* promovem enquadramentos categóricos multidimensionais, cujos rótulos geralmente são dispostos numa matriz que combina duas ou mais dimensões. O procedimento protocolar para sua construção tem a sequência: conceito geral → dimensões → variáveis → tipos. Em virtude da estrutura classificatória que assegura às análises empíricas, as *tipologias* permitem estudos comparativos, inclusive longitudinais, apontando semelhanças, diferenças, permanências e mudanças. Também fazem a ligação dos dados com a teoria, sejam eles qualitativos ou quantitativos. Desse modo, as *tipologias* cumprem três funções metodológicas relevantes (cf. Collier, LaPorte e Seawright, 2012): a primeira é analítica e consiste na fragmentação do objeto em partes ou grupos e subgrupos, de modo a enquadrar cada caso num tipo e detectar as relações entre os tipos; a segunda é descritiva, pois recorre à catalogação dos atributos de cada tipo ou conceitos compostos, com o propósito de caracterizar cada caso; a terceira função é explanatória, pois possibilita a antecipação das futuras relações entre tipos e casos que serão observados, ou seja, a previsão do

<sup>19</sup> A adequação corresponde à sua capacidade de permitir a observação estruturada do fenômeno, a coleta dos dados e a análise das informações por um enquadramento conceitual delimitado e verossímil, o que permitirá a apreensão das informações de maneira seletiva e categorizada (Clarke e Primo, 2007, 2012).

<sup>20</sup> Se utilizarmos os termos kuhnianos, as “anomalias” das classificações dedutivas podem ser de dois tipos: a lógica e a empírica (Kuhn, 1962). A anomalia lógica tem a ver com a consistência e a coerência do modelo; a empírica, com sua inadequação à apreensão do objeto, sua inaplicabilidade ou insuficiência para o enquadramento descritivo do fenômeno ou de sua parte que está sob investigação classificatória.

funcionamento do objeto classificado.

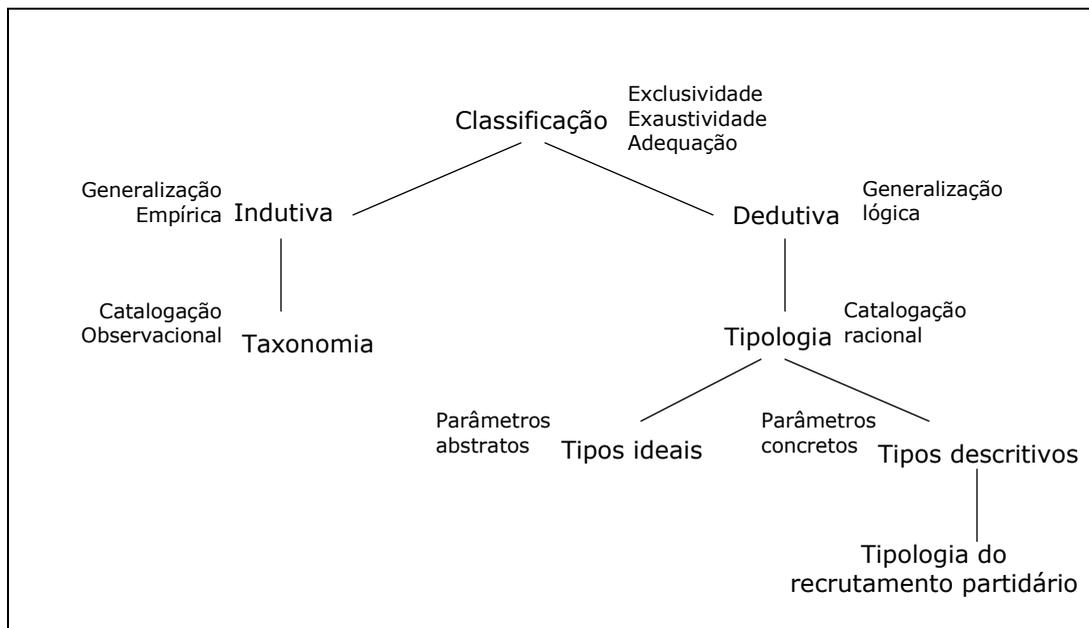
São duas as variações consagradas de *tipologias*: os *tipos ideais* e os *tipos descritivos*. Os *tipos ideais* são “puros” – tipos lógicos extremados que não encontram plena correspondência no plano empírico, pois o que se procura nesse caso é apenas um parâmetro para a identificação de exemplares singulares do fenômeno por meio da detecção de traços mais ou menos aproximados das características previstas logicamente. Os *tipos ideais* servem de esquadro, digamos assim, para avaliar o distanciamento dos fenômenos reais em relação à perfeição do “caráter utópico” do tipo lógico puro<sup>21</sup>. Embora sua construção também seja lógica, as *tipologias descritivas*, por sua vez, cumprem o propósito de retratar as possibilidades empíricas factíveis dos fenômenos. Dito de outro modo, as *tipologias descritivas* não consistem na proposição de características puras e extremadas, mas sim na antecipação lógica e apriorística de elementos que de fato se espera encontrar no plano empírico.

O *modelo classificatório* que propomos a seguir é *dedutivo*, portanto, *tipológico*. Mais especificamente, trata-se de uma *tipologia descritiva*. Para sua construção, adotamos os critérios discutidos nesta seção. Consequentemente, seguimos o protocolo sequencial de construção dos tipos, partindo do conceito geral de *recrutamento partidário*, identificando suas dimensões (filiação, treinamento e seleção de elites) e suas variáveis (tipos, subtipos, modalidades, formas e meios). Deve ser ressaltado adicionalmente que, assim como ocorre com toda classificação, o modelo que propomos é aberto a ajustes, tais como modificações, acréscimos e reduções. O Fluxograma 1 contextualiza de maneira sintética o percurso metodológico que seguimos para a construção do modelo tipológico.

---

<sup>21</sup> Max Weber é o representante mais destacado na proposição e no uso dessa variação de modelo tipológico, como mostram seus estudos exemplares acerca do desenvolvimento do capitalismo e das religiões. Essencialmente, esse é um procedimento marcadamente platônico de separação entre o mundo inteligível e o mundo sensível.

### Fluxograma 1 Síntese da fundamentação do modelo tipológico



Fonte: Elaborado pelos autores

## Modelo tipológico do recrutamento partidário

### Definição conceitual

Nossa definição conceitual de *recrutamento partidário* é abrangente o suficiente para abarcar a totalidade de manifestações desse fenômeno em suas diversas dimensões. Consideramos que o *recrutamento partidário* é um processo que pode ser decomposto logicamente em três aspectos: (A) filiação; (B) formação de quadros e (C) seleção de membros para a ocupação de cargos de importância para o partido, seja na burocracia organizacional ou estatal, seja para a candidatura a cargos eletivos e, eventualmente, o exercício de tais funções<sup>22</sup>. Assim, os tipos, subtipos, formas, meios, modalidades e submodalidades de recrutamento compõem um portfólio de combinações à disposição dos partidos para que estes recorram àquelas que julgarem as mais indicadas ou viáveis para cada situação ou contexto do ambiente político.

<sup>22</sup> Os postos mais importantes a serem ocupados pelas lideranças recrutadas, em princípio, são os seguintes: (1) cargos na burocracia partidária; (2) cargos na burocracia estatal passíveis de serem preenchidos sem concurso; (3) cargos na direção partidária; (4) vaga como candidato a algum cargo eletivo de maior relevância (em especial para o Executivo e o Senado) e (5) cargos eletivos conquistados pelo partido.

### *Tipos e subtipos de recrutamento*

No nosso modelo, há dois *tipos* de recrutamento: *extensivo* e *intensivo*<sup>23</sup>. Se um partido investir de maneira sequencial nos três processos do recrutamento ou nas duas primeiras etapas, teremos uma organização que intenciona atrair novos membros para dar-lhes formação política, mediante treinamento teórico e/ou prático, visando à atuação futura de alguns deles como políticos profissionais. Dessa maneira, esse *tipo* de recrutamento é orientado à formação política dos filiados, podendo alguns deles chegar às posições de liderança e aos quadros burocráticos. Em ambos os casos – recrutamento integral e recrutamento parcial com formação – o ponto mais importante é a educação política e a doutrinação dos membros. Podemos então dizer que se trata de *recrutamento extensivo*, pois é alongado, amplo, extenso, dilatado, por meio do qual se processam a formação dos filiados e a seleção de alguns deles para candidaturas ou cargos burocráticos dentro ou fora do partido.

Dessa maneira, a despeito do maior esforço e dispêndio de recursos, um partido pode investir no *recrutamento extensivo* em decorrência de seus objetivos e de sua inserção ambiental. Nesse caso, o recrutamento partidário não se reduz à filiação ou à busca de candidaturas, pois a formação, enquanto uma etapa intermediária, é considerada extremamente importante para que os quadros sejam qualificados antes de assumirem qualquer posição de maior hierarquia na organização. É provável que isso ocorra porque o partido tem a pretensão de formar militância e lideranças que realmente sejam comprometidas com seu programa e sua ideologia. Consequentemente, espera-se que as lideranças gozem de grande legitimidade perante os membros da base, da burocracia e da direção. Os dois caminhos ou subtipos de recrutamentos extensivos são os voltados à formação de lideranças para seleção e os destinados à formação de militância.

Porém, um partido pode investir num *tipo* de recrutamento que dispensa a formação política de quadros. Nesse caso, podemos chamá-lo de *recrutamento intensivo*, que consiste num esforço concentrado, mais pontual e de curta duração, que investe em um – apenas filiação – ou dois aspectos desse processo – filiação e seleção. Para tanto, há dois caminhos possíveis, referentes aos *subtipos* do *recrutamento intensivo*. No primeiro deles não é necessário que todos os filiados sejam formados politicamente no interior da organização com vistas à ocupação posterior de alguma posição de liderança ou no quadro burocrático. Dessa maneira, um partido pode atrair membros já formados em uma instituição exógena ou então uma figura popular por qualquer razão, sem nenhuma formação política prévia mais relevante. Geralmente essa modalidade de recrutamento é orientada a candidaturas ou ao aumento das bancadas legislativas e executivas. O segundo caminho reduz-se pura e simplesmente à filiação, configurando

---

<sup>23</sup> Esses termos foram adotados com base na sua semântica e sua etimologia.

uma estratégia de recrutamento orientada à ampliação da base partidária<sup>24</sup>.

Por não contemplar a formação política interna à organização, o *recrutamento intensivo* exige menor investimento de recursos materiais e de tempo. Obviamente, um partido pode adotá-lo não apenas por causa da economia de recursos e esforços, mas também por ser esse um recrutamento estratégico em face do ambiente político e dos seus objetivos. Nesse caso, as duas orientações do *recrutamento intensivo* podem ser combinadas em doses diferentes ou utilizadas de maneira alternada ao longo do tempo. Um partido pode, por exemplo, investir mais pesadamente no *recrutamento intensivo* orientado às candidaturas/lideranças e dedicar menor investimento ao *recrutamento intensivo* orientado à militância e à base. Porém, em períodos eleitorais, esse mesmo partido pode aumentar seu investimento no *recrutamento intensivo* orientado à base, com a intenção de aumentar o suporte de sua campanha e seu montante de votos. Ainda, seu investimento no *recrutamento intensivo* orientado às candidaturas provavelmente será maior em períodos pré-eleitorais.

Portanto, as combinações, magnitudes e temporalidades das orientações do *recrutamento intensivo* serão o resultado das estratégias partidárias e devem ser entendidas de acordo com a configuração de cada ambiente político. Conforme a necessidade e a viabilidade, o partido poderá adotar como estratégia a atração de membros para a campanha eleitoral ou alguma outra forma de apoio às suas atividades rotineiras. Dependendo da situação, para as ações de maior relevância, o partido procurará atrair lideranças já formadas em outras instituições, como sindicatos, ONGs, movimentos sociais e estudantis, demais organizações partidárias e todas as diversas formas de associações civis. Ou então o partido poderá tentar atrair *outsiders* do sistema de representação de interesses. Em suma, se é indispensável que toda liderança ou quadro burocrático seja um filiado, não segue disso que todos os filiados terão de ser formados politicamente pelo partido ou virão a ser lideranças ou mesmo componentes da burocracia partidária<sup>25</sup>.

Já num partido em que predomina o *recrutamento extensivo* será rara a existência de candidaturas de *outsiders* ou de indivíduos com formação em outras instituições. A maioria ou a totalidade das poucas exceções que podemos esperar para a existência residual de um *recrutamento intensivo* num partido com recrutamento predominantemente *extensivo* deve corresponder à atração de pessoas ligadas a movimentos sociais, sindicatos, ONGs e congêneres. É de esperar que existam militantes com trajetória de formação política paralela no partido e na outra instituição externa,

<sup>24</sup> Esse subtipo de recrutamento, intensivo orientado à base, abrange algumas das filiações e militância *multi-speed* identificadas por Scarrow (2015).

<sup>25</sup> Uma questão que se coloca para possível investigação, com base nesse ponto, é a de saber se o partido sofreria consequências negativas de médio e longo prazos se investir toda sua estratégia de renovação unicamente no *recrutamento intensivo*. Isso porque a literatura, de modo geral, concorda que parcela substantiva da renovação dos quadros partidários dependerá, forçosamente, do recrutamento de jovens que deverão ser atraídos para o treinamento para a militância e a dedicação profissional à política, seja como dirigente no interior da organização, seja como ocupante de cargo representativo ou na burocracia estatal.

mas poucos que tenham uma trajetória exclusivamente externa e que só depois sejam recrutados para qualquer candidatura ou para assumir posição de liderança. Também podemos supor que serão reduzidos os casos de recrutamento de políticos eleitos por outros partidos e já formados politicamente neles – quando isso ocorrer, é mais provável que sejam partidos programaticamente próximos.

Não obstante, a expectativa da existência de alguma submodalidade de *recrutamento intensivo* residual em partidos que investem de maneira mais vigorosa no *recrutamento extensivo* mostra que, mesmo aqui, é possível combinar *tipos* e *subtipos* de recrutamento em graus variados e de maneira alternada, conforme as oscilações do ambiente político. Podemos até supor que haja uma transformação organizacional importante no partido que investe maciçamente no *recrutamento extensivo* quando suas lideranças ultrapassam certo limite máximo de *recrutamento intensivo* como parte de sua estratégia de atração de novos membros. Isso significa que a *modalidade* de recrutamento pode ser um dos indicadores da mudança organizacional em face da mudança estratégica em resposta ao ambiente político. *Pari passu* com a alteração da estratégia de recrutamento, haverá alguma mudança em seu discurso, em sua atuação eleitoral e governamental e em seu programa. Subsequentemente, haverá impactos em seus membros, com algum conflito entre suas facções internas, que reclamarão da perda do caráter formativo, militante e até programático do partido. O Quadro 1 ilustra os *tipos* e *subtipos* de recrutamento.

**Quadro 1**  
**Tipos e subtipos de recrutamento partidário**

Categorias		Etapas		
Tipos	Subtipos	A	B	C
Extensiva	Formação de lideranças	Filiação →	Formação →	Seleção
	Formação de militância	Filiação →	Formação	
Intensiva	Candidaturas/Bancadas	Filiação	→	Seleção
	Aumento da base	Filiação		

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

### *Formas de recrutamento*

A implementação das estratégias relativas aos dois *tipos* de recrutamento pode contemplar *formas* específicas de incorporação de novos membros aos partidos quanto ao *escopo* e à *origem*. Com relação ao *escopo*, o recrutamento pode ser *fechado* ou *aberto*; quanto à *origem*, ou seja, à base social de onde derivam os novos filiados, o recrutamento pode ser *plutocrático* ou *democrático*.

Quando *fechado*, o recrutamento se dá de maneira endógena à própria organização. Duverger (1951) falava da origem partidária interna ao sistema parlamentar para se referir aos partidos fundados por políticos já estabelecidos e

atuantes no Legislativo; aqui, nosso critério de distinção é o próprio partido. Assim, é importante distinguir aqueles que se filiam ao partido sem ter tido anteriormente qualquer ligação importante com ele daqueles que antes de se filiarem já tinham com ele alguma relação indireta. A relação indireta mais visível e relevante é a de parentesco, de modo que a *forma fechada* de recrutamento consiste na integração dos filhos e demais parentes próximos dos membros do partido<sup>26</sup>. Obviamente, o estabelecimento do grau mínimo de parentesco necessário para enquadrar essa forma de recrutamento dependerá sempre de convenção estabelecida pelo pesquisador. Em princípio, parentesco de primeiro até terceiro grau parece ser o escopo mais adequado, mas esse limite tem que ser justificado em cada pesquisa, de maneira contextualizada.

É importante destacar que nem todos os parentes recrutados assumirão posições de liderança. Nesse caso, parentes podem ser recrutados apenas para disputar eleições ou para compor a base do partido. Isso quer dizer que há um *recrutamento fechado* voltado à renovação da elite e outro voltado à incorporação de novos membros à organização, seja para o incremento da base ou para a competição eleitoral. Esses dois meios têm significados e efeitos diferentes. O *recrutamento fechado-para-a-base* pode evidenciar a importância que o contato indireto com o partido por intermédio de um parente filiado tem como fator motivacional para a adesão à organização; mas, do ponto de vista organizacional, seus efeitos são desprezíveis. O *recrutamento fechado-para-a-elite* também evidencia a relevância do parentesco para a filiação ao partido, mas tem efeitos relevantes para a organização, a composição da direção e a atuação eleitoral. O percurso para chegar à posição de liderança, em alguma medida, será mais fácil para aqueles que não forem parentes dos dirigentes – a competição para cargos mais prestigiados e com poucas cadeiras em disputa estará reservada aos “herdeiros de sangue” da elite partidária; a tomada de decisão sobre o programa e as estratégias da legenda serão restritas aos grupos familiares.

A análise dessa *forma de recrutamento* é relevante porque permite identificar o volume e o peso do predomínio das famílias políticas nos partidos; permite avaliar o quanto alguns partidos são empresas familiares cujos “modelos de gestão” seguirão mais a intuição e o desiderato dessas lideranças do que os conselhos dos técnicos e assessores ou as pressões da base. Além disso, ao identificar esse tipo de recrutamento, torna-se possível traçar a trajetória desse filiado no interior da organização em comparação com os demais – se o filiado cuja família é importante dentro do partido consegue chegar mais rápido aos cargos de direção ou à seleção para candidatura a cargos mais relevantes, por exemplo. Em compensação, tais partidos poderão ter dificuldades para competir no ambiente eleitoral e renovar suas elites com pessoas que tenham

---

<sup>26</sup> Algumas vezes, esse caráter endógeno pode se manifestar em relação ao sistema político mais amplo, ou seja, filhos e parentes de políticos são recrutados por partidos diferentes de seus familiares. Todavia, casos como esses, provavelmente, são raros. Ademais, em princípio, o modelo que propomos pode ser expandido para que se inclua no recrutamento fechado aqueles indivíduos oriundos da mesma classe social, embora seja difícil identificá-los no contexto de partidos de composição pluralista, como parece ser a regra geral.

capacidade de liderança, uma vez que seguem um processo sucessório baseado na substituição dos velhos dirigentes pelos seus parentes, e estes não são necessariamente os mais indicados para assumir tais posições ou não terão o mesmo carisma da liderança anterior para manter a base partidária enquanto um grupo de seguidores. A análise também deverá identificar cada caso de maneira contextualizada.

Por sua vez, quando se trata de *recrutamento aberto*, o novo filiado não tem relação de parentesco com nenhum dos membros da base ou da direção. Em partidos com essa *forma de recrutamento*, a renovação das elites segue outros critérios que não o da herança política familiar, tais como capacidade de liderança, habilidade para negociar, simpatia, carisma, eloquência, raciocínio estratégico, senso de oportunidade, grandes realizações, prestígio, popularidade, entre outros. Nesse sentido, as novas lideranças terão que trilhar de maneira autônoma os caminhos que levam às posições de direção ou de representação eleitoral, seja no interior da própria organização ou em outra instituição, principalmente no caso de o *recrutamento aberto* ser *extensivo*, pois é o período de formação que será preponderante para a ascensão na hierarquia partidária. O *recrutamento aberto-para-a-base* ocorrerá por afinidade programática ou interesse pragmático, que é quando o objetivo é extrair vantagens mútuas da filiação, tais como acesso a cargos, obtenção de favores, lançamento de candidaturas, apoios para a campanha, militância ocasional ou cotidiana, e assim por diante. A gestão interna da organização estará mais propensa a interferências variadas, inclusive da burocracia e dos assessores. Os caminhos que levam às posições de liderança estarão livres à concorrência interna e à conquista dos mais habilidosos e bem relacionados na rede dos grupos internos e dos apoiadores. Mesmo um partido com essa *forma de recrutamento* poderá ser controlado de maneira centralizada, com a diferença de que o poder estará reunido numa elite não hereditária.

Não obstante, os partidos também podem combinar essas *formas de recrutamento*, o que parece ser mais realista. Um partido pode, por exemplo, promover, simultaneamente, o *recrutamento aberto-para-a base* e o *recrutamento fechado para-a-elite* para suprir de maneira distinta suas posições organizacionais. Pode, ainda, recrutar de *forma aberta e fechada* tanto para a base como para o topo da organização, variando entretanto os respectivos graus – *recrutamento aberto* com maior volume para a base e com menor volume para o topo. Cada combinação será o resultado de uma estratégia de recrutamento quanto à *forma* e aos seus *meios* que corresponde às tentativas partidárias de adaptação às oscilações do ambiente político. Do mesmo modo, cada combinação terá efeitos diferenciados sobre a própria organização e sobre sua interação com o *habitat*.

Quanto à *origem*, os *recrutamentos plutocrático e democrático* ocorrem de acordo com a caracterização explorada por Weber (1992) a partir da dicotomia entre os políticos que vivem para a política e aqueles que vivem da política. Os políticos profissionais que dependem da política para sobreviver precisam contar com os rendimentos extraídos dessa profissão. Mesmo aqueles que por ventura “vendem” sua atuação para determinados grupos econômicos e, ao mesmo tempo, não pertencem,

inicialmente, à base social abastada, enquadram-se no *recrutamento democrático*. Tais políticos vêm do *demos*, das classes sociais menos endinheiradas, e, por isso, seu recrutamento é *democrático*. O *recrutamento plutocrático* engloba aqueles que, de início, não dependem dos rendimentos extraídos da política profissional, ou seja, dos cargos eletivos ou burocráticos que ocupam no Estado. Isso não quer dizer que os indivíduos que vivem para a política também não possam viver da política, uma vez que podem se utilizar desse meio para obter vantagens. Políticos que foram recrutados de *forma plutocrática* muitas vezes vivem da política não apenas porque, por intermédio dela, ampliam seu patrimônio, mas também porque essa posição lhes garante vantagens em processos judiciais e maior liberdade de ação para favorecer seus interesses sociais, morais e econômicos.

No contexto atual, devemos observar, essa distinção está cada vez mais nebulosa, pois indivíduos que entraram na política por *recrutamento democrático* tornaram-se ricos e, caso fossem recrutados no presente momento, enquadrar-se-iam no *recrutamento plutocrático*. Diante disso, para facilitar a classificação, o importante é enquadrar a *forma de recrutamento* em relação à base social considerando-se o momento em que ocorre a filiação<sup>27</sup>.

Os fatores distintivos mais imediatos de uma *forma* ou de outra de recrutamento quanto à *origem* são renda/patrimônio e formação/ocupação profissional. Em partidos nos quais predomina o *recrutamento democrático*, devemos esperar membros de classes sociais e profissionais que vão desde aqueles com níveis menores de renda e escolaridade até os que têm níveis médios-altos com formação superior e os profissionais liberais. Esses partidos tenderão a ter bem mais indivíduos das classes baixa, média-baixa e média-média em suas fileiras, tanto na base como nas posições mais elevadas da organização. Por outro lado, em partidos nos quais predomina o *recrutamento plutocrático*, especialmente para sua elite, devemos encontrar um número mais elevado de membros das classes média-alta e alta, com níveis de formação superior e atuação no mundo empresarial, muitos sendo proprietários de empresas de médio e grande porte ou profissionais que atuam nessas esferas corporativas. Podemos esperar que um partido que privilegia *recrutamentos plutocráticos* reserve a maioria, se não a totalidade, de suas posições de direção e representação aos indivíduos oriundos das classes média-alta e alta, designando as funções de militância e de atividade burocrática aos recrutados de *forma democrática*, mas com um quadro reduzido de filiados na base.

Tanto os *recrutamentos democráticos* como os *plutocráticos*, em princípio, podem ocorrer por dois meios: *para-a-base* e *para-a-elite*. Contudo, é de esperar um volume muito maior de *recrutamentos plutocráticos para-a-elite* do que *para-a-base*.

---

<sup>27</sup> Nada impede, porém, que, a depender do interesse do pesquisador, possa ser estudada a transformação dos recrutados, ou seja, como determinadas elites políticas recrutadas de maneira democrática se convertem em elites plutocráticas. Nosso modelo também permite esse tipo de abordagem. A diferenciação é essencialmente temporal, ou seja, num caso a classificação considera a posição social no momento da filiação, no outro, o *status* social em dado momento da trajetória partidária em comparação com seu ponto inicial.

Inversamente, podemos esperar um maior volume de *recrutamentos democráticos para-a-base* do que *para-a-elite*. Mas isso pode variar de partido para partido e de período para período, e deverá ser capturado analiticamente por meio da concentração do foco investigativo. Concentrando-se apenas no recrutamento da elite partidária, será possível distinguir a *forma de recrutamento* que predomina, mantendo-se o meio constante. Em outros termos, mantendo-se constante o *meio de recrutamento*, uma vez que o foco é concentrado nos *recrutamentos para-a-elite*, avaliam-se as *formas* enquanto variáveis – *democrática* ou *plutocrática*. O mesmo pode ser aplicado com o foco delimitado ao *recrutamento para-a-base*. A depender do interesse do analista, pode-se inverter essa lógica, mantendo-se a *forma de recrutamento* constante para apreender as variações de volume dos *meios de recrutamento* – *para-a-base* ou *para-a-elite*. O Quadro 2 sintetiza as *modalidades e meios* de recrutamento.

**Quadro 2**  
**Formas e meios de recrutamento partidário**

	Formas	Meios	Características
Quanto ao escopo	Aberta	Para a base Para a elite	Sem parentesco com membros antigos da elite partidária
	Fechada	Para a base Para a elite	Parentesco próximo com membros da elite partidária
Quanto à origem	Democrática	Para a base Para a elite	Classes baixa e média, trabalhadores manuais e de serviços, profissionais liberais e micro e pequenos empresários
	Plutocrática	Para a base Para a elite	Classes média-alta e alta, grandes e médios empresários dos setores produtivo e financeiro

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Analiticamente, é importante saber qual *forma de recrutamento* é predominante porque, dependendo do *escopo* e da *origem*, podemos ter partidos mais oligárquicos ou aristocráticos, mais plutocráticos ou democráticos. Com o predomínio do *recrutamento fechado*, temos a formação de oligarquias familiares; com a prevalência do *recrutamento aberto*, temos a formação de aristocracias que correspondem à renovação das elites partidárias independentemente do parentesco, pois baseada nas habilidades necessárias para galgar posições de liderança no interior da organização<sup>28</sup>. Com o predomínio de

<sup>28</sup> Aqui fazemos distinção entre aristocracia e oligarquia. Aristocracia corresponde aos mais qualificados para as posições partidárias, com base em atributos pessoais como esforço, talento, tenacidade etc. Tais características e trajetória conduzem às elites aristocráticas. Quando a elite é formada apenas em decorrência dos vínculos familiares, temos a formação de elites oligárquicas. Provavelmente, como nos

*recrutamentos democráticos*, membros do *demos* poderão ser alçados às posições de liderança, dado que tal trajetória independe da posição social. Obviamente, o dinheiro pode ser determinante nesse percurso, mas, ainda assim, será uma *forma de recrutamento* que descarta o patrimônio como fator principal para a seleção da elite partidária. Quando predomina o *recrutamento plutocrático*, as habilidades pessoais não serão condições exclusivas, uma vez que devem estar associadas à riqueza pessoal que garante independência ao indivíduo em relação aos ganhos salariais da política profissional, assim como prestígio e apoio junto à sua classe e, muitas vezes, perante as demais.

Novamente, é plenamente lógico supor que os partidos combinem as *formas* de recrutamento quanto à *origem* do recrutado. Dificilmente um partido pode recorrer a apenas uma base social para angariar novos membros. De modo geral, todos os partidos que tentarem estruturar alguma base organizacional com alguma militância ou membros ocasionais terão que estar abertos ao *recrutamento democrático*. Por isso, o procedimento mais indicado para diferenciar a *forma de recrutamento* quanto à origem do recrutado é focar a análise no grupo dirigente e nas bancadas parlamentares e executivas dos partidos. O perfil socioeconômico dos membros selecionados para cargos de direção ou para a disputa de cargos eletivos, com sua eventual ocupação, mostrará a *forma de recrutamento* quanto à *origem* mais relevante que predomina em cada partido. Similarmente, quando houver *recrutamento intensivo para-a-elite*, o mesmo tipo de análise proporcionará distinção equivalente; ou seja, tanto membros já antigos do partido como novos filiados recrutados pelo *tipo intensivo* podem ter seu perfil socioeconômico analisado para seu enquadramento na *forma de recrutamento* adotada quanto à *origem*, se *plutocrática* ou *democrática*. Finalmente, tanto os *recrutamentos democráticos* como os *recrutamentos plutocráticos* podem ser *abertos* ou *fechados*.

#### *Modalidades e submodalidades de recrutamento*

Há duas *modalidades de recrutamento* que chamamos de *captação* e *recepção*. Essas *modalidades* correspondem às motivações dos partidos e dos indivíduos para a filiação. Quando ocorre a filiação por *captação*, há uma política proativa do partido, que atua de maneira deliberada na busca de novos membros, com ou sem experiência prévia. Nesse caso, os partidos podem atraí-los por intermédio de duas *submodalidades de filiação*: *cooptação* ou *convicção*. Quando o membro é atraído por algum interesse conjuntural, visando algum benefício circunstancial associado ao partido, como o oferecimento de vaga para candidatura a algum cargo eletivo, temos um processo de *captação-por-cooptação*. Se a atração envolver algum tipo de convergência com os objetivos, as metas, o programa ou a ideologia do partido, ocorrerá um processo de *captação-por-convicção*. Quando isso suceder, um membro potencial do partido será

---

outros casos, essas duas formações se manifestam simultaneamente em diversos partidos, o que significa que o importante da análise é detectar qual formação é a predominante.

convencido de que somente como um quadro dessa legenda será capaz de assegurar a defesa de certos valores e determinadas políticas.

Para os casos em que o partido simplesmente recebe novos membros como resultado da iniciativa deles próprios, ou seja, a organização tem uma atuação reativa, temos a *filiação-por-recepção*. Esta também contempla duas submodalidades de ocorrência: *adesão* ou *identificação*. No primeiro caso, *recepção-por-adesão*, o novo membro toma a iniciativa de filiar-se ao partido em decorrência de algum interesse conjuntural e pragmático, como ter uma legenda que facilite sua candidatura em determinada eleição, por exemplo. Quando os novos membros filiam-se espontaneamente ao partido porque se identificam com ele, suas lideranças, seu programa, suas políticas, temos então uma *recepção-por-identificação*. Portanto, no que se refere às motivações do partido, as *filiações* podem ocorrer por *captação*, e quanto às motivações dos recém-filiados, esse processo pode ocorrer por *recepção*. Isso significa que o partido e os filiados são tomados como parâmetro principal para a análise das motivações que conduzem às *filiações*. O Quadro 3 resume as *modalidades* e *submodalidades* de *recrutamento*.

**Quadro 3**  
**Modalidades e submodalidades de recrutamento**

Modalidades	Submodalidades	Motivações
Captação (Atuação proativa do partido) (Atuação reativa do filiado)	Cooptação	Interesses pragmáticos
	Convicção	Interesses programáticos
Recepção (Atuação reativa do partido) (Atuação proativa do filiado)	Adesão	Interesses pragmáticos
	Identificação	Interesses programáticos

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Como pode ser percebido, as *filiações* por meio da *cooptação* e da *adesão* geralmente têm como motivação interesses meramente circunstanciais e pragmáticos, sejam dos partidos ou dos novos filiados. Já as *filiações* por *convicção* e por *identificação*, ao contrário, são motivadas por interesses mais duradouros e programáticos, relacionados a alguma semelhança com a visão de mundo dos novos filiados e dos respectivos partidos. Do ponto de vista da organização partidária, um comportamento proativo na busca de novos membros pode resultar na difusão de sua doutrina e, com isso, na captura de filiados que se identificam com sua visão de mundo – uma *captação-por-convicção*. Mas o partido também pode ser proativo na busca de membros cuja *filiação* será pragmática, de acordo com interesses circunstanciais comuns – uma *captação-por-cooptação*. No caso de ser meramente reativo, o partido pode receber filiados com base nas mesmas características, ou seja, por *adesão* (relação pragmática) ou *identificação* (relação programática).

Com base nessa classificação é possível distinguir aspectos importantes das *filiações*. Podemos, por exemplo, diferenciar aquelas que são baseadas em interesses estritamente pragmáticos daquelas alicerçadas em motivações de caráter mais programático. Podemos discernir os partidos que investem na busca de novos filiados daqueles que apenas recebem filiados que os procuram. O mesmo pode ser diferenciado em relação aos filiados, já que podemos identificar aqueles que procuram os partidos por interesses meramente circunstanciais e aqueles que o fazem em decorrência da identificação com seus programas e ideologias.

A combinação das *modalidades de recrutamento* é igualmente uma estratégia partidária que pode ser antecipada. Os partidos podem recrutar membros visando aos interesses pragmáticos da organização e, ao mesmo tempo, fazendo apelos aos interesses também pragmáticos dos novos filiados. Podem, ainda, combinar tal curso de ação com um *recrutamento* que visa aos interesses ideológicos convergentes da organização e dos recém-filiados. Portanto, podem-se combinar interesses ideológicos e pragmáticos seja do partido, seja do recrutado, com gradações diversas. *Recrutamentos* pragmáticos podem combinar *cooptação* e *adesão*, assim como *recrutamentos* programáticos podem combinar *convicção* e *identificação*. Isso quer dizer que o partido pode ser pragmático/programático e ativo/reactivo em graus variados, conforme a circunstância e o contexto ambiental. O importante, na análise, é detectar essas variações e as consequências disso para seu desempenho e sua evolução adaptativa.

### *Síntese da classificação*

No Quadro 4, sintetizamos a classificação do recrutamento partidário – seus *tipos* e *subtipos*, *formas*, *meios*, *modalidades* e *submodalidades*. Como se vê, tanto o *recrutamento intensivo* como o *recrutamento extensivo* podem ser *abertos* ou *fechados*, *plutocráticos* ou *democráticos*, por *captação* ou por *recepção*. As exclusividades ficam por conta apenas das *modalidades de recrutamento*. As *filiações* por *captação* ocorrem somente por *cooptação* ou *convicção*; as *filiações* por *recepção* ocorrem apenas por *adesão* ou *identificação*. Como o *recrutamento extensivo* é o tipo que demanda maior investimento, pois visa à formação política dos filiados, é de esperar que o partido assuma um comportamento proativo, recorrendo à *filiação-por-captação*, embora não se possa descartar algum grau de *filiação-por-recepção*. Nos casos de *recrutamento extensivo*, as *modalidades* mais comuns de *filiação* são por *convicção* e por *identificação*. Inversamente, partidos que investem no *recrutamento intensivo* para renovar suas lideranças geralmente atraem novos filiados por *cooptação* ou *adesão*, uma vez que o que se busca é alguém já formado politicamente ou com elevada popularidade para selecioná-lo como candidato a algum cargo eletivo. Mesmo no caso de haver a simples *filiação*, sem a pretensão de lançamento de candidatura ou recomposição de lideranças, os meios de atração serão os mesmos, com a diferença de que nem experiência política prévia nem popularidade serão características determinantes para a entrada no partido.

De fato, os partidos podem sair à cata de filiações de indivíduos sem qualquer formação política prévia ou com experiência de militância anterior bastante reduzida e precária com o intuito de apenas aumentar o número de filiados, ou então para aumentar o número de candidatos a algum cargo parlamentar com a intenção de elevar o número total de votos da legenda. Em sistemas eleitorais como o brasileiro, com a distribuição das cadeiras legislativas de acordo com os quocientes eleitoral e partidário e um número elevado de candidaturas, os *recrutamentos* por *cooptação* e *adesão* podem ser estratégicos para a conquista de vagas no parlamento. O *recrutamento-por-cooptação* pode ser igualmente estratégico quando o partido possui algum grau de facciosismo interno e toma decisões importantes por mecanismos que envolvem toda a sua base de membros – as facções podem cooptar novos filiados para aumentar seu peso nas decisões intrapartidárias. Sendo assim, dificilmente esses novos membros serão filiados com o propósito de ocupar algum cargo de direção na organização.

**Quadro 4**  
**Síntese do modelo tipológico de recrutamento partidário**

<b>Tipos</b>	<b>Subtipos</b>	<b>Formas</b>	<b>Meios</b>	<b>Modalidades</b>	<b>Submodalidades</b>
Extensivo	Para a base Para a militância	Aberta/ Fechada	Para a base Para a elite	Captação	Cooptação Convicção
Intensivo	Para candidaturas/bancada Para a base partidária	Democrática/ Plutocrática	Para a base Para a elite	Recepção	Adesão Identificação

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Com relação à experiência prévia de participação em outras organizações, incluindo-se os partidos concorrentes, é de esperar que as filiações por *cooptação*, *adesão* e *convicção* ocorram com indivíduos que já possuem alguma trajetória e formação política. Nesse caso, tais filiações corresponderão às formas de *recrutamento intensivo*. Os *recrutamentos extensivos*, por seu turno, deverão corresponder às filiações por *identificação*, atingindo indivíduos sem experiência política prévia de participação em alguma organização política. Em qualquer um dos casos, o *recrutamento* pode ser *aberto* ou *fechado*, *democrático* ou *plutocrático*. Presumivelmente, o recrutamento de jovens pode ser do tipo *extensivo-por-identificação* ou do tipo *intensivo-por-convicção*, tanto *abertos* como *fechados*. No caso dos *recrutamentos fechados*, ou seja, quando a “circulação das elites” se processa de forma endógena às famílias com alguma tradição ou trajetória política, é mais provável que estes, no caso dos jovens, sejam *extensivos-por-identificação*. Obviamente, indivíduos adultos que pertençam a alguma família tradicional ou “clã” político podem continuar a ser recrutados pelos partidos,

especialmente os concorrentes daqueles aos quais esses indivíduos são filiados; mas essa atração ocorrerá por *recrutamento intensivo* (por *cooptação*, *adesão* ou *convicção*) de políticos com alguma experiência prévia e que dispensam a etapa de formação/treinamento. Com os jovens, esse tipo de *recrutamento* também pode ocorrer, mas em menor escala.

De modo geral, o mais importante é identificar os partidos que investem na formação e diferenciá-los daqueles que descartam essa etapa. Obviamente, em termos estratégicos, é de esperar que os partidos invistam nos dois tipos de recrutamento, o *extensivo* e o *intensivo*. Um desequilíbrio muito acentuado em favor do *recrutamento intensivo* pode ser um problema reprodutivo no longo prazo, pois significaria um baixo investimento em formação político-partidária. Mesmo os partidos que investem mais no *recrutamento extensivo* podem enfrentar problemas semelhantes, caso essa formação seja pouco efetiva ou diversos desses militantes não encontrem espaço para ocupar posições de importância na organização ou fora dela. Num partido com predomínio do *recrutamento intensivo e fechado*, seja *plutocrático* ou *democrático*, as chances de um membro da base partidária chegar a alguma posição de direção ou ser selecionado para disputar eleições para cargos executivos serão muito reduzidas.

Outro ponto relevante deve ser ressaltado: é possível que fiquemos tentados a procurar associações entre os tipos partidários estabelecidos pela literatura especializada e os tipos de recrutamentos propostos no modelo que acabamos de apresentar. Reconhecemos que o hábito de procurar tipos partidários ou analisar os partidos pelo esquadro dos tipos partidários é bastante arraigado, constituindo uma visão de mundo adquirida na própria formação baseada no estudo das teorias e análises comparadas sobre o tema. Certamente, seu abandono por completo provoca resistências. Por isso é forçoso observar que, na nossa perspectiva, a aplicação dessa tipologia não impede que os pesquisadores, caso ainda julguem necessário, explorem as possíveis relações entre o perfil de recrutamento e os tipos partidários canônicos.

Com efeito, se vasculharmos a literatura especializada na *taxonomia* das organizações partidárias, encontraremos indícios de que o *recrutamento intensivo* está associado aos *partidos de quadros*, *catch-all*, *profissional-eleitoral* e *cartel*. Em determinada medida, possivelmente variada, cada um desses tipos partidários investiu em alguma combinação das orientações subtípicas do *recrutamento intensivo*. O *partido de quadros* (Duverger, 1951) promovia um recrutamento fechado não apenas ao contexto parlamentar, mas também em relação à estrutura social, dedicando-se a recrutar membros da aristocracia diretamente para as atividades legislativas e eleitorais, sem qualquer preocupação com sua formação interna, até porque sequer havia uma organização partidária no sentido moderno do termo. O *partido catch-all* (Kirchheimer, 1966), assim como o *profissional-eleitoral* (Panebianco, 1982) – que nada mais é do que uma caracterização mais detalhada da estrutura organizacional do partido *catch-all* –, inovou ao promover um *recrutamento* mais aberto, e talvez muito indiscriminadamente aberto para o gosto de Kirchheimer, mas dispensou igualmente o processo de formação

política de seus quadros e ainda manteve a orientação eleitoral do seu *recrutamento intensivo*. O *partido cartel* conservou o *recrutamento* aberto e *intensivo* do *partido catch-all*, assim como a orientação eleitoral, inovando no aumento do investimento no *recrutamento intensivo* direcionado à militância profissional de uma burocracia crescente e capaz de dar suporte a sua meta de captura do Estado, mediante a tática da “ocupação de território”.

No âmbito da taxonomia canônica, o único que desvia desse padrão de *modalidade* de *recrutamento* é o *partido de massas* (Duverger, 1951). Este tinha como estratégia exclusiva o *recrutamento extensivo*. Todos os outros tipos tendem a dar maior ênfase no *recrutamento intensivo*, o que mostra que os *partidos de massas* não correspondem à etapa final da “evolução partidária”, conforme se pode depreender das entrelinhas de parte importante da literatura especializada. Na verdade, podemos até dizer que o *partido de massas* constitui antes uma exceção na fauna partidária do que propriamente uma regra ou uma etapa final e necessária da evolução desse tipo de organização. Ao contrário, o que se convencionou chamar de *partido de massas* correspondeu a uma modalidade organizacional de um contexto ambiental específico. A evolução do ambiente político de cada contexto deu ensejo ao retorno do *recrutamento intensivo* e à ênfase em alguns de seus subtipos, com combinações variadas.

Sendo rigorosos, entretanto, perceberemos que essa associação não vai além de alguns elementos epidérmicos e, por isso, ainda sustentamos, conforme já mencionado anteriormente, que não nos parece produtivo recorrer aos tipos partidários consagrados na literatura comparada para estudar o perfil de recrutamento. Se olharmos mais atentamente para o fenômeno, perceberemos que aquilo que, em princípio, separa os dois grupos de tipos partidários canônicos, pelo menos no que se refere ao *tipo de recrutamento*, é o domínio de um ou de outro – enquanto os *partidos de massas* preferem o *recrutamento extensivo*, os demais preferem o *recrutamento intensivo*. Porém, as combinações dos *tipos* e *subtipos* de recrutamento podem variar de tal maneira no tempo, no espaço, em graus e modos, que fica difícil distinguir um tipo partidário em função dessa característica. Desde que nível de *recrutamento intensivo* um *partido de massas*, que deve privilegiar o *recrutamento extensivo*, deixará de ser um *partido de massas*? Mesmo que seja possível estabelecer esse nível e mensurá-lo de forma segura, esse partido passará a ser de que tipo? *Cartel*? *Profissional-eleitoral*? *Catch-all*? *Partido de quadros*? *Novo partido de quadros*? De fato, no que se refere ao recrutamento, quando um partido atravessa o “Rubicão” rumo a um “tipo” diferente do tradicional *partido de massas*, ele entra numa área cinzenta da taxonomia convencional. Mesmo que seja possível identificar que “tipo” de partido está em cena com base em outras variáveis, do ponto de vista do recrutamento partidário as combinações estratégicas dos *tipos* e *subtipos* de recrutamento transitam entre os partidos de maneira intercambiável.

Em razão disso, julgamos mais produtivo analisar os *tipos* de recrutamento como respostas adaptativas ao ambiente, as quais podem provocar efeitos sobre o

desempenho do partido e sua organização. Por sua vez, a adoção das combinações dos *tipos, subtipos, meios, formas, modalidades e submodalidades* de recrutamento será condicionada pelos ambientes externo e interno dos partidos. Isso significa que o estudo dos *tipos* de recrutamento deve, primeiramente, catalogar aqueles que são predominantes e, depois, analisá-los como reações adaptativas ao ambiente externo e condicionadas pelo ambiente interno. Uma terceira etapa de um estudo com esse enquadramento deve considerar se tais estratégias foram bem-sucedidas, bem como seus efeitos sobre o ambiente político externo e a estrutura organizacional do partido<sup>29</sup>.

## Conclusão

Essencialmente, nosso maior objetivo neste artigo foi tentar trazer uma pequena contribuição metodológica para a área de estudos sobre recrutamento partidário. Consideramos que nossa proposta traz três contribuições. A primeira é chamar a atenção para o fato de que os estudos sobre recrutamento partidário são muito restritos, pois identificam recrutamento com seleção de candidatos. Procuramos mostrar que o recrutamento partidário pode abranger três processos e a seleção de lideranças corresponde a apenas um deles. A segunda contribuição foi apresentar uma definição mais abrangente do conceito e do fenômeno do recrutamento partidário. Enfatizamos que ele pode ser dividido em três etapas separáveis e não necessariamente sequenciais: a filiação, a formação e a seleção do quadro partidário para algum cargo relevante, interna ou externamente. Em decorrência disso, a filiação também não pode ser tomada como sinônimo de recrutamento, mas apenas como uma de suas etapas, o que abre espaço para o estudo das etapas iniciais e intermediárias do recrutamento, em complementação à ampla agenda de pesquisas já desenvolvida na literatura especializada compreendendo sua etapa final. A terceira contribuição foi a proposição de uma tipologia para o estudo do recrutamento partidário, inclusive de sua fundamentação epistemológica.

Em termos teóricos e metodológicos, consideramos que nosso modelo heurístico permite não apenas o enquadramento do fenômeno do recrutamento, mas também a consideração das estratégias partidárias nesse sentido enquanto respostas adaptativas ao ambiente político, assim como as consequências de cada estratégia para a organização partidária. Ele permite, também, abordar o fenômeno de diversos modos e com variados recortes – é possível, por exemplo, analisar o recrutamento partidário nas instâncias municipal, estadual e nacional, em conjunto ou separadamente. É possível, ainda, analisar o recrutamento tomando-se como universo os filiados comuns da base

---

<sup>29</sup> Uma possível questão de investigação a partir disso é saber se haveria efeitos negativos de longo prazo para os partidos que se restringirem exclusivamente à atração de lideranças já formadas em outras instituições ou de *outsiders* para renovar seus quadros e promover a "circulação de sua elite". Ou então, se, pelo contrário, a depender do ambiente no qual se inserem, o recrutamento intensivo e alguma de suas variantes podem ser positivos no que se refere à sobrevivência da organização e ao aumento do seu poder eleitoral e governamental.

partidária, os membros da direção e das bancadas legislativas e os titulares dos cargos executivos, também de forma isolada ou em conjunto, seja como estudo de caso ou com perspectiva comparada.

Por último, esperamos que análises que por ventura recorreram a esse modelo dedutivo possam promover “retornos indutivos”, ou seja, que seus dados possam servir de parâmetros para ajustes no esquema classificatório. Afinal, como já observado, trata-se de uma tipologia provisória e sujeita a alterações e aperfeiçoamentos. Portanto, a conjectura que levou à tipologia está aberta a refutações empíricas ou lógicas que servirão para ajustes nas categorias propostas. Essencialmente, esperamos que possa se formar uma agenda de pesquisas voltada ao estudo dos processos de filiação e formação de quadros partidários, de modo a termos a complementaridade necessária nos conhecimentos já produzidos sobre a seleção de candidatos e a carreira política.

*Paulo Peres* – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Departamento e Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPG-CP UFRGS). E-mail: <peres.ps@gmail.com>.

*Amanda Machado* – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na UFPR. E-mail: <sm.amandinha@gmail.com>.

## Referências bibliográficas

ALDRICH, J. *Why parties?* The origin and transformation of political parties in America. Chicago: Chicago University Press, 1995.

BAILEY, K. “Polythetic reduction of monothetic property space”. In: COSTNER, H. (ed.). *Sociological Methodology*, vol. 1. San Diego: Jossey-Bass, 1972.

\_\_\_\_\_. “Monothetic and polythetic typologies and their relation to conceptualization measurement, and scaling”. *American Sociological Review*, vol. 38, p. 18-32, 1973.

\_\_\_\_\_. Clusters analysis. In: HEISE, D. (ed.). *Sociological Methodology*, vol. 2. San Diego: Jossey-Bass, 1974.

\_\_\_\_\_. Typologies. In: BORGATTA, E.; BORGATTA, M. (eds.). *Encyclopedia of sociology*. New York: MacMillan, 1992.

\_\_\_\_\_. *Typologies and taxonomies: an introduction to classification techniques*. London: Sage, 1994.

BARBER, J. *The lawmakers: recruitment and adaptation to legislation*. New Haven: Yale University Press, 1965.

BLACK, G. “A theory of political ambition: careers choice and the role of structural incentives”. *American Political Science Review*, vol. 66, nº 1, p. 144-159, 1972.

BLYTH, M.; KATZ, R. “From catch-all politics to cartelisation”. *West European Politics*, vol. 28, nº 1, p. 33-60, 2005.

- BOLOGNESI, B. "A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, nº 46, p. 45-68, 2013.
- BOLOGNESI, B.; MEDEIROS, P. "Aspectos motivacionais do recrutamento político: um estudo inicial dos candidatos a deputado federal no Brasil [2010]". *Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política*, vol. 3, nº 2, p. 301-326, 2014.
- BOWKER, G.; STAR, S. *Sorting things out: classification and its consequences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BRAGA, M. S.; AMARAL, O. "Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, nº 46, p. 33-43, 2013.
- BRAGA, M. S.; BOLOGNESI, B. Dimensões do processo de seleção da classe política brasileira: autopercepções dos candidatos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2010. In: MARENCO, A. (org.). *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- BRAGA, M. S.; VEIGA, L.; MIRÍADE, A. "Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, nº 70, p. 123-142, 2009.
- BRUTER, M.; HARRISON, S. *The future of our democracies: young party members in Europe*. London: Palgrave Macmillan, 2009.
- CAMP, R. *Political recruitment across two centuries: Mexico 1884-1991*. Austin: University of Texas Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. Political recruitment, governance and leadership: has democracy made a difference?. In: SIAVELIS, P.; MORGENSTERN, S. (eds.). *Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2008.
- CLARKE, A.; PRIMO, D. "Modernizing political science: a model-based approach". *Perspectives on Politics*, vol. 5, nº 4, p. 741-753, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A model discipline: political science and the logic of representations*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- CHANDRA, C. "Supply chain system taxonomy: a framework and methodology". *Human Systems Management*, vol. 24, nº 4, p. 245-258, 2005.
- CODATO, A.; COSTA, L. D.; MASSIMO, L. (orgs.). *Retratos da classe política brasileira: estudos de ciência política*. Curitiba: Novas Edições Acadêmicas, 2015.
- COLLIER, D.; LAPORTE, J.; SEAWRIGHT, J. "Putting typologies to work: concept formation, measurement, and analytic rigor". *Political Research Quarterly*, vol. 65, nº 1, p. 217-232, 2012.
- COSTA, L. D.; CODATO, A. A profissionalização da classe política brasileira: um perfil dos senadores da República. In: MARENCO, A. (org.). *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- COSTA, P. R.; COSTA, L. D.; NUNES, W. "Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010)". *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 14, nº 2, p. 227-253, 2014.
- CORADINI, O. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento da elite política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

- CORADINI, O. "Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil". *Revista de Sociologia Política*, nº 28, p. 181-203, 2007.
- CROSS, W. Party leadership selection and intra-party democracy. In: CROSS, W.; KATZ, R. (eds.). *The challenges of intra-party democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- CZUDNOWSKI, M. Political recruitment. In: GREENSTEIN, F.; POLSBY, N. (eds.). *Handbook of political science: micropolitical theory*. Massachusetts: Addison-Wesley, 1975.
- DALTON, R. *Citizen politics*. Washington: Congressional Quarterly Press, 2005.
- DALTON, R.; WATTENBERG, M. *Parties without partisans: political change in advanced industrial societies*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- DELWIT, P. Still in decline? Party membership in Europe. In: VAN HAUTE, E. (ed.). *Party membership in Europe: exploration into the anthills of party politics*. Bruxelles: Université de Bruxelles, 2011.
- DIAMOND, L.; GUNTHER, R. (eds.). *Political parties and democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- DIESING, P. *Patterns of discovery in the social sciences*. New Brunswick: Aldine Transactions, 1971.
- DOTY, D.; GLICK, W. "Typologies as a unique form of theory building: towards improved understanding and modelling". *Academy of Management Review*, vol. 19, nº 2, p. 230-251, 1994.
- DUVERGER, M. *Les partis politique*. Paris: Armand Colin, 1951.
- EPSTEIN, L. *Political parties in Western democracies*. New Jersey: Transaction, 1980.
- EULAU, H.; CZUDNOWSKI, M. *Elite recruitment in democratic polities*. New York: John Wiley and Sons, 1976.
- FLEISCHER, D. "O pluripartidarismo no Brasil: dimensões socioeconômicas e regionais do recrutamento legislativo (1946-1967)". *Revista de Ciência Política*, vol. 24, nº 1, p. 49-75, 1981.
- FOWLER, L. *Candidates, Congress, and the American democracy*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1993.
- FOWLER, L.; MCLURE, R. *Political ambition: who decides to run for Congress*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- FREY, F. *The Turkish political elite*. Cambridge: M.I.T. Press, 1966.
- GALLAGHER, M.; MARSH, M. *Candidate selection in comparative perspective*. London: Sage, 1988.
- GAUJA, A. *The politics of party policy: from members to legislators*. Houndmills: Palgrave MacMillan, 2013.
- GOSNELL, H. *Negro politicians: the rise of negro politics in Chicago*. University of Chicago Press, 1933.
- \_\_\_\_\_. *Machine politics: Chicago model*. Chicago: University of Chicago Press, 1937.
- GUNTHER, R.; DIAMOND, L. Types and functions of parties. In: GUNTHER, R.; DIAMOND, L. (eds.). *Political parties and democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. *Political parties: old concepts and new challenges*. Oxford: Oxford

University Press, 2002.

GREGORY, S. "The nature of theory in information systems". *MIS Quarterly*, vol. 30, nº 3, p. 611-642, 2006.

HAZAN, R. Candidate selection. In: LEDUC, L.; NIEMI, R.; NORRIS, P. (eds.). *Comparing democracies*. Thousand Oaks: Sage, 2002.

HEMPEL, C. "Typological methods in the natural and social sciences". *Proceedings of American Philosophical Society*, vol. 1, p. 656-686, 1952.

\_\_\_\_\_. Explanation in science and history. In: COLODNY, R. (ed.). *Frontiers of science and philosophy*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1962.

HEMPEL, C.; OPPENHEIM, P. "Studies in the logic of explanation". *Philosophy of Science*, vol. 15, p. 567-579, 1948.

JACOB, E. "Classification and categorization: a difference that makes a difference". *Library Trends*, vol. 52, nº 3, p. 515-540, 2004.

KATZ, R. "The problem of candidate selection and models of party democracy". *Party Politics*, vol. 7, nº 3, p. 277-296, 2001.

KATZ, R., et al. "The membership of political parties in European democracies (1960-1990)". *European Journal of Political Research*, vol. 22, nº 3, p. 329-345, 1992.

KATZ, R.; MAIR, P. *Party organizations: a data handbook on party organizations in Western democracies (1960-1990)*. London: Sage, 1992.

\_\_\_\_\_. "The evolution of party organizations in Europe: the three faces of party organization". *American Review of Politics*, vol. 14, p. 593-617, 1993.

\_\_\_\_\_. "Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party". *Party Politics*, vol. 1, nº 1, p. 5-28, 1995.

\_\_\_\_\_. "Cadre, catch-all, or cartel? A rejoinder". *Party Politics*, vol. 2, nº 4, p. 524-534, 1996.

\_\_\_\_\_. The ascendancy of the party in public office: party organizational change in twentieth-century democracies. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (eds.). *Political parties: old concepts and new challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. "The cartel party thesis: a restatement". *Perspectives on Politics*, vol. 7, nº 4, p. 753-766, 2009.

\_\_\_\_\_. "Parties, interest groups and cartels: a comment". *Party Politics*, vol. 18, nº 1, p. 107-111, 2012.

KIRCHHEIMER, O. "The waning of opposition in parliamentary regimes". *Social Research*, vol. 24, p. 127-156, 1957.

\_\_\_\_\_. "The transformation of the Western European party system". In: LAPALOMBARA, J.; WEINER, M. (eds.). *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

KIRCHHEIMER, O. "A transformação dos sistemas partidários na Europa Ocidental". *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 7, nº 1, p. 349-388, 2012.

KITSCHHELT, H. "Citizen, politicians, and party cartelization". *European Journal of Political Research*, vol. 37, nº 2, p. 149-179, 2000.

KLUGE, S. "Empirically grounded construction of types and typologies in qualitative social research". *Qualitative Social Research*, vol. 1, nº 1, p. 1-8, 2000.

KÖLLN, A. K. "Party membership in Europe: testing party-level explanations of decline". *Party Politics*, vol. 22, nº 4, p. 1-13, 2016.

KOOLE, R. "Cadre, catch-all or cartel? A comment on the notion of the cartel party". *Party Politics*, vol. 2, nº 4, p. 507-534, 1996.

KOPECKY, P. "Developing party organizations in East-Central Europe: what type of party is likely to emerge?". *Party Politics*, vol. 1, nº 4, p. 515-534, 1995.

KROUWEL, A. "Otto Kirchheimer and the catch-all party". *West European Politics*, vol. 26, nº 2, p. 23-40, 2003.

\_\_\_\_\_. Party models. In: KATZ, R.; CROTTY, W. (eds.). *Handbook of party politics*. London: Sage, 2006.

\_\_\_\_\_. *Party transformations in European democracies*. New York: State University of New York Press, 2012.

KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

LAVE, C.; MARCH, J. *An introduction to models in the social sciences*. New York: Harper and Row, 1975.

LAWSON, K. *Political parties and linkage: a comparative perspective*. New Haven: Yale University Press, 1980.

LAZARSFELD, P. "Some remarks on the typological procedures in social research". *Zeitschrift für Sozialforschung*, vol. 6, p. 119-139, 1937.

LAZARSFELD, P.; BARTON, A. Qualitative measurement in the social sciences: classification, typologies, and indices. In: LERNER, D.; LASSWELL, H. (eds.). *The policy sciences*. Stanford: Stanford University Press, 1951.

LEISERSON, A. *Parties and politics: an institutional and behavioral approach*. New York: Knopf, 1958.

LEWIS, P. G. *Political parties in post-communist Eastern Europe*. London: Routledge, 2000.

LOMNICKI, A. "Individual-based models and the individual-based approach to population ecology". *Ecology Modeling*, vol. 115, p. 191-198, 1999.

LOVE, J. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1890-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LOVE, J.; BARICKMAN, B. Regional elites. In: CONNIFF, M.; MCCANN, F. (eds.). *Modern Brazil: elites and masses in historical perspective*. Nebraska: University of Nebraska Press, 1991.

LOEWENBERG, G.; PATTERSON, S. *Comparing legislatures*. Boston: Little, Brown and Co., 1979.

MAINWARING, S. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

UMA TIPOLOGIA DO RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO

MAIR, P. *Party system change: approaches and interpretations*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

MAIR, P. "Democracy beyond parties", eScholarship Respository, Paper 05'06, Center for the Study of Democracy, University of California, Irvine. Disponível em: <<http://repositories.cdlib.org/csd/05-06>>. Acesso em: 12 out. 2005.

\_\_\_\_\_. "Ruling the void: the hollowing of Western democracy". *New Left Review*, vol. 42, p. 25-51, 2006.

MAIR, P.; VAN BIEZEN, I. V. "Party membership in twenty European democracies (1980-2000)". *Party Politics*, vol. 7, nº 1, p. 5-21, 2001.

MARENCO, A. "Nas fronteiras do campo político: raposas e *outsiders* no Congresso Nacional". *Revista Brasileira de Ciência Sociais*, vol. 12, nº 33, p. 87-101, 1997.

\_\_\_\_\_. "Le renouveau politique: carrières politiques et liens de parti au Brésil (1946-2002)". *Politique et Sociétés*, vol. 23, nº 2, p. 109-133, 2002.

\_\_\_\_\_. "Still a traditional political class? Patterns of parliamentary recruitment in Brazil". *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, vol. 30, nº 60, p. 13-40, 2005.

\_\_\_\_\_. O que podemos explicar estudando carreiras políticas?. In: MARENCO, A. (org.). *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

MARENCO, A.; SERNA, M. "Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, nº 64, p. 93-113, 2007.

MARRADI, A. "Classification, typology, taxonomy". *Quality and Quantity*, vol. 24, nº 2, p. 129-157, 1990.

MARTZ, J. "Political parties and candidate selection in Venezuela and Colombia". *Political Science Quarterly*, vol. 114, nº 4, p. 639-659, 1999.

MARVICK, D. Political and careers. In: SILLS, D. (ed.). *International encyclopedia of the social sciences*. New York: MacMillan, 1968.

MATTHEWS, D. Legislative recruitment and legislative careers. In: LOEWENBERG, G.; PATTERSON, S.; JEWELL, M. (eds.). *Handbook of legislative research*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

MAY, J. "Opinion structure of political parties: the special law of curvilinear disparity". *Political Studies*, vol. 21, nº 1, p. 135-151, 1973.

MCCLELLAND, D. *The achieving society*. Princeton: Van Nostrand, 1961.

MCKINNEY, J. *Constructive typology and social theory*. New York: Meridith Publishing Company, 1966.

MEYER, R. *Mapping the mind of the strategist: a quantitative methodology for measuring the strategic beliefs of executives*. Erasmus University Press, 2007.

MEZEY, M. *Comparative legislatures*. Durham: Duke University Press, 1979.

MICELI, S. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, B. (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III – O Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Difel, 1996.

MICHELS, R. *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*. Lisboa: Antígona, 2001 [1911].

- MILBRATH, L. *The Washington lobbyists*. Chicago: Rand McNally, 1963.
- MORAN, E. *Human adaptability*. Philadelphia: Westview Press, 2008.
- MORLINO, L. *Democracy between consolidation and crisis: parties, groups and citizens in Southern Europe*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- MÜLLER, G. "Comissões e partidos políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes". *Dados*, vol. 48, nº 1, p. 371-394, 2005.
- NEIVA, P.; IZUMI, M. "Os 'doutores' da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, nº 41, p. 171-192, 2012.
- NOWOTNY, H. "The uses of typological procedures in qualitative macro-sociological studies". *Quality and Quantity*, vol. 24, nº 1, p. 3-37, 1971.
- NORRIS, P. Legislative recruitment. In: LEDUC, N.; NORRIS, P. (eds.). *Comparing democracies: elections and voting in global perspective*. London: Sage, 1996.
- \_\_\_\_\_. Introduction: theories of recruitment. In: NORRIS, P. (ed.). *Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies*. New York: Cambridge University Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. Recruitment. In: KATZ, R.; CROTTY, W. (eds.). *Handbook on political parties*. London: Sage, 2006.
- NORRIS, P., et al. "Party selectorates in Australia, Britain and Canada: prolegomena for research in the 1990s". *The Journal of Commonwealth and Comparative Politics*, vol. 28, p. 219-245, 1990.
- NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. *Political recruitment: gender, race and class in British parliament*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- PANEBIANCO, A. *Modeli di partito: organizzazione e potere nei partiti politici*. Roma: Il Mulino, 1982.
- PENNINGS, P.; HAZAN, R. "Democratizing candidate selection: causes and consequences". *Party Politics*, vol. 7, nº 3, p. 267-275, 2001.
- PERES, P. "Revisitando a 'teoria geral dos partidos', de Maurice Duverger". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, vol. 68, nº 2, p. 17-58, 2009.
- PERISSINOTTO, R.; BOLOGNESI, B. "O recrutamento político no PT e no PFL paranaense nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa". *Revista Mediações*, vol. 14, nº 1, p. 143-169, 2009.
- PERISSINOTTO, R.; MIRÍADE, A. "Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006". *Dados*, vol. 52, nº 2, p. 301-303, 2009.
- POLYA, G. *How to solve it*. Princeton: Princeton University Press, 1973.
- POPPER, K. *The logic of scientific discovery*. London: Hutchinson and Co, 1959.
- POWER, T.; MOCHEL, M. Political recruitment in an executive-centric system: presidents, governors, and ministers in Brazil. In: STAVELIS, P.; MORGENSTEIN, S. (eds.). *Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2008.
- PREWITT, K. *The recruitment of political leaders*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1970.

RAHAT, G.; HAZAN, R. "Candidate selection methods: an analytical framework". *Party Politics*, vol. 7, nº 3, p. 297-322, 2001.

RANNEY, A. *Pathways to parliament: candidate selection in Britain*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1965.

\_\_\_\_\_. Candidate selection. In: BUTLER, D; PENNIMAN, H.; RANNEY, A. (eds.). *Democracy at the polls: a comparative study of competitive national elections*. Washington: American Enterprise Institute for Public Research, 1981.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. *Políticos do Brasil: uma investigação sobre o patrimônio declarado e a ascensão daqueles que exercem o poder*. São Paulo: Publifolha, 2006.

ROHDE, D. "Risk bearing and progressive ambition: the case of members of the United States House of Representatives". *American Journal of Political Science*, vol. 23, p. 1-26, 1979.

SALTER, J. T. (ed.). *The American politician*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1938.

SAMUELS, D. *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. Political ambition, candidate recruitment, and legislative politics in Brazil. In: STAVELIS, P.; MORGENSTERN, S. (eds.). *Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2008.

SCARROW, S. *Parties and their members*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. Parties without members? Party organization in a changing electoral environment. In: DALTON, R.; WATTENBERG, M. (eds.). *Parties without partisans: political changing in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *Beyond party members: changing approaches to partisan mobilization*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

SCARROW, S.; GEZGOR, B. "Declining membership, changing members? European political party members in a new era". *Party Politics*, vol. 16, nº 6, p. 823-843, 2010.

SCARROW, S.; WEBB, P. "Assessing party organizational change: participation, representation and power", *APSA Proceedings*, American Political Science Association Annual Meeting, Chicago, 2013.

SCHATTSCHEIDER, E. *Party government*. New York: Holt, Rinehart and Wiston, 1942.

SCHELESINGER, J. *The crisis of the old order*. New York: Mariner Books, 1957.

\_\_\_\_\_. *Ambition and politics: political careers in the United States*. Chicago: Rand McNally and Co, 1966.

\_\_\_\_\_. *Political parties and the winning of office*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991.

SELIGMAN, L. *Recruiting political elites*. New York: General Learning Press, 1971.

SEYD, P. "New parties, new politics? A case study of the British Labour Party". *Party Politics*, vol. 5, nº 3, p. 383-405, 1999.

STAVELIS, P. "The hidden logic of candidate selection for Chilean parliamentary elections".

*Comparative Politics*, vol. 34, nº 4, p. 419-438, 2002.

STIAVELIS, P.; MORGENSTERN, S. Political recruitment and candidate selection in Latin America: A framework for analysis. In: STIAVELIS, P.; MORGENSTERN, S. (eds.). *Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2008.

SNEATH, P.; SOKAL, R. *Numerical taxonomy: the principles and practice of numerical classification*. San Francisco: Freeman, 1973.

SPECK, B. "Political ambition and the spoils of victory: an exploratory analysis of party membership in Brazil", ECPR Joint Sessions, Workshop: Contemporary Meaning of Party Membership, Salamanca, 2014.

STAR, S. Categories and cognition: material and conceptual aspects of large-scale category systems. In: DERRY, S.; GERNSBACHER, M. (eds.). *Interdisciplinary collaboration: an emerging cognitive science*. New Jersey: LEA Inc, 2005.

TIRYAKIAN, E. Typologies. In: SILLS, D. (ed.). *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: MacMillan and Free Press, 1968.

VAN BIEZEN, I. *Political parties in new democracies: party organization in Southern and East-Central Europe*. London: Palgrave MacMillan, 2003.

VAN BIEZEN, I.; POGUNTKE, T. "The decline of membership-based politics". *Party Politics*, vol. 20, nº 2, p. 205-216, 2014.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P.; POGUNTKE, T. "Going, going, gone? The decline of party membership in contemporary Europe". *European Journal of Political Research*, vol. 51, p. 24-56, 2012.

VAN BIEZEN, I.; KOPECKY, P. "The State and the parties: public funding, public regulation and rent seeking in contemporary democracies". *Party Politics*, vol. 13, p. 235-254, 2007.

VAN HAUTE, E. Party membership: an understudied mode of political participation. In: VAN HAUTE, E. (ed.). *Party membership in Europe: explorations into the anthills of party politics*. Bruxelles: Université de Bruxelles, 2011.

WARE, A. *Political parties and party systems*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

WEBB, P. Party organizational change in Britain: the iron law of centralization?. In: KATZ, R.; MAIR, P. (eds.). *How parties organize*. London: Sage, 1995.

WEBB, P.; FARREL, D.; HOLLIDAY, I. *Political parties in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1992 [1919].

WHITELEY, P. "Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world". *Party Politics*, vol. 17, nº 1, p. 21-44, 2011.

WHITELEY, P.; SEYD, P. "The dynamics of party activism in Britain: a spiral of demobilization?". *British Journal of Political Science*, vol. 28, pp. 113-138, 1998.

**Resumo***Uma tipologia do recrutamento partidário*

O recrutamento de lideranças políticas é uma das funções mais relevantes desempenhadas pelos partidos nas democracias contemporâneas. Porém, a literatura especializada costuma analisar apenas alguns aspectos relacionados à etapa final desse processo, como a seleção de candidatos, o perfil socioeconômico de lideranças já eleitas e as carreiras dos políticos, negligenciando as estratégias e modalidades de atração e formação de novos quadros empregadas pelas organizações partidárias. Conseqüentemente, até o momento, não foram desenvolvidos modelos heurísticos que permitam observar e analisar o recrutamento em seus diversos momentos. Nosso objetivo neste artigo é propor uma tipologia para o estudo do recrutamento partidário em todas as suas etapas. Para tanto, apresentamos uma definição conceitual que considera o recrutamento partidário como um processo abrangente que envolve três aspectos: (1) a atração de filiados para a organização; (2) a formação/treinamento dos futuros quadros; e (3) sua posterior alocação em postos na burocracia do partido ou nos governos e/ou sua seleção como candidato a cargos representativos, com o eventual exercício de algum mandato. Baseados nessa definição, propomos um modelo de análise que enquadra o recrutamento partidário de acordo com seus tipos, subtipos, formas, meios, modalidades e submodalidades.

*Palavras-chave:* recrutamento partidário; recrutamento político; tipologia do recrutamento partidário; filiação partidária; elites partidárias

**Abstract***A typology of party recruitment*

The recruitment of political leadership is one of the most relevant functions carried out by parties in contemporary democracies. Yet, the specialized literature often addresses only a few aspects related to the last stage of the process, which covers candidate selection, the socio-economic profile of elected leaders, and the careers of the relevant politicians, neglecting the strategies and modalities of attraction and the training of new cadres by party organizations. Thus, up to the present, no heuristic model has actually been developed in order to enable the observation and analysis of recruitment in its several moments. Our aim in this text is to present a typology for the study of party recruitment in all its stages. Therefore, we provide a conceptual definition which regards party recruitment as a comprehensive process that involves three aspects: (1) attracting new members to the organization; (2) training future cadres; and (3) allocating them, later, to the party's bureaucracy or to government positions and/or selecting them as candidates for representative positions with the possibility of carrying out a mandate. Based on this definition, we propose a model of analysis that frames party recruitment according to its types, subtypes, ways, means, modalities, and sub-modalities.

*Keywords:* party recruitment; political recruitment; typology of party recruitment; party affiliation; party elites

**Resumen***Una tipología de reclutamiento partidario*

El reclutamiento de líderes políticos es una de las funciones más relevantes llevadas a cabo por los partidos en las democracias contemporâneas. No obstante, la literatura especializada analiza solamente algunos aspectos relacionados con la última etapa del proceso, o sea la selección de candidaturas, el perfil socio-económico de los líderes electos y las carreras de los políticos. Así, los investigadores descuidan otros aspectos relevantes tales como las estrategias y modalidades de atracción y formación de nuevos cuadros partidarios. Por consecuencia, hasta la actualidad no se desarrolló cualquier modelo heurístico que permita la observación y el análisis del reclutamiento en sus diferentes momentos. Nuestro objetivo en este texto es presentar una tipología para el estudio de reclutamiento partidario en todas sus etapas. Por lo tanto, ofrecemos la definición conceptual que

considera el reclutamiento partidario como un proceso amplio que incluye tres momentos: (1) la atracción de nuevos miembros para la organización, (2) la formación política de los futuros cuadros partidarios y (3) su posterior asignación a la burocracia o a cargos en gobiernos, así como su selección para concurrir a los puestos de representación. Sobre la base de esta definición, se propone un modelo tipológico que analiza el reclutamiento partidario de acuerdo con sus tipos, subtipos, formas, medios, modalidades y sub-modalidades.

*Palabras-Clave:* reclutamiento partidario; reclutamiento político; tipología de reclutamiento partidario; afiliación partidaria; élites partidarias

## **Résumé**

### *Une typologie du recrutement des partis*

Le recrutement de cadres politiques est l'une des fonctions les plus importantes des partis dans les démocraties contemporaines. Cependant, la littérature spécialisée n'analyse souvent que quelques détails concernant la dernière étape de ce processus, comme la sélection des candidats, le profil socio-économique des cadres déjà élus et leur carrière politique, et elle accorde moins d'importance aux stratégies et aux modalités des organisations des partis pour attirer et former de nouveaux cadres. De cette façon, jusqu'à présent, aucun modèle heuristique n'a été développé pour nous permettre d'observer et d'analyser le recrutement dans ses différentes étapes. Notre objectif avec ce texte est de proposer une typologie pour l'étude du recrutement des partis dans toutes ses étapes. Pour cela, nous présentons une définition conceptuelle qui considère le recrutement des partis comme un processus global qui possède trois aspects : (1) attirer des membres pour l'organisation, (2) la formation des futurs cadres et (3) leur placement postérieur à des postes de la bureaucratie du parti ou dans des gouvernements et/ou la possibilité de les choisir comme candidats pour des fonctions représentatives, avec un éventuel mandat politique à la clé. En tenant compte de cette définition, nous proposons un modèle d'analyse qui encadre le recrutement des partis selon ses types, ses sous-types, ses formes, ses moyens, ses modalités et ses sous-modalités.

*Mots-clés:* recrutement des partis; recrutement politique; typologie du recrutement des partis; affiliation politique; élites des partis

Artigo submetido à publicação em janeiro de 2015.

Versão final aprovada em fevereiro de 2017.

# A disputa nos governos estaduais (1994-2014): a batalha entre *incumbents* e oposição

---

Maurício Michel Rebello

---

## Introdução<sup>1</sup>

A ciência política brasileira tem se dedicado pouco à análise sobre as oposições aos governos no país. Quando se trata de unidades subnacionais, tal déficit se torna ainda mais claro. Em geral, compreende-se que o sistema partidário brasileiro possui enorme dependência em relação a postos governamentais, sendo interpretado o Poder Executivo como o eixo gravitacional do sistema político (Santos, 2006; Amorim Neto, 2007). Em toda reforma política debatida, sempre se insere a discussão de como frear o poder de alguns atores, como governadores e, principalmente, o governo federal. Diante disso, desde 2016 debate-se no Congresso Nacional o fim da reeleição para cargos Executivos<sup>2</sup>.

O argumento de que as organizações partidárias dependem cada vez mais de recursos estatais não é algo novo na política, isto é indicado, por exemplo, na tese sobre a cartelização do sistema partidário europeu (Mair, 1997; Blyth e Katz, 2005). A disputa eleitoral, mas sem os recursos partidários de outrora – como militantes, financiamento parlamentar, financiamento de filiados –, faz com que os partidos políticos busquem novas formas de sobrevivência (Krause, Rebello e Silva, 2015). Assim, a proximidade partidária com o governo, e conseqüentemente com o Estado, pode criar incentivos para que os atores políticos busquem a vitória em postos estaduais, diminuindo a rotatividade de poder que se exige em uma democracia.

Estudos sobre sistemas políticos estaduais existem (Lima Jr., 1993; Abrucio, 1998; Santos, 2001; Cardello, 2009; Melo, Pereira e Werneck, 2010; Inácio e Amaral, 2013), mas ainda são poucos quando comparados com pesquisas sobre o sistema político nacional. Muitos deles situam apenas alguns casos e abrangem poucos anos, não permitindo comparações sobre as diferentes realidades de um país heterogêneo como o Brasil. Neste artigo, pretende-se preencher parcialmente tal lacuna, analisando todas as unidades da federação em uma análise longitudinal que abrange um período de duas décadas. Pretende-se, também, demonstrar a existência de grupos partidários com forte permanência nos governos estaduais, mas, simultaneamente, mostra-se como a maioria

---

<sup>1</sup> Agradeço muito aos comentários dos pareceristas, que foram fundamentais na melhora do artigo.

<sup>2</sup> No dia 27 de maio de 2015 a Câmara dos Deputados, por 452 votos favoráveis a 19 votos contrários, aprovou o fim da reeleição para cargos do Executivo. O texto ainda não foi votado pelo Senado. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/politica/489068-camara-aprova-fim-da-reeleicao-para-presidente,-governador-e-prefeito.html>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

das eleições permite que novos nomes sejam lançados, não existindo um padrão de reeleição muito expressivo.

O artigo está dividido em quatro partes. Na seção "O espaço do governo e da oposição no sistema político brasileiro", realiza-se uma discussão de como a relação entre governos e suas coalizões impacta os atores que permanecem na oposição. Em geral, acredita-se que o sistema político produza mais incentivos para que os partidos políticos sejam aliados a uma coalizão governista do que para desafiá-la. Em "Procedimentos metodológicos", realiza-se uma discussão da metodologia adotada. Em "Análise dos dados", abordam-se os dados, mostrando como existem elementos contraditórios entre o instituto da reeleição e a permanência de grupos políticos no poder, matizando algumas análises mais apressadas. Por fim, nas "Considerações finais", faz-se um balanço dos resultados com as principais análises acerca dos problemas da estrutura política no Brasil.

### **O espaço do governo e da oposição no sistema político brasileiro**

Neste artigo, o quadro teórico parte de estudos que privilegiam os partidos políticos como modelos analíticos (Duverger, 1970; Kirchheimer, 1966; Panebianco, 2005; Mair, 1997). Nesse sentido, compreende-se que há uma lacuna sobre o modelo partidário ideal para fins analíticos. Em outras palavras, não existe consenso dos estudiosos se a tese de cartelização se sobrepõe totalmente ao modelo de partido *catch-all*, nem mesmo sobre a possível perda do sentido histórico quanto ao uso do modelo de massas duvergeriano para um estudo contemporâneo dos partidos (Wolinetz, 2002).

A partir de um modelo clássico exposto por Maurice Duverger, na década de 1950, a literatura sobre partidos políticos se utiliza deste para comparar com outros modelos partidários. O partido de massas clássico se define, basicamente, por: contexto da primeira metade do século XX, contexto de ampliação do sufrágio, surgimento ou consolidação dos partidos trabalhistas, operários e comunistas, financiamento próprio a partir dos militantes, ideologia claramente demarcada e sobreposição entre classe social e voto.

Algumas décadas depois do estudo de Duverger, já haviam sido diagnosticadas mudanças no sistema partidário que já não mais se enquadrariam no clássico partido de massas. Diante disso, Angelo Panebianco, no início da década 1980, retomando um ensaio produzido por Otto Kirchheimer (1966), confirma algumas mudanças no cenário europeu: redução da clareza ideológica, ampliação de financiamento a vários setores de interesse, menor papel do militante, enfraquecimento da classe *gardée* e crescimento da autonomia das lideranças. Tais características abrangem o chamado modelo *catch-all*.

Por último, na década de 1990, autores como Richard Katz e Peter Mair indicaram mais mudanças nas características partidárias do final do século, sugerindo outra tipologia: o partido cartel. Encontrar-se-ia nesse novo século: ausência de conteúdos

programáticos, ausência de objetivos eleitorais entre as legendas, financiamento mediante fundos públicos, perda do caráter representativo e, por fim, altas taxas de abstenção eleitoral. Além disso, os partidos políticos seriam quase que o próprio Estado e não mais agentes de ligação entre sociedade civil e Estado, por isso, a noção de cartel, importada da administração.

A última consideração feita – aproximação das organizações com o Estado – fortalece modelos analíticos que compreendem como ser governo, e, conseqüentemente, conquistar o Estado, é peça-chave na estrutura política brasileira. A bibliografia brasileira sempre foi enfática ao argumentar o peso de ser/estar na arena governamental. Possivelmente, já no primeiro trabalho moderno da ciência política brasileira – *Coronelismo, enxada e voto* – o peso dos postos estaduais indicava como ser governo importa, tanto para afastar concorrentes como para estreitar alianças (Leal, 2012).

Como modelo teórico, o partido cartel poderia se encaixar perfeitamente no caso brasileiro se se tornar claro que aos partidos políticos não importa tanto ganhar ou perder uma eleição no Executivo, mas sim estar junto do governo. O governismo, nessa seara, poderia ser posição mais cômoda para atrair recursos estatais. Para tanto, dever-se-ia estudar o comportamento dos partidos diante dos governos, por isso a importância de estudos em unidades subnacionais a fim de verificar se isso tem respaldo empírico. Como modelo teórico, um dos poucos estudos que se propôs a replicar tal bibliografia internacional para o Brasil ainda é o de Mainwaring (2001), no qual afirma que a maioria das legendas brasileiras seria próxima de um modelo *catch-all*. O Brasil seria o reino dos *catch-all parties*, segundo suas palavras.

A ciência política brasileira dos últimos anos permitiu um grande ganho de conhecimento acerca do comportamento dos atores partidários e das nossas instituições. Se no início da década de 1990 diagnósticos sombrios acerca da ingovernabilidade eram comuns (O'Donnell, 1992; Lamounier, 1993; Kinzo, 1993; Mainwaring e Scully, 1994), foi somente a partir do final da mesma década que um ponto confluyente da ciência política surgiu: não existe, necessariamente, ingovernabilidade no Brasil (Figueiredo e Limongi, 1999; Palermo, 2000; Santos, 2003). A conquista de várias coalizões de governo com alguma disciplina permitiu maior estabilidade política do país e menor espaço para visões pessimistas dos cientistas políticos. Evidentemente, a disputa em torno do nexos causal sobre como se atinge a governabilidade ainda é variada entre diversos modelos, principalmente entre o modelo partidário e o distributivista (Carvalho, 2003).

Não obstante o grande avanço da área comparativamente ao vazio de estudos de décadas passadas, uma lacuna ainda permanece: nesse emaranhado de coalizões de todos os tipos e famílias, como ficam aqueles atores que desafiam a lógica governista e se colocam como oposição? Passadas quase três décadas desde a redemocratização, embora existam estudos publicados nessa seara – como se verá a seguir – ainda são poucos quando comparados com análises sobre os governos e suas coalizões.

Algumas análises atuais instigam a pensar se vale a pena ser oposição no Brasil (Meira, 2012; Rebello, 2013; Peres, 2014; Carvalho e Figueiredo Filho, 2014). Quando um partido político, não pertencente à coligação eleitoral vitoriosa para postos executivos, começa um novo mandato, deve fazer a opção de vir ou não a integrar o governo. No caso do governo federal, desde a redemocratização, o apoio obtido pelos presidentes tem sido crescente, isto é, cada vez menos organizações se assumem como oposição (Peres, 2014). O afastamento da condição de oposição é apontado claramente como uma falta de estímulo em termos de recursos partidários. Em outras palavras, o Executivo no Brasil exerce um grande poder de atração aos partidos políticos (Santos; 2006; Amorim Neto, 2007). São vários os fatores que explicam essa aproximação, sendo o maior deles o potencial de recursos orçamentários e os cargos de prerrogativa do Poder Executivo. Em sentido contrário, qual seria o benefício em ser oposição? No atual sistema político, o maior benefício deveria ser o de se contrapor às políticas do Executivo visando à conquista do poder na próxima eleição. Entretanto, em um ambiente de alta fragmentação partidária, torna-se difícil a oposição obter um relevante destaque. Em países com alta fragmentação partidária e com governos de coalizão, por exemplo, é mais difícil definir quem é responsável pelo governo (Powell, 2000; Samuels, 2004).

Os partidos políticos governistas não precisam, necessariamente, se apresentar enquanto tal em uma eleição. Quando há uma aproximação de novo pleito eleitoral, alguns partidos passam à oposição e realizam um discurso de concorrentes ao partido *incumbent*<sup>3</sup>, mesmo tendo pertencido à coalizão anterior. Nas últimas duas eleições presidenciais, por exemplo, a candidatura de Marina Silva pelo PV, em 2010, e pelo PSB, em 2014, evidencia tal condição, nas quais as respectivas legendas formavam a base de sustentação de Lula II e Dilma I, mas, mesmo assim, adotaram um discurso de oposição durante a eleição. Assim sendo, governos mal avaliados podem ser sucedidos por partidos políticos que estavam na condição de governo – e isso é bem comum, como é revelado mais adiante. Evidentemente, há casos clássicos em sentido oposto, como o PT, que foi oposição por muitos anos a todos os governos federais desde a redemocratização e conquistou a presidência em 2002.

A principal arena da oposição é o Legislativo, contudo, parte da bibliografia compreende que tal Poder tem suas atribuições diminuídas frente ao Executivo (Moisés, 2011). De fato, desde a publicação do trabalho de Figueiredo e Limongi (1999), são vários os indicativos do limitado papel do Congresso Nacional ante a agenda do Executivo. Individualmente, por exemplo, um parlamentar tem um espaço muito reduzido no transcorrer de seu mandato. No caso brasileiro, são várias as prerrogativas do Executivo que garantem não só a implementação de uma agenda praticamente

---

<sup>3</sup> A palavra *incumbent* pode ter diversos significados. No Brasil, a palavra incumbente, apesar de não existir na língua culta padrão, está associada à palavra incumbência, ato de incumbir alguém sobre determinado cargo, tarefa ou missão (*Dicionário da Academia Brasileira de Letras*, 2008). No caso do significado norte-americano, é aquele que ocupa determinado cargo (mandatário). Neste artigo, utiliza-se a palavra para se referir ao governo tanto no Executivo como no Legislativo (coalizão de governo).

unilateral como também a aprovação frequente de suas proposições enviadas ao Congresso Nacional. Capacidade de editar medidas provisórias, leis de caráter de urgência e prerrogativas orçamentárias próprias, capacidade de vetar parcialmente projetos de lei, aliadas a uma capacidade razoável de fazer com que as legendas presentes no Congresso cooperem com o Executivo fazem do presidente um ator central no sistema político.

Ao utilizar dados do Basômetro, Peres (2014) mostra a alta taxa de governismo ao longo dos governos petistas (77%) na Câmara dos Deputados. No Senado, no governo Dilma, a taxa de sucesso é ainda mais alta, com 84%<sup>4</sup>. Quando considerados somente os partidos que formavam a base de sustentação (na maior parte do tempo) ao longo dos governos petistas, como PT, PC do B, PSB, PDT, PMDB, PTB e PP, a taxa é sempre superior a 84%, sendo PT e PC do B os mais fiéis, com valores acima de 94% (Carvalho e Figueiredo Filho, 2014).

Não obstante o governismo, existem críticas metodológicas que devem ser observadas quando se analisam votações nominais na Câmara. A primeira crítica é a de Ames (2003), na qual afirma que muitas das proposições do Executivo não vão à votação em plenário por não existir consenso prévio entre as lideranças partidárias, impedindo uma adoção da vontade ótima do governo. Além disso, dentro do universo das votações nominais consideradas, devem ser excluídas aquelas quase consensuais (com mais de 90% de votos), algo que não é feito pelo Basômetro. Quando consideradas as taxas de governismo segundo tal critério, e ainda incluindo as abstenções, o indicador despenca para em torno de 45% a 50% ao longo dos governos petistas (Santos e Canello, 2014). Contudo, como salientado pelos autores, tais ausências podem não ser sinônimos de fracasso do Executivo, até mesmo porque em algumas proposições não é exigido quórum especial. Em geral, a interpretação corrente da ciência política é de que continua difícil o governo ser derrotado nas votações nominais do Congresso Nacional (Figueiredo e Limongi, 1999; Moisés, 2011).

Mesmo com um menor papel do parlamento, a oposição ainda obtém alguns instrumentos importantes nas casas legislativas segundo o modelo Constitucional de 1988, entre eles: obstrução parlamentar legítima, emendas a projetos, mudança de pauta, questões de ordem e reclamação, CPIs, solicitação de investigação ao TCU, convocação de ministros de Estado para audiências públicas e Propostas de Fiscalização e Controle. A maioria de tais instrumentos não contém mecanismos para alterar o *status quo*, contudo, em diversas vezes, eles servem como um constrangimento às posições de governo. Algumas servem para atrasar as votações de propostas do governo, como emendar projetos ou obstruir pautas. Ainda que o desejo das maiorias se mantenha, as oposições, geralmente minoritárias desde a redemocratização, possuem mecanismos importantes frente aos governistas, demarcando, por vezes, uma clara oposição programática em termos de políticas públicas (Bezerra, 2012).

---

<sup>4</sup> Os dados vão até 2012.

A Constituição brasileira permite que minorias recorram ao Supremo Tribunal Federal (STF) com pedidos de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) adicionando um *veto player* importante para a oposição. Assim, chama-se o Poder Judiciário para intervir em decisões extremamente importantes. Entre 1995 e 2008, por exemplo, ocorreram mais de 900 pedidos de Adins, com preponderância no governo FHC (Taylor e Da Ros, 2008). Além de partidos políticos, as mesas do Senado, da Câmara e das Assembleias, os sindicatos, as federações, os governadores, entre outros, também podem solicitar pedidos de Adins, fazendo com que esse instrumento seja de vital importância para atores externos ao jogo político entre coalizão e oposição no Congresso Nacional (CF, art. 103). Entre o período de 1995 e 2008, 33% do total de Adins contra leis federais implicaram alguma alteração de legislação, além disso, a grande maioria dos partidos políticos que protocolaram esses pedidos era de membros da oposição, assim, o STF se torna um canal importante para as minorias (Taylor e Da Ros, 2008).

No caso de unidades subnacionais, a situação da oposição não parece ser confortável. No caso dos governadores estaduais, a dissertação de Abrucio (1998) destaca a grande autonomia dos estados brasileiros em nosso arranjo federativo, principalmente no período da República Velha. Apesar de admitir o contínuo fortalecimento do poder central desde 1930, Abrucio ainda acentua a força política dos governadores no período da redemocratização. Segundo o autor, os governadores teriam a sua disposição a distribuição de empregos públicos, a distribuição de verbas públicas e uma grande parcela de controle não só de deputados estaduais – os quais formavam coalizões governistas generosas –, mas também de deputados federais e prefeitos. Apesar da inegável força política de alguns governadores em nível local, o estudo de Abrucio não ponderou adequadamente as mudanças que estavam em curso, como o aumento do endividamento dos estados, a quase extinção dos bancos estaduais e, principalmente, um percentual de arrecadação tributária nacional pequeno para os governos estaduais (cerca de 25%) quando comparado ao governo federal (cerca de 60%) (Arretche, 2000).

Em nível estadual, a decisão dos deputados estaduais em ser ou não governo não é unívoca, depende de fatores como a relação do partido com o governador, a força do partido, a base eleitoral dos deputados, o calendário eleitoral, a popularidade do governador. Ainda assim, quando analisados 12 estados da federação, a maioria dos deputados estaduais teve uma inclinação governista, ainda que moderada (Inácio e Amaral, 2013). Quanto maior a importância de recursos orçamentários para a base eleitoral de um deputado, maior é a sua dependência em relação ao Executivo, tornando um parlamentar mais propício ao governismo (Inácio e Amaral, 2013). Em análise sobre coalizões estaduais, entre 1997 e 2003, todos os governos estaduais possuíam coalizões. Em média, 66% dos deputados das Assembleias Legislativas apoiavam o governador e o número médio de partidos na coalizão era de 6,5. Desse modo, o governismo ficou evidente nesse período (Melo, Pereira e Werneck, 2010).

A influência de recursos orçamentários na taxa de sucesso dos partidos acaba por ser um fator crucial na escolha entre ser governo ou ser oposição. Exemplo disso são as coligações eleitorais vitoriosas para os cargos de governador e senador. Quando reunidas essas duas coligações, sua taxa de sucesso é sensivelmente maior quando a coligação é composta somente por partidos do governo federal do que quando composta por partidos de oposição ao governo federal. Além disso, as candidaturas de governadores que apoiam o governo federal representam uma taxa de sucesso superior em cinco vezes às candidaturas de oposição (Carreirão e Do Nascimento, 2010).

Quanto ao sucesso eleitoral daqueles que apoiam o governo, há indicativos de que pertencer à base do Executivo é mais positivo do que negativo. Desde que a Emenda Constitucional nº 16, de 1997, foi promulgada, permitindo a reeleição imediata para cargos executivos, já houve muito debate acerca dos benefícios e malefícios causados com esse novo dispositivo constitucional. Para alguns analistas, a reeleição introduz um fator de desequilíbrio a favor do candidato à reeleição, com destaque para: o *timing*, na qual o candidato *incumbent* já está em campanha ao longo do mandato, volume de recursos superior e um potencial maior de propaganda (Lavareda, 2011). É mister salientar que o favorecimento a pessoa do *incumbent* acaba, geralmente, por favorecer o partido *incumbent*. Ainda assim, há debates interessantes: será que o partido sempre é favorecido em caso da reeleição de um chefe de Executivo? Nos cargos para o Legislativo ele foi favorecido, por exemplo? Nem sempre o prejuízo ou ganho eleitoral de um partido no Executivo acompanha seu desempenho no Legislativo, principalmente em locais com alto número de partidos políticos e grandes coalizões (Marenco, 2009; Rebello, 2013).

Ainda que o instituto da reeleição contribua para a eleição dos que se recandidatam, deve-se observar certo resguardo ao afirmar que a reeleição acaba por favorecer a permanência de um mesmo grupo político no poder. Um dos problemas metodológicos no cálculo da reeleição é que, geralmente, são considerados somente aqueles que se recandidatam. Caso haja a inclusão de todos os concorrentes aos cargos, observa-se a taxa de renovação, que é razoavelmente elevada (Cardello, 2009).

Quanto às unidades subnacionais, existem estudos pioneiros no Brasil sobre os subsistemas partidários (Lima Jr., 1993). Em um país de dimensão continental, menosprezar a especificidade local de vários subsistemas partidários impede uma visão compreensiva sobre o nosso sistema político. A simples análise pura de dados agregados nacionais esconde enormes diferenças nas disputas estaduais (Lima Jr., 1993). Exemplo é a questão da competição. Em muitas unidades subnacionais, alguns partidos políticos concentram bastante de sua força política, como foi o caso do PFL na região Nordeste ao longo da década de 1990. Nesse sentido, nosso artigo, ao focar a disputa de governos estaduais, pode contribuir para verificar padrões distintos no tocante à relação entre governo e oposição em nível local.

Toda a discussão acima demonstra pontos ainda não claros: ser governo permite uma hegemonia política clara? A oposição realmente está em dificuldades no país? Ao levantar essas perguntas, prossegue-se para a próxima parte, na qual é considerada a

situação das candidaturas a governador segundo o grau de participação no governo anterior.

### Procedimentos metodológicos

Para a realização do artigo, construiu-se um banco de dados (SPSS) com as eleições para os governos estaduais entre 1994 e 2014, abrangendo 162 eleições analisadas. As eleições de 1990 não foram consideradas pelo banco, mas seus dados foram utilizados para averiguar quem era governo nas eleições de 1994. A opção de não incluir a eleição de 1990 se deve ao fato de que, em 1986, quase todos os governadores foram eleitos pelo PMDB, o que geraria um viés na análise das eleições de 1990. A fonte utilizada foi o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>5</sup>.

Este artigo não se propõe a realizar modelos estatísticos de análise, pois não há interesse em explicar a ocorrência de nenhuma variável dependente, tanto o é que, apesar de ter considerações sobre o assunto, opta-se por desconsiderar possíveis hipóteses previstas na literatura. Assim, são realizadas somente análises descritivas de dados.

Para que se possa compreender o jogo de poder entre partidos, foi essencial analisar a ocorrência das reeleições possíveis desde 1994. Também se averigua o desempenho dos partidos políticos em nível subnacional. Desse modo, em cada eleição, analisa-se quem é o partido vencedor e seu respectivo desempenho (tanto no primeiro como no segundo turno). Em alguns casos, apesar de a reeleição não se mostrar relevante em alguns estados, a força política de alguns partidos é relevante (Cardello, 2009).

Outra variável incorporada foi a inclusão das coligações. Muitos estudos podem ser feitos a partir da pesquisa sobre coligações partidárias. Um exemplo que se observa é o crescente uso de coligações para a vitória dos candidatos a governador, com uma inclusão de coligações cada vez mais heterogêneas ideologicamente (Krause e Godoi, 2010). A partir disso, pode-se identificar se existe uma espécie de cartel no poder, com a vitória não do mesmo partido, mas de um conjunto de partidos. Isso permite verificar se partidos exógenos a essa coligação conseguem triunfar nas eleições, permitindo uma maior rotatividade de poder nos estados.

Na literatura da ciência política é muito comum encontrar padrões totalmente distintos quanto à participação no governo. Nessa seara, acredita-se bastante que alguns partidos políticos, como o PT, por exemplo, possuem menores incentivos à participação no governo (Hunter e Power, 2007). Em contrapartida, legendas conservadores teriam maior "vocação" para comportamentos pró-governo (Mainwaring, Meneguello e Power,

---

<sup>5</sup> Agradeço a Jairo Nicolau o envio de um banco auxiliar feito por ele, que contém as mesmas informações do TSE, contudo, muito mais organizadas, o que resultou em grande ganho de tempo.

2000). Assim sendo, o banco de dados também inclui os padrões de permanência no governo que existem nos principais partidos políticos brasileiros.

A partir da noção de subsistemas partidários (Lima Jr., 1993), enfatizam-se algumas dimensões regionais e estaduais sobre a força política de alguns grupos. Ao que tudo indica, a competição política local altera bastante o perfil do tipo de elite política. Em algumas regiões, por exemplo, o comportamento eleitoral não permite falar em máquinas partidárias, já que a rotatividade do poder é grande. Assim, inclui-se uma variável de cunho regional.

Ainda que incipiente, a inclusão de uma compreensão maior quanto a quem é governo busca sair de uma leitura mais simplista sobre qual partido está no poder em determinado período. Isso poderia mostrar, por exemplo, se quase não há alternativa para grupos políticos historicamente alijados do poder, indicando uma cartelização (Mair, 1997). Ao longo das tabelas, são descritos os procedimentos adotados.

## Análise dos dados

Como discutido anteriormente, o grau de permanência de um mesmo grupo político no poder é uma variável importante nas democracias. Segundo Dahl (1997), um dos eixos da democracia é a capacidade de contestação pública, em que a oposição tem papel importantíssimo. Atores políticos contrários aos governos atuais devem ter uma oportunidade de postular postos no Estado. Alguns indicadores de democracia – como o índice de Vanhanen, por exemplo – avaliam quanto existe de compartilhamento de votos pelos partidos, indicando que a alta predominância de um grupo pode tornar o sistema menos democrático (Norris, 2008).

No caso dos governos estaduais no Brasil, uma importante parte da bibliografia indica extensas prerrogativas por parte dos governadores, tornando-os atores muito importantes no sistema político (Abrucio, 1998). A inclusão da Emenda Constitucional nº 16, que permitiu a reeleição imediata de postos do Executivo (presidência, governos estaduais e prefeituras), demarcou um debate que se mantém até hoje em algumas propostas do Congresso Nacional de erradicar esse dispositivo. O motivo seria o amplo favorecimento do detentor do cargo em relação aos seus concorrentes (Lavareda, 2011). Em oposto, algumas pesquisas que analisaram municípios indicam que não existe motivo para o fim da reeleição (Brambor e Ceneviva, 2012).

A Tabela 1 mostra o instituto da reeleição em todas as eleições para governador. Um comentário metodológico importante é que foi considerado como candidato *incumbent* somente o governador no momento eleitoral. Ou seja, eventuais desistências, mortes ou processos de afastamento não foram considerados. Assim, não são tidos como *incumbents* os vice-governadores que, ao longo do mandato, assumiram o governo estadual e se candidataram na eleição subsequente. A adoção desse procedimento ocorre porque considerar como *incumbents* vice-governadores que assumiram ao longo do mandato exigiria um esforço analítico maior e causaria certo impasse, pois, dever-se-ia

levar em conta um período mínimo – metade do mandato, por exemplo – para ser definido como *incumbent*, afinal não faz sentido um governador ter menos de seis meses de mandato e ser considerado *incumbent*. No total, são poucos casos e não representam maiores problemas metodológicos.

**Tabela 1**  
**Reeleição dos governadores no Brasil (1998-2014) (%)**

Situação	Anos					Total
	1998	2002	2006	2010	2014	
Governadores que se recandidataram	70,4	29,6	59,3	33,3	44,4	47,4 (64)
Governadores reeleitos dentre os que se recandidataram	68,4	75	75	77,8	66,7	71,9 (46)
Taxa de renovação sobre o total de eleições	51,9	77,8	55,6	74,1	70,4	65,9 (135)

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE. Entre parênteses o número total.

Deve-se tomar muito cuidado com a interpretação de tais dados. Dependendo do procedimento metodológico adotado, pode-se compreender que a reeleição favorece os *incumbents*. Entre aqueles que se recandidataram, a grande maioria (71,9%) teve êxito. Em geral, todas as cinco eleições apresentam um bom retorno eleitoral aos governadores, variando de 77,8%, em 2010, a 66,7%, em 2014. Contudo, ao avaliar-se o número de novos governadores, isto é, a taxa de renovação, percebe-se algo bem diverso. A cada três eleições em quase duas, existem novos governadores.

Isso se deve, em grande parte, ao número de governadores que se recandidataram (47,4%). Em média, uma maioria de governadores não tenta a reeleição. Os motivos são variados, mas o principal é que alguns já foram reeleitos e não podem mais concorrer na eleição subsequente. Note-se, por exemplo, que a cada eleição existe uma alta variação entre aqueles que se recandidatam. Em 1998, ano em que todos os governadores poderiam se recandidatar, 70,4% o fizeram, já em 2002 o número cai para 29,6%, em 2006 volta a subir (59,3%), diminuindo em 2010 (33,3%) para novamente aumentar em 2014 (44,4%)<sup>6</sup>.

A simples reeleição de um nome não favorece, necessariamente, o partido *incumbent*. Em algumas reeleições, por exemplo, na qual se sucedem crises econômicas, a perda de representatividade e de tamanho do partido governista (seja em votos, seja em recursos, seja na sua capacidade de influenciar políticas públicas) pode vir a prejudicar um partido político – ainda que no caso brasileiro a clareza de responsabilidade seja menor (Marenco, 2009).

<sup>6</sup> Existe a possibilidade de que alguns governadores se tornem inelegíveis em função de pendência com a Justiça Eleitoral, mas isso não foi considerado no artigo.

Por vezes, a capacidade de voto de uma figura política pessoal é muito maior do que a capacidade de voto do seu partido. Esse aspecto de “espetacularização” da política já foi bastante discutido na ciência política (Manin, 1995). A constatação da força personalista do voto no Brasil implica dizer que há favorecimento dos candidatos em detrimento dos partidos. Em geral, tal debate está associado a uma proposição de fim da lista aberta, que aumentaria, segundo seus propositores, a força dos partidos políticos no Brasil (Mainwaring, 2001).

Mesmo que houvesse o fim da reeleição, um cenário não tão improvável poderia existir: o repasse do capital político de um chefe de Executivo ao seu sucessor. Na história política brasileira é comum um candidato que não pode mais concorrer tentar passar seu capital político a outra pessoa – quando não da mesma família, como o caso do casal Garotinho. Desse modo, com o fim da reeleição, essas tentativas provavelmente se tornem mais frequentes.

Os dados de reeleição são contraditórios no caso dos governadores. Ao mesmo tempo em que se observa um razoável sucesso entre aqueles que se recandidatam, muitos nem tentam a reeleição. Não necessariamente porque não podem, mas porque desistem de fazê-lo. Possivelmente, deva existir uma correlação entre a popularidade dos governadores e a opção de se recandidatar, mas essa questão foge ao escopo desta análise. A Tabela 2 indica o desempenho de governadores e de concorrentes.

**Tabela 2**  
**Desempenho dos governadores (1998-2014) (%)**

Desempenho	Anos					Total
	1998	2002	2006	2010	2014	
Média de votos dos governadores reeleitos (1º turno)	50,3	53,2	56,9	60,2	48,7	53,6 (46)
Média de votos dos governadores eleitos quando não havia candidato à reeleição (1º turno)	57,1	46,7	48,8	51,6	51,4	50,4 (71)
Governadores reeleitos no primeiro turno entre os que se recandidataram	47,4	50	68,8	77,8	33,3	54,7 (35)
Eleitos no primeiro turno quando não havia candidato à reeleição	62,5	47,4	54,5	61,1	60	56,3 (40)

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE. Entre parênteses o número total.

Os dados indicam que ser governador não aumenta consideravelmente os votos no primeiro turno. A média de todo o período é de 53,6%, o que indica um bom número de votos, mas como a maioria dos votos parte de um valor superior a 35%, isso contribui

para uma elevação da média. Em geral, não há grandes variações por eleição. Comparando-se com os governadores eleitos onde não havia candidato à reeleição, a diferença é muito pequena. Nos anos de 1998 e 2014 há maior vantagem para concorrentes do que para os atuais governadores.

Somente pouco mais da metade (54,7%) entre os que se recandidatam conseguem ganhar a disputa ainda no primeiro turno, evidenciando um bom grau de competitividade. Aqui, há uma grande variação em cada pleito, atingindo o pico em 2010 (77,8%) e o mais baixo número em 2014 (33,3%). Quando se compara com os pleitos onde não houve candidato à reeleição, percebe-se como não há grandes diferenças no total, embora em alguns anos o desempenho seja bem diverso – como o ano de 2014.

Considerando-se as Tabelas 1 e 2, qual deve ser a interpretação correta quanto a esses dados sobre o instituto da reeleição? Compreende-se, neste artigo, que a reeleição não cria uma barreira intransponível para que desafiantes venham a enfrentar o candidato *incumbent*. Evidentemente, não se pode menosprezar o peso de um candidato à reeleição, mas isso não impede a vitória de desafiantes. Além disso, é equivocado supor que sempre um reeleito obteve sua vantagem em função do cargo que ocupou. Características pessoais, como carisma, não se esgotam em um período de quatro anos, assim, a vantagem de tais concorrentes pode não possuir relação com o cargo (Brambor e Ceneviva, 2012).

A simples constatação de que existe alta renovação de governadores no Brasil não implica dizer que não existam problemas para a oposição. Como relatado anteriormente, existe uma bibliografia que questiona se o papel da oposição não pode estar sendo prejudicado (Meira, 2012; Rebello, 2013; Peres, 2014; Carvalho e Figueiredo Filho, 2014). Até aqui, as análises se centraram somente sobre o instituto da reeleição, mas como estipular a participação da oposição? Na Tabela 3, é analisado o grau de continuidade de partidos no poder para mensurar o quanto os governos estaduais realmente produzem de alterações significativas em seus grupos políticos, permitindo uma rotatividade no poder. Averiguam-se quatro categorias governistas, indo da maior para a menor. A primeira é se havia continuidade do partido *incumbent*, denominada candidatura *incumbent* (abrange tanto reeleitos como candidatos eleitos pelo mesmo partido, mas que não eram os governadores atuais); a segunda é se o partido vencedor pertencia à coligação eleitoral vitoriosa na eleição prévia, denominada candidatura governista; a terceira é se o partido vencedor era exógeno (não pertencia à coligação anterior), mas algum partido coligado havia realizado uma coligação com a candidatura vitoriosa anterior, denominada candidatura semigovernista; e, por fim, se todos os partidos da coligação vitoriosa não possuíam relação com o governo estadual, denominada candidatura exógena.

**Tabela 3**  
**A rotatividade de poder nos governos estaduais eleitos (1994-2014) (%)**

Situação vencedora	Anos						Total
	1994	1998	2002	2006	2010	2014	
Candidatura <i>incumbent</i>	25,9	37	44,4	37	40,7	37	37 (60)
Candidatura governista	7,4	14,8	11,1	11,1	22,2	25,9	15,4 (25)
Candidatura semigovernista	22,2	11,1	25,9	33,3	22,2	25,9	23,5 (38)
Candidatura exógena	44,4	37	18,5	18,5	14,8	11,1	24,1 (39)
<b>Total</b>	100 (27)	100 (27)	100 (27)	100 (27)	100 (27)	100 (27)	100 (162)

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE. Entre parênteses o número total.

Existe um razoável grau de continuidade no poder quando se analisam os partidos políticos. Das candidaturas realmente *incumbents*, ou seja, em que a mesma organização partidária continua no poder, não há tanta continuidade assim, no total, 37% de todas as eleições representaram uma continuidade do mesmo grupo político. A eleição de 1994 foi a única em que menos de 37% dos partidos continuaram no poder. Provavelmente, a possibilidade de reeleição imediata, a partir da eleição de 1998, tenha favorecido um aumento nos anos subsequentes, com a eleição de 2002 tendo 44,4% de governadores eleitos pelo mesmo partido de quatro anos antes. Quando consideradas as candidaturas governistas, percebe-se que, isoladamente, são as que ocorrem com menor frequência. No total, 15,4% das candidaturas das eleições para governos estaduais no Brasil representam uma relativa continuidade política. Apesar de partidos diferentes em uma coligação não representarem uma total continuidade, até mesmo porque há uma diferenciação ideológica entre as coligações no Brasil (Krause e Godoi, 2010), é evidente que existe certa sequência de governo. O quão governista foram essas legendas ao longo de quatro anos é impossível saber, mas o fato é que elas estavam presentes e apoiaram a eleição do atual governador estadual. A eleição com menor número de sucesso desse tipo de candidatura mais uma vez foi a de 1994. Na última eleição analisada, em contrapartida, mais de um quarto dessas candidaturas obteve sucesso.

Já em relação às candidaturas semigovernistas, o grau de sucesso é um pouco maior. No total, foram 23,5% das candidaturas ao longo das seis eleições estudadas. Tal candidatura já é mais difícil de ser considerada como governista, pois o partido do governador eleito não havia pertencido à aliança que deu a vitória ao governador atual. A quantidade dessas candidaturas tem uma boa variabilidade em cada eleição, com destaque para a eleição de 1998, em que a presença de tal situação foi pequena (11,1%), e a eleição de 2006, quando um terço das candidaturas foi semigovernista.

As candidaturas exógenas, as quais se poderiam estimar como as mais prováveis de serem de oposição, têm um número similar às candidaturas semigovernistas, com 24,1%. Nas candidaturas de “oposição”, um dado que se destaca é a sua queda, indo da candidatura mais expressiva numericamente em 1994 (44,4%) até chegar à candidatura mais escassa em 2014, com 11,1%. Se tal candidatura está associada com o sucesso da oposição, parece que cada vez mais não vale a pena compor uma coligação com partidos distantes do governador eleito. Assim, pode-se estimar que ser oposição ao governador pode não ser uma boa estratégia eleitoral para tomar o posto do Executivo estadual.

Evidentemente, o que melhoraria a pesquisa nesse campo seria conhecer as legendas que pertencem à coalizão dos governos estaduais. Infelizmente, tamanho levantamento é muito complexo e de difícil realização. Um dos poucos estudos nessa dimensão é o de Melo, Pereira e Werneck (2010). Contudo, os objetivos da pesquisa são bem diversos dos do presente artigo, os dados não possuem a sistematização necessária, são poucos e o período abrange somente alguns anos (de 1997 a 2004). Uma dificuldade em “saber quem é governo” consiste na opção metodológica praticada. A mais comum é a composição ministerial (Amorim Neto, 2007), mas também as votações nominais podem ser um bom indicador quando analisadas a partir da orientação do líder do governo (Moisés, 2011; Peres, 2014). Realizar tal procedimento nos estados e no Distrito Federal longitudinalmente ainda é um grande desafio para a ciência política brasileira.

Um cálculo adicional realizado foi o tempo médio dos partidos nos governos estaduais, que consiste na divisão do número de partidos que governaram uma unidade da federação por mandatos consecutivos, pelo período analisado (24 anos, considerando o término da legislatura de 2015-2018), e o resultado consistiu em uma média de 6,9 anos – diferenças estaduais serão vistas mais adiante. Esse número é bem equilibrado, indicando uma saudável alternância partidária nos governos estaduais. O problema maior não é, então, a continuidade partidária nos governos estaduais, mas talvez o enorme poder de atração dos governadores frente aos partidos políticos nas Assembleias. Assim, a ideia de que o Executivo seria o centro de gravidade do sistema político ainda permanece (Santos, 2006; Amorim Neto, 2007).

Os dados apresentados tornam passível a interpretação de que existe uma relativa continuidade de permanência no poder, o que nos coloca diante da discussão teórica anterior: qual o modelo partidário brasileiro que se aproxima dos dados apresentados? Primeiramente, é importante salientar a diluição ideológica por meio da clara tendência de os partidos realizarem coligações eleitorais cada vez mais extensas. Isso posto, o modelo partidário mais próximo poderia ser tanto o *catch-all* (Kirchheimer, 1966) como o modelo de partido cartel (Mair, 1997). Contudo, quanto ao aspecto de aproximação com o Estado, o conceito de partido cartel fica mais explícito.

O potencial de atração do governo é indicado como uma tendência mundial, com a tese de cartelização. Nessa tese, cada vez mais o sistema partidário europeu, por exemplo, formaria uma espécie de cartel entre as organizações partidárias, com uma

participação partidária mais concentrada entre os principais partidos políticos nos governos. Tais partidos, por sua vez, teriam necessidade de substituir as fontes de financiamento de outras épocas – como recursos oriundos da militância, de grupos de interesse – para fontes derivadas do Estado. Assim, para as máquinas partidárias seria imprescindível a ocupação do Estado (Mair, 1997; Blyth e Katz, 2005).

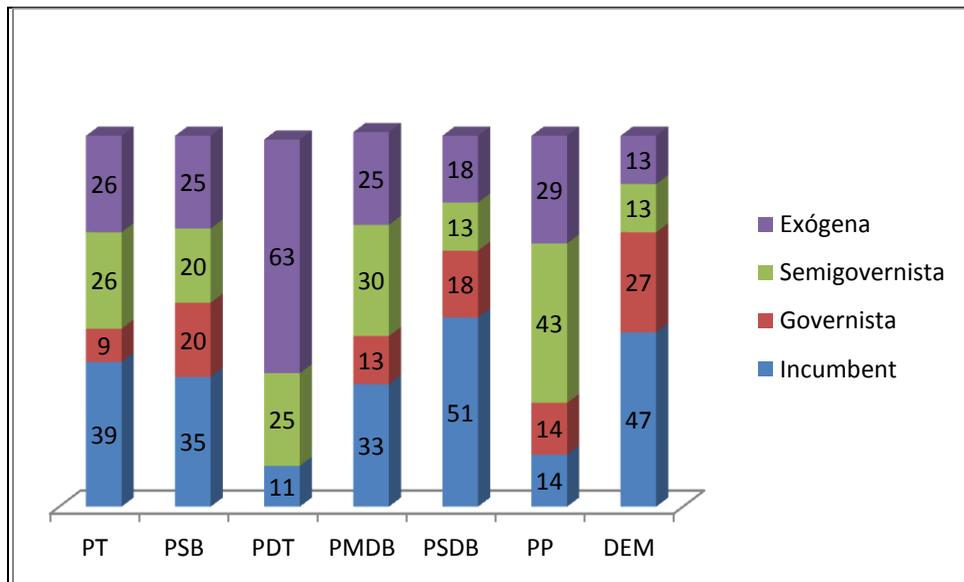
A ocupação do Estado em outros países não depende tanto de estar na função de governo. Já para o caso brasileiro, “as chaves” do Estado, no caso dos governos estaduais, se situam sob o domínio dos governadores. Secretarias estaduais, cargos políticos, empresas estatais, fundações públicas, sociedades de economia mista dependem de indicações realizadas pelo chefe do Executivo. Todas essas instituições possuem grande influência em políticas públicas, ainda mais considerando o impacto que um governo estadual pode ter sobre os próprios agentes econômicos – como as isenções fiscais e a chamada guerra fiscal. O isolamento da oposição partidária é visível nesse sentido. Desse modo, a aproximação com os governos estaduais é extremamente importante para as organizações partidárias. Caso a variável coalizão estadual pudesse ser incorporada neste artigo, talvez a eleição de uma coligação genuinamente de oposição se mostrasse residual. Destarte, a tese de cartelização se aproxima dos dados encontrados aqui.

O Gráfico 1 averigua o perfil dos principais partidos políticos quanto à rotatividade do poder, indicando qual a estratégia eleitoral das legendas quanto a sua participação governamental quatro anos antes. Há grande variedade de resultados, mostrando estratégias eleitorais bem distintas quanto à opção em ser ou não governo. Foram considerados apenas os partidos que obtiveram, ao menos, cinco governos estaduais no período analisado (1994-2014)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Número de governos de cada partido: PT 23, PSB 20, PDT 8, PMDB 40, PSDB 39, PP 7, DEM 15.

**Gráfico 1**  
**Rotatividade de poder por partido (1994-2014) (%)**



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

Para facilitar a leitura do gráfico, os partidos políticos são colocados em ordem da esquerda para a direita (Tarouco e Madeira, 2015). No caso do PT, seu maior grau de sucesso se refere a candidaturas *incumbents*, assim como a maioria dos partidos. Ser partido coligado, mas não cabeça de chapa, não representa uma estratégia eleitoral representativa adotada pela organização (9%). Contudo, aliar-se com legendas que compunham a coligação eleitoral prévia é uma estratégia considerável (26%), indicando maior maleabilidade do partido ao longo do tempo, com maior inclinação na aceitação das coligações (Krause e Godoi, 2010). Candidaturas totalmente exógenas, as quais podem ser consideradas como de oposição, também são significativas (26%), mas menores do que candidaturas *incumbents*.

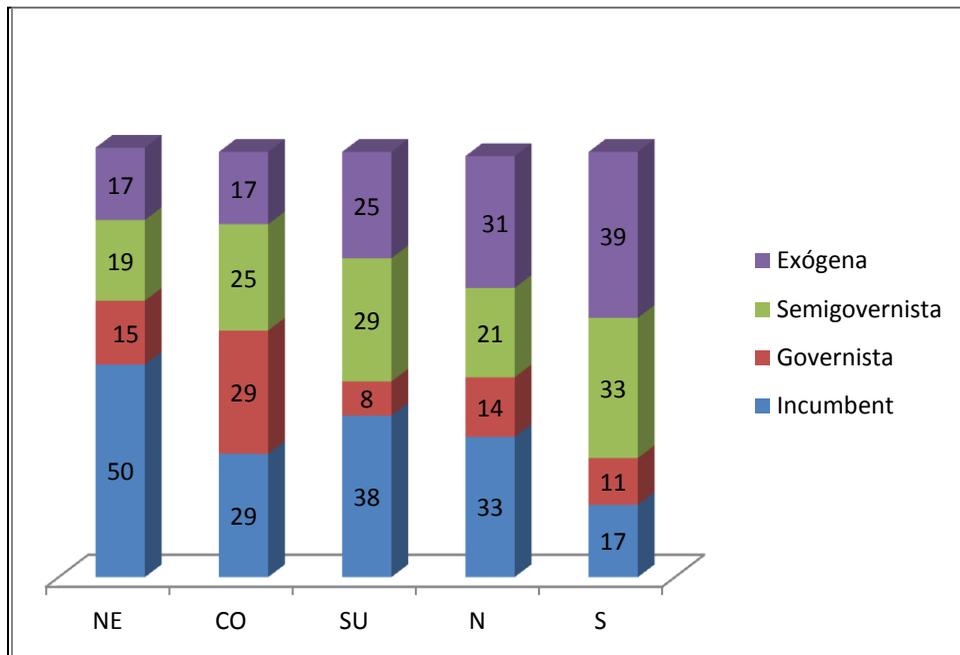
No caso do PSB e PDT, o perfil é bem diverso. Quanto ao PSB, seu perfil de candidaturas é similar ao do PT, mas com maior ênfase em ser coligado com o atual partido governista (20%). Assim, a melhor estratégia socialista é ter algum vínculo governista, ou sendo o partido *incumbent* ou compondo a coligação eleitoral vitoriosa anterior. Ainda assim, um quarto das candidaturas não possui vínculo com a coligação eleitoral *incumbent*. O caso do PDT deve ser analisado com cautela. Apesar de ser a legenda que mais obteve sucesso quando sua coligação era exógena (67%), o número de governos estaduais ganhos nesse período (apenas oito) dificulta melhor avaliação. De toda sorte, candidaturas *incumbents* do PDT não têm obtido sucesso (11%), indicando dificuldades de continuidade do partido por um período superior a um mandato – isso somente ocorreu na reeleição de Waldez Goés no Amapá em 2006.

Quanto aos partidos de centro, PMDB e PSDB, existem algumas diferenças. No caso do primeiro, o caráter governista não é tão pronunciado. Em somente uma a cada três eleições de governador, o PMDB se mantém como partido governante. Além disso, ter participado como coligação vitoriosa anterior não tem um grande peso para a legenda (13%). Uma boa parte de suas vitórias possui uma coligação semigovernista (30%), indicando poucos problemas de articular-se com partidos governistas. Contudo, ao contrário do que geralmente se pensa sobre a legenda (tida por alguns analistas como a agremiação mais governista de todo o sistema partidário), a eleição de alguns governadores com coligações totalmente exógenas não é irrelevante (25%). Já o PSDB é o único partido no qual mais de 50% de seus governadores representam a continuidade do partido no poder, com São Paulo como grande contribuidor desse perfil –, com seis vitórias consecutivas. Em lado oposto, coalizões exógenas possuem um peso pequeno nos governos estaduais tucanos. Assim, o PSDB tem representado o partido de maior perfil governista no caso dos governos estaduais, alcançando grande êxito, em alguns estados, em conseguir manter um bom número de mandatos desde 1994 (São Paulo, Pará, Ceará, Goiás, Minas Gerais).

No caso da direita, o PP tem tido grande dificuldade em conseguir manter governos estaduais por muito tempo (14%). Nem mesmo pertencer à coligação eleitoral vitoriosa tem tido grande impacto (14%). Contudo, para o Partido Progressista, formar alianças com legendas governistas tem sido uma estratégia de maior sucesso entre os partidos (43%). Em caso de legendas totalmente desvinculadas da coligação do governo anterior, o número é razoável (29%). Já os Democratas, antigo PFL, tem perfil bem diverso. O DEM possui um perfil bem próximo de seu parceiro de coalizão na época do governo FHC, o PSDB. A maioria dos governadores eleitos dessa legenda representou a continuidade (47%), com destaque para os casos da Bahia e do Maranhão. Quando consideradas as eleições nas quais o partido já fazia parte da atual coligação vitoriosa (27%), pode-se dizer que o DEM fica na dependência de um perfil governista. Tal dependência faz com que apenas 13% de seus governadores sejam eleitos com somente partidos exógenos na eleição. O perfil governista dos Democratas pode significar sua total extinção caso continue como oposição ao governo federal, afinal, seus cargos eletivos têm diminuído sensivelmente (Epitácio e Resende, 2013).

A continuidade de um mesmo grupo partidário pode indicar ausência de uma cultura política de alternância, o que implicaria uma análise regional. Desse modo, o Gráfico 2 indica qual é o perfil das cinco regiões do país, indo da região mais governista para a menos governista:

**Gráfico 2**  
**Rotatividade de poder por região (1994-2014) (%)**



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

A região Nordeste é aquela que apresenta maiores possibilidades de sucesso para candidaturas *incumbents*. Metade dos governadores eleitos pela região representa uma continuidade partidária. Se somada com candidaturas governistas (15%), quase dois terços das eleições nordestinas apresentam alta continuidade política. Candidaturas semigovernistas perfazem 19%. Apenas 17% são governadores eleitos por coligações desvinculadas da eleição anterior. Assim, alguns estudos que demonstram como as máquinas partidárias são importantes na região nordestina podem estar corretos (Avelar e Walter, 2008).

A região Centro-Oeste, apesar de não possuir muitas eleições de partidos *incumbents* (29%), é aquela que apresenta o maior número de eleições em que os partidos eleitos formavam a coligação anterior (29%). Quanto a candidaturas exógenas, o número é baixo (17%). A região Sudeste, por sua vez, também é bastante governista. É a região que mais se aproxima da nordestina (38%) no que se refere a eleger partidos *incumbents*. São Paulo contribui bastante para isso, pois, com exceção de 1994, todas as outras eleições deram continuidade ao PSDB. Em contrapartida, é a região que elege menos partidos coligados com o governo anterior (8%). A eleição de partidos exógenos não é tão desprezível (25%). A região Norte apresenta um padrão similar à região Sudeste em termos de candidaturas *incumbents* (33%) e governistas (8%). No Norte,

candidaturas exteriores à coligação eleitoral vitoriosa têm um papel um pouco maior (31%).

A região Sul é onde o governismo se mostra mais fraco. Somente 17% das eleições representaram a continuidade de uma legenda, e, em 11% delas, a legenda vitoriosa era coligada com o governador. Candidaturas semigovernistas têm um peso considerável, com um terço das eleições apresentando tal perfil. No entanto, são as coligações exógenas o mais comum nessa região, mostrando alto grau de alternância dos grupos políticos estaduais. O caso do Rio Grande do Sul se mostra o mais radical nesse sentido, estado onde não houve nenhuma continuidade partidária e em apenas uma ocasião – a eleição do PSDB em 2006 – o partido eleito pertencia à coligação anterior.

A alta continuidade de partidos em alguns estados pode estar relacionada com o poder de famílias e de indivíduos. O personalismo e o familismo não são fenômenos estranhos ao comportamento eleitoral brasileiro segundo alguns estudos (Nicolau, 2006; Leal, 2012). Nesse sentido, buscaram-se sobrenomes e pessoas que conquistaram ao menos três eleições no período entre 1994 e 2014, visualizando famílias e indivíduos com hegemonia política local.

**Quadro 1**  
**Governadores e famílias com alto número de mandatos (1994-2014)**

UF	Família ou pessoa	Número de mandatos
GO	Marconi Perillo (PSDB)	4
AP	Waldez Góes (PDT)	3
AM	Eduardo Braga (PPS, PMDB)	3
SP	Geraldo Alckmin (PSDB)	3
TO	Siqueira Campos (PP, PFL, PSDB)	3
TO	Marcello Miranda (PFL, PMDB)	3
ES	Paulo Hartung (PSB, PMDB)	3
MA	Roseana Sarney (PFL, PMDB)	3
PA	Simão Jatene (PSDB)	3
PI	Wellington Dias (PT)	3
AC	Família Viana (PT)	4
PE	Família Arraes (PSB)	3
RR	Família Campos (PTB e PP)	3
AP	Família Capiberibe (PSB)	3

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

Não são poucos os casos em que há grande continuidade de governadores e famílias nos governos estaduais. No caso de Goiás, a eleição de 2014 marcou um recorde para um mesmo nome nesse período, com quatro vitórias de Marconi Perillo (PSDB). Outros nove governadores também mantiveram grande sucesso local, com a conquista de três vitórias para o cargo. Ainda que existam casos em que o candidato tenha

permanecido no mesmo partido e tenha uma importante história partidária, como o caso de Geraldo Alckmin e Simão Jatene pelo PSDB e Wellington Dias pelo PT, em muitos casos, há migração partidária, em que o nome do governador parece importar mais do que as legendas – típico caso de Siqueira Campos no Tocantins. O estado do Tocantins, aliás, juntamente com o do Amapá, aparece como aquele onde a disputa é altamente concentrada em dois grupos políticos claros, mostrando fraca pluralidade eleitoral. O PMDB, com cinco casos, e o PSDB, com quatro, são as organizações partidárias que mais sustentam os governadores com muitos mandatos. Esse número também reflete o fato de que são as duas legendas com maior número de governadores desde a redemocratização.

Quanto às famílias identificadas, causa certo estranhamento a alta participação de partidos de esquerda (PT e PSB). Outrora, o discurso era de que tais “famílias” políticas pertenciam ao campo ideológico da “direita”, como o exemplo dos Magalhães na Bahia e dos Sarney no Maranhão. Embora não tenha o mesmo sobrenome do avô, Miguel Arraes, Eduardo Campos era seu herdeiro político em Pernambuco.

A análise de todos os dados até aqui, sem dúvida, demonstra certo grau de continuísmo de grupos político-partidários entre os governos estaduais. São vários os casos em que a oposição genuína tem tido dificuldade de desafiar o partido *incumbent*. Muitas vezes a oposição local, além de enfrentar nomes fortes na disputa estadual, também enfrenta famílias com hegemonia local, dificultando a rotatividade de governadores. Caso existam estudos mais aprofundados sobre as coalizões estaduais, a oposição aos governadores, provavelmente, é uma opção pouco provável para a maioria das legendas (Abrucio, 1998; Melo, Pereira e Werneck, 2010). Não obstante o importante grau de governismo, são muitos os nomes novos entre os governos estaduais. Em média, os partidos políticos ficam menos de sete anos nos governos subnacionais. A própria reeleição não é tão comum como se costuma afirmar. Destarte, os sistemas políticos subnacionais ainda carecem de maiores estudos para que se possa chegar a um mínimo consenso sobre a real necessidade de alterações institucionais. Alguns elementos são contraditórios, impondo restrições a visões definitivas.

## Considerações finais

No Brasil, os partidos políticos têm demonstrado uma vocação governista, preferindo ir ao encontro de governos a se opor a eles. Questiona-se o quanto a dependência de recursos estatais, como a patronagem, pode favorecer tal comportamento na medida em que existem mudanças claras nas orientações partidárias das últimas décadas (Mair, 1997; Blyth e Katz, 2005; Peres, 2014). A forte proximidade de partidos políticos com a esfera do Estado tão pouco é novidade no pensamento brasileiro. Se a sociedade civil ainda é conectada com os partidos políticos, tal

intermediação é entrecortada pela participação do Estado, entidade tão desejada pela elite política brasileira (Leal, 2012).

Tal inclinação governista fez alguns autores se perguntarem qual o papel da oposição no país (Meira, 2012; Rebello, 2013; Peres, 2014; Carvalho e Figueiredo Filho, 2014), temendo que o sistema político desestimulasse os partidos políticos derrotados em pleitos executivos em se satisfazer, ou até mesmo sobreviver, na oposição (Santos, 2006). Não obstante tais problemas, a oposição, ainda assim, possui algumas garantias e prerrogativas capazes de desafiar o Executivo (Bezerra, 2012).

Quanto às unidades subnacionais, o domínio exercido pelos governadores já foi alvo de pesquisas, com interpretações bem divergentes (Melo, Pereira e Werneck, 2010; Inácio e Amaral, 2013). Nesse caso, existe uma parte da ciência política que compreende como forte a sua influência (Abrucio, 1998).

Diante de tais perspectivas, um banco de dados com todas as eleições para governos estaduais desde 1994 foi criado e os principais resultados foram os seguintes: a) apesar de a maioria dos governadores obter êxito na reeleição quando se recandidata, uma outra parte, bastante significativa, não tenta nova eleição, culminando com uma alta taxa de renovação; b) o desempenho dos governadores reeleitos é similar ao desempenho de governadores eleitos quando não há candidato *incumbent* na disputa; c) boa parte das candidaturas vitoriosas apresenta um elevado grau de continuidade partidária em relação à candidatura prévia, e se estima que esse número deva ser bem maior, já que as coalizões de governo reúnem um conjunto elevado de partidos – infelizmente pesquisas com esses dados ainda são raras; d) alguns partidos têm tido sucesso ao permanecer no poder quando conquistam os governos estaduais, tendo o PSDB o maior sucesso entre todos, por outro lado, sua conquista como membro exógeno do governo tem sido fraca; e) a região Nordeste é aquela na qual os partidos estaduais mais conseguem permanecer no poder, a região Sul, por sua vez, apresenta alta dificuldade de continuidade no poder, principalmente em função do caso extremo gaúcho, que historicamente tem eleito a oposição; f) algumas famílias e personalidades políticas possuem grande capital político local, mostrando como o personalismo e o familismo ainda fazem parte da história política brasileira.

O que falta à ciência política para compreender melhor os processos descritos neste artigo? Primeiramente, é mais do que necessário constituir um espaço de pesquisa específico para unidades subnacionais. Ainda não há, por exemplo, um banco de dados que disponha sobre quais partidos políticos ocupam secretarias nos governos estaduais ou sobre a votação nominal das bancadas nas Assembleias. Evidente que já existem estudos em alguns estados e municípios, porém, falta uma compilação de dados com uniformidade metodológica que permita comparações entre diferentes unidades da federação de modo sistemático. Também falta à disciplina compreender melhor quais são os instrumentos disponíveis aos partidos para que eles possam sobreviver organizacionalmente. Neste artigo, mostra-se como a função governativa é importante para as legendas mais relevantes do país. No entanto, não se demonstrou quais os

incentivos existentes na relação entre partido e governo – *status*, políticas públicas, corrupção, recursos financeiros, cargos etc.

Todos os dados desenvolvidos até aqui devem ser vistos com cautela em relação a eventuais mudanças institucionais. Em primeiro lugar, o instituto da reeleição, criado em 1997, produz o efeito positivo de permitir a punição ou recompensa imediata para um chefe de Executivo, o que fortalece a *accountability*. Desse modo, acabar com a reeleição, embora produza um maior equilíbrio na competição, pode não compensar a perda do caráter de responsabilização. Em segundo lugar, o que parece mais evidente, é a continuidade de partidos políticos no poder. Os incentivos em pertencer a uma coalizão fazem com que muitos partidos almejem uma proximidade com postos governamentais. Tal interpretação carece de estudos mais aprofundados. Todavia, caso o diagnóstico se confirme, caberá ao sistema político dar uma resposta mais satisfatória a quem ocupa a função de oposição no parlamento, afastando oposições externas ao jogo democrático que podem levar a crises com efeitos perversos.

*Maurício Michel Rebello* – Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Erechim. E-mail: <mmrebello@yahoo.com.br>.

### Referências bibliográficas

- ABRUCIO, F. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/USP, 1998.
- AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- AMORIM NETO, O. O Poder Executivo: centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo, Unesp, 2007.
- ARRETCHE, M. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000.
- AVELAR, L.; WALTER, M. "Lentas mudanças: o voto e a política tradicional". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 1, p. 96-122, 2008.
- BEZERRA, G. "A oposição nos governos FHC e Lula: um balanço da atuação parlamentar na Câmara dos Deputados". Dissertação de mestrado em Ciência Política. IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- BLYTH, M.; KATZ, R. "From catch-all politics to cartelization: the political economy of the cartel party". *West European Politics*, vol. 28, nº 1, p. 33-60, 2005.
- BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. "Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 93, p. 9-21, 2012.
- CARDELLO, A. "La reeleccion inmediata del Ejecutivo a nível subnacional. Um estudio de tres casos". Tese de doutorado em Ciência Política. IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2009.

CARREIRÃO, Y.; DO NASCIMENTO, F. "As coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil (1986/2006)". *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 4, p. 75-104, 2010.

CARVALHO, N. *E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARVALHO, E.; FIGUEIREDO FILHO, D. Entre Hermes e Themis: a oposição e suas estratégias no presidencialismo de coalizão. In: DANTAS, H.; TOLEDO, J.; TEIXEIRA, M. (orgs.). *Análise política e jornalismo de dados*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

CONCEIÇÃO, S.; AMARAL, R. "Execução orçamentária municipal e probabilidade de reeleição". In: *Anais do XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, Salvador, 2013.

DAHL, R. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Editora da USP, 1997.

DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

EPITÁCIO, S.; RESENDE, R. De governista por excelência a oposição: o declínio eleitoral do PFL/DEM na Câmara Federal brasileira de 1998 a 2010. In: GALLO, C.; SOUZA, B.; MARTINS, J. *Ciência política hoje*. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

HALL, P.; TAYLOR, R. As três versões do neoinstitucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, nº 58, p. 193-223, 2003.

HUNTER, W.; POWER, T. Recompensando Lula: Poder Executivo, política social e as eleições brasileiras de 2006. In: MELO, C.; SÁEZ, M. (orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

INÁCIO, M.; AMARAL, E. "Government or opposition? The determinants of legislative support for governors in Brazil". *Sage Open*, vol. 3, nº 3, p. 1-11, 2013.

KINZO, M. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KIRCHHEIMER, O. "The transformation of the Western European party systems". In: LAPALOMBARA, J.; WEINER, M. *Political parties and political development*. New Jersey: Princeton University Press, 1966.

KRAUSE, S.; GODOI, P. Coligações eleitorais para os Executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. (orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad; São Paulo: Adenauer/Unesp, 2010.

KRAUSE, S.; REBELLO, M.; SILVA, J. "O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): o que as tipologias dizem?". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 16, p. 247-272, 2015.

LAMOUNIER, B. *Presidencialismo ou parlamentarismo: perspectivas sobre a reorganização institucional brasileira*. São Paulo: Loyola, 1993.

LAVAREDA, A. Principais marcas das eleições municipais de 2008. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (orgs.). *Como o eleitor escolhe seu prefeito*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

LEAL, V. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA JR., O. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

- MAINWARING, S. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MAINWARING, S.; SCULLY, T. "A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 37, nº 1, p. 43-79, 1994.
- MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MAIR, P. *Party system change*. Clarendon Press: Oxford, 1997.
- MANIN, B. "As metamorfoses do governo representativo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 10, nº 29, p. 5-34, 1995.
- MARENCO, A. Desempenho eleitoral, voto partidário e responsabilização nas eleições legislativas brasileiras. In: INÁCIO, M.; RENNÓ, L. (orgs.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- MEIRA, J. "Vale a pena ser oposição no Brasil?". *Em Debate*, Porto Alegre, vol. 4, nº 1, p. 20-25, 2012.
- MELO, M.; PEREIRA, C.; WERNECK, H. C. "Delegation dilemmas: coalition size, electoral risk, and regulatory governance in new democracies". *Legislative Studies Quarterly*, vol. 35, p. 31-56, 2010.
- MOISÉS, J. "Desempenho do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão (1995/2006)". *Cadernos Adenauer*, vol. 2, p. 15-32, 2011.
- NICOLAU, J. Voto personalizado e reforma eleitoral no Brasil. In: SOARES, G.; RENNÓ, L. (orgs.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- NORRIS, P. *Driving democracy*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- O'DONNELL, G. *Delegative democracies*. Notre Dame: Kellogg Institute, 1992.
- PALERMO, V. "Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 43, nº 3, p. 521-557, 2000.
- PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PERES, P. O governismo na política brasileira. In: DANTAS, H.; TOLEDO, J.; TEIXEIRA, M. (orgs.). *Análise política e jornalismo de dados*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- POWELL, B. *Elections as instruments of democracy: majoritarian and proportional visions*. New Haven, Londres: Yale University Press, 2000.
- REBELLO, M. "Partidos e governos nas sombras: clareza de responsabilidade, responsabilização eleitoral e sistema partidário no Brasil". Tese de doutorado em Ciência Política. IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2013.
- SAMUELS, D. "Presidentialism and accountability for the economy in comparative perspective". *American Political Science Review*, vol. 98, nº 3, p. 425-436, 2004.
- SANTOS, F. *O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- SANTOS, F. Em defesa do presidencialismo de coalizão. In: SOARES, G.; RENNÓ, L. (orgs.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTOS, F. (org.). *O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SANTOS, F.; CANELLO, J. "O governo Dilma na Câmara dos Deputados: comparando partidos e coalizões nos mandatos petistas". Nota de pesquisa. *Necon*, 2014.

TAROUCO, G.; MADEIRA, R. "Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um *expert survey*". *Civitas*, Porto Alegre, vol. 15, nº 1, p. 24-39, 2015.

TAYLOR, M.; DA ROS, L. "Os partidos dentro e fora do poder: a judicialização como resultado contingente da estratégia política". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 51, nº 4, p. 825-864, 2008.

WOLINETZ, S. "Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies". In: GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. *Political parties: old concept and new challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

## Resumo

*A disputa nos governos estaduais (1994-2014): a batalha entre incumbents e oposição*

O jogo entre governo e oposição sempre foi algo amplamente discutido na ciência política. Trabalhos recentes indicam que o sistema partidário de alguns países tem forte inclinação pró-governo, enfraquecendo a oposição partidária. Atualmente, no Brasil, discute-se como reduzir o poder de chefes do Executivo, como a recente proibição da reeleição imediata realizada pela Câmara dos Deputados. Neste artigo, propôs-se uma discussão sobre a força dos governos e dos desafiantes nas eleições para governos estaduais. Todas as eleições, desde 1994, foram analisadas a partir de dados do TSE em todas as unidades da federação. Os resultados indicam que o instituto da reeleição não causa uma barreira intransponível para aqueles que desafiam o governador. Porém, ao mesmo tempo, os dados sugerem uma relativa continuidade dos partidos políticos a nível estadual. Além disso, a ideia de que o Poder Executivo tem grande capacidade de atração sobre os partidos políticos não pode ser desconsiderada.

*Palavras-chave:* eleições; eleições estaduais; reeleição; oposição; governos estaduais

## Abstract

*The dispute among state governments (1994–2014): the battle between incumbents and opposition*

The game between government and opposition is something that has always been widely discussed in political science. Recent studies indicate that party systems may have a strong pro-government bias, weakening opposition parties. How to limit the power of executive leaders is a key question in Brazil, as suggested by the recent ban on immediate re-election enacted by the Chamber of Deputies. In this paper, we propose a debate about the relative power of incumbent governors and challengers in state government elections. All elections since 1994 were analyzed using TSE data from all Brazilian states. The results indicate that re-election does not impose an insurmountable barrier to those who challenge the governor. At the same time, the data suggest a relative continuity of political parties at the state level. Moreover, the idea that the Executive branch has a great ability to appeal to political parties cannot be disregarded.

*Keywords:* elections; state elections; re-election; opposition; state government

## **Resumen**

### *La disputa en gobiernos estatales (1994-2014): la batalla entre los gobiernos y la oposición*

El juego entre el gobierno y la oposición siempre ha sido algo ampliamente discutido en la ciencia política. Estudios recientes indican que el sistema de partidos en algunos países tiene una fuerte inclinación a favor del gobierno, lo que debilita al partido de la oposición. Actualmente, en Brasil, se discute cómo reducir el poder de los jefes ejecutivos, como la reciente prohibición de la reelección inmediata en el poder de la Cámara de diputados. En este artículo, hemos propuesto un debate sobre el poder de los gobiernos y de los desafiantes en las elecciones para los gobiernos estatales. Todas las elecciones han sido analizadas desde 1994 a partir de datos del TSE en todas las unidades de la federación. Los resultados indican que el instituto de la reelección no causa una barrera insuperable para aquellos que desafían al gobernador. Pero, al mismo tiempo, los datos sugieren una continuidad relativa de los partidos políticos a nivel estatal. Por otra parte, la idea de que el poder ejecutivo tiene una gran capacidad para atraer a los partidos políticos no puede pasarse por alto.

*Palabras clave:* elecciones; elecciones estatales; reelección; oposición; gobiernos de los estados

## **Résumé**

### *Le litige dans les gouvernements des états (1994-2014): la bataille entre les gouvernements et l'opposition*

Le jeu entre le gouvernement et l'opposition a toujours été largement discuté dans la science politique. Des études récentes indiquent que le système des partis dans certains pays a une forte inclination pro-gouvernementale, ce qui affaiblit les partis d'opposition. Actuellement, au Brésil, on étudie la façon de réduire la force des chefs du pouvoir exécutif, comme dans le cas de l'interdiction récente de réélection immédiate réalisée par la Chambre des députés. Dans cet article, nous avons proposé une discussion sur la force des gouvernements et de leurs rivaux aux élections visant le gouvernement des états. Toutes les élections depuis 1994 ont été analysées à partir des données du TSE dans toutes les unités de la fédération. Les résultats indiquent que le fait d'instituer la réélection ne provoque pas un obstacle insurmontable pour ceux qui défient le gouverneur. En même temps, les données suggèrent cependant une continuité relative des partis politiques au niveau des états. De plus, l'idée que le pouvoir exécutif a une grande capacité de faire appel aux partis politiques ne peut être négligée.

*Mots-clés:* élections; élections d'états; réélection; opposition; gouvernements d'états

Artigo submetido à publicação em julho de 2015.

Versão final aprovada em março de 2017.

# Para onde ir? A trajetória eleitoral dos prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1996-2014)

---

Alvaro Augusto de Borba Barreto

---

## Introdução<sup>1</sup>

A carreira política é de alto risco, pois nenhuma conquista se mostra sólida e permanente. Os “políticos profissionais” estão sempre submetidos à possibilidade de perderem o “emprego”, visto que os mandatos são renovados periodicamente. Para permanecer no “mercado”, precisam passar pelo crivo do voto e, antes disso, ser indicados pelo partido. Em caso de derrota, devem procurar novos “postos de trabalho”, como um cargo de nomeação e/ou esperar no mínimo dois anos por nova oportunidade nas urnas. Enfim, a construção da carreira é uma tarefa desafiadora, em que percalços e dissabores estão permanentemente no horizonte, razões pelas quais a decisão sobre o passo seguinte torna-se estratégica para minimizar ou eliminar eventuais fracassos, viabilizar sucessos, e, assim, garantir a manutenção na atividade.

O artigo procura se somar à literatura que investiga essas questões no Brasil. No entanto, ao contrário da maioria dos estudos que está voltada aos membros do Legislativo (deputados federais, em especial), este tem como objeto a decisão relativa à continuidade da carreira tomada por titulares do Executivo, no caso os prefeitos das capitais estaduais eleitos entre 1996 e 2008. Busca identificar se procuraram novos postos eletivos, em caso positivo, quais foram eles e os resultados alcançados, com vistas a verificar a presença de alguma tendência predominante.

Esse é um debate ao qual a ciência política vem se dedicando há algumas décadas. No caso do Brasil, um conjunto significativo de estudos atenta à circulação e ao recrutamento parlamentar, e procura calcular as taxas de desistência e reapresentação, de reeleição, renovação e retenção na Câmara dos Deputados, em uma série histórica ampla, que abrange de 1946 a 2010, ou diferentes recortes nesse intervalo, a depender do período em que a pesquisa foi realizada (W. G. Santos, 1971, 1987, 1997, 2002, 2003; Fleischer, 1980, 1981; Soares e D’araujo, 1993; Mainwaring, 1991; Figueiredo e Limongi, 1996, 2002; Schmitt, 1999; F. Santos, 2000, 2002, 2010; Marengo dos Santos, 2000; Pereira e Rennó, 2001, 2007; Nicolau, 2002; Araújo, 2002; Leoni, Pereira e Rennó, 2003; Samuels, 2003; Pegurier, 2009; Oliveira, 2009; Mancuso et al., 2013). Também figuram análises comparadas entre esses indicadores e aqueles registrados em

---

<sup>1</sup> A coleta de dados contou com a colaboração inestimável de Elenice da Silva Cardozo.

outros países latino-americanos (Marengo dos Santos, 2004; Botero e Rennó, 2007; Santana, 2008).

Mais do que simples registro do comportamento da “classe política”, essas taxas têm servido para a discussão de questões relativas aos membros do Legislativo e ao próprio parlamento, ambas desenvolvidas a partir de modelos explicativos formulados para a análise do Congresso norte-americano: a teoria da institucionalização de Polsby (1968) e a da ambição de Schlesinger (1966).

Os resultados indicaram que o parlamento do país seria pouco institucionalizado, pois não geraria os incentivos necessários para a construção da carreira política eminentemente parlamentar e teria baixa capacidade de reter seus membros; inexistiriam mecanismos internos de “promoção” e haveria pouco estímulo ao investimento na especialização por meio de comissões (Figueiredo e Limongi, 1996; F. Santos, 2000).

Na mesma medida, Samuels (2003) registrou a prevalência da “ambição progressiva”<sup>2</sup> – a disposição dos deputados de buscar um posto mais alto na hierarquia, com interesse em cargos executivos de qualquer âmbito. O que essa teoria chama de ambição não é propriamente a vontade dos políticos – pois, em condições ideais, eles sempre vão procurar o cargo mais elevado –, e sim um cálculo de oportunidade em que a decisão depende da estrutura de oportunidades oferecida pelo sistema político e da avaliação dos custos e dos dividendos envolvidos na escolha (Schlesinger, 1966; Black, 1972; Rohde, 1979). Por consequência, a intenção de “progredir” também revelaria a pouca importância atribuída ao cargo que detinham, a vulnerabilidade daqueles que pretendiam continuar no parlamento (“ambição estática”<sup>3</sup>), bem como explicaria os baixos índices de sucesso alcançado, pois seriam vencidos por candidatos com pouca ou nenhuma experiência anterior no parlamento e/ou sem qualquer experiência política, os chamados *outsiders* (Marengo dos Santos, 2000). Assim, reafirmava-se o juízo contido nos estudos calcados na teoria da institucionalização.

Investigações mais recentes matizaram essas interpretações e reforçaram que estavam equivocadas, especialmente porque não atentavam às distinções entre os sistemas políticos brasileiro e norte-americano. A base do argumento é que as estruturas de oportunidades não são idênticas, o que produz escolhas distintas de carreira, mas igualmente racionais. Não é possível afirmar que os deputados com “ambição estática” sejam os mais frágeis eleitoralmente, pois, diante dos riscos associados à busca pelos cargos mais elevados, a reeleição também é cultivada por políticos relevantes (Leoni, Pereira e Rennó, 2003). Na mesma medida, como o cargo é preenchido pelo sistema proporcional com “lista aberta” – e não pelo sistema majoritário, como ocorre nos EUA –,

<sup>2</sup> Samuels (2003) a chama de “ambição extralegislativa”; Bourdoukan (2006), de “executiva”; Mancuso et al. (2013), de “opção executiva”. Todas se referem ao mesmo fenômeno.

<sup>3</sup> Como não há regra da senioridade a prestigiar a permanência na Câmara brasileira, pode-se dizer que aqui reeleger-se é “ambição formalmente estática”, ao contrário do que ocorre nos EUA, onde permanecer implica galgar postos no interior do Legislativo.

os votos obtidos pessoalmente são essenciais para que o candidato fique bem posicionado na lista, o que torna a disputa mais incerta e não fornece vantagens claras ao *incumbent*.

Nesse diapasão, destaca-se a ponderação de Figueiredo e Limongi (1996, p. 26), segundo a qual “não se pode falar propriamente de uma carreira parlamentar” no país. O que poderia soar como a constatação de um cenário indesejável, pois distanciado daquele existente nos EUA, é amenizado quando os autores complementam que, nem por isso, é possível falar em “amadores” ou “diletantes”, visto que “a carreira parlamentar é parte da carreira política, um ponto de passagem para postos mais atrativos, no Executivo”. Em acréscimo, lembram que “sair do parlamento para a ele retornar pode ser, por paradoxal que pareça, a melhor estratégia do ponto de vista eleitoral” (1996, p. 28), o que geraria o chamado efeito zigue-zague (F. Santos, 2000). Para dar conta dessa peculiaridade, Santana (2008) propôs uma nova modalidade de ambição, a “dinâmica”, a permanência na atividade por meio da busca de cargos executivos e legislativos.

Outra linha passou a negar que as taxas de reapresentação e de reeleição fossem tão baixas e, conseqüentemente, que não haveria razão para avaliações tão negativas. O argumento era de que os índices registrados no Brasil são elevados por si sós ou crescem conforme a recorrência de eleições em períodos de normalidade institucional, tendo sido interpretados como insuficientes porque o parâmetro adotado era aquele registrado nos EUA, o qual não constituía regra em relação aos parlamentos do mundo, e sim exceção (Leoni, Pereira e Rennó, 2003; Santana, 2008; Oliveira, 2009; Pegurier, 2009; F. Santos, 2010; Mancuso et al., 2013; Graça e Souza, 2014).

Mais recentemente, um conjunto de estudos analisou os deputados que concorrem a prefeito (Bourdoukan, 2006; Matos, 2010; Pinto, 2012; Graça e Souza, 2014). Os resultados revisaram a máxima dos incentivos produzidos pelos cargos executivos, pois uma parcela deles concorre não simplesmente porque deseja se eleger, e sim porque há menos riscos associados e mais dividendos presumíveis na empreitada. O risco é amortizado porque deputados não precisam abrir mão do mandato para concorrer. No campo dos dividendos – além da possibilidade de ser eleito, é claro –, o fato de terem participado da disputa majoritária reforça a imagem para a tentativa de reeleição legislativa e reduz as incertezas que acompanham o sistema proporcional do país.

Como evidencia Oliveira (2009), índices expressivos de não apresentação e de insucesso são compatíveis com índices elevados de ingresso de novatos (membros do Executivo, “calouros” ou aqueles vindos dos Legislativos subnacionais e que ascenderam na carreira) e, igualmente, com alta quantidade de retornos de ex-parlamentares (que encerraram o período em cargos executivos), sem que isso implique baixa institucionalização ou permita concluir a inexistência de políticos profissionais. Ao contrário, pode ser indício de institucionalização e valorização do parlamento como parte da carreira política.

Nesse cenário ganha projeção o modelo formulado por Borchert (2009, 2011), autor que segue o modelo de Schlesinger, calcado na estrutura de oportunidades (disponibilidade, acessibilidade, atratividade). Ele constata que o Brasil possui ampla oferta (motivada pela quantidade e diversidade de oportunidades oferecidas pelo calendário eleitoral), que os cargos apresentam níveis de atração, representação e recursos políticos diversos, bem como que inexitem fronteiras definidas entre as instâncias da federação. Tais elementos fazem com que não haja uma hierarquia claramente definida dos postos políticos, e sim a possibilidade de trilhar diversos caminhos nessa estrutura. Não se pode compreender a construção das carreiras e as escolhas promovidas pelos políticos por meio da aplicação direta dos critérios propostos pelo autor norte-americano, pois “subir”, “descer”, “ambição estática”, “progressiva” ou mesmo “regressiva”<sup>4</sup> explicam pouco as rotas seguidas.

Borchert (2011) classifica a carreira no país como “integrada”, aquela em que há alta maleabilidade e muitas formas de ingresso, de mudanças de posição e na qual se alternam postos de nível federal, estadual e municipal, assim como de âmbito executivo e legislativo, os quais são buscados sempre com vistas à permanência na atividade pelo período mais longo possível<sup>5</sup>.

Como foi indicado no princípio do texto, este artigo procura se somar a essa literatura, mas o faz a partir dos que ocupam um posto eletivo no Executivo. No caso específico, os prefeitos das 26 capitais estaduais do país. Esse cargo pode ser mais valioso do que aqueles existentes na Câmara dos Deputados, como indicam os estudos, mas traz o inconveniente de ser transitório, dado que não é possível nele permanecer indefinidamente, ainda que o político tenha elevados índices de aprovação e apresente ampla possibilidade de, se fosse permitido, ser eleito para mais do que dois mandatos consecutivos.

Diante dessa circunstância, pode-se considerar que a decisão sobre o próximo passo daqueles que exercem mandato no Executivo é mais dramática do que a dos que estão no Legislativo. Estes têm um leque de possibilidades que contempla as diferentes “ambições”: permanecer no posto já ocupado – o que em teoria pode ocorrer indefinidamente –; ascender ou regredir no âmbito legislativo; pleitear cargo executivo; ou, simplesmente, não disputar pleito algum. Aqueles com mandato executivo inevitavelmente precisam buscar outro cargo caso desejem dar continuidade à carreira. Os chefes do Executivo também se defrontam com outro dilema que não é compartilhado pelos parlamentares: o de ter de renunciar ao pretenderem outro cargo ou de ficar algum tempo sem mandato, caso o cumpram integralmente. Ainda que tais peculiaridades

<sup>4</sup> Expressão proposta por Leoni, Pereira e Rennó (2003) para contemplar os deputados federais que buscam ser deputado estadual. Mancuso et al. (2013) preferem a expressão “opção subnacional”.

<sup>5</sup> “Integrada” é um dos padrões da carreira propostos pelo autor. Os outros dois são: “unidirecional”, quando o político passa de um nível a outro, sem retorno ao anterior; e “alternativo”, quando ele prefere se manter em um determinado nível, sem motivação para mudar. Eles são muito próximos às ambições “progressiva” e “estática” de Schlesinger (1966), logo a principal inovação em relação ao autor norte-americano está na proposição da carreira “integrada”.

sejam de amplo conhecimento – como se verifica pela ideia do efeito zigue-zague –, a ciência política não tem problematizado a decisão dos chefes do Executivo, o que decorre do fato de as investigações estarem focadas em postos legislativos ou por considerarem que a limitação no tempo de permanência no cargo torna imperativo que tal escolha seja feita e, assim, ela se torna menos dramática e complexa em termos de carreira do que a que envolve os membros do parlamento.

O pressuposto deste artigo é diverso. Ele investe na perspectiva de que, pelo limite de permanência no Executivo e diante do interesse de manter a carreira, o político se defronta com uma série de possibilidades e de circunstâncias. A literatura aponta para a grande possibilidade de que, em algum momento dessa trajetória futura, esse político vá (ou retorne) ao Legislativo, porém cabe perguntar: tal cargo é pretendido imediatamente? Ou trajetórias distintas se apresentam, como sugere a perspectiva proposta por Borchert? E quais são elas? Igualmente, qual o *timing* dessa busca por um novo cargo: no 1º mandato, durante o 2º, após encerrar os dois mandatos? E quais os resultados alcançados? Eles variam conforme o cargo pretendido? A expectativa do resultado modela a decisão sobre o passo a ser dado?

Para essas questões a ciência política não tem respostas efetivas e empiricamente embasadas. Essa investigação pretende coletar informações e produzir análises que permitam responder a alguns desses desafios. Obviamente, os resultados alcançados não podem ser generalizados para toda a classe política ou todos os cargos, em razão de uma série de limitações e de especificidades do objeto escolhido, que serão apontadas na sequência. Porém, eles certamente possibilitam dar explicações mais efetivas em relação ao tema.

## Desenho da investigação

O artigo tem com objeto os prefeitos das 26 capitais estaduais brasileiras no período 1996-2008, o que compreende quatro disputas e 104 mandatos. Por conta de reeleição imediata, de renúncias e de consequentes substituições, 77 indivíduos ocuparam o cargo e o exerceram em 118 períodos correspondentes a mandatos completos ou incompletos, os quais constituem o universo pesquisado.

A eleição de 1996 é o ponto de partida, tendo em vista que esses prefeitos foram os primeiros a ter a possibilidade de buscar a reeleição imediata<sup>6</sup>. E o recorte temporal se encerra em 2008 porque o mandato finalizou em 2012 e a necessidade de decidir o passo seguinte na trajetória já se impôs de modo definitivo. Pela mesma razão, e em condições normais, aqueles que atingiram o cargo na eleição de 2012 ainda estavam no exercício por ocasião da redação do artigo e não se defrontaram com as mesmas decisões relativas à continuidade da carreira.

---

<sup>6</sup> A Emenda Constitucional que permite a reeleição imediata aos chefes do Executivo dos três níveis da federação foi promulgada em junho de 1997.

O artigo sistematiza dados a respeito dos mandatos eletivos a que concorreram após tomarem posse e/ou imediatamente depois de deixarem a prefeitura, o que abarca um período máximo de dez anos. No conjunto, acompanha nove disputas: quatro de âmbito municipal (2000, 2004, 2008 e 2012) e cinco de amplitude estadual-nacional (1998, 2002, 2006, 2010 e 2014), com informações coletadas no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A classificação das motivações a partir das quais foi decidido não concorrer exigiu outro procedimento metodológico. Foram consultados livros, artigos e outros trabalhos acadêmicos, bem como *sites* de órgãos de imprensa e demais fontes disponíveis via internet, em busca das informações que permitissem identificar as circunstâncias de cada caso e, ao mesmo tempo, reuni-las por afinidade em categorias suficientemente sintéticas. Tais categorias serão apresentadas e explicadas na continuidade do texto.

**Quadro 1**  
**Prefeito das capitais estaduais que renunciou ao cargo (Brasil, 1996-2012)**

Município	Renúncia			Substituto	
	Ano	Prefeito	Motivação/ Concorreu a	Nome	Concorreu
Porto Velho	1998	Chiquilito Erse	Saúde	Carlos Alberto Camurça	Venceu
Belo Horizonte	2002	Célio de Castro	Saúde	Fernando Pimentel	Venceu
Natal	2002	Wilma Faria	Governador	Carlos Eduardo Nunes Alves	Venceu
Porto Alegre	2002	Tarso Genro	Governador	João Verle	Não
Rio Branco	2002	Flaviano	Governador	Isnard Barbosa Leite	Não
São Luís	2002	Jackson Lago	Governador	Carlos Tadeu Palacio	Venceu
Manaus	2004	Alfredo Nascimento	Ser ministro	Luiz Alberto Carijó	Não
Aracaju	2006	Marcelo Déda	Governador	Edvaldo Nogueira	Venceu
Boa Vista	2006	Teresa Surita	Senador	Iradilson Sampaio de Souza	Venceu
São Paulo	2006	José Serra	Governador	Gilberto Kassab	Venceu
Cuiabá	2010	Wilson Pereira dos Santos	Governador	Francisco Gallindo	Não
Curitiba	2010	Beto Richa	Governador	Luciano Ducci	Perdeu
Goiânia	2010	Iris Rezende	Governador	Paulo de Siqueira Garcia	Venceu
João Pessoa	2010	Ricardo Coutinho	Governador	Luciano Agra	Não
Porto Alegre	2010	José Fogaça	Governador	José Fortunati	Venceu
Teresina	2010	Silvio Oliveira	Governador	Elmano Férrer	Perdeu

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

No período analisado, 70 indivíduos foram eleitos prefeitos e outros sete chegaram ao cargo exclusivamente ao substituir em definitivo o titular. É preciso fazer referência às substituições, pois, como mostra o Quadro 1, elas não são incomuns: houve 16, todas motivadas por renúncia (duas por doença; uma para assumir posto de nomeação política e 13 com vistas a concorrer a outro cargo). Em 15 casos foi efetivado o vice-prefeito e em um, o presidente da Câmara de Vereadores. Dos substitutos: nove concorreram e foram mantidos no cargo (reeleitos, conforme o entendimento legal<sup>7</sup>), dois foram rejeitados nas urnas e cinco sequer se candidataram.

No levantamento da continuidade da carreira dos prefeitos foi contabilizado como cargo obtido somente aquele alcançado diretamente. Não valeu como tal se houve disputa para o Legislativo e candidato ficou como suplente, ainda que depois tenha sido efetivado em caráter temporário ou definitivo, ou se perdeu a disputa a um posto executivo, apesar de ter sido guindado ao cargo em razão da cassação daquele originalmente eleito. Contudo, essas informações foram registradas e, quando consideradas relevantes, inseridas na análise.

Cabe explicar, ainda, que não foram incluídos os cargos de nomeação – ministro, secretário etc. –, embora eles compreendam parcela significativa do elenco de oportunidades à disposição dos políticos e sejam por eles cobiçados, especialmente quando sofrem uma derrota nas urnas, ficam sem mandato ou decidem abandonar/interromper a carreira eleitoral. A exclusão deriva do interesse em focar os postos eletivos. Contudo, esses dados foram coletados e utilizados se importantes para explicar a trajetória dos atores.

A escolha dos prefeitos das capitais estaduais é motivada por duas razões. A primeira, o fato de eles apresentarem uma série de características comuns: venceram um processo eleitoral realizado conforme as mesmas regras<sup>8</sup>, para exercerem mandatos de idêntica duração, bem como ocupam a mesma posição institucional e possuem poderes equivalentes – ainda que existam significativas diferenças entre os municípios governados e entre os recursos associados a tais localidades<sup>9</sup>. Porém, não seria motivação suficiente, pois todos os prefeitos possuem um elenco comum de prerrogativas – e eles são mais de 5 mil. É preciso acrescentar a segunda razão: eles compartilham o governo de municípios que, por serem as capitais de seus respectivos estados, possuem importância política regional, correspondem às localidades mais

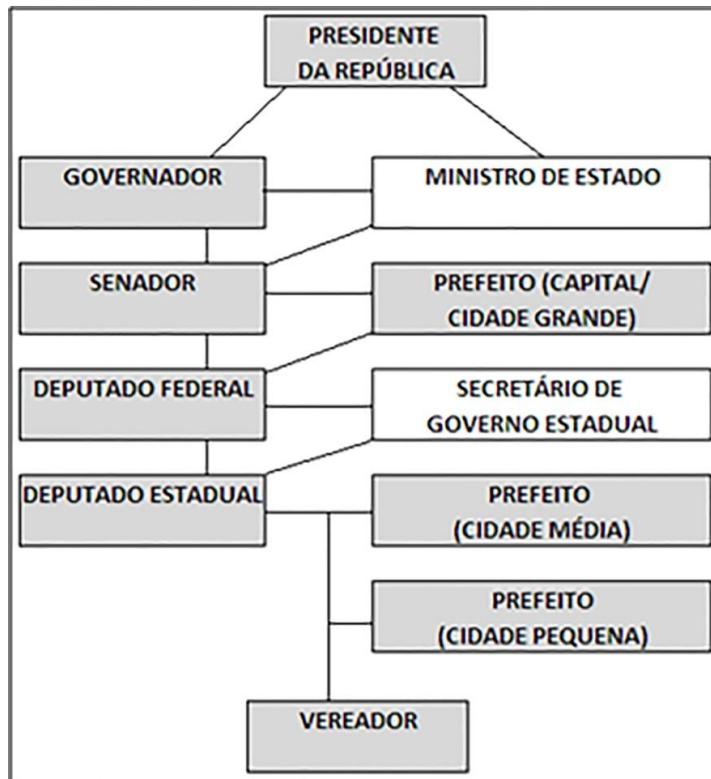
<sup>7</sup> A interpretação da Justiça Eleitoral é de que quem substitui permanentemente o titular está em 1º mandato e, por isso, se concorrer ao cargo, pleiteia o 2º e último mandato consecutivo.

<sup>8</sup> A diferença reside no requisito a cumprir para vencer o pleito, pois alguns concorreram em municípios com menos de 200 mil eleitores, nos quais a eleição se decide por maioria simples, o que ocorreu cinco vezes em 2000; quatro em 2004; três em 2008; e duas em 2012, quais sejam: Porto Velho (2000); Macapá (2000, 2004); Rio Branco (2000, 2004, 2008); Boa Vista e Palmas, em que houve turno único ao longo de todo o período.

<sup>9</sup> Um exemplo: São Paulo lidera o *ranking* populacional entre as capitais, com 11,2 milhões de habitantes, enquanto Palmas, a última nesse quesito, atingiu 228 mil habitantes, contingente que a excluía dentre os 100 mais populosos municípios do país, conforme dados do Censo 2010 (IBGE).

populosas<sup>10</sup>, compõem o centro de áreas metropolitanas<sup>11</sup>, apresentam grande influência econômica, além de concentrarem o poder administrativo e político do próprio estado.

**Figura 1**  
**Estrutura de carreira política no Brasil**



Fonte: Miguel, 2003.

Observação: As caixas em cinza representam cargos eleitos por votação popular.

Cabe ponderar o posicionamento do cargo de prefeito de capital na hierarquia política do país. A basear-se no modelo sugerido por Miguel (2003)<sup>12</sup>, reproduzido na Figura 1, ele tem acima: presidente, ministros e governadores; ao lado, senadores; abaixo, deputados federais e estaduais, mais vereadores e a grande maioria dos

<sup>10</sup> As exceções são Florianópolis (SC) e Vitória (ES), superadas, respectivamente, por Joinville e Vila Velha (sendo que esta pertence à região metropolitana de Vitória) (IBGE).

<sup>11</sup> Das 26 capitais estaduais, 20 compreendem uma região metropolitana (Freitas, 2010).

<sup>12</sup> O autor não aponta os critérios a partir dos quais o construiu, apresentando-o como um modelo "intuitivo", mas é evidente que o nível da federação, o poder a que eles se referem, a quantidade de vagas e de governados são elementos que contribuem para a distribuição dos cargos no diagrama. Contudo, o modelo de Miguel não inclui os vices, os suplentes de senador e a ampla maioria dos cargos de nomeação dos três níveis da federação. O autor cita os vices, mas preferiu deixá-los de fora, o que abre a discussão sobre a relevância deles, como o fazem Maluf (2006) e Santana (2008). Este artigo preferiu inserir cada vice abaixo do respectivo titular, mas acima dos cargos em posição inferior ao do titular. Por exemplo, o vice-governador está acima do prefeito das capitais.

prefeitos, o que permite supor que há várias alternativas de caminhos para a continuidade na atividade, uma das peculiaridades da estrutura de carreira no Brasil, como argumenta Borchert (2009, 2011). Por estarem em um posto de relevância política, colocado quase a “meio caminho” entre o piso (vereador) e o topo (presidente), todos os cargos são, de um modo ou de outro, viáveis e razoáveis.

Em razão desse conjunto de ponderações, supõe-se que esses prefeitos tenham possibilidade de dar continuidade à carreira eleitoral e busquem novos mandatos. Essa é a hipótese 1 (H1) do artigo. Todavia, é preciso especular sobre quais caminhos eles escolhem e o *timing* da decisão, ou seja, quando procuram esses mandatos.

Antes de formular essas hipóteses e de testá-las, é relevante evidenciar algumas características institucionais – o que Schlesinger (1966) chama de “estrutura de oportunidades” –, pois elas condicionam as escolhas a serem realizadas pelos prefeitos.

O cargo de chefe do Executivo (prefeito, governador e presidente) apresenta duas peculiaridades relevantes para os cálculos relativos à decisão sobre o próximo passo da carreira: (1) a limitação no número de mandatos sucessivos que podem ser exercidos (dois, desde o advento da reeleição) e, conseqüentemente, no tempo em que nele é possível permanecer (oito anos, no máximo); (2) a obrigatoriedade de renunciar para concorrer a um dos postos em disputa, com exceção de candidatura à reeleição. Portanto, o chefe do Executivo sabe que o cargo possui um horizonte temporal delimitado, o que, em tese, estimula-o a buscar outro imediatamente ou, ao menos, torna claro que, se não o fizer, ficará sem mandato. A renúncia impõe custos que precisam ser bem dimensionados, pois implica perder algo já obtido com vistas a alcançar novo ganho, sendo que a derrota o deixará sem “nada”.

Dois elementos importantes nessa equação e na decisão a ser tomada são o tempo que ainda resta de mandato e se é possível pleitear a reeleição. Um chefe do Executivo que está em 1º mandato: (a) se quiser um novo cargo precisa renunciar até seis meses antes da eleição que ocorre em outubro do 2º ano; ou (b) pode cumpri-lo integralmente e, se desejar, concorrer para um novo período no mesmo cargo. Ao optar pela tentativa de reeleição e sendo bem-sucedido, surgem duas novas possibilidades: (c) se quiser concorrer a outro cargo, deve renunciar até seis meses antes da realização da próxima eleição, o que ocorre em outubro do 2º ano (igual à situação “a”); ou (d) pode cumpri-lo integralmente, o que implica ficar em seguida sem mandato e esperar, no mínimo, dois anos para tentar outro posto nas urnas.

Há outras duas possibilidades não referidas no parágrafo anterior, propiciadas pelo calendário brasileiro que prevê eleições a cada dois anos – e é nelas que residem as diferenças no elenco de oportunidades disponíveis a prefeito, de um lado, a governador e presidente, de outro. Não cumprida a renúncia imposta pela situação “a”, não se afirma inevitavelmente “b”, e o mesmo se repete no caso da opção “c” em relação a “d”. Isso porque, tendo chegado o último ano do mandato (1º ou 2º), ocorre nova eleição, e é possível ao chefe do Executivo renunciar até seis meses antes do evento e concorrer a outro cargo.

Nessa situação, o prefeito encontra à disposição os postos de vice-prefeito e de vereador<sup>13</sup>. E, diante dessas alternativas típicas da “ambição regressiva”, é provável que, ao término do 1º mandato, busque a reeleição (ou não concorra) e, ao final do 2º, não dispute o pleito. Igualmente, se não renunciar em meio ao 2º período para buscar outro cargo, ele automaticamente optou por cumprir o mandato. Assim, para o prefeito, a não ocorrência de “a” muito seguramente implica a ocorrência de “b”, o que se repete com “c” em relação a “d”.

O cenário não é o mesmo para presidente e governador. Ao chegar ao ano derradeiro do 1º mandato, o provável é que o governador concorra à reeleição ou não se apresente. Se ambicionar outro cargo eletivo e renunciar seis meses antes do pleito, ele encontra à disposição uma oferta diversificada: senador, deputado federal e estadual, mais presidente e vice. Cargos como senador ou vice-presidente podem ser um refúgio dourado e/ou promoção na carreira, quando, por algum motivo, ele não puder ou não quiser concorrer à reeleição<sup>14</sup>. Quando está em 2º mandato, as possibilidades de pleitear outro cargo se tornam mais relevantes, visto não ter como prosseguir naquele já ocupado.

Para o presidente valem as mesmas possibilidades. Contudo, por ser o topo da carreira, é ainda mais provável que, se estiver em 1º mandato, decida pela reeleição ou por não concorrer, pois nenhum outro posto deve lhe interessar de imediato. Se estiver em 2º mandato, vai cumprir o mandato, pois não deve abrir mão de aproximadamente nove meses no cargo eletivo mais alto da República para tentar ocupar qualquer outro posto.

Pode-se ir mais longe e lembrar que, pelas mesmas razões, também as situações narradas nas alternativas “a” e “c”, relativas à renúncia na metade do 1º ou do 2º mandato para concorrer a outro cargo, não são idênticas para todos os chefes do Executivo. Isso porque parece pouco provável que o presidente ou um governador renuncie ao cargo para concorrer a prefeito (e, ainda menos provável, a vice-prefeito ou a vereador). Mas é mais razoável imaginar que um prefeito possa renunciar com vistas a conquistar um cargo estadual ou nacional – e esses impulsos são mais fortes no 2º do que no 1º mandato, tendo em vista a impossibilidade de uma nova reeleição. Ou seja, caso busque imediatamente outro cargo, um governador pode esperar a eleição que ocorrerá concomitantemente ao término do mandato (e ainda mais provavelmente se ele estiver no 2º), momento em que o elenco de oferta é mais vantajoso em relação ao cargo que ele já atingiu. O prefeito, se pretender de pronto outro posto eletivo (o que é igualmente mais provável de ocorrer se ele estiver no 2º mandato), é levado a renunciar

---

<sup>13</sup> A opção ao término do 2º mandato é apenas de concorrer a vereador, já que a legislação o impede de disputar o cargo de vice-prefeito (Brasil, TSE, 2015). Até 2008 havia a alternativa de transferir o título para outro município e, nele, concorrer novamente a prefeito, pois a interpretação era de que a lei vedava um terceiro mandato sequencial apenas no mesmo município. Desde então, não existe mais tal possibilidade, informalmente denominada de “prefeitos itinerantes” (*Valor Econômico*, 1 ago. 2012).

<sup>14</sup> Eles podem concorrer ao cargo de deputado, mas seria “ambição regressiva”, e, por isso, pouco provável.

a dois anos de mandato e a concorrer nas eleições nacional-estaduais, pois, se não o fizer, precisará esperar dois anos após o término do seu governo para ter nova oportunidade de se tornar deputado, senador, governador ou presidente (e seus respectivos vices).

Diante dessas peculiaridades, é preciso desdobrar a H1. Propõe-se que: quando em 1º mandato, os prefeitos analisados não renunciam para concorrer a outro posto, e sim preferem tentar a reeleição (H2); se forem bem-sucedidos, abrem mão do cargo na metade do 2º período para pleitear algum posto mais alto da hierarquia, concebida nos moldes propostos por Miguel (2003), ou seja, concorrer a senador, governador, vice-governador ou presidente (H3). Espera-se, ainda, que, em razão da relevância do cargo de prefeito de capital, a grande maioria conquiste o próximo mandato pretendido (H4).

Os dados a serem analisados estão escalonados por mandato (1º ou 2º) e, quando for o caso, por ano (2º ou 4º). Antes, é preciso lembrar que as incidências a serem apresentadas se referem aos prefeitos que, na ocasião dos pleitos, exerciam o cargo, desse modo as somas não abrangem o conjunto dos 77 indivíduos estudados ou os 118 mandatos que eles exerceram. Conforme a situação – a ser ponderada por ocasião da apresentação dos dados – tal universo se contrai<sup>15</sup>.

### As decisões tomadas enquanto exerciam o cargo

A Tabela 1 se refere à decisão tomada pelos prefeitos frente à eleição realizada dois anos após a disputa municipal, primeira oportunidade para obter outro posto e, portanto, a escolha inicial relativa à continuidade da carreira. Igualmente, abarca a próxima disputa local, realizada no 4º ano do mandato.

**Tabela 1**  
**Decisão tomada durante o mandato pelos prefeitos das capitais estaduais (Brasil, 1996-2014)\***

Concorrer	2º ano			4º ano		
	1º mandato	2º mandato	Total	1º mandato	2º mandato	Total
Sim	4,8 (3)	21,7 (10)	12,0 (13)	80,8 (59)	-	56,7 (59)
Não	95,2 (59)	78,3 (36)	88,0 (95)	19,2 (14)	100 (31)	43,3 (45)
<b>Total</b>	<b>100</b> <b>(62)</b>	<b>100</b> <b>(46)</b>	<b>100</b> <b>(108)</b>	<b>100</b> <b>(73)</b>	<b>100</b> <b>(31)</b>	<b>100</b> <b>(104)</b>

Fonte: TSE.

\* Os valores estão expressos em percentual. Os números absolutos figuram entre parênteses.

<sup>15</sup> Do total não se obtém automaticamente o contingente dos que tomaram uma decisão, pois três renunciaram ao longo do 1º ou do 2º período, 16 se tornaram prefeito em algum momento do mandato e quatro foram reeleitos em 2012 e ainda não tinham atingido o 4º ano por ocasião da redação do artigo.

Os dados confirmam a H2: quando estão no 2º ano do 1º período, a quase totalidade dos prefeitos optou por não concorrer: 4,8% abriram mão do mandato e 95,2% não buscaram outro cargo, pois valorizam mais a oportunidade de concorrer à reeleição, o que evidencia a importância, nessa circunstância, de ser prefeito. E tal se comprova quando a nova eleição municipal surge (4º ano), pois 80,8% concorreram.

A situação é diferente quando os prefeitos estão no 2º mandato. A impossibilidade de prosseguir no cargo se mostra no horizonte e há uma espécie de amortização do valor de ser prefeito, de modo que um contingente mais expressivo optou por abrir mão dos dois anos derradeiros de mandato e tentou alcançar outro cargo. Os 21,7% registrados correspondem a quatro vezes mais do que aqueles em 1º período (4,8%) que tomaram a mesma decisão, de modo que 76,9% das escolhas de concorrer em meio ao mandato aconteceram no 2º período (10 em 13). Como esperado, os reeleitos que não renunciaram não se apresentaram ao término desse mandato derradeiro, pois não tinham interesse de se tornar vereador, o único cargo então disponível. Na realidade, para estes a escolha havia sido feita dois anos antes.

**Tabela 2**  
**Prefeitos das capitais estaduais que, por vontade própria, completaram o mandato (Brasil, 1996-2012)\***

<b>Completo</b>	<b>1º mandato</b>	<b>2º mandato</b>	<b>Total</b>
Não	3,9 (3)	26,2 (11)	11,9 (14)
Sim	96,1 (73)	73,8 (31)	88,1 (104)
<b>Total</b>	<b>100</b> <b>(76)</b>	<b>100</b> <b>(42)</b>	<b>100</b> <b>(118)</b>

Fonte: TSE.

\* Os valores estão expressos em percentual. Os números absolutos figuram entre parênteses.

A Tabela 2 traz os prefeitos que completaram o mandato, com a intenção de identificar aqueles que deixaram o cargo para concorrer. Ela inclui os que assumiram o cargo pela renúncia do titular, mas não considera os dois casos em que houve renúncia por questões de saúde (um em cada mandato) e os quatro cujos mandatos estavam em andamento, pois não o completaram por questões distintas à análise e a inclusão deles afetaria os resultados.

Ela permite verificar que a H3 não se confirma em sua versão original, pois a preferência majoritária dos prefeitos não foi pular imediatamente para outro cargo. Parcela amplamente majoritária (88,1%) completou o mandato obtido: quando estavam no 1º governo, pode-se considerar que a expectativa de um 2º período responda pelo

índice de 96,1% de permanência; no entanto, a tendência se manteve quando eles estavam no 2º período, de modo que 73,8% optaram por cumpri-lo integralmente.

Dentre os 14 que não cumpriram o mandato por vontade própria, figura um que renunciou à prefeitura para ocupar cargo político (ministério) no último ano de seu 2º mandato e 13 que deixaram o cargo para concorrer a novo posto eletivo. Dentre estes, 12 preferiram concorrer a governador, um a senador e nenhum se dispôs a ser, por exemplo, deputado federal, cargo bastante procurado, como será demonstrado. No cálculo de oportunidades, parece claro que eles buscaram um cargo executivo de maior importância (governador), ocasionalmente um do legislativo hierarquicamente equivalente ao já ocupado (senador), o que confirma parcialmente a H3.

Há três deles que, em 1º mandato, arriscaram mais do que todos, pois sacrificaram não só dois anos de governo como também a perspectiva de um 2º período à frente do Executivo municipal. Todos preferiram concorrer a governador, um posto de maior importância política. Em comum, registravam passagens anteriores pela prefeitura e/ou por postos mais relevantes na hierarquia e usavam o cargo para retomar a carreira eletiva ou reiniciar a escalada em direção a postos mais altos.

Em se tratando de prefeitos em 2º mandato, há mais casos daqueles que renunciaram para concorrer (dez) e, portanto, em pouco tempo (seis anos) buscaram um 3º mandato, se for contabilizado aquele de prefeito a partir do qual ingressaram no universo pesquisado. Também há pontos em comum nesse grupo: nove com carreiras políticas antes de alcançar a prefeitura, entre as quais constava o cargo de deputado federal (seis) e a passagem anterior pela prefeitura (três). Porém, apenas um já havia ocupado o cargo pretendido. Aliás, desse contingente, somente mais um registrava a conquista de posto equivalente (senador).

Obviamente, eles consideraram que aquela era a melhor oportunidade para tal e, possivelmente, que poderia ser tarde se preferissem concluir o 2º mandato e concorrer tão somente após deixarem a prefeitura. Entre as circunstâncias que contribuíram para tal avaliação figuram não haver candidato à reeleição (dois casos) e o fato de o *incumbent* não ter vencido a disputa anterior (cinco casos). Logo, apenas três dos dez prefeitos inclusos nessa situação se dispuseram a enfrentar quem havia sido eleito no pleito anterior. A impulsionar essa disposição estava o fato de eles liderarem as intenções de voto no período pré-eleitoral, fruto dos bons índices de avaliação em suas gestões e do desgaste que os governadores enfrentavam. Apesar disso, apenas um deles conseguiu vencer.

**Tabela 3**  
**Sucesso dos prefeitos das capitais estaduais que decidiram**  
**concorrer durante o mandato (Brasil, 1996-2014)\***

Cargo	2º ano			4º ano		
	1º mandato	2º mandato	Total	1º mandato	2º mandato	Total
Governador	33,3 (1)	40,0 (4)	38,5 (5)	-	-	-
Senador	-	0	0	-	-	-
Prefeito	-	-	-	79,7 (47)	-	79,7 (47)
<b>Total</b>	<b>(3)</b>	<b>(10)</b>	<b>(13)</b>	<b>(59)</b>	-	<b>(59)</b>

Fonte: TSE.

\* Os valores estão expressos em percentual. Os números absolutos figuram entre parênteses.

A Tabela 3 apresenta o resultado obtido por esses prefeitos. A primeira parte traz as taxas de sucesso daqueles que decidiram concorrer no 2º ano, portanto, em meio ao mandato. Ela aponta para uma reduzida taxa de sucesso em todas as situações: no geral (38,5%), estejam em 1º (33,3%) ou 2º mandato (40%), tenham concorrido a governador (41,7% ou cinco em 12 casos) ou a senador (zero em uma ocorrência). Apesar de o N ser baixo, o que produz percentuais elevados baseados em poucos casos e recomenda não valorizá-los em demasia, o mais relevante está na tendência trazida pelos índices, que não corrobora, ao menos para esse subconjunto de prefeitos, a expectativa trazida pela H4.

A segunda parte da Tabela 3 aborda os que decidiram buscar a reeleição imediata (concorrer no 4º ano). Houve 79,7% de sucesso, aproveitamento superior ao identificado por estudos sobre a reeleição de prefeitos no país (Barreto, 2009, 2014; Brambor e Ceneviva, 2012; Magalhães, 2012; Moreira, 2012)<sup>16</sup>. Por conseguinte, mostrou-se vantajoso pleitear a reeleição, bem como o alto risco de deixar o cargo em meio ao mandato para buscar outro, de tal modo que, mesmo aqueles que estavam em 2º mandato, preferiram não arriscar. Para estes, a H4 se confirma.

O foco agora se volta aos 14 prefeitos que fogem às expectativas, haja vista que não renunciaram para concorrer a outro cargo durante o mandato e tampouco pleitearam se reeleger. Contudo, as tabelas precedentes não têm capacidade para explicar esse comportamento, pois não permitem identificar outras peculiaridades que interferiram na decisão dos prefeitos. Por tais motivos, a análise a seguir tenta enquadrar os casos em categorias qualitativas. A explicação alusiva a cada uma é realizada na sequência.

<sup>16</sup> Para estudos sobre a dinâmica das disputas em várias capitais, ver as coletâneas sobre os anos 2000 (Silveira, 2002) e 2008 (Baquero e Cremonese, 2009; Lavareda e Telles, 2011).

**Tabela 4**  
**Motivo pelo qual os prefeitos das capitais estaduais não concorreram à reeleição nem pleitearam outro cargo (Brasil, 1996-2012)**

Motivo	N	%
Decisão própria	6	42,9
Abandonou/Interrompeu a carreira eletiva	5	35,7
Decisão partidária	3	21,4
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100</b>

Fonte: TSE.

*Decisão própria* – Refere-se a quem não pretendeu a reeleição, embora a legislação permitisse e a legenda estivesse disposta a apoiá-lo. Em última instância, a decisão foi do próprio prefeito e esteve circunscrita ao pleito em estudo. Obviamente, não quer dizer imotivada ou que não seja uma reação a constrangimentos políticos bem claros, percebidos pelo titular e, nesse sentido, não tão autônoma como a expressão possa evocar. A destacar que metade dessas desistências ocorreu no pleito de 2000, o que pode ser um indício de que elas cumpriam o acordo político firmado que levou os prefeitos a serem indicados candidatos, já que, em 1996, não era possível ao prefeito eleito em 1992 prosseguir no cargo.

*Abandonou/Interrompeu a carreira eletiva* – Implica não mais participar como candidato das eleições, a qual se sustenta para sempre ou por um longo período. As motivações decorrem de uma série de circunstâncias que, inclusive, podem contrariar a disposição do político. Apesar disso, é sempre uma escolha pessoal, visto que formalmente nada o obriga a se retirar das disputas<sup>17</sup>. Não se confunde com a categoria anterior (“decisão própria”) porque aquela se refere a um pleito específico, mas a relação é evidente, pois pode ser o primeiro passo para o término da trajetória.

O critério para considerar que um político “abandonou/interrompeu” a carreira foi o fato de não disputar, no mínimo, três pleitos consecutivamente após deixar a prefeitura. Contudo, ele não serve para eleitos em 2008, pois, para estes, além da possibilidade de tentar reeleição, havia apenas mais um pleito disponível por ocasião da redação do artigo (2014). Para superar essa limitação foi preciso flexibilizar o critério e relacioná-lo com o momento vivido pelo político. Outra ponderação se refere ao fato de o foco estar no afastamento das disputas eleitorais, e não da política propriamente dita, pois muitos continuam na atividade, especialmente por meio de cargos de nomeação.

*Decisão partidária* – Situação em que o político tem a intenção de concorrer à reeleição, mas não é indicado pelo partido, logo, não houve desistência e, sim, por uma série de circunstâncias específicas, impedimento por decisão da legenda.

<sup>17</sup> Aqueles que se afastaram por doença já foram excluídos, pois deixaram o cargo antes do período eleitoral.

## As escolhas dos que completaram o mandato

Esta seção está focada na decisão tomada no 1º pleito após o término do mandato pelos 45 prefeitos que o cumpriram integralmente. Eles também estão distinguidos entre os 14 que completaram um período e não concorreram à reeleição, e os 31 que cumpriram dois mandatos e não mais poderiam permanecer no cargo<sup>18</sup>.

**Tabela 5**  
**Decisão tomada pelos prefeitos das capitais estaduais que completaram o mandato em relação ao 1º pleito realizado após deixarem o cargo (Brasil, 1996-2014)\***

Concorrer	1º mandato	2º mandato	Total
Sim	50,0 (7)	83,9 (26)	73,3 (33)
Não	50,0 (7)	16,1 (5)	26,7 (12)
<b>Total</b>	<b>100</b> <b>(14)</b>	<b>100</b> <b>(31)</b>	<b>100</b> <b>(45)</b>

Fonte: TSE.

\* Os valores estão expressos em percentual. Os números absolutos figuram entre parênteses.

A Tabela 5 mostra que a maioria (73,3%) dos que encerraram o período à frente do Executivo municipal se apresentou na eleição subsequente, forte evidência de que a opção preferencial destes agora ex-prefeitos era obter um cargo eletivo no menor tempo possível. No entanto, esse comportamento é mais claro para quem cumpriu o 2º período (84%) do que para os que completaram o 1º (50%), o que reforça que a decisão dos reeleitos de “honrar o mandato” recebido e de ficar algum tempo sem cargo eletivo fazia parte da estratégia para continuar na carreira.

No caso dos reeleitos, os dados também apontam que a permanência à frente da prefeitura por oito anos não se deu por falta de opções que justificassem a antecipação da saída, e sim como parte da construção de alternativas eleitorais a serem usufruídas após o término do mandato, o que reforça a necessidade de revisão da H3. Não é demasiado lembrar que, no curto período de tempo abarcado pelo artigo (dez anos), eles estão a buscar o 3º mandato (os dois de prefeito conquistados mais o novo cargo). Já para os que não pleitearam a reeleição, as informações indicam que eles desistiram por questões circunstanciais, pois entre eles estão inclusos quatro dos seis que o fizeram por “decisão própria” e os três que não puderam concorrer por “decisão partidária”.

<sup>18</sup> Não há como analisar quatro casos, cujo 2º período de governo, iniciado em 2013, ainda não havia se encerrado quando realizada esta análise. Eles não renunciaram para concorrer no 2º ano desse mandato derradeiro.

**Tabela 6**  
**Cargo pretendido pelos prefeitos das capitais estaduais que completaram o mandato em relação ao 1º pleito realizado após deixarem o cargo (Brasil, 1996-2014)\***

<b>Resultado</b>	<b>1º mandato</b>	<b>2º mandato</b>	<b>Total</b>
Governador	-	23,1 (6)	18,2 (6)
Senador	28,6 (2)	26,9 (7)	27,3 (9)
Deputado federal	42,8 (3)	42,3 (11)	42,4 (14)
Deputado estadual	28,6 (2)	7,7 (2)	12,1 (4)
<b>Total</b>	<b>100 (7)</b>	<b>100 (26)</b>	<b>100 (33)</b>

Fonte: TSE.

\* Os valores estão expressos em percentual. O número absoluto figura entre parênteses.

A Tabela 6 informa os cargos pretendidos por esses então ex-prefeitos. Seguindo o modelo de Miguel (2003), pode-se dizer que prepondera a intenção de “descer”, pois 54,5% buscaram cargos de menor destaque (quatro concorreram a deputado estadual e 14 a federal), 27,3% tentaram permanecer no mesmo patamar (senador) e 18,2% quiseram ascender (governador). Na mesma medida, há o abrandamento da intenção de buscar cargo no Executivo (18,2%), amplo predomínio dos postos legislativos (81,8%) e daqueles cargos definidos por fórmula proporcional (54,5%). Esses dados também parecem confirmar a interpretação proposta por Borchert (2011), pois se abrem diferentes trajetórias políticas, com perspectivas ascendentes e descendentes, atuação no plano estadual ou no plano nacional, confirmando a carreira “integrada”.

O cargo individualmente mais cobiçado foi o de deputado federal (42,4%). A impulsionar tal decisão, pondera-se ser praticamente garantida a indicação pelo partido, pois há várias vagas disponíveis, e, pela mesma razão, um lugar na Câmara dos Deputados pode ser alcançado com mais facilidade (ou menos dificuldades), especialmente para quem traz no currículo o comando da prefeitura da capital. As mesmas motivações valem para ser deputado estadual, embora o cargo tenha menos relevância em comparação tanto ao de prefeito quanto ao de deputado federal, o que ajuda a explicar por que é menos procurado (12,1%).

Aqueles que pretendem ser governador ou senador devem superar dois obstáculos que tornam a empreitada mais desafiadora e, da mesma forma, valiosa. Um é a maior dificuldade para conseguir a indicação, haja vista que cada partido ou coligação só pode apresentar um candidato (dois no caso de senador a cada oito anos). Essas circunstâncias podem ensejar desgastantes disputas internas e/ou antecipadamente bloquear as pretensões desses ex-prefeitos, a depender do quadro de interessados ou da

possibilidade de quem já está no cargo buscar a reeleição. O outro é o fato de serem eleições do tipo “o vencedor leva tudo”, em que o risco de perder é muito maior, além de serem muito mais dispendiosas. Diante dessas dificuldades e com vistas a se manter na ativa, o posto de deputado federal se torna uma rota mais segura. No entanto, governador e senador somam 45,5% das candidaturas, a indicar uma “ambição” significativa desses ex-prefeitos, que encararam os riscos maiores associados a tais cargos. Não se pode esquecer que as personagens que se está a analisar venceram recentemente uma disputa (às vezes duas) semelhante a estas, o que pode credenciá-los a conquistar esses cargos de maior relevância política ou levá-los a se imaginar em condições disso.

Reflexo desses cálculos de oportunidade, a pretensão dos prefeitos que cumpriram o 2º mandato é maior. Nenhum dos sete que completou um mandato e não concorreu à reeleição buscou o cargo de governador, 71,4% pleitearam ser deputado (federal, três, e estadual, dois) e 28,6% se lançaram a senador. No caso dos 26 prefeitos reeleitos, eles se dividiram de modo equitativo entre cargos escolhidos pela fórmula proporcional e aqueles escolhidos pela fórmula majoritária e, nesse caso, com prevalência dos que quiseram ser senador (26,9%) em comparação aos que concorreram a governador (23,1%). Apesar disso, o posto individualmente mais cobiçado é o de deputado federal (42,3%), a exemplo do que ocorreu entre os que completaram um mandato. Por fim, dois concorreram a deputado estadual (7,7%).

**Tabela 7**  
**Sucesso dos prefeitos das capitais estaduais que completaram o mandato e concorreram no 1º pleito realizado após deixarem o cargo (Brasil, 1996-2014)\***

<b>Cargo</b>	<b>1º mandato</b>	<b>2º mandato</b>	<b>Total</b>
Governador	-	16,7 (1/6)	16,7 (1/6)
Senador	0 (0/2)	28,6 (2/7)	22,2 (2/9)
Deputado federal	0 (0/3)	63,6 (7/11)	50,0 (7/14)
Deputado estadual	50,0 (1/2)	0 (0/2)	25 (1/4)
<b>Total</b>	<b>14,3 (1/7)</b>	<b>38,5 (10/26)</b>	<b>33,3 (11/33)</b>

Fonte: TSE.

\* Os valores estão expressos em percentual. O número absoluto figura entre parênteses.

A Tabela 7 apresenta um cenário negativo para os prefeitos que concorreram no pleito subsequente ao término do mandato, pois houve apenas um terço de sucesso. Logo, também para esses chefes do Executivo não se confirma a H4. O índice mostra a

fragilidade deles, embora se manifeste mais intensamente entre os que completaram apenas um mandato (14,3%) do que entre os que completaram dois mandatos (38,5%).

A análise conforme o cargo pretendido também indica aproveitamento sempre reduzido. O melhor índice é registrado entre os que concorreram a deputado federal (50%), a indicar a motivação pela qual este cargo é, também, o mais procurado. Seguem-se os que pleitearam ser deputado estadual (25%), senador (22,2%) e governador (16,7%).

Se as mesmas informações forem distinguidas pelo número de mandatos completados, verifica-se que os prefeitos que cumpriram dois períodos tiveram mais sucesso entre os deputados federais (63,6%), mas possuem desempenho fraco em todos os outros cargos: senador (28,6%), governador (16,7%) e, finalmente, deputado estadual, em que nenhum sucesso foi registrado em duas tentativas. Ao inverso, no caso dos prefeitos que cumpriram um mandato, o melhor aproveitamento figura entre os candidatos a deputado estadual (50%), o pior entre os que pretenderam se tornar deputado federal e senador, em que só são registrados fracassos.

**Tabela 8**  
**Motivo pelo qual os prefeitos das capitais estaduais que completaram o mandato não concorreram no 1º pleito realizado após deixarem o cargo (Brasil, 1996-2014)\***

Motivo	1º mandato	2º mandato	Total
Decisão própria	28,6 (2)	40,0 (2)	33,3 (4)
Abandonou/Interrompeu a carreira eletiva	71,4 (5)	-	41,7 (5)
Inelegibilidade	-	60,0 (3)	25,0 (3)
<b>Total</b>	<b>100 (7)</b>	<b>100 (5)</b>	<b>100 (12)</b>

Fonte: TSE.

\* Os valores estão expressos em percentual. Os números absolutos figuram entre parênteses.

A Tabela 8 descreve a motivação dos 12 que não concorreram no pleito subsequente ao término do mandato e que, por isso, ampliaram o tempo mínimo em que ficaram sem mandato eletivo. No caso dos que cumpriram apenas um mandato e não concorreram à reeleição, os dados confirmam o que a análise já apontara: entre eles figuram os cinco (71,4%) que foram identificados como os que abandonaram a carreira política – e não poderia deixar de ser, caso contrário a classificação anterior não se mostraria correta –, aos quais se somam dois que o fizeram por “decisão própria” (28,6%). Dentre os que cumpriram o 2º mandato, nenhum abandonou a carreira eletiva e eles continuaram afastados das urnas por “decisão própria” (40%), que já foi

apresentada, e por “inelegibilidade” (60%), que se refere a prefeitos que deixaram de concorrer porque foram impedidos em razão da Lei da Ficha Limpa.

### As decisões dos que foram derrotados na tentativa de reeleição

Esta seção se dedica a analisar o caso dos 12 prefeitos que tentaram a reeleição, mas foram derrotados nas urnas e, embora não o desejassem, acabaram por cumprir apenas um mandato, a exemplo daqueles que não se apresentaram para um novo período consecutivo de governo. Apesar do revés eleitoral, esses ex-prefeitos tinham condições de, passados dois anos, novamente se apresentar às urnas, de modo semelhante ao ocorrido com os prefeitos que completaram um ou dois mandatos.

**Tabela 9**  
**Decisão tomada pelos prefeitos das capitais estaduais no 1º pleito realizado após não conseguirem a reeleição (Brasil, 1996-2014)**

Concorrer	N	%
Sim	10	83,3
Não	2	16,7
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100</b>

Fonte: TSE.

A Tabela 9 mostra que a derrota na tentativa de reeleição não afastou das urnas os agora ex-prefeitos, pois 83,3% aproveitaram o 1º pleito subsequente para voltar a apresentar-se ao eleitorado. Os dois que continuaram distantes das urnas o fizeram por “decisão própria”.

**Tabela 10**  
**Cargo pretendido e taxa de sucesso dos prefeitos das capitais estaduais que concorreram no 1º pleito realizado após serem derrotados na tentativa de reeleição (Brasil, 1996-2014)**

Cargo	Sucesso	Candidatura	Taxa (%)
Governador	0	1	0
Senador	1	1	100
Deputado federal	6	6	100
Vice-governador	1	2	50,0
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>80,0</b>

Fonte: TSE.

A Tabela 10 mostra que é alto o índice de sucesso (80%) e confirma, para eles, a H4<sup>19</sup>. Contudo, a derrota sofrida no pleito municipal pode se manifestar no elenco dos cargos pretendidos, pois seis optaram por concorrer a deputado federal, considerado por Miguel (2003) como cargo menos relevante do que o anteriormente ocupado, e um a senador, de importância equivalente. Dois se apresentaram a vice-governador, posto que surgiu pela primeira vez nas pretensões dos atores investigados, e um a governador.

Igualmente, é possível analisar o índice de sucessos desses prefeitos por cargo pretendido. Destaca-se o acerto daqueles que buscaram um lugar na Câmara dos Deputados: os seis se elegeram, o mesmo tendo ocorrido com aquele que concorreu a senador. Dentre os que tentaram ser vice-governador, houve 50% de sucesso e, para o que concorreu a governador, zero<sup>20</sup>.

## Visão geral

Os dados levantados podem ser justapostos para permitir uma comparação mais direta entre a decisão de concorrer, o cargo pretendido, o resultado alcançado e a situação particular em que cada prefeito se encontrava.

**Quadro 2**  
**Candidatura dos prefeitos das capitais estaduais conforme a situação em que se encontravam (Brasil, 1996-2014)**

Situação	Candidatos	Total	Taxa (%)
Não voltou a concorrer	8	77	10,4
Voltou a concorrer	69	77	89,6
Renunciou no 2º ano do 1º mandato para concorrer	3	62	4,8
Concorreu à reeleição	59	73	80,8
Renunciou no 2º ano do 2º mandato para concorrer	10	46	21,7
Não buscou a reeleição (1º pleito subsequente)	7	14	50,0
Derrotado na reeleição (1º pleito subsequente)	10	12	83,3
Reeleito (1º pleito após o término do mandato)	26	31	83,9

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Ao considerar os 77 prefeitos inclusos no artigo, verifica-se que 69 ou 89,6% voltaram a se apresentar às urnas no espaço de tempo abarcado pelo artigo, o que corrobora a H1. Dentre os 10,4% que não voltaram a concorrer (oito casos), figuram: um que, tendo renunciado ao cargo por motivo de saúde no 1º mandato, faleceu logo depois e não teve, de fato, como optar pela continuidade na carreira; os cinco que abandonaram/interromperam a participação em eleições; os dois que deixaram o cargo

<sup>19</sup> O índice de sucesso pode chegar a 90%, se for considerado o caso do candidato a governador que foi contabilizado como derrota, mas que, dois anos depois, foi empossado no cargo, após o TSE cassar o mandato do então titular (*Folha de S. Paulo*, 11 nov. 2004).

<sup>20</sup> Pode passar a 100% se for considerada a situação narrada na nota anterior.

em 2012 e por “vontade própria” não pleitearam a reeleição e não voltaram a se apresentar, embora ainda não seja possível classificá-los como “aposentados”.

O Quadro 2 também demonstra que houve vinculação entre a maior disposição de se apresentar imediatamente ao eleitor e não estar em exercício do mandato e/ou restar menos tempo de permanência no cargo. Poucos são os prefeitos que buscaram um novo posto quando exerciam a função, sendo tal disposição menor entre os que estavam em 1º mandato do que entre os que se encontravam em 2º (4,8% e 21,7%, respectivamente). Quando o mandato estava para se encerrar ou já havia se encerrado, a taxa de apresentação no 1º pleito subsequente cresceu significativamente: 80,8% dentre os que poderiam concorrer à reeleição, 83,3% dentre os que foram derrotados na tentativa de reeleição e 83,9% dentre os que completaram o 2º mandato. O comportamento que fica a meio caminho entre essas situações é daqueles que não concorreram à reeleição, pois 50% se apresentaram. Contudo, se desse contingente forem excluídos os que não o fizeram porque abandonaram a carreira política, há 78% de candidatura entre os que, de fato, ainda tinham disposição para tal, o que se aproxima bastante do comportamento dos demais.

**Tabela 11**  
**Cargo escolhido pelos prefeitos das capitais estaduais que se candidataram conforme a situação em que se encontravam (Brasil, 1996-2014)\***

Situação	Cargo					Relevância do cargo			Total
	Gov.	VG	Sen.	DF	DE	>	=	<	
Renunciou no 2º ano do 1º mandato	100 (3)	-	-	-	-	100 (3)	-	-	100 (3)
Renunciou no 2º ano do 2º mandato	90,0 (9)	-	10,0 (1)	-	-	90,0 (9)	10,0 (1)	-	100 (10)
Não buscou a reeleição (1º pleito subsequente)	-	-	28,6 (2)	42,8 (3)	28,6 (2)	-	28,6 (2)	71,4 (5)	100 (7)
Derrotado na reeleição (1º pleito subsequente)	10,0 (1)	20,0 (2)	10,0 (1)	60,0 (6)	-	30,0 (3)	10,0 (1)	60,0 (6)	100 (10)
Reeleito (1º pleito após término do mandato)	23,1 (6)	-	26,9 (7)	42,3 (11)	7,7 (2)	23,1 (6)	26,9 (7)	50,0 (13)	100 (26)
<b>Total</b>	<b>33,9 (19)</b>	<b>3,6 (2)</b>	<b>19,6 (11)</b>	<b>35,7 (20)</b>	<b>7,2 (4)</b>	<b>37,5 (21)</b>	<b>19,6 (11)</b>	<b>42,9 (24)</b>	<b>100 (56)</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Gov. (Governador); VG (Vice-Governador); Sen. (Senador); DF (Deputado Federal); DE (Deputado Estadual)

\* Os valores estão expressos em percentual. Os números absolutos figuram entre parênteses.

A Tabela 11 mostra que, quanto mais cedo o prefeito deixar o cargo para concorrer, mais importante ou valioso será o posto pretendido; quanto pior a situação em que ele deixa o cargo, menos importante será aquele pretendido ao se apresentar no

1º pleito subsequente<sup>21</sup>. Assim, os que o abandonaram em meio ao mandato pretenderam cargos de maior importância (governador, em 92,3% dos casos ou 12 dos 13 pretendentes) e, residualmente, de igual relevância (senador, um caso ou 7,7%). Novamente, os que o fizeram no 1º mandato são mais “ambiciosos” do que os que o realizaram no 2º (100% e 90% concorreram a governador, respectivamente).

Entre os que se candidataram após deixar a prefeitura, além de figurarem cargos não pretendidos pelos anteriores, destaca-se a intenção de se tornar deputado federal (de 42,3% a 60%). Também há diferenças entre eles: (1) os que não disputaram a reeleição e completaram apenas um mandato buscaram menos cargos (senador, deputado federal e estadual) e não incluíram o mais alto (governador); (2) os que tentaram sem sucesso a reeleição e, assim como os anteriores, cumpriram um mandato ampliaram o elenco (governador, senador, deputado federal e vice-governador), pretenderam cargo mais alto (governador, 10%) e ampliaram a intensidade da preferência por um lugar na Câmara de Deputados (60%); (3) os que completaram dois mandatos preferiram o mesmo número de cargos que os da situação precedente, mas não há concorrentes a vice-governador, que são substituídos por pretendentes a deputado estadual – ou seja, todos quiseram cargos de “titular” – e ambicionaram mais intensamente ser governador (23,1%).

**Tabela 12**  
**Taxa de sucesso dos prefeitos das capitais estaduais conforme a situação em que se encontravam (Brasil, 1996-2014)**

Situação	Sucesso	Candidatura	Taxa (%)
Concorreu à reeleição	47	59	79,7
Renunciou no 2º ano do 1º mandato	1	3	33,3
Renunciou no 2º ano do 2º mandato	4	10	40,0
Derrotado na reeleição (1º pleito subsequente)	8	10	80,0
Não buscou a reeleição (1º pleito subsequente)	1	7	14,3
Reeleito (1º pleito após término do mandato)	10	26	38,5
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>115</b>	<b>62,7</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

A Tabela 12 compara as taxas de sucesso dos prefeitos conforme as situações em que se encontravam. O índice geral de sucesso ao buscar o próximo mandato é de 62,7%, o que confirma a H4. Todavia, se os vencedores na tentativa de reeleição forem retirados (47 em 59 ocorrências) e a taxa incluir apenas os que tentaram um cargo diferente daquele já ocupado, o aproveitamento cai para 42,9% (24 cargos distintos obtidos em 56 tentativas).

<sup>21</sup> Obviamente, a exceção está entre os que concorreram à reeleição, que buscaram na totalidade a manutenção do posto já ocupado, razão pela qual não figuram na Tabela 11.

A comparação também evidencia que a taxa de sucesso varia conforme a situação em que o prefeito se encontrava, o que permite tornar ainda mais preciso o resultado alcançado. E, nesse caso, há algo surpreendente nas informações: quando concorreram no pleito imediatamente subsequente, os mais bem-sucedidos foram os derrotados ao buscar a reeleição, com 80% (apenas os que concorrem ao 2º mandato consecutivo têm performance similar ao atingirem 79,7%). Os prefeitos reeleitos – os que alcançaram o que os anteriores não obtiveram – foram mais punidos nas urnas ao pretenderem um novo cargo, pois obtiveram entre 40% de sucesso (os que deixaram o Executivo municipal em meio ao mandato) e 38,5% (os que completaram os dois períodos)<sup>22</sup>. Situação pior vivenciaram os que abandonaram o cargo na metade do 1º mandato, cujo sucesso atingiu 33,3%. Mas os menos bem-sucedidos foram os que não se lançaram à reeleição, consagrados em apenas 14,3% no 1º pleito subsequente, o que reforça a perspectiva de serem figuras políticas em situação de desprestígio junto ao eleitorado e/ou ao próprio partido e lança luzes sobre as razões pelas quais não procuraram continuar na prefeitura.

**Tabela 13**  
**Taxa de sucesso dos prefeitos das capitais estaduais conforme o cargo escolhido e a situação em que se encontravam (Brasil, 1996-2014)\***

Situação	Cargo					Relevância do cargo			Total
	Gov.	VG	Sen.	DF	DE	>	=	<	
Renunciou no 2º ano do 1º mandato	33,3 (1/3)	-	-	-	-	33,3 (1/3)	-	-	33,3 (1/3)
Renunciou no 2º ano do 2º mandato	44,4 (4/9)	-	0 (0/1)	-	-	44,4 (4/9)	0 (0/1)	-	40,0 (4/10)
Derrotado na reeleição (1º pleito subsequente)	0 (0/1)	50,0 (1/2)	100 (1/1)	100 (6/6)	-	33,3 (1/3)	100 (1/1)	100 (6/6)	80,0 (8/10)
Não buscou a reeleição (1º pleito subsequente)	-	-	0 (0/2)	0 (0/3)	50,0 (1/2)	-	0 (0/2)	20,0 (1/5)	14,3 (1/7)
Reeleito (1º pleito após término mandato)	16,7 (1/6)	-	28,6 (2/7)	63,6 (7/11)	0 (0/2)	16,7 (1/6)	28,6 (2/7)	53,8 (7/13)	38,5 (10/26)
<b>Total</b>	<b>31,6 (6/19)</b>	<b>50,0 (1/2)</b>	<b>27,3 (3/11)</b>	<b>65,0 (13/20)</b>	<b>25,0 (1/4)</b>	<b>33,3 (7/21)</b>	<b>27,3 (3/11)</b>	<b>58,3 (14/24)</b>	<b>43,9 (24/56)</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Gov. (Governador); VG (Vice-Governador); Sen. (Senador); DF (Deputado Federal); DE (Deputado Estadual)

\* Os valores estão expressos em percentual. Os números absolutos figuram entre parênteses.

Com a Tabela 13 é possível comparar a taxa de sucesso por cargo pretendido. Os dados evidenciam que, com exceção do posto de prefeito (em que o êxito na reeleição

<sup>22</sup> Cabe destacar que os vices que assumiram a titularidade e conquistaram nas urnas o 2º mandato apresentaram maior fragilidade do que aqueles que foram duas vezes eleitos prefeito: todos os vices foram derrotados (cinco tentativas), enquanto os segundos alcançaram 48% de sucesso (10 em 21 casos).

atinge 79,7% – Tabela 12), o mais “seguro” (ou menos arriscado) foi o de deputado federal, com 65% de tentativas bem-sucedidas. Todos os demais trazem a igualdade de resultado ou o predomínio de insucessos: vice-governador (50%), governador (31,6%), senador (27,3%) e deputado estadual (25%). As informações mais surpreendentes dizem respeito ao cargo de deputado estadual, que se mostrou o mais arriscado de todos, quando deveria ser o mais acessível, pois tem menos importância do que o de prefeito, apresenta grande oferta de vagas e é definido por fórmula proporcional. Em contraste, a mais alta taxa foi registrada entre os candidatos ao cargo de deputado federal, que segue o mesmo princípio, possui maior relevância e tem menos vagas disponíveis, de modo a ser, em teoria, de mais difícil obtenção.

É possível reagrupar as informações conforme a importância do cargo e o poder em que é exercido. Verifica-se que a taxa de sucesso tem dois comportamentos: para os de igual ou maior importância (governador, senador e vice-governador), que também são aqueles de fórmula majoritária, ela gira em torno de 30%, mas sobe para quase o dobro (53,8%), em se tratando de cargos de menor importância (deputados federal e estadual), definidos via sistema proporcional. Mas, como indicado acima, a distinção efetiva é entre o cargo de deputado federal e os demais, pois o sucesso entre os que pleiteiam ser deputado estadual também fica próximo a 30% (25%, em termos precisos).

## Conclusão

Tendo em vista existir um limite temporal para a permanência como chefe do Executivo (dois mandatos ou oito anos), o artigo procurou identificar as decisões quanto ao passo seguinte da carreira eletiva tomadas pelos prefeitos das capitais estaduais de 1996 a 2008, em um total de 77 casos. A intenção foi verificar a presença de alguma tendência predominante nessas escolhas (candidaturas, cargos procurados e resultados alcançados).

A H1 era de que, por conta da importância do posto, esses prefeitos procurariam dar continuidade à carreira eleitoral. Ela foi comprovada, pois 69 deles ou 89,6% voltaram a concorrer, seja à reeleição imediata, seja a outro cargo. A H2 também se confirmou plenamente: quando os prefeitos estavam em 1º mandato, eles não renunciaram para concorrer a outro cargo, pois deram preferência a tentar a reeleição imediata (80,8% ou 59 em 73 situações).

No entanto, a H3 não se revelou correta: os prefeitos em 2º período não renunciaram para concorrer a outro cargo, ao contrário, a ampla maioria (78,3% ou 36 em 46 ocorrências) preferiu completar o mandato, ainda que ao custo de ficar sem posto eletivo. Todavia, aqueles que abriram mão do cargo (21,7% ou 10 casos) concorreram a posto de maior importância (governador) – excepcionalmente de senador (um caso) –, a apontar que apenas a “ambição progressiva” justificou abrir mão de um mandato já alcançado, ainda que prestes a se encerrar de modo inexorável. Também foram

encontrados casos de prefeitos que renunciaram já no 1º mandato – residuais, três em 62 possibilidades ou 4,8% –, o que confirma ainda mais fortemente a perspectiva, pois todos concorreram a governador. Embora não formem a maioria, como sugeria a H3, a ampliação no índice de prefeitos que renunciaram no 2º mandato indica que o término do período como prefeito produz efeitos e estimula a buscar de imediato outro cargo.

As situações identificadas acima remetem à H4, que apontava para a expectativa de os prefeitos alcançarem taxas de sucesso elevadas ao buscarem um novo mandato. De fato, dos 69 que tentaram, apenas 17,4% (12 casos) não o conquistaram no período analisado – que compreende no máximo o 1º pleito realizado após o término do período à frente da prefeitura –, ou seja, a maioria (82,6%) voltou a ser consagrada nas urnas<sup>23</sup>. No entanto, quando esses dados são desagregados, verifica-se um cenário mais matizado. A reeleição é uma realidade para a maioria deles (79,7% ou 47 em 59 tentativas), mas o aproveitamento cai para 43,9% (24 em 56 casos) se eles pleiteiam um novo cargo, isto é, há mais derrotas do que vitórias. Logo, se o novo mandato implicar outro cargo, não se pode falar da mesma performance. E os dados trazem algumas surpresas: os prefeitos que fracassaram na tentativa de reeleição alcançaram desempenho semelhante ao dos que buscaram conquistar um 2º período à frente do Executivo municipal (80% ou oito sucessos em dez tentativas). Ao contrário, os que foram reeleitos atingiram 38,5% (dez em 26 ocorrências) e os que sequer tentaram a reeleição à prefeitura, 14,3% (apenas um êxito em sete casos).

Cabe relatar que os prefeitos analisados alcançaram no período 71 novos mandatos. Destes, praticamente dois terços era um 2º período na prefeitura (66,2% ou 47) e o terço restante, outros cargos (33,8% ou 24). Dentre estes prepondera o de deputado federal (54,2% ou 13), seguindo-se o de governador (25% ou seis), o de senador (12,5% ou 3) e os de deputado estadual e de vice-governador (4,2% ou um cada). Percebe-se que há o predomínio de postos legislativos (71,5%), especialmente aqueles definidos por fórmula proporcional e de menor relevância (58,3%), conforme a hierarquia proposta por Miguel (2003). Porém, cargos do Executivo e de maior relevância não podem ser menosprezados (29,2%), pois indicam que uma parcela razoável dos prefeitos das capitais estaduais galgou postos mais elevados na hierarquia (governador e vice-governador) em pouco tempo (no 1º pleito após deixar a prefeitura ou, no máximo, dez anos após se tornarem prefeitos, recorte temporal do artigo).

No cômputo geral, 20 dos 77 prefeitos analisados acumularam esse cargo por um mandato (26%), 33 foram reeleitos e alcançaram um 2º período (42,9%), de forma que 53 ou 68,8% ocuparam tão somente essa chefia do Executivo. Porém, há dez (13%) que agregaram um segundo cargo (governador, vice-governador, senador, deputado estadual, todos com um caso, e de deputado federal, com seis ocorrências). E, ainda, os que obtiveram um 2º mandato de prefeito e também um outro cargo: cinco ou 6,5% se

<sup>23</sup> Pode-se destacar que sete desses 12 alcançaram novos mandatos para além do recorte temporal aqui adotado e se tornaram: governador (2), senador (1), deputado federal (1), deputado estadual (1) e vereador (2), a confirmar, mais uma vez, a carreira “integrada” vaticinada por Borchert.

tornaram governador e são os mais bem-sucedidos dentre todos; dois ou 2,6%, senador; sete ou 9,1%, deputado federal.

Ao relacionar as tendências identificadas no artigo com o debate sobre o tema, o primeiro destaque é o fato de os prefeitos das capitais estaduais escolherem diferentes trajetórias de continuidade na atividade política eletiva. Conforme o parâmetro de classificação fornecido por Miguel (2003), elas incluem a pretensão de “subir” ou de “descer” nessa hierarquia, assim como a de amearhar cargos de importância equivalente. O mesmo pode ser dito se o critério for aquele adotado por Samuels (2003), baseado no nível da federação e no poder pretendido: os prefeitos se propõem a deixar o âmbito local, mas tanto buscam permanecer no plano estadual quanto “ascender” a Brasília, continuar em cargo executivo ou passar ao legislativo (estadual ou nacional e, nesse caso, na Câmara alta ou baixa).

Diante de tantas possibilidades de trajetória oferecidas pela estrutura de oportunidades no país e de percursos efetivamente realizados, o que impede a identificação de um caminho único, os resultados alcançados reforçam a limitação desse modo de conceber e conseqüentemente de analisar a carreira política no Brasil, assim como enfatizam a procedência da classificação sugerida por Borchert (2009, 2011). O autor afirma que não há uma hierarquia claramente estabelecida entre os cargos, pois são oferecidos em diferentes níveis da federação (municipal, estadual, federal) e de poder (Executivo e Legislativo), definidos a partir de fórmulas eleitorais distintas, em diferentes, porém curtas, temporalidades (a cada dois anos). Nesse modelo, a escolha do cargo pretendido, seja ele alcançado ou não, não está submetida a uma trajetória única a ser percorrida inexoravelmente. Logo, classificações como a de Miguel (2003), adotada pelo artigo, servem de importante referência para dimensionar esses percursos, mais do que como base para fixar caminhos obrigatórios.

Os resultados do artigo também permitem verificar que, apesar das diferentes escolhas realizadas pelos prefeitos, a permanência nesse cargo por mais um período (ou seja, a reeleição) destaca-se como a primeira opção. O fato de a maioria não ter conseguido ou buscado outro cargo no período estudado – no máximo dez anos após chegar à prefeitura – reforça o caráter local desses atores, apesar de eles terem alcançado um cargo relevante na política estadual.

Por fim, outro achado do artigo mostra que a opção preferencial dos prefeitos, quando se torna inevitável deixar o cargo – por completar dois mandatos consecutivos, não concorrer à reeleição ou ter sido derrotado na tentativa –, é concorrer ao cargo de deputado federal, também este o posto eletivo em que há maior taxa de sucesso. Tal resultado corrobora as afirmações de Figueiredo e Limongi (1996), F. Santos (2000) e Oliveira (2009), segundo as quais o Legislativo federal não deve ser concebido simplesmente como uma opção menor no elenco à disposição dos políticos, refúgio para aqueles que não conseguem cargos executivos, como destacado por Samuels (2003), e sim como parte da carreira política, especialmente quando ela é concebida de modo dinâmico, em que a regra é a obtenção ou a busca de diferentes cargos, com vistas à

manutenção na atividade. Essa concepção, mais uma vez, reforça a ideia de que os políticos “circulam” por distintos cargos, de diferentes poderes e âmbitos da federação – o que F. Santos (2000) chamou de “efeito zigue-zague”. Na mesma medida, essas informações reforçam a capacidade de atração do parlamento e o papel relevante que ele desempenha como parte da carreira política, ainda que o comportamento dos políticos não seja caracterizado por carreiras exclusivamente parlamentares.

*Alvaro Augusto de Borba Barreto* – Doutor em História, professor do PPG em Ciência Política, no Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (Ifisp-UFPeL). E-mail: <albarret.sul@gmail.com>.

## Referências bibliográficas

### Citadas no texto

ARAUJO, S. C. “A renovação parlamentar no Brasil”. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Iuperj, Rio de Janeiro 2002.

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (orgs.). *Eleições municipais 2008* – uma análise do comportamento eleitoral brasileiro. Ijuí: Unijuí, 2009.

BARRETO, A. “Reeleição para o Executivo municipal no Brasil (2000-2008)”. *Debates*, Porto Alegre, vol. 3, nº 2, p. 97-115, jul.-dez. 2009.

\_\_\_\_\_. “Destinos cruzados: partidos e candidatos nas eleições para prefeito no Brasil e intendente no Uruguai (2000-2012)”. *Debates*, Porto Alegre, vol. 8, nº 1, p. 105-125, jan.-abr. 2014.

BLACK, G. S. “A theory of political ambition: career choice and the role of structural incentives”. *American Political Science Review*, vol. 66, nº 1, p. 144-159, mar. 1972.

BORCHERT, J. “Ambition and opportunity in federal systems: the political sociology of political career patterns in Brazil, Germany and the United States”. Universidade de Frankfurt, 2009. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1450640](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1450640)>. Acesso em: 10 out. 2013.

\_\_\_\_\_. “Individual ambition and institutional opportunity: a conceptual approach to political careers in multi-level systems”. *Regional & Federal Studies*, vol. 21, nº 2, p. 117-140, 2011.

BOTERO, F.; RENNÓ, L. “Career choice and legislative reelection – evidence from Brazil and Colombia”. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, vol. 1, nº 1, p. 102-124, mar. 2007.

BOURDOUKAN, A. Y. “Trajetórias de carreira e arenas políticas”. *Anais do 5º Encontro da ABCP*. Belo Horizonte, 2006.

BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. “Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros”. *Novos Estudos*, São Paulo, nº 93, p. 9-21, jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Conheça os deputados*. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>. Acesso em: 30 out. 2015.

\_\_\_\_\_. TSE (Tribunal Superior Eleitoral). *Eleições / Eleições anteriores*. Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>. Acesso em: 30 out. 2015.

\_\_\_\_\_. TSE (Tribunal Superior Eleitoral). *Regras para a candidatura de quem já ocupa cargo político-eletivo*. 2015. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/revistas-da-eje/artigos/regras-para-a-candidatura-de-quem-ja-ocupa-cargo-politico-eletivo>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. "Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal". *Cadernos de Pesquisa Cebrap*, nº 5, out. 1996.

\_\_\_\_\_. Liderazgos políticos en la Cámara de Diputados del Brasil. In: HOFMEISTER, W. (org.). *Liderazgo político en América Latina: "Dadme un balcón y el país es mío"*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 339-372, 2002.

FLEISCHER, D. "Renovação política – Brasil 1978: eleições parlamentares sob a égide do Pacote de Abril". *Dados – Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 2, p. 57-82, maio-ago. 1980.

\_\_\_\_\_. "O pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo (1946-1967)". *Dados – Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 1, p. 49-75, 1981.

FOLHA DE S. PAULO. "Roraima: Justiça cassa Flamarion; adversário assume". 11 nov. 2004. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1111200415.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1111200415.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

FREITAS, R. "Regiões metropolitanas: uma abordagem conceitual". *Hum@nae*, Recife, vol. 4, nº 1, p. 44-53, 2010.

GRAÇA, L. F. G.; SOUZA, C. P. R. "Uso estratégico de eleições alternadas? Efeitos da candidatura para prefeito sobre a votação dos concorrentes ao cargo de deputado federal no Brasil". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 20, nº 3, p. 326-345, dez. 2014.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *IBGE Cidades*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=120040&search=acre|rio-branco>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

LAVAREDA, A.; TELLES, H. (orgs.). *Como o eleitor escolhe seu prefeito – campanha e voto nas eleições municipais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. "Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara dos Deputados do Brasil". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 9, nº 1, p. 44-67, 2003.

MAGALHÃES, L. "Incumbency effects in Brazilian mayoral elections: a regression discontinuity design". *Working Paper 12/284*. Bristol: CMPO, University of Bristol, feb. 2012. Disponível em: <<http://www.bristol.ac.uk/cmppo/publications/papers/2012/wp284.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2014.

MAINWARING, S. "Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa". *Novos Estudos*, São Paulo, nº 29, p. 34-58, mar. 1991.

MALUF, R. T. "A carreira política na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP)". Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MANCUSO, W., et al. "Determinantes dos padrões de carreira política dos deputados federais paulistas entre as legislaturas 49ª (1991-1995) e 53ª (2007-2011)". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 19, nº 2, p. 430-448, nov. 2013.

MARENCO DOS SANTOS, A. "Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)". Tese de Doutorado em Ciência Política. UFRGS, Porto Alegre, 2000.

\_\_\_\_\_. "Comparando legislativos: recrutamento parlamentar na Argentina, no Brasil, no Chile e no México". *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, vol. 11, nº 2, p. 42-69, 2004.

MATOS, V. L. C. "O impacto das eleições municipais na representação da Câmara dos Deputados: deputados federais candidatos às eleições para as prefeituras dos municípios". Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Iuperj; Cefor/Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2010.

MIGUEL, L. F. "Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro". *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, nº 20, p. 115-134, jun. 2003.

MOREIRA, M. G. R. "Are incumbents advantaged? Evidences from Brazilian municipalities using a quasi-experimental approach". FGV Conferences, 34<sup>o</sup> Meeting of the Brazilian Econometric Society, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/sbe/EBE12/paper/view/3778/1519>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

NICOLAU, J. "Como controlar o representante? Considerações sobre as eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 2, p. 219-236, 2002.

OLIVEIRA, M. M. F. "A política como profissão. Uma análise de circulação parlamentar na Câmara de Deputados (1946-2007)". Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PEGURIER, F. J. H. "Carreiras políticas e a Câmara dos Deputados brasileira". Tese de Doutorado em Ciência Política. Iuperj, Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. "O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 2, p. 133-172, 2001.

\_\_\_\_\_. "O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil". *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 27, nº 4, p. 664-683, out.-dez. 2007.

PINTO, S. C. A. "Deputados e prefeitos: o nacional e o local na estrutura de oportunidades políticas no Brasil". Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

POLSBY, N. W. "The institutionalization of the U.S. House of Representatives". *American Political Science Review*, vol. 62, nº 1, p. 144-168, mar. 1968.

ROHDE, D. W. "Risk-bearing and progressive ambition: the case of members of the United States House of Representatives". *American Journal of Political Science*, vol. 23, nº 1, p. 1-26, feb. 1979.

SAMUELS, D. *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. New York: Cambridge University Press, 2003.

SANTANA, L. "Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai". *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, vol. 16, nº 2, p. 130-155, jul.-dez. 2008.

SANTOS, F. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-1999. In: BOSCHI, R.; DINIZ, E.; SANTOS, F. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, p. 89-117, 2000.

SANTOS, F. Recruitment and retention of legislators in Brazil. In: LOEWENBERG, G.; SQUIRE, P.; KIEWIET, R. (orgs.). *Legislatures – comparative perspectives on representative assemblies*. Ann Arbor: University of Michigan Press, p. 119-145, 2002.

\_\_\_\_\_. “Câmara dos Deputados e a estrutura de oportunidades políticas no Brasil: alguns apontamentos acerca das eleições de 2010”. *Cadernos Aslegis*, Brasília, nº 40, p. 109-126, maio-ago. 2010.

SANTOS, W. G. “Eleição, representação, política substantiva”. *Dados*, Rio de Janeiro, nº 8, p. 7-26, 1971.

\_\_\_\_\_. *Crise e castigo: partidos e gerais na política brasileira*. São Paulo: Vértice, 1987.

\_\_\_\_\_. “Da poliarquia à oligarquia? Eleições e demanda por renovação parlamentar”. *Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 12, nº 1, p. 11-56, jan.-jun. 1997.

\_\_\_\_\_. *O cálculo do conflito*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SANTOS, W. G. (org.). *Votos e partidos*. Almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SCHLESINGER, J. A. *Ambition and politics: political careers in the United States*. Chicago: Randy McNally, 1966.

SCHMITT, R. “Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados”. *Novos Estudos*, São Paulo, nº 54, p. 127-146, jul. 1999.

SILVEIRA, F. E. (org.). *Estratégia, mídia e voto: a disputa eleitoral em 2000*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2002.

SOARES, G. A. D.; D’ARAÚJO, M. C. “A imprensa, os mitos e os votos nas eleições de 1990”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, nº 76, p. 163-190, jan. 1993.

VALOR ECONÔMICO. “STF proíbe candidaturas de prefeitos itinerantes”. 1 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/2773260/stf-proibe-candidatura-de-prefeitos-itinerantes>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

### **Não citadas, mas consultadas para classificar as situações particulares**

AQUI AMAPÁ. “Adeus comandante Annibal Machado”. s.d. Disponível em: <[http://www.aquiamapa.com.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=200:adeus-comandante-annibal-barcellos&catid=46:cidade&Itemid=67](http://www.aquiamapa.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=200:adeus-comandante-annibal-barcellos&catid=46:cidade&Itemid=67)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BLOGUE ROBSON PIRES. “Micarla de Sousa sofre um acidente vascular cerebral”. 26 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.robsonpiresxerife.com/notas/micarla-de-sousa-sofre-um-acidente-vascular-cerebral/>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

CAVALCANTE, G. “Na hora da onça beber água”. *Jornal Opção*, nº 2.045, 14-20 set. 2014. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/tocantins/na-hora-da-onca-beber-agua-15095/>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

CLEBER TOLEDO. “Confira quem já ocupou o cargo de prefeito de Palmas em outras gestões”. 6 out. 2012. Disponível em: <[www.clebertoledo.com.br/eleicoes/2012/10/06/48836-confira-quem-ja-ocupou-o-cargo-de-prefeito-de-palmas-em-outras-gestoes](http://www.clebertoledo.com.br/eleicoes/2012/10/06/48836-confira-quem-ja-ocupou-o-cargo-de-prefeito-de-palmas-em-outras-gestoes)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

CRÍTICA, A. "Amazonino Mendes passa por cirurgia no coração em São Paulo". 22 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.acritica.com/channels/manaus/news/amazonino-mendes-passa-por-cirurgia-no-coracao-em-sao-paulo>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

DANTAS, I. *Eleições em Sergipe* – 1985-2000. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

DIÁRIO DA MANHÃ. "Nion Albernaz: 'PSDB entra para ganhar em Goiânia'". 15 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.dm.com.br/politica/2015/07/nion-albernaz-psdb-entra-para-ganhar-em-goiania.html>>. Acesso em: 19 out. 2015.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. "Prefeito do Rio Branco quer vaga na Câmara Federal". 13 set. 2000. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/447873/prefeito-do-rio-branco-quer-vaga-na-camara-federal?referencia=buscas-lista>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

FATO REAL. "Reforço na oposição... Ex-prefeito de Boa Vista assina filiação ao PTB". 6 set. 2013. Disponível em: <<http://www.fatoreal.blog.br/politica/reforco-oposicao-ex-prefeito-boa-vista-assina-filiacao-ptb/>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. "Iradilson é nomeado Ouvidor-Geral do estado... como assim, produção?". 28 maio 2014. Disponível em: <<http://www.fatoreal.blog.br/politica/iradilson-e-nomeado-ouvidor-geral-estado-como-assim-producao/>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

FOCANDO A NOTÍCIA. "Agra apoia Cartaxo 'com tranquilidade' e diz 'quero recompor o campo da esquerda'". 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.focandoanoticia.com.br/agra-apoia-cartaxo-com-tranquilidade-e-diz-quero-recompor-o-campo-da-esquerda/>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

FOLHA DE S. PAULO. "Problema de saúde faz prefeito de Porto Velho renunciar ao cargo". 3 dez. 1998. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff03129825.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff03129825.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. "Sem opções, Pitta ingressa no PTN". 9 set. 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff09099926.htm>>. Acesso: 28 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. "Gênero atribui escolha à aproximação de facções". 11 abr. 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1104200023.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. "73% reprovam governo Pitta e 60 querem seu impeachment". 20 jul. 2000. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff09049901.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff09049901.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. "Novo prefeito rompe acordo com ministro e demite secretários". 16 mar. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u59219.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. "Amazonino Mendes desiste de disputar reeleição em Manaus". 1 jul. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/07/1113438-amazonino-mendes-desiste-de-disputar-reeleicao-em-manaus.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

G1. "Gestão de Micarla em Natal é ruim ou péssima para 93%, aponta Ibope". 31 out. 2012a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2012/10/gestao-de-micarla-em-natal-e-ruim-ou-pessima-para-93-aponta-ibope.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. "Micarla de Sousa é afastada da prefeitura de Natal pela justiça". 31 out. 2012b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2012/10/micarla-de-sousa-e-afastada-da-prefeitura-de-natal-pela-justica.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. "Vereadores rejeitam contas e deixam João Henrique inelegível por 8 anos". 13 dez. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/12/vereadores-rejeitam-contas-e-deixam-joao-henrique-inelegivel-por-8-anos.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

G1. "Duciomar Costa tem recurso indeferido no TSE e segue impugnado". 4 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/eleicoes/2014/noticia/2014/10/duciomar-costa-tem-recurso-indeferido-no-tse-e-segue-impugnado.html>>. Acesso em: 30 out. 2015.

GAZETA CENTRAL. "Ex-prefeito Chiquilito é homenageado com nome em parte da BR-364". 22 jul. 2011. Disponível em: <[http://www.gazetacentral.com.br/MateriasDetalhes.php?Codigo=452&Titulo=Ex\\_prefeito\\_Chiquilito\\_e\\_homenageado\\_com\\_nome\\_em\\_parte\\_da\\_BR\\_364](http://www.gazetacentral.com.br/MateriasDetalhes.php?Codigo=452&Titulo=Ex_prefeito_Chiquilito_e_homenageado_com_nome_em_parte_da_BR_364)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

GAZETA DIGITAL. "Ex-prefeito Celio de Castro sepultado em BH". 22 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/10/materia/183325>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

GAZETA DO POVO. "José Maranhão toma posse na Paraíba sob ameaça de cassação". 19 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/jose-maranhao-toma-posse-na-paraiba-sob-ameaca-de-cassacao-bfnquvboim8vgs4vtmknkgvgu>>. Acesso em: 30 out. 2015.

JM NOTÍCIA. "Deputada descarta candidatura de Raul Filho nestas eleições; Raul pensa na capital para 2016". 18 jun. 2014. Disponível em: <[http://www.jmnoticia.com.br/politica-3531-deputada-descarta-candidatura-de-raul-filho-nestas-eleicoes-raul-pensa-na-capital-para-2016.html#.VFVsjPnF\\_cY](http://www.jmnoticia.com.br/politica-3531-deputada-descarta-candidatura-de-raul-filho-nestas-eleicoes-raul-pensa-na-capital-para-2016.html#.VFVsjPnF_cY)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

JORNAL DO COMÉRCIO. "João Verle analisa volta do déficit nas finanças de Porto Alegre". Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=135681>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

NE NOTÍCIAS. "Déda é o único favorito do PT em todo o país". 29 jun. 2006. Disponível em: <[http://www.nenoticias.com.br/50815\\_deda-e-o-unico-favorito-do-pt-em-todo-o-pais.html](http://www.nenoticias.com.br/50815_deda-e-o-unico-favorito-do-pt-em-todo-o-pais.html)>. Acesso em: 30 out. 2015.

PATURY, F. "O eleitor do Amazonas rejeita Amazonino". *Época*, 28 jul. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/felipe-patURY/noticia/2014/07/o-eleitor-do-bamazonas-rejeita-amazoninob.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

PORTAL PRUDENTINO. "Galindo figura em cadastro de condenados por improbidade". 30 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.portalprudentino.com.br/noticia/noticias.php?id=26772&titulo=galindo-figura-em-cadastro-de-condenados-por-improbidade>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

POTIGUAR NOTÍCIAS. "Micarla encerra carreira que já tinha sido encerrada". 30 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.potiguarnoticias.com.br/noticias/23351/micarla-encerra-carreira-que-ja-tinha-sido-encerrada>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

RD NEWS. BLOG DO ROMILSON. "Em encontro, petebista já lança Norma Galindo à prefeitura ou vice". 22 maio 2012. Disponível em: <<http://www.rdnews.com.br/blog-do-romilson/conteudo/em-encontro-petebista-ja-lanca-norma-galindo-a-prefeita-ou-vice/34783>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

SILVA, I. L. S. M. "A pesquisa de opinião pública como ferramenta de *marketing* político: um estudo de caso em Aracaju". Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

SILVA, N. E. "Um governo na floresta". Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TARDE, A. "João Henrique tenta manter poder por meio de mulher e filho". 9 jul. 2014. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/politica/eleicoes/noticias/joao-henrique-tenta-manter-poder-por-meio-de-mulher-e-filho-1604614>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

TERRA. "SP: Mercadante vence prévia e será candidato do PT". 8 maio 2006. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes2006/interna/0,,OI995104-EI6653,00.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

TERRA. "Mozarildo surpreende e consegue reeleição em RR". 2 out. 2006. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes2006/interna/0,,OI1169071-EI6680,00-Mozarildo+surpreende+e+consegue+reeleicao+em+RR.html>>. Acesso em: 30 out. 2015.

\_\_\_\_\_. "Datafolha: Fogaça e Tarso empatam na disputa no RS". 4 abr. 2010. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4359550-EI7896,00-Datafolha+Fogaca+e+Tarso+empatam+na+disputa+no+RS.html>>. Acesso em: 30 out. 2015.

\_\_\_\_\_. "PT barra atual prefeito e lança senador como candidato em Recife". 5 jun. 2012. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/brasil/politica/pt-barra-atual-prefeito-e-lanca-senador-como-candidato-em-recife,867c0a43aa1da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

TRIGUEIRO, D. "Fim de papo: Agra rompe com Ricardo, descarta Estela e avisa que vai participar da campanha de outro palanque". Jun. 2012. Disponível em: <<http://dayanapb.blogspot.com.br/2012/06/fim-de-papo-agra-rompe-com-ricardo.html>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

ÚLTIMO SEGUNDO. "Marta Suplicy". s.d. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/marta-suplicy/4f7dfc36a076935111000f0.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

ZERO HORA. "Morre, aos 75 anos, o ex-prefeito de Porto Alegre João Verle". 7 nov. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/11/morre-aos-75-anos-o-ex-prefeito-de-porto-alegre-joao-verle-4897179.html>>. Acesso em: 7 nov. 2015.

## Resumo

### *Para onde ir? A trajetória eleitoral dos prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1996-2014)*

Este artigo analisa a trajetória dos prefeitos das 26 capitais estaduais brasileiras eleitos no período 1996-2008 após chegarem ao cargo. Busca identificar se procuraram novos postos eletivos e, em caso positivo, quais foram eles e os resultados alcançados, de modo a verificar a presença de algum padrão predominante nessas decisões com vistas a dar continuidade à carreira. O universo da pesquisa é formado por 77 indivíduos, quatro disputas de âmbito municipal (2000, 2004, 2008 e 2012) e outras cinco de âmbitos estadual e nacional (1998, 2002, 2006, 2010 e 2014), tendo o TSE como fonte principal. O fato de tais atores ocuparem o cargo de chefe do Executivo de um município com grande visibilidade e importância política e econômica no seu respectivo estado foi o ponto de partida do artigo, pois tais condições abrem a perspectiva de que possam alcançar outros postos eletivos relevantes na hierarquia política. Ao considerar as situações específicas desses prefeitos (reeleitos, desistentes da reeleição, derrotados e renunciantes em meio ao mandato), os resultados apontam que a ampla maioria pretende continuar na carreira política, inicialmente ao renovar o mandato e, na sequência, buscar outro posto eletivo, com preferência aos cargos legislativos. A taxa de sucesso na busca da reeleição é elevada, mas, ao ambicionar um cargo distinto, preponderam as derrotas, sendo que o posto mais seguro a ser alcançado é o de deputado federal.

*Palavras-chave:* carreira política; prefeito; ambição política; capitais estaduais; eleições

**Abstract**

*Where to go? The electoral trajectory of the mayors of Brazilian state capitals (1996-2014)*

The present work analyzes the trajectories of the mayors of the 26 Brazilian state capitals between 1996 and 2008 after entering office. It seeks to identify whether or not they sought new elected positions—if so, what were the positions specifically and what were the results of their endeavors—in order to verify the presence of a predominant pattern in such decisions. The research universe consists of 77 individuals, four municipal disputes (2000, 2004, 2008, and 2012), and five others at the state and national levels (1998, 2002, 2006, 2010, and 2014). The main source of data is the TSE. The fact that these actors occupy the chief executive post of a municipality with high visibility and political and economic importance in their respective states was the starting point of the work, because these conditions provide the prospect that they may reach other relevant elective positions in the political hierarchy. When considering the specific situations of these mayors (re-elected, resigned to re-election, defeated, and resigned in office), the results indicate that the vast majority intends to continue in the political career, initially by renewing their terms and, subsequently, by seeking another office, with preference to the legislatures. The success rate in the search for reelection is high; however, when it comes to ambitions for a different position, defeats prevailed, and the safest position to be reached is that of federal deputy.

**Keywords:** political career; mayor; political ambition; state capitals; elections

**Resumen**

*¿Para dónde ir? La trayectoria electoral de los alcaldes de las capitales de los estados brasileños (1996-2014)*

Se analiza la trayectoria de los alcaldes de las 26 capitales de los estados brasileños elegidos en el período de 1996 a 2008 después de llegar al cargo. Busca identificar si buscaron nuevos puestos electorales, y si es así, quiénes fueron y cuáles fueron los resultados obtenidos, con el objetivo de verificar la presencia de una norma predominante en este tipo de decisiones con el fin de continuar la carrera. El universo de la investigación se compone de 77 individuos, cuatro disputas municipales (2000, 2004, 2008 y 2012) y cinco a nivel estatal y nacional (1998, 2002, 2006, 2010 y 2014) y teniendo el TSE como la principal fuente. El hecho de que estos agentes ocupen el cargo de jefe del ejecutivo de un municipio con alta visibilidad e importancia política y económica en su estado respectivo fue el punto de partida del artículo, ya que los resultados abren la posibilidad de que puedan llegar a otros cargos electorales importantes en la jerarquía política. Al considerar las circunstancias específicas de estos alcaldes (reelegidos, abandonos de la reelección, derrotados y renunciando en medio del mandato), los resultados indican que la gran mayoría tiene la intención de continuar con la carrera política, en un principio para renovar el mandato y, como consecuencia, buscar otro cargo electivo con preferencia a cargos en el legislativo. La tasa de éxito en la búsqueda de la reelección es alta, pero al ambicionar una posición distinta predominan las derrotas, y la posición más segura para ser alcanzada es la de diputado federal.

**Palabras clave:** trayectoria política; alcalde; ambición política; capitales estatales; elecciones

**Résumé**

*Vers où aller? La trajectoire électorale des maires des capitales d'états brésiliens (1996-2014)*

On analyse la trajectoire des maires des 26 capitales d'états brésiliens élus pendant la période 1996-2008, une fois qu'ils ont pris leurs fonctions. On identifie s'ils ont cherché de nouvelles fonctions électives et, si c'est le cas, lesquelles et quels sont les résultats obtenus de manière à vérifier l'existence d'un modèle prédominant dans les décisions de poursuivre leur carrière politique. L'univers de cette recherche est composé de 77 personnes, quatre disputes au niveau municipal (2000, 2004, 2008 et 2012) et cinq autres aux niveaux départemental et national (1998, 2002, 2006, 2010 et 2014) dont le TSE (Tribunal Supérieur Électoral) est la source principale. Le fait

que ces acteurs occupent le poste de chef du pouvoir exécutif d'une municipalité ayant une grande visibilité et de l'importance politique et économique dans leur département a été le point de départ de cet article, parce que ces conditions permettent qu'ils puissent atteindre d'autres postes électifs plus importants dans la hiérarchie politique. En tenant compte des circonstances particulières de ces maires (les réélus, les vaincus, ceux qui ont décroché ou renoncé à mi-mandat) les résultats indiquent que la majorité a l'intention de poursuivre sa carrière politique, d'abord en renouvelant leur mandat, puis en cherchant un autre poste électif, de préférence au pouvoir législatif. Le taux de réussite dans la recherche d'une réélection est élevé, mais convoiter une position distincte se solde souvent par une défaite, la position ayant le plus de chances d'être obtenue étant celle de député fédéral.

*Mots-clés:* carrière politique; maire; ambition politique; capitales d'états; élections

Artigo submetido à publicação em novembro de 2015.

Versão final aprovada em março de 2017.

# O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados

---

Luis Felipe Miguel

Flávia Biroli

Rayani Mariano

---

## Introdução

Questão polêmica, que provoca reações extremas e apaixonadas, o direito ao aborto tem ganhado destaque crescente no debate público brasileiro<sup>1</sup>. Por um lado, atores políticos conservadores, em geral vinculados a organizações religiosas, fizeram do combate ao “assassinato de bebês” um dos temas centrais de seus discursos. Por outro, o movimento feminista priorizou a luta pela descriminalização do aborto, entendida como uma das condições para que as mulheres tenham plena autonomia sobre seus próprios corpos. Em mobilizações de rua, nas discussões nas novas mídias digitais e, em menor medida, na imprensa, o direito ao aborto tornou-se, da redemocratização para cá, um item importante da agenda.

Tornou-se também uma questão de relativo destaque na política institucional. Foi um ponto importante nas campanhas eleitorais presidenciais de 2010 e 2014 e entrou na pauta de muitas candidatas e candidatos ao Poder Legislativo em todo o país. Recebeu também atenção no Congresso Nacional, na forma de pronunciamentos em plenário, de audiências públicas nas comissões e de projetos de lei. Mas, sobretudo a partir dos anos 2000, essa movimentação ocorreu na forma de uma reação, na qual sobressaem as estratégias de grupos religiosos – especialmente católicos e evangélicos, mas também espíritas. Com isso, o debate nas eleições e nas arenas legislativas, no Brasil, tem sido muito mais unilateral do que em outros espaços sociais. Tal configuração é efeito da maior prioridade dos grupos religiosos para essa temática, o que se liga às estratégias para as relações entre líderes e fiéis, mas também à identificação, por parte desses grupos, da presença de posições mais progressistas, no âmbito do Poder Executivo, resultantes de uma maior permeabilidade à agenda dos movimentos feministas –

---

<sup>1</sup> A discussão aqui apresentada faz parte das pesquisas: “Direito ao aborto e sentidos da maternidade: atores e posições em disputa no Brasil contemporâneo”, financiada pelo edital MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA 32/2012, e “Representação substantiva e gênero no Brasil”, financiada pelo edital MCTI/CNPq/MEC/Capes 18/2012. Agradecemos às bolsistas do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (<[www.demode.unb.br](http://www.demode.unb.br)>) que trabalharam na coleta dos dados da pesquisa: Amanda Seabra, Carolina Souto, Débora Françolin, Juliana Góes, Luciana Keller, Isabella Rodrigues, Karine Farinha, Laura Sousa e Raquel Labarrere. A coleta ocorreu sob a supervisão de Rayani Mariano e Gabriela Dornelles.

situação que mudou após o golpe de 2016, que destituiu a presidente Dilma Rousseff.

A luta contra o aborto foi a plataforma de inúmeros candidatos às eleições legislativas recentes, tanto para a Câmara dos Deputados quanto para as assembleias legislativas estaduais. No Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita em agosto e setembro de 2014, a “defesa da vida” foi um dos bordões mais recorrentes, ao lado de sua parceira permanente, a “defesa da família”. Se muitos candidatos às eleições proporcionais identificavam nas bandeiras da direita religiosa a melhor maneira de sensibilizar o eleitorado, nas eleições majoritárias os candidatos se viram constrangidos a afirmar publicamente sua oposição ao direito de escolha das mulheres. Se não o fizessem, seriam vetados pelos líderes religiosos e sofreriam campanha negativa nas igrejas.

A utilização da temática do aborto como forma de chantagem contra as posições políticas mais progressistas, nas eleições de 2014, foi uma reedição da estratégia de sucesso utilizada na disputa presidencial anterior. Em 2010, a ofensiva religiosa relativa à “defesa da vida” – e também a outros temas da chamada “agenda moral”, como a oposição aos direitos dos homossexuais – foi importante para levar a eleição para o segundo turno, em prejuízo da então candidata Dilma Rousseff, e para dela colher compromissos conservadores<sup>2</sup>.

Discursos no Congresso Nacional e proposições legislativas acompanham a mesma dinâmica. Basta observar que uma frente suprapartidária contra o aborto reuniu, em 2014, 167 deputados (quase um terço da Casa, que conta com 513 representantes) e 13 senadores (dos 81 que compõem o Senado Federal). Não existe frente similar em prol da descriminalização da interrupção voluntária da gravidez. Em suma, pode-se dizer que o debate na política institucional brasileira, seja nas campanhas eleitorais, seja no parlamento, tem tomado a forma de uma ofensiva conservadora, que tem em muitos casos – e cada vez mais – se tornado uma atuação retrógrada, isto é, que pretende desfazer os avanços pontuais na legislação e nas políticas públicas.

Este artigo discute como se deu o debate sobre aborto na Câmara dos Deputados brasileira, analisando a totalidade dos discursos sobre a questão pronunciados em plenário, no período de 24 anos que vai da 49ª à 54ª legislaturas (de fevereiro de 1991 até janeiro de 2015). Ele se ancora, portanto, em um estudo exploratório, com acompanhamento de longo prazo, que buscou identificar os principais atores políticos envolvidos e as linhas gerais em que se desenvolveu a discussão parlamentar sobre o tema, nas legislaturas eleitas sob a vigência da Constituição democrática de 1988.

A seção “O direito ao aborto no Brasil” sumariza a evolução da discussão sobre essa questão nas últimas décadas. A seção “O aborto na Câmara dos Deputados” apresenta os dados da pesquisa, relativos às posições nos discursos proferidos na Câmara e o perfil dos protagonistas do debate. A seção “Os argumentos nos discursos” trata dos argumentos utilizados. A breve “Conclusão”, enfim, interpreta os achados e indica estratégias para romper o impasse que hoje se apresenta na abordagem sobre o

---

<sup>2</sup> A esse respeito, conferir Machado (2012), Mantovani (2014), Miguel (2012) e Mota e Birolí (2014).

aborto e direitos reprodutivos, nas arenas da política institucional brasileira.

## O direito ao aborto no Brasil

Os dados resultantes da pesquisa permitem compreender como se definiram os padrões no debate sobre aborto na Câmara dos Deputados nas últimas décadas. A análise dos deslocamentos nesses padrões demonstra a configuração de uma ofensiva conservadora contra o direito ao aborto, que se acentua e assume novos padrões a partir dos anos 2000. Essa ofensiva corresponde tanto a uma atuação crescente dos grupos religiosos contrários ao aborto no Poder Legislativo, que vêm dando maior prioridade ao tema nas suas campanhas e na sua atuação dentro do Congresso, quanto ao recuo das posições mais abertamente favoráveis à legalização. Os deslocamentos não estão, assim, contidos apenas nas posições contrárias ao direito ao aborto. Estão presentes também entre as favoráveis, que mobilizam cada vez menos a autonomia das mulheres como valor. O argumento de que o acesso ao aborto é uma questão de saúde pública, sem dúvida relevante, ofusca o entendimento, cada vez mais constrangido nesse debate, de que o aborto é um direito de cidadania das mulheres. Ou seja: todo o quadro do debate no Congresso brasileiro se deslocou para um patamar mais conservador.

Nesse ambiente político, defensoras dos direitos das mulheres, dentro e fora do Congresso Nacional, têm se dedicado principalmente a impedir retrocessos numa legislação que já é bastante restritiva. Desde 1940, o Código Penal brasileiro tipifica o aborto como crime, punível com prisão, com o abortamento legal sendo previsto apenas em caso de gravidez resultante de estupro ou de risco de vida para a mulher. Uma terceira exceção foi acrescentada há pouco tempo, em 2012, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) tomada a partir da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 54, formalizada em 2004 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. Ela permite a interrupção da gestação em casos de anencefalia fetal<sup>3</sup>. É um fato que marca o descompasso nos ambientes dos três poderes, não apenas no caso do aborto, mas, de forma mais ampla, na agenda dos direitos no âmbito da sexualidade e da conjugalidade<sup>4</sup>.

A epidemia de zika, que amplia a possibilidade de má-formação fetal, levou a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), junto ao STF, para produzir mais uma exceção ao impedimento à interrupção voluntária da gravidez, medida que contava com o apoio da Organização das Nações Unidas (Senra, 2016). Apresentada pela Associação Nacional dos Defensores Públicos no começo de 2016, a ADIn teve sua votação adiada

<sup>3</sup> Para uma análise bem documentada da discussão sobre aborto no caso de anencefalia fetal e sobre pesquisas com células-tronco embrionárias no Brasil, cf. Luna (2013).

<sup>4</sup> O direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo foi garantido pelo STF em 2011, determinando avanços que não foram possíveis no Legislativo, embora estejam presentes em iniciativas como o Projeto de Lei nº 2285/2007. São casos como esses que reforçam a interpretação de que, no Brasil, o Judiciário tem definido progressos nos direitos dos homossexuais enquanto o Legislativo tem uma posição conservadora, devido sobretudo à ação organizada dos grupos religiosos (Mello, 2006, p. 498).

várias vezes e, em março de 2017, permanecia sem definição. Mas houve outro avanço significativo, também no âmbito do Poder Judiciário: a decisão da primeira turma do STF, em 29 de novembro de 2016, pela não punibilidade do aborto nos três primeiros meses de gestação. Tomada diante de um único caso concreto, a decisão – que aponta inconstitucionalidade nos artigos do Código Penal que criminalizam a prática – abre a possibilidade de que o Supremo estenda essa interpretação e chegue à efetiva descriminalização do aborto. Em sua esteira, no dia 6 de março de 2017, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) entrou com uma ADPF para a legalização plena do aborto no Brasil<sup>5</sup>.

Há um enorme descompasso, também, entre a legislação sobre aborto e o aborto como prática efetiva das mulheres. A distância entre as normas restritivas e a realidade social das mulheres permite equiparar a proibição do aborto hoje à restrição ao divórcio no Brasil antes de 1977 (a partir de observações desses dois contextos feitas por Htun, 2003). Estima-se que mais de uma em cada cinco mulheres brasileiras fez pelo menos um aborto (Diniz e Medeiros, 2010, p. 964). No cotidiano, a crença e a adesão a religiões que condenam a interrupção voluntária da gestação não impedem que as mulheres realizem abortos, embora constanja sua expressão pública sobre o tema e sobre suas experiências (Ávila, 2006, p. 18). Mas não se trata de uma futilidade da norma, de uma diferença entre a letra da lei e a vivência concreta. A criminalização prejudica as mulheres, comprometendo sua cidadania e sua integridade física. A prática do aborto não é reduzida pela criminalização, mas brutalizada, e tanto mais perigosa para as mulheres quanto maiores são os esforços para se fazer cumprir a lei (Boltanski, 2004, p. 124).

A clandestinidade corresponde, muitas vezes, à realização do aborto em condições precárias. O grau de precariedade se vincula a variáveis ligadas entre si: condição socioeconômica das mulheres, acesso à informação e, novamente, efetividade das políticas de repressão. Mulheres mais pobres e mais jovens tendem a interromper a gravidez em piores condições, muitas vezes sem assistência de profissionais de saúde. Quando a perseguição policial e judiciária ao aborto é mais intensa, o risco para esses profissionais também é maior, reduzindo a oferta de serviços clandestinos, ampliando seu custo, piorando as condições em que são prestados e aumentando a assimetria de poder entre o médico ou enfermeiro e a gestante que recorre a ele. O recente caso da jovem que, após um abortamento autoinduzido que levou a hemorragia, foi denunciada à polícia pelo médico que deveria socorrê-la (Oliveira, 2015) ilustra a vulnerabilidade que a proibição da interrupção voluntária da gravidez impõe às mulheres.

Tudo isso resulta em um número elevado de complicações e de mortes. Segundo dados oficiais do Ministério da Saúde de 2006, o aborto clandestino é a causa de 11,4% das mortes maternas e 17% do total de mortes por razões obstétricas. Esse número é

---

<sup>5</sup> As três ações foram encaminhadas por duas associações profissionais e um partido porque são essas organizações que têm a prerrogativa de interpelar diretamente o STF. Em todos os casos, foram fruto de articulações do movimento feminista, com papel de destaque desempenhado pelo Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero.

menor do que o que foi apontado por estatísticas dos anos 1990, provavelmente pela difusão do abortamento químico, proporcionado pelo uso de substâncias como o misoprostol (conhecido pelo nome da marca comercial Cytotec), em vez de métodos perfurativos ou cáusticos (Ministério da Saúde, 2009). Mas mesmo o recurso ao misoprostol inclui riscos, caso não haja supervisão especializada ou segurança quanto à origem do produto. Relatos, sobretudo de mulheres mais pobres, indicam que o acesso a substâncias abortivas na clandestinidade continua a se dar de uma forma que compromete sua saúde e também a das crianças, nos casos em que a tentativa de aborto não tem sucesso (Motta, 2012).

Diante dessa realidade, mas também dos constrangimentos cada vez maiores para a ampliação do direito das mulheres brasileiras a interromper uma gravidez indesejada, o Judiciário garantiu o acesso legal ao aborto no caso dos fetos anencefálicos, como mencionado, neste que foi o principal avanço ocorrido no Brasil em décadas, por meio de uma manobra semântica, em que, em vez de aborto, falou-se em “antecipação do parto”. Já o Poder Executivo estava tomando, nos últimos anos, iniciativas no sentido de garantir o acesso das mulheres ao aborto nos casos previstos em lei. Porém, tal como ocorria com outras questões vinculadas à chamada “agenda moral” (luta contra a homofobia, campanhas de prevenção da transmissão do HIV etc.), a reação dos grupos religiosos pressionava, em grande parte dos casos com sucesso, pelo recuo e revogação das medidas. Com isso, governos e candidaturas, sobretudo a cargos executivos, têm se mostrado vulneráveis à chantagem eleitoral e à ofensiva que as igrejas têm promovido (Miguel, 2012). A situação se agravou após a derrubada de Dilma Rousseff. O novo governo apresenta um perfil homogeneamente contrário à agenda feminista e os grupos religiosos conservadores são centrais em sua base de apoio. O órgão destinado à defesa das mulheres foi rebaixado na hierarquia do Poder Executivo e tem a sua frente uma mulher identificada com a agenda cristã reacionária, com posição contrária ao direito ao aborto.

No Legislativo, os projetos que ampliam os casos de aborto legal ou descriminalizam de vez a prática têm sido arquivados ou barrados em comissões legislativas. Em fevereiro de 2015, no início da nova legislatura, havia cinco Projetos de Lei sobre o aborto tramitando na Câmara dos Deputados. Apenas um deles, o PL 20/1991, do deputado Eduardo Jorge (PT-SP), é favorável à ampliação do direito ao aborto. Desde 1997 sua tramitação está empacada, esperando uma decisão da Mesa Diretora. Entre os projetos contrários ao direito ao aborto estão o PL 4703/1998, que define o aborto como crime hediondo, e o PL 478/2007, que ganhou o nome de “Estatuto do Nascituro” e que propõe que o “nascituro”, definido como “ser humano concebido, mas ainda não nascido” (artigo 2º), tenha proteção jurídica, uma vez que “sua natureza humana é reconhecida desde a concepção”. O projeto determina (em seu artigo 3º, parágrafo único) que “o nascituro goza da expectativa do direito à vida, à integridade física, à honra, à imagem e de todos os demais direitos da personalidade” e inclui não apenas a penalização da mulher que aborta e de quem realiza ou a auxilia na realização

do aborto, mas também de quem faz “apologia do aborto ou de quem o praticou, ou incitar publicamente a sua prática”. Em março de 2015, foi apresentado o PL 882/2015, do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), descriminalizando o aborto, hoje apensado a outro projeto, que trata de oferecimento de métodos contraceptivos na rede pública de saúde e reduz as penas para esterilizações realizadas sem consentimento dos pacientes.

Embora a atuação de parlamentares religiosos no Congresso seja notável na temática do aborto em todo o período pesquisado, sua atuação se tornaria mais articulada com a formação de frentes parlamentares focadas no tema. Elas têm sido estratégicas para fazer avançar temáticas de destaque na agenda dos parlamentares evangélicos (Machado, 2013), como a do aborto, articulada sistematicamente à da “defesa da família”. Evidentemente, não é possível tomar as diferentes denominações religiosas que têm presença no debate público no Brasil hoje como se fossem um bloco na sua atuação relativa às políticas reprodutivas e em suas concepções das relações de gênero. Há posições divergentes; por exemplo, o chefe de uma das maiores igrejas neopentecostais do país, o bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, defende publicamente, há tempos, a legalização do aborto.

Em 2003, foi criada a Frente Parlamentar Evangélica, resultante da articulação liderada pelo deputado Adelor Vieira (PMDB-SC), vinculado à Assembleia de Deus<sup>6</sup>. Ela tem sido, desde então, base importante para a articulação contrária ao direito ao aborto na Câmara dos Deputados. As frentes focadas no aborto, formadas para impedir avanços na legislação relativa a esse tema, têm, no entanto, reunido parlamentares de diferentes denominações religiosas.

A Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto foi registrada pela primeira vez em 2005, tendo à frente o deputado espírita Luiz Bassuma, da Bahia<sup>7</sup>, que foi também o parlamentar que mais se pronunciou sobre a temática no período analisado pela pesquisa. Nas legislaturas subsequentes, ela seria registrada novamente, acompanhada por novas frentes focadas no “direito à vida”, presididas por parlamentares espíritas, católicos e evangélicos das igrejas Assembleia de Deus e Sara Nossa Terra, filiados ao PDT, PPS, PV, PMDB e PFL/DEM<sup>8</sup>. Esse é um dos elementos que, em conjunto com a atuação na proposição de projetos, nas comissões e por meio de discursos em plenário, permitem observar que a liderança nessa temática não se restringe aos parlamentares evangélicos e não está situada em um ou outro espectro ideológico no que

---

<sup>6</sup> Quando foi criada, em 2003, a Frente contava com 58 parlamentares, entre os quais 23 (39,6%) pertenciam à Assembleia de Deus. Os demais eram vinculados principalmente a igrejas Batista, Universal, Presbiteriana e Quadrangular (<<http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/a-frente/sobre-a-fep>>. Acesso em: 21 fev. 2015). De lá para cá, a bancada evangélica cresceu mais de três vezes, chegando em 2015 a 196 deputados de 23 partidos diferentes (<<http://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>>. Acesso em: 21 fev. 2015).

<sup>7</sup> Eleito pelo PT, o deputado Luiz Bassuma foi suspenso do partido em setembro de 2009, por desrespeitar resolução partidária de 2007 favorável à descriminalização do aborto. O deputado, então, filiou-se ao PV.

<sup>8</sup> Na 55ª Legislatura, que está fora do escopo da pesquisa, as frentes focadas na “defesa da vida” seriam presididas por deputados filiados ao PRB e ao PROS e vinculados às igrejas Batista e Assembleia de Deus.

se refere aos partidos políticos. Isso não significa anular a importância dos deputados evangélicos, que imprimiram uma nova dinâmica a essas disputas. É entre eles, ainda que existam diferenças importantes entre as igrejas e suas lideranças (Machado e Burity, 2014), que aborto e “defesa da família” se tornaram estratégias para a construção de carreiras políticas e de sua imagem pública como deputados.

Em conjunto, as propostas patrocinadas por esse conjunto de parlamentares e frentes com base religiosa, que passaremos a chamar de bancada religiosa, pretendem: (1) revogar todas as exceções à proibição à interrupção da gravidez; (2) ampliar as penalidades em caso de aborto ilegal; (3) criar um cadastro nacional de grávidas, de maneira a facilitar a perseguição daquelas que optam pelo aborto; (4) estimular que a gravidez resultante de estupro não seja interrompida, com incentivo financeiro para a vítima que decidir ter o filho (a chamada “bolsa estupro”); e/ou (5) estabelecer que o direito à vida seja protegido “desde a concepção”, formulação que buscam inserir na própria Constituição brasileira.

Em sua análise do debate sobre aborto no Congresso Nacional, Rocha, Rostagnol e Gutierrez (2009, p. 221) identificaram três etapas. Na primeira, entre as décadas de 1940 e 1970, o debate foi incipiente e restrito, sobretudo quando se considera a participação dos atores políticos. A segunda etapa correspondeu à intensificação do debate nos anos 1980, período de transição da ditadura instaurada em 1964 para a democracia, devido à maior atuação dos movimentos sociais no debate público, entre eles os movimentos de mulheres. A partir da década de 1990, teríamos a consolidação desse debate, com a ampliação não apenas da representação feminina no Congresso – considerando sobretudo a chegada de mulheres cujas trajetórias estão relacionadas aos movimentos de mulheres e feministas –, mas também o aumento do número de congressistas vinculados a denominações religiosas.

A pesquisa que apresentamos aqui colabora para identificar esses padrões e amplia a análise de como se definiram a partir da década de 1990. As diferenças entre o debate que se deu ao longo dos anos 1990 e o debate a partir dos anos 2000, que serão expostas mais adiante, corroboram a hipótese já anunciada, de que houve nesse período um fechamento do debate, que assume cada vez mais a forma de uma ofensiva conservadora e mesmo retrógrada.

Já nos anos 1990, as tentativas feitas pelos movimentos feministas de ampliação do debate e de avanços na legislação relativa ao aborto esbarraram na ação das igrejas, tendo ainda à frente a Igreja Católica. Na Assembleia Nacional Constituinte, os movimentos feministas e seus aliados tiveram sucesso ao barrar a tentativa da Igreja Católica de incluir, no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, o princípio do “direito à vida desde a concepção”. No entanto, isso não significou que os movimentos feministas favoráveis ao direito ao aborto tenham sido vencedores. A “Carta das mulheres”, enviada aos parlamentares constituintes com uma pauta de reivindicações feitas pelos movimentos feministas em conjunto com o Conselho Nacional das Mulheres, demandava garantias para que as mulheres decidissem sobre seu corpo, mas não mencionava o

aborto, no que foi considerado “um recuo tático diante do pensamento conservador” (Pinto, 2003, p. 76).

No início dos anos 1990, a discussão esteve em grande medida vinculada a projetos de lei que propunham garantir o acesso das mulheres ao aborto legal na rede pública de saúde ou então à descriminalização completa da prática (PLs 20/1991 e 1135/1991). Projetos de lei apresentados nos anos seguintes, buscando garantir o acesso ao aborto legal na rede de saúde (PL 20/1991) ou então descriminalizando plenamente a prática (PL 1135/1991), tiveram longa tramitação e pautaram a discussão no Congresso. Grupos religiosos se mobilizaram, com êxito, para impedir sua aprovação. Foi quando passaram a atuar mais sistematicamente, ao lado da Igreja Católica, as igrejas neopentecostais, cujos representantes no parlamento se tornaram importantes participantes do debate.

Em 1995, a proposta de garantir a “vida desde a concepção”, derrotada na Constituinte, voltou por meio de Proposta de Emenda Constitucional apresentada por um dos deputados mais ativos na oposição ao direito ao aborto no período, Severino Cavalcanti (PFL-PE). No ano seguinte, a PEC 25/1995 foi derrotada na Comissão Especial determinada para sua discussão e em plenário (Rocha, 2008). A derrota após rápida tramitação revela, ainda na metade dos anos 1990, a relativa fragilidade, no Congresso, das posições mais radicais de oposição ao direito ao aborto. A partir daí, porém, a situação se transforma, com a campanha de grupos religiosos contra a interrupção voluntária da gravidez ganhando crescente ressonância nos espaços da política institucional.

A maior presença e organização dos parlamentares evangélicos é, sem dúvida, um fato relevante, sem o qual não seria possível explicar a ofensiva ampliada contra o direito ao aborto nos anos 2000. Mas a liderança do movimento contra o direito ao aborto ainda é exercida pela Igreja Católica, que permanece na posição de maior denominação religiosa do país. Tanto por iniciativa de prelados individuais quanto de suas instâncias hierárquicas, ela intensificou a verbalização de sua oposição à interrupção voluntária da gravidez dos anos 1990 em diante. A articulação teve seus picos com a Campanha da Fraternidade de 2008<sup>9</sup>, que elegeu o “direito à vida” como temática, e com as visitas papais, sobretudo a terceira visita do papa Wojtyla (João Paulo II), em 1997, e a visita do papa Ratzinger (Bento XVI), em 2007, em que a oposição ao aborto foi destaque<sup>10</sup>.

Nesse processo, o custo para a atuação de parlamentares e integrantes do

---

<sup>9</sup> As “campanhas da fraternidade” são ofensivas anuais de proselitismo católico, coordenadas pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, que ocorrem desde os anos 1960. A cada ano, um tema é destacado como eixo da campanha.

<sup>10</sup> Na visita do papa Bergoglio (Francisco), em 2013, o tema ganhou menos atenção, o que talvez indique que a Cúria percebe o esgotamento desse filão. A “modernização” que o novo papa vem buscando para a Igreja inclui a maior tolerância para com os homossexuais, mas não uma abertura para o direito ao aborto, que ele condenou veementemente em mais de uma ocasião (Lopes, 2014; Veja.com, 2014), ainda que com menos frequência que seus antecessores.

governo a favor do direito ao aborto foi se tornando cada vez maior. As ações do ministro da Saúde durante o segundo governo Lula, José Gomes Temporão, que em 2007 chegou a propor a realização de um plebiscito para que a população pudesse optar pela legalização do aborto, recuando depois da oposição pública dos porta-vozes de igrejas que têm se colocado frontalmente contra esse direito e da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o Aborto, são um exemplo da dinâmica que se estabeleceria. Ela culminaria no recurso ao aborto como estratégia para fazer recuar candidatos e candidatas, especialmente a então candidata à presidência Dilma Rousseff (PT) nas eleições de 2010. O controle do enquadramento do debate público sobre o tema, por parte das igrejas, foi garantido por estratégias casadas de candidatos de oposição ao PT, pelo recuo do próprio PT (Miguel, 2012) e pela atuação dos meios de comunicação, em convergência com os candidatos de oposição (Mantovani, 2014)<sup>11</sup>. Em maio de 2014, a Portaria 415, do Ministério da Saúde, que aumentava a remuneração para as cirurgias no sistema público de saúde nos casos de aborto previsto por lei, também foi revogada, poucos dias depois de assinada, na esteira de manifestações de parlamentares religiosos.

É levando em conta a forma assumida por essas disputas, e a ampliação da atuação política das igrejas nessa agenda, que surgiram interpretações de que o acirramento dos antagonismos produziu uma paralisia na agenda do aborto no Brasil (Rocha, 2006). A reação conservadora se ampliou, por meio do avanço da atuação de grupos religiosos, estrategicamente calcado em uma agenda moral conservadora, enquanto a ação favorável aos direitos das mulheres não ganhou a mesma prioridade, sobretudo no Congresso, mas também no Executivo. A atuação contrária ao aborto apoia-se no discurso conservador “a favor da família”, enquanto procura inibir as iniciativas de reconhecimento da pluralidade de arranjos familiares e, sobretudo, dos direitos dos indivíduos, forçando também um retrocesso conservador, que procura recuperar os direitos da família como entidade (Biroli, 2014; Machado, 2013), em contraposição à afirmação dos direitos individuais<sup>12</sup>. As ações públicas em nome dessa agenda têm sido um modo privilegiado de construção da identidade política de parlamentares cristãos, em busca de votos entre os “fiéis”, e de pressões sobre o governo.

Por isso se torna possível considerar que a organização dos parlamentares religiosos assume, nesse caso, uma forma partidária dentro do Congresso – mesmo sendo transversal aos partidos políticos –, expressando-se nas ações estratégicas para a eleição de representantes e na atuação das frentes parlamentares para garantir cargos em comissões-chave para sua agenda, o que levaria a um “reordenamento da relação

---

<sup>11</sup> O trabalho de Mantovani (2014) mostra que, ainda que tivessem linha editorial favorável ao direito ao aborto, na cobertura da campanha os veículos de comunicação contribuíram para anatematizar qualquer passo na direção de sua descriminalização como “suicídio eleitoral”.

<sup>12</sup> Conferir, por exemplo, o PL 6583/2013, que defende “a entidade familiar”, premiando por meio do acesso a recursos e direitos aqueles que se encaixam em *uma* forma de definição da vida conjugal, sexual, afetiva, parental.

entre sociedade, religião e política” (Ávila, 2006, p. 19). Ainda que possamos estar diante de transformações que não são exteriores às democracias contemporâneas, mas parte dos conflitos que as constituem, e que faça sentido refletir sobre respostas “no espírito da inclusividade e não da neutralidade” (Burity, 2008, p. 99), entendemos que a laicidade é ameaçada quando fundamentos religiosos emergem na cena pública como a base para a retração ou o bloqueio a avanços nos direitos individuais.

Por outro lado, o movimento feminista e seus aliados mantiveram o direito ao aborto na sua agenda, sem que necessariamente essa temática ganhasse prioridade na sua atuação junto ao Estado. No ambiente político recente, com as relações de força no período do Partido dos Trabalhadores à frente do governo federal, pode-se levantar a hipótese de que houve estímulo para que fossem priorizadas temáticas como o combate à violência contra a mulher, a ampliação da atenção à saúde feminina ou a busca de reserva de vagas em espaços sociais privilegiados (cotas). Vista como delicada eleitoralmente, pelas razões já expostas, a questão do aborto ficou em posição secundária no debate. Com isso, não se gerava um nicho de opinião pública que colocasse a defesa do direito ao aborto como condição necessária para conceder seu apoio eleitoral a um candidato. A discussão na Câmara dos Deputados reflete essa situação: a condenação ao aborto é prioridade para muitos parlamentares, que encontram nela um instrumento de contato com seu eleitorado, mas a situação não se replica no lado oposto da controvérsia.

## O aborto na Câmara dos Deputados

Para a análise da controvérsia na Câmara dos Deputados, foram lidos e categorizados todos os discursos pronunciados sobre o tema, entre os anos de 1991 e 2014, identificados pela presença das palavras-chave “aborto”, “abortamento”, “interrupção voluntária da gestação” ou “interrupção voluntária da gravidez”<sup>13</sup>. Foram identificados, ao todo, 915 discursos com as palavras-chave<sup>14</sup>, número que inclui tanto pronunciamentos inteiramente dedicados ao tema quanto meras menções laterais. Isso corresponde a menos de 1% do total estimado de discursos no plenário da Câmara, no período sob análise.

O foco nos *discursos* em plenário permite apreender um aspecto importante da ação parlamentar, que é a *construção de sentido sobre o mundo social*. A pesquisa se coloca, portanto, na contramão de boa parte da percepção sobre o trabalho parlamentar, até mesmo na literatura acadêmica, que julga que seu principal produto, senão o único, é a lei (ver, por exemplo, Arnold, 1990). O discurso, instrumento pelo qual se constroem e

<sup>13</sup> Cada discurso foi fichado separadamente por duas integrantes da equipe, de maneira a controlar a subjetividade na interpretação dos quesitos e garantir maior uniformidade de preenchimento.

<sup>14</sup> Após a busca no *site* da Câmara, foram encontrados 939 discursos. No entanto, 24 foram classificados como irrelevantes: neles, a palavra “aborto” era utilizada apenas como metáfora ou, então, eram meros encaminhamentos de votação. Optou-se por desconsiderar esse contingente.

difundem representações do mundo social, é uma atividade igualmente importante no exercício da atividade dos parlamentares.

Os assuntos privilegiados nos discursos são sensíveis tanto à agenda do momento quanto às prioridades que aquele parlamentar elegeu para seu mandato – prioridades que, por sua vez, podem refletir suas convicções pessoais, mas também uma opção estratégica, que avalia as diferentes oportunidades abertas no campo e estima quais são as expectativas do eleitorado. Os discursos pronunciados em plenário, afinal, dirigem-se simultaneamente aos pares e ao público externo (cf. Miguel e Feitosa, 2009). Uma presença significativa de pronunciamentos contrários ao direito ao aborto, por exemplo, pode indicar que há o entendimento disseminado que essa é uma posição com ressonância na base eleitoral do orador.

Os oradores são, quase todos, homens, o que reflete a baixa presença feminina no parlamento brasileiro. No período sob análise, na Câmara dos Deputados, a proporção de representantes mulheres oscilou em torno dos 8%. Não é surpresa, portanto, que mesmo com maior presença de mulheres, dado o interesse específico da temática, o debate seja dominado pelos homens: eles são os oradores de 86,4% dos discursos da amostra. O quadro fica pior quando se constata que a questão do aborto é o foco central de 61,7% dos discursos deles, mas apenas 49,2% dos discursos delas. Isto é, quando as mulheres intervêm na discussão, o aborto costuma ser apenas um tema, entre outros, que elas abordam no mesmo pronunciamento.

No caso dos partidos, o padrão de atuação no que diz respeito ao aborto não é bem definido ao longo do tempo – embora, nos últimos anos, alguns partidos, como o Partido da República (PR), o Partido Social Cristão (PSC) e o Partido Republicano Brasileiro (PRB), venham concentrando políticos ligados às igrejas evangélicas neopentecostais. Cumpre lembrar que a Câmara brasileira é muito fragmentada. Em algumas das legislaturas sob análise, mais de 20 partidos se encontravam representados. Além disso, a migração de parlamentares eleitos, de um partido para outro, é intensa, mesmo após a resolução do Tribunal Superior Eleitoral, de 2007, que possibilitou punir com a perda do mandato o representante que trocasse de legenda.

Na base de dados, há uma ligeira concentração de discursos no PT, de centro-esquerda, responsável por 22,1% dos pronunciamentos, um pouco acima do que seria esperado, dado o tamanho de sua bancada. No PT, porém, convivem defensores e adversários do direito ao aborto. Segue, na lista, o Partido da Frente Liberal, depois rebatizado como Democratas (PFL/DEM), de direita, com 11,6% dos discursos. Predominantemente contra o aborto, o PFL/DEM abrigou, porém, um dos principais defensores desse direito no parlamento brasileiro, o deputado Dr. Pinotti, o que equilibra um pouco a posição média de seus discursos. E, em terceiro lugar, o partido que é herdeiro direto da legenda de sustentação da ditadura militar, que mudou várias vezes de nome no período (PP, PPB, PPR), com 10,2% dos discursos, quase unanimemente contrários ao direito ao aborto. Na legislatura mais recente que pesquisamos, entre 2011 e 2014, isso muda: os parlamentares que mais falaram sobre aborto são do PSC, que,

como dito anteriormente, concentra parlamentares ligados a igrejas evangélicas. Foram 16 discursos de parlamentares do PSC, todos contrários ao direito ao aborto, seguido do Partido Verde (PV) com 14 discursos (sendo que 13 foram de um mesmo parlamentar, Roberto Lucena, que atua contra o direito ao aborto)<sup>15</sup>. Em terceiro lugar, 9 discursos de parlamentares do PDT no período, quase todos com posições contrárias ao aborto.

Os parlamentares que mais falaram sobre o assunto são todos homens e contrários ao direito ao aborto. O primeiro é Luiz Bassuma, já mencionado, com 65 discursos. Líder espírita, ele foi um dos autores da proposta do Estatuto do Nascituro, carro-chefe da campanha contra a interrupção voluntária da gestação. Em seguida, Severino Cavalcanti, que foi do PPB e do PFL, também contrário aos direitos das mulheres, com 40 discursos. Costa Ferreira, que passou por vários partidos de direita, inclusive o confessional Partido Social Cristão (PSC), e Lael Varella, do PFL/DEM, ambos contrários ao aborto, fecham o grupo dos deputados com mais de 30 pronunciamentos na base de pesquisa. O primeiro deputado favorável à legalização do aborto aparece na sétima posição, com 25 discursos (José Genoíno, do PT); a primeira mulher, Marta Suplicy, também do PT, aparece no nono lugar, com 19 discursos. Ao todo, 269 deputados se pronunciaram alguma vez sobre o tema nos anos sob análise. O *ranking* dos que mais falaram mostra, porém, que a oposição ao aborto é uma prioridade maior, para alguns parlamentares, do que sua legalização o é para os que a defendem.

A distribuição dos discursos ao longo do tempo é bastante irregular, revelando forte concentração em alguns períodos, conforme mostra o Gráfico 1. Entre 1991 e 1999, foram pronunciados 325 discursos sobre aborto no plenário da Câmara dos Deputados, com um pico de 119 pronunciamentos em 1997, quando os parlamentares contrários ao direito ao aborto conseguiram evitar que o Projeto de Lei 20/1991, que regulamentava o atendimento às mulheres nos casos de aborto previsto por lei, na rede pública de saúde, fosse enviado ao Senado. A derrota do projeto suscitou fortes reações dos movimentos feministas, como mencionado anteriormente, levando à conquista da norma técnica do Ministério da Saúde regulamentando o atendimento. Foi, também, o ano em que se deu a visita do papa Wojtyla ao Brasil.

Apenas dez anos depois, o debate voltaria a uma frequência semelhante. Foram 97 discursos em 2007 e 112 em 2008, as duas maiores quantidades de pronunciamentos anuais sobre o tema, atrás apenas de 1997. O quadro era, no entanto, bastante distinto. A observação desses momentos de pico nos discursos nos anos 1990 e nos anos 2000 mostra transformações no equilíbrio e na forma assumida pela controvérsia do aborto no parlamento brasileiro.

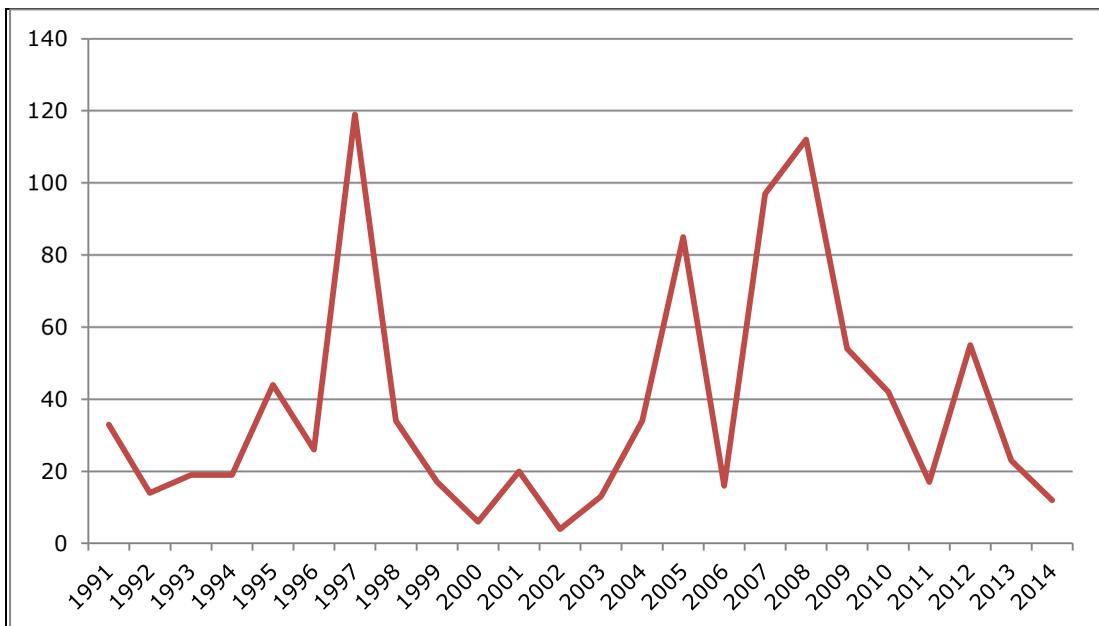
A Frente Parlamentar Evangélica atuava com essa denominação desde 2003. Em

---

<sup>15</sup> A situação do PV é ilustrativa da falta de coerência programática das legendas brasileiras em relação ao tema. Roberto Lucena pautou sua atuação pela oposição ao direito à interrupção voluntária da gravidez, ao mesmo tempo em que o candidato à presidência da República pelo partido, o ex-deputado Eduardo Jorge, fazia da legalização do aborto um dos carros-chefe de sua campanha. É razoável pensar que Jorge teve liberdade para destoar tanto do discurso imposto aos postulantes à presidência graças à sua condição de candidato "nanico" (obteve 0,6% dos votos).

2007 estavam formadas outras três frentes parlamentares com o objetivo de obstruir avanços no direito ao aborto ou de fazer retroceder a legislação, reduzindo o número de casos previstos para o abortamento legal ou dificultando o acesso das mulheres a esse direito: a Frente Parlamentar contra a Legalização do Aborto, a Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o Aborto. Essas frentes permitiram reações mais articuladas e focadas às iniciativas favoráveis ao direito ao aborto no âmbito do Executivo, como a Norma Técnica do Ministério da Saúde “Prevenção e tratamento dos agravos resultantes de violência sexual contra as mulheres e adolescentes”, de novembro de 1998, que foi reeditada em 2005, passando a excluir a necessidade de Boletim de Ocorrência para atendimento e profilaxia da gravidez em caso de estupro, e a Norma Técnica de “Atenção humanizada ao abortamento”, de 2005, que, apoiando-se naquela, determinava o atendimento nos hospitais públicos a mulheres que sofreram violência sexual e desejavam realizar um aborto. Reagiam também a iniciativas no âmbito do Judiciário, como a possibilidade de aprovação da ADPF nº 54, apresentada ao STF em 2004 e que levaria de fato, em 2012, a uma decisão favorável ao aborto no caso de má-formação fetal.

**Gráfico 1**  
**Discursos com tema “aborto” no plenário da Câmara dos Deputados brasileira, por ano (1991-2014)**



**Fonte:** Pesquisas “Direito ao aborto e sentidos da maternidade: atores e posições em disputa no Brasil contemporâneo” e “Representação substantiva e gênero no Brasil”.

O Gráfico 1 mostra que, embora não haja uma evolução linear e o debate continue sendo pautado por episódios específicos, há uma média anual maior de discursos na segunda metade do período estudado. Mais relevante que a quantidade de

pronunciamentos, no entanto, é a distribuição das posições que neles são verbalizadas. Ainda que a progressão não seja contínua, é perceptível uma tendência geral de ampliação da maioria de discursos contrários ao direito ao aborto. Assim, o maior percentual de discursos favoráveis à ampliação do direito ao aborto aparece no primeiro ano estudado, 1991, alcançando 39,4% do total de pronunciamentos (13, num universo de 33 discursos). O fato de que essa parcela nunca tenha ultrapassado o patamar dos 30% nos anos seguintes, chegando a nenhum discurso no ano de 2011, cinco discursos em 2012 (9% dos proferidos naquele ano) e novamente nenhum em 2013 e em 2014, indica que os constrangimentos se intensificaram.

A Tabela 1 sumariza os dados relativos à posição dos discursos. O grupo de discursos sem posição é composto, via de regra, por pronunciamentos no qual o aborto foi citado apenas *en passant*, em meio, por exemplo, a uma listagem de causas de mortalidade de mulheres. Discursos “contra o aborto (de forma genérica)” são aqueles que ecoam os argumentos chamados “pró-vida”, mas não apontam especificamente mudanças que deveriam ser introduzidas na legislação para impedir a prática. A categoria “por novas medidas punitivas e/ou de controle” inclui a defesa de propostas como o cadastro de grávidas, o monitoramento ou mesmo banimento de medicamentos com efeito abortivo (como o misoprostol) ou a ampliação das penas aplicadas a mulheres que interrompem voluntariamente a gestação. Por fim, os discursos em favor da educação sexual escapam, muitas vezes, do enfrentamento da questão, preferindo indicar caminhos através dos quais o aborto pretensamente se tornaria desnecessário. Às vezes, esse enquadramento estava combinado com outros, assim como a defesa de medidas punitivas com frequência se associava a uma posição contra o aborto ou favorável à restrição dos casos permitidos por lei. Por isso, cada discurso pôde ser incluído em mais de uma categoria.

**Tabela 1**  
**Posição em relação ao direito ao aborto nos discursos pronunciados na**  
**Câmara dos Deputados brasileira (1991-2014)**

Posição	Discursos	%
A favor da ampliação do aborto legal	144	15,7
A favor da manutenção da lei brasileira	129	14,1
A favor da restrição do aborto legal	148	16,2
Contra o aborto (de forma genérica)	326	35,6
Por novas medidas punitivas e/ou de controle	132	14,4
Pela educação sexual e/ou planejamento familiar	124	13,6
Não se posiciona	75	8,2

**Fonte:** Pesquisas “Direito ao aborto e sentidos da maternidade: atores e posições em disputa no Brasil contemporâneo” e “Representação substantiva e gênero no Brasil”.

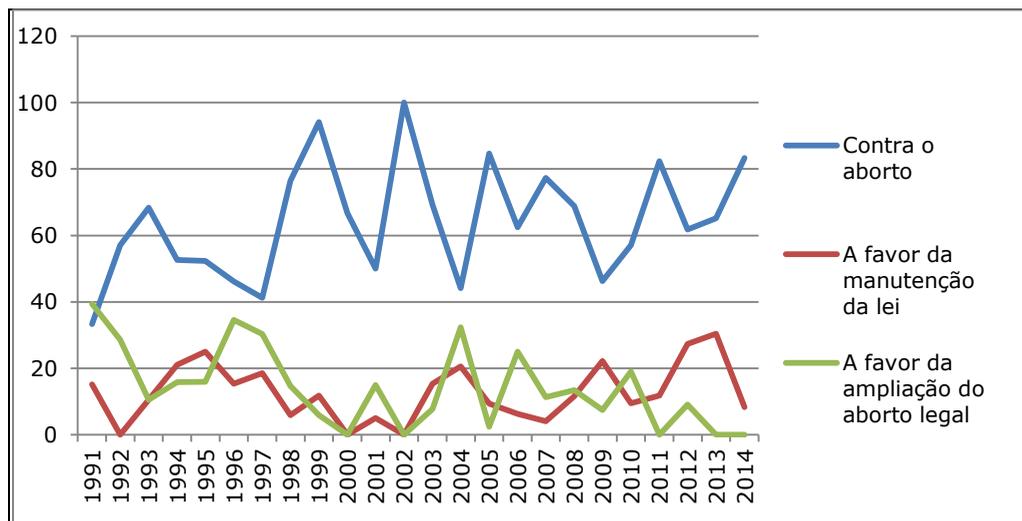
Observação: Era possível assinalar até duas respostas.

Nas análises que se seguem, as categorias “a favor da restrição”, “contra o aborto (genérico)” e “por novas medidas punitivas e/ou de controle” foram agrupadas como “posições contrárias ao direito ao aborto”. Tais posições aparecem em 566 discursos, isto é, 61,8% do total. O Gráfico 2 mostra a evolução das três principais posições, ano a ano.

Há duas conclusões que surgem da observação do Gráfico 2. A primeira é que, embora os picos e vales sejam significativos, há uma tendência à ampliação da preponderância das posições contrárias ao aborto. E a segunda é que, nos anos mais recentes, os discursos favoráveis à ampliação do aborto legal têm se reduzido – foram apenas cinco na última legislatura –, cedendo espaço para discursos favoráveis à manutenção da lei. Mais uma vez, identificamos um deslocamento ao longo dos anos, em direção a um maior fechamento do debate, balizado pelas perspectivas conservadoras e retrógradadas.

A categoria “a favor da manutenção da lei” tem valor ambíguo: quando é mobilizada contra posições “pró-vida”, pode significar um compromisso com o direito ao aborto (e vice-versa). É possível que a ampliação da presença dessa categoria indique que os parlamentares favoráveis aos direitos das mulheres se encontram acudados no debate. Mas é necessário lembrar também que, a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a legalidade do abortamento de fetos portadores de anencefalia, em abril de 2012, houve uma ofensiva para revogar esse avanço por meio de decisão legislativa. Defender a manutenção da lei representaria aqui, também, a oposição a tais manobras.

**Gráfico 2**  
**Posições selecionadas de discursos com tema “aborto”, no plenário da Câmara dos Deputados brasileira, por ano (1991-2014), como porcentagem do total de pronunciamentos sobre o tema**



**Fonte:** Pesquisas “Direito ao aborto e sentidos da maternidade: atores e posições em disputa no Brasil contemporâneo” e “Representação substantiva e gênero no Brasil”.

Nesse debate, embora o número de mulheres parlamentares seja reduzido, o gênero se mostra como variável relevante, como mostra a Tabela 2 – o que, aliás, indica mais uma vez que a sub-representação das mulheres atua no sentido de restringir o debate sobre os direitos das mulheres. Isso não significa que exista um alinhamento automático entre mulheres e posições favoráveis aos direitos sexuais e reprodutivos. Há deputadas que foram ativas na oposição ao aborto, como a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP), e também deputados homens sensíveis à necessidade de ampliar o aborto legal, como os já citados José Genoíno e Dr. Pinotti. Ainda assim, é relevante assinalar que quase metade dos discursos pronunciados por mulheres apresentam posição favorável à ampliação do direito ao aborto no Brasil, quer admitindo novas exceções à lei proibitiva, quer descriminalizando de vez a prática. No caso dos homens, apenas pouco mais de um décimo dos discursos adota tal posição. Por outro lado, mais de dois terços dos discursos deles apresentam posições contrárias ao direito ao aborto, mas, no caso das falas de mulheres, são pouco menos de um quarto.

**Tabela 2**  
**Posição em relação ao direito ao aborto nos discursos pronunciados na Câmara dos Deputados brasileira (1991-2014), por sexo da ou do parlamentar (%)**

Posição	Homens	Mulheres
A favor da ampliação do aborto legal	10,9	46,8
A favor da manutenção da lei brasileira	14,4	12,1
Posições contrárias ao direito ao aborto	67,8	23,3
Pela educação sexual e/ou planejamento familiar	12,9	17,7
Não se posiciona	7,1	15,3
	<i>n</i> = 791	<i>n</i> = 124

**Fonte:** Pesquisas “Direito ao aborto e sentidos da maternidade: atores e posições em disputa no Brasil contemporâneo” e “Representação substantiva e gênero no Brasil”.

Observação: Era possível assinalar até duas respostas.

É um contraste que *não* se explica pelo fato de que as mulheres na Câmara dos Deputados brasileira estão mais presentes nos partidos de esquerda. Agrupados os partidos em “esquerda”, “centro” e “direita”, de acordo com a classificação convencional na ciência política brasileira (cf. Krause, Dantas e Miguel, 2010), há, sim, uma concentração da defesa do direito ao aborto na esquerda, mas o contraste é muito menor do que o relacionado ao sexo da ou do parlamentar<sup>16</sup>. Posições contra o aborto são as mais frequentes mesmo entre oradores de partidos de esquerda, alcançando quase metade dos discursos (ver Tabela 3). A defesa do aborto legal, irrisória entre partidos de centro e direita, também é minoritária, com menos de 30%, entre os oradores dos partidos de esquerda.

<sup>16</sup> Foram classificados como “esquerda”: PCdoB, PDT, PHS, PPS, PROS, PSB, PSOL, PT e PV. Como centro: PMDB e PSDB. Como direita, todos os outros partidos.

**Tabela 3**  
**Posição em relação ao direito ao aborto nos discursos pronunciados na Câmara dos Deputados brasileira (1991-2013), por posição "ideológica" do partido do orador (%)**

Posição	Esquerda	Centro	Direita	Sem partido
A favor da ampliação do aborto legal	28,4	8,0	6,2	33,3
A favor da manutenção da lei brasileira	11,7	13,3	16,9	-
Posições contrárias ao direito ao aborto	48,8	69,3	71,9	33,3
Pela educação sexual e/ou planejamento familiar	15,6	8,7	13,5	-
Não se posiciona	10,3	10,0	5,2	33,3
	<i>N</i> = 377	<i>N</i> = 150	<i>N</i> = 385	<i>N</i> = 3

**Fonte:** Pesquisas "Direito ao aborto e sentidos da maternidade: atores e posições em disputa no Brasil contemporâneo" e "Representação substantiva e gênero no Brasil".

Observação: Era possível assinalar até duas respostas.

A posição "ideológica", no entanto, precisa ser relativizada. A atribuição de posições no espectro esquerda-direita é complexa em si mesma, uma vez que reduz a disputa política a uma escala bidimensional, e mais complexa ainda no caso dos partidos brasileiros, que são muito diversos internamente e programaticamente muito frágeis (Miguel, 2010). A análise de cada legenda mostra, como esperado, muita dispersão, mas também algumas constantes. Dois partidos à esquerda, com perfil mais claro, se destacam pela defesa do direito ao aborto: o PSOL e PCdoB, ambos com mais de 60% dos discursos favoráveis ao direito e nenhum contrário. No PT, 36,1% dos discursos são favoráveis à ampliação do aborto legal e 44,6% são contrários ao aborto. Esse percentual, porém, reflete sobretudo a atuação do deputado baiano Luiz Bassuma, que acabou excluído do partido: dos 90 discursos petistas contrários ao direito, 55 foram pronunciados por ele. Vários partidos situados à direita no espectro político não apresentam nenhum discurso favorável à ampliação do direito, mas o mesmo se verifica em duas legendas classificadas como de esquerda: o PHS, com raízes na Igreja Católica "progressista", e o PROS, fundado no final do período sob análise, com composição heteróclita e apenas dois discursos na base de dados. Embora essa não tenha sido a orientação privilegiada na coleta de dados, o que restringe a possibilidade de análise, é possível considerar que o pertencimento a frentes parlamentares, a relação entre parlamentares e denominações religiosas que têm dado prioridade à chamada "agenda moral" na sua atuação pública e ainda a relação entre parlamentares ligados a determinadas igrejas e o apelo eleitoral que eles parecem identificar na agenda conservadora têm peso maior que os partidos políticos na definição das posições no debate.

Mais importante do que essa indicação do perfil partidário dos oradores, porém, é

entender como se configura o debate no parlamento brasileiro. Entendemos esse debate não como uma “troca deliberativa”, destinada à apresentação de razões, com vistas ao convencimento do outro, à busca do consenso esclarecido e à ampliação da qualidade epistêmica de uma eventual decisão, e sim como uma disputa estratégica, relativa aos termos em que se coloca a discussão. De fato, contrariamente à ideia da troca deliberativa racional, mais de dois terços dos discursos não fazem nenhuma menção aos argumentos opostos, ignorando-os por completo. No caso dos discursos contrários ao direito ao aborto, essa tendência é ainda mais acentuada. Assim, o debate se configura como oposição e disputa entre uma ênfase no valor da “vida”, entendida de forma metafísica e abstrata, e uma ênfase nos direitos das mulheres e na afirmação de sua capacidade de decisão moral autônoma.

### Os argumentos nos discursos

A partir de pré-testes com amostras da base de discursos, foi elencada uma lista de argumentos mobilizados no debate, que então serviu de guia para a classificação levada a cabo pela equipe de pesquisa. Foram identificados os diversos argumentos presentes em cada pronunciamento e, então, qual deles ocupava a posição principal na construção da exposição. Com isso, buscou-se entender os quadros de sentido em que se colocava o debate sobre o direito ao aborto na Câmara dos Deputados brasileira.

Entre os argumentos favoráveis ao direito ao aborto, destacam-se: (1) a ideia de que o aborto, uma das maiores causas de internação hospitalar e mortalidade de mulheres em idade fértil no Brasil, deve ser tratado como questão de *saúde pública*; (2) o apelo à *liberdade individual* das mulheres, por vezes com menção expressa ao direito da mulher quanto ao *controle sobre seu próprio corpo*; (3) o fato de que a proibição do aborto é um fator de *injustiça social* e discriminação, já que as brasileiras ricas em geral têm acesso a formas seguras de interrupção da gravidez, enquanto as pobres ficam à mercê de clínicas clandestinas, métodos caseiros ou, ainda, ao tráfico do misoprostol, de procedência duvidosa e tomado de maneira incorreta; (4) argumentos *jurídicos*, em particular interpretações da Constituição brasileira que garantiriam o direito ao aborto e a defesa do cumprimento da legislação, com atendimento a mulheres em busca de abortamento legal na rede pública; e (5) argumentos ligados ao valor da laicidade do Estado, vendo a oposição ao direito ao aborto como indício de uma influência religiosa inadequada sobre o Estado brasileiro. Uma pequena parcela de discursos utilizou ainda argumentos *macroeconômicos*, ligando o aborto legal à redução nos custos da rede de saúde.

A prevalência dos argumentos de saúde pública não é surpreendente. Diante de um adversário que se apropriou do discurso da defesa da vida, a estratégia mais evidente é indicar os efeitos reais, sobre vidas humanas, da proibição do aborto. O argumento da injustiça social, sobre a variação dos efeitos da lei proibitiva de acordo com a posição de classe da mulher, está frequentemente associado a eles. Mas é

importante ressaltar a presença de argumentos de natureza política, que colocam a discussão no terreno dos direitos, do acesso à cidadania e da vinculação entre laicidade e democracia. Cabe anotar ainda que 10,4% dos discursos favoráveis ao direito ao aborto não trazem nenhum argumento, simplesmente externando sua posição em defesa da ampliação da possibilidade legal de interrupção voluntária da gravidez.

Já os argumentos contrários ao direito ao aborto tiveram, como categoria principal, conforme esperado, a noção de um *direito à vida* que seria inviolável e teria primazia absoluta sobre outros direitos. Mas é um argumento que se define mobilizando outros argumentos – daí a configuração constante dos discursos pela presença simultânea de mais de um argumento. Afinal, é necessário determinar que vida é essa e onde estão fundadas a inviolabilidade e a primazia desse direito. Estão fundadas: (1) nos *dogmas religiosos*; (2) em *argumentos morais* que, ainda que muitas vezes ecoem uma moralidade de fundo místico, evitam utilizar conceitos como “alma” ou a intervenção de algum ser sobrenatural; (3) na *opinião pública*, pela ideia de que o aborto não deve ser permitido porque *surveys* mostram uma maioria da população brasileira contrária à concessão do direito; e (4) em argumentos *jurídicos*, em geral, decorrentes de uma definição de “vida” iniciada na concepção, daí afirmando a extensão da proteção constitucional à vida também aos não nascidos, assim definidos como “pessoas”. Há ainda a presença marginal, mas não irrelevante, de discursos que se posicionam contra o aborto por vê-lo como parte de uma *estratégia imperialista* de contenção da população dos países do Sul.

Também entre esses discursos, 11,5% não apresentam qualquer argumento. Argumentos que se querem *científicos* – determinando, por exemplo, que o início da vida se daria na concepção – estão mais presentes nos discursos contrários ao direito ao aborto (14,1% dos casos) do que nos favoráveis (apenas 4,2% dos casos). Não são, no entanto, um espaço central de debate. Os números deixam claro que o polo contrário ao aborto tem no apelo à religião um elemento central de sua estratégia argumentativa.

De fato, os argumentos mais mobilizados no conjunto dos discursos foram o da “inviolabilidade da vida” e o “religioso”, que convergem em posições contrárias ao direito ao aborto. Como mostra a Tabela 4, foram os principais argumentos em 387 pronunciamentos, 42,3% do total. Cumpre observar que, na tabela, estão incluídos discursos – raros, mas não inexistentes – que fazem uso surpreendente dos argumentos, defendendo o direito ao aborto com alegações religiosas ou mobilizando a ideia de autonomia da mulher para justificar a criminalização da prática.

**Tabela 4**  
**Argumento principal nos discursos sobre aborto na**  
**Câmara dos Deputados, entre 1991 e 2014**

<b>Argumento principal</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Direito à vida	282	30,8
Dogmas religiosos	105	11,5
Saúde pública	94	10,3
Jurídicos	55	6,0
Morais (não explicitamente religiosos)	43	4,7
Opinião pública	43	4,7
Liberdade individual	35	3,8
Estratégia imperialista	19	2,1
Científicos	17	1,9
Usurpação de poderes do Legislativo	16	1,7
Injustiça social	12	1,3
Laicidade do Estado	7	0,8
Controle sobre o próprio corpo	4	0,4
Macroeconômicos	3	0,3
Outros	16	1,7
Sem nenhum argumento	164	17,9
<i>N</i> =	<i>915</i>	<i>100</i>

**Fonte:** Pesquisas "Direito ao aborto e sentidos da maternidade: atores e posições em disputa no Brasil contemporâneo" e "Representação substantiva e gênero no Brasil".

Na Tabela 4, a categoria "sem nenhum argumento" é inflada pelo contingente de discursos que não apresentam posição sobre o tema, aqueles que apenas citam de passagem a questão do aborto. Os argumentos na categoria "outros" são aqueles que não se encaixavam nas categorias principais, como o risco de abortamento seletivo de meninas ou a necessidade de "proteger a mulher do arrependimento" (por ter interrompido a gravidez). Em boa parte, são um testemunho da imaginação criativa dos deputados: mulheres civilizadas não fazem aborto (Luiz Bassuma, PT-BA, 19 mar. 2007); a legalização do aborto aumentaria a prostituição infantil (Pastor Frankembergen, PTB-RR, 2/5/2005); o aborto legal sobrecarregaria o sistema público de saúde, impedindo que os médicos atendessem os doentes (Philemon Rodrigues, PRB-MG, 27 out. 1997).

O recurso ao "direito à vida", que é o argumento mais presente nos pronunciamentos, visa muito mais impedir a discussão sobre o aborto do que estimulá-la. Nele, o abortamento voluntário é equiparado ao assassinato, ponto que está sempre presente nos discursos dos anos 1990, levando à afirmação de que "a questão do aborto, na verdade, nem deveria ser votada. É o mesmo que votar sim ou não à vida. Isso não se vota. O fato de colocá-la em votação já é um desrespeito à vida. É colocar a vida em

roleta russa” (deputado Serafim Venzon, PDT-SC, 19 set. de 1995).

Um passo ulterior, que aparece também nos anos 1990, é o esforço para fundir a temática do aborto à dos direitos humanos, sempre partindo da noção de “direito à vida”. O primeiro discurso que recorre à noção de direitos humanos no *corpus* analisado foi pronunciado em 1993, inaugurando uma ideia que se repetiria ao longo dos anos, de que o direito à vida é o “maior e mais inviolável” de todos os direitos humanos (deputado João Teixeira, PL-MT, 15 abr. 1993). Essa estratégia ganharia força novamente em meados da década de 2000 e, de maneira aguda, na discussão do III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em 2010. Entre as propostas de ações governamentais para garantir os direitos das mulheres, ele incluiu o “alargamento dos permissivos para a prática do aborto legal, em conformidade com os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro no marco da Plataforma de Ação de Pequim” (item 179, p. 279). Trata-se, assim, de disputas que têm expressão no Congresso, ainda que as posições favoráveis à ampliação do direito ao aborto não estejam necessariamente sendo colocadas ali. O PNDH-3 é um exemplo de que houve um entendimento de atores políticos favoráveis a esse direito de que outras arenas seriam mais propícias para avançar nessa direção.

Na década de 2000, com o deslocamento do debate para um enquadramento mais conservador, o direito ao corpo seria trazido ao debate, mas como alvo de quem mobilizava o argumento da defesa da inviolabilidade da vida. O discurso feminista passaria a ser tematizado mais abertamente, porém da perspectiva daqueles que a ele se opõem, com o objetivo de desconstruí-lo. Em uma síntese do que foi repetido em vários momentos, afirmou-se que “é fato que a mulher tem direito sobre seu corpo, mas não sobre a vida de outra pessoa” (Costa Ferreira, PSC-MA, 2 ago. 2005) e que a liberdade de uma pessoa – “a liberdade que uma mulher tem de decidir sobre o seu corpo” – não poderia ser conquistada à custa do direito à vida de outras pessoas (Henrique Afonso, PT-AC, 11 maio 2007). Há um silogismo implícito, de que o direito à vida possui primazia sobre qualquer outro direito e, sendo assim, o direito individual da mulher não se sobre põe ao do feto.

Em todos os momentos, é mobilizada, de forma implícita ou explícita, a noção de que a vida se inicia na concepção. Trata-se de um elemento fundamental na visão que funda o discurso contrário ao direito ao aborto. Sua aparente obviedade, no entanto, esconde dois problemas sérios e interligados (sobre a questão, ver Boltanski, 2004; Kaplan, 2008). Primeiro, nem tudo que está vivo (e é humano) tem direito à vida: um tecido do corpo certamente está vivo, mas não possui um direito à vida *per se*. O que gera o direito (e esse é o segundo problema) é o estatuto de indivíduo, que não decorre automaticamente da presença dos atributos “vivo” e “humano”. Em geral, a lei determina que tal estatuto é concedido no momento do nascimento, mas a discussão filosófica sobre a questão é intensa, podendo colocar a fronteira antes – por exemplo, no surgimento da consciência, o predicado de sentir dor ou prazer, que nos fetos humanos ocorreria por volta do quarto ou quinto mês de gestação – ou depois, com a autoconsciência ou a capacidade de entender a si mesmo como um ser dotado de

continuidade, o que corresponderia a uma criança com alguns anos de vida<sup>17</sup>.

Justamente porque a mera afirmação do direito à vida e a definição de que a vida começa na concepção não liquidam a questão, os grupos antiabortistas avançaram para a defesa da aprovação de uma norma legal que garantisse aos não nascidos o mesmo conjunto de direitos garantidos aos nascidos. Isso levou, em 2005, à proposição do chamado Estatuto do Nascituro, cujo objetivo era transferir, na letra da lei, o momento do início da vigência dos direitos individuais – do nascimento para a concepção. O propósito era, evidentemente, impedir qualquer avanço na direção da legalização do aborto, que seria então oficialmente equiparado ao assassinato. De fato, mesmo um dos casos permitidos pela lei brasileira, o aborto em caso de gravidez resultante de estupro, seria bloqueado, caso a concepção fundante do Estatuto do Nascituro fosse aceita<sup>18</sup>, em um dos principais exemplos de como as investidas presentes no Congresso procuram definir retrocessos em relação às normas vigentes. O outro caso previsto na lei, o de risco de vida para a gestante, seria tolerado no máximo como uma forma de “legítima defesa”.

Há uma sobreposição forte entre a noção de que a vida existe a partir da concepção, tal como mobilizada pelo discurso contrário ao direito ao aborto, e a ideia de que a vida é criação de Deus e só pode ser retirada por Deus, que é o eixo do argumento religioso. De fato, as discussões referidas antes, sobre o surgimento da consciência ou da autoconsciência, perdem valor caso se considere que a concepção coincide com a infusão de uma “alma” única, naquele zigoto, pelo Todo-Poderoso em pessoa<sup>19</sup>. Embora existam variações nos fundamentos e dogmas presentes em diferentes religiões, esse fundo religioso atravessa os discursos e é indissociável da noção de que a concepção gera o direito à vida. Na classificação feita na pesquisa, porém, só foram considerados “religiosos” os argumentos que faziam menção explícita a Deus ou outros seres sobrenaturais, a textos sagrados ou à palavra de autoridades eclesiais ou de documentos doutrinários, como a encíclica *Evangelium Vitae*<sup>20</sup>, de 1995, marco da ofensiva vaticana contra a interrupção voluntária da gravidez.

Quando se considera também sua presença como argumentos secundários, os argumentos “religiosos”, mesmo nessa acepção mais rigorosa, estão presentes em quase um terço dos discursos. Os argumentos da “inviolabilidade do direito à vida”, em mais da metade deles. Mas uma perspectiva diacrônica mostra que, embora permaneçam frequentes, os argumentos “religiosos” têm recuado.

---

<sup>17</sup> Sem focar exclusivamente na questão do aborto e do estatuto de indivíduo, um bom resumo do debate filosófico se encontra em Warren (1997).

<sup>18</sup> Os grupos antiabortistas recuaram em relação a esse ponto, optando pela introdução de incentivos às vítimas da violência sexual que optassem por levar a gravidez a termo (a “bolsa estupro”).

<sup>19</sup> Durante muito tempo, a própria doutrina católica admitia que a alma era insuflada apenas em momentos posteriores da gestação (cf. Kaplan, 2008), mas essa discussão não será levada adiante aqui.

<sup>20</sup> Essa encíclica mobiliza a genética moderna para afirmar que desde a fecundação do óvulo já existe vida humana, que não é a do pai nem a da mãe, mas uma vida própria, com suas características já determinadas.

Levando em conta apenas os discursos contrários ao aborto, observa-se que, no período 1991-2002 (isto é, da 49ª à 51ª legislaturas), considerados todos os argumentos mobilizados pelos oradores, o recurso à religião se encontra em 65,6% dos pronunciamentos, mas esse percentual baixa para 30% no período 2003-2014 (52ª à 54ª legislaturas). Isolados os argumentos principais, o recurso à religião nos pronunciamentos contrários ao aborto desce de 25,3% no período 1991-2002 para 11,3% no período 2002-2014. Isso parece indicar que a defesa da laicidade do Estado encontra alguma ressonância entre os agentes políticos e que mesmo a bancada religiosa está entendendo que deve apresentar publicamente sua posição em termos que não privilegiem seu fundamento confessional<sup>21</sup>. Esse deslocamento na construção pública das posições não incorpora o valor da laicidade do Estado, de fato, mas procura contorná-lo.

O recurso a fundamentos e crenças religiosas aparece nos discursos, por vezes, como identificação do orador, que sustenta sua posição no debate por meio da enunciação de sua filiação religiosa. Há diferenças, porém. Quando um parlamentar afirma que “sou um cristão e um católico, sou contra a pena de morte para os inocentes” (Osmânio Pereira, PSDB-MG, 25 nov. 1997), é possível ler sua fala como uma indicação de que sua atuação política é definida por um conjunto de valores morais associados à igreja da qual participa. Há falas, no entanto, em que a crença religiosa aparece como fonte não de valores, mas de verdades dogmáticas que precisam ser respeitadas pela decisão política: “Sou um homem de Deus, que acredita na verdade e na vida como um dom supremo. Por isso, subo à tribuna neste dia para repudiar a famigerada intenção de legalização do aborto” (Costa Ferreira, PSC-MA, 20 jun. 2008). Por fim, a igreja à qual pertence o orador pode ser chamada à posição de interlocutora privilegiada, em paridade com o Estado: “Esse debate não pode tomar outro caminho a não ser o da discussão com a Igreja Católica, principalmente, a qual frequento, para não permitir que se estabeleça na Constituição o assassinato da vida e do espírito” (Paulo Lima, PMDB-SP, 8 dez. 2005).

Ainda que, nos três casos, haja um apelo religioso, eles possuem estatuto diferente. O primeiro circunscreve a posição do parlamentar ou, para usar a terminologia de Weber, sua “ética da convicção”, aquela que precisa existir em paralelo à ética da responsabilidade para que o político se configure um “homem genuíno” (Weber, 1985, p. 22). O segundo indica que uma verdade revelada é o fundamento absoluto de todas as ações humanas; é, portanto, um discurso de caráter *fundamentalista*. O terceiro põe em xeque diretamente a laicidade do Estado (algo que é também uma derivação lógica do argumento fundamentalista).

Outros discursos não evocam a filiação do orador, mas apelam diretamente para textos sagrados ou para dogmas da fé como forma de encerrar a discussão, o que

---

<sup>21</sup> A ideia da defesa da vida também está presente nos argumentos jurídicos, mobilizados em 25,6% dos discursos contrários ao direito ao aborto, que recorrem ao art. 5º da Constituição, e, principalmente, aos argumentos “científicos”, mobilizados em 14,1% desses pronunciamentos, nos quais os parlamentares utilizam a ciência para dar legitimidade e retirar o caráter religioso da afirmação de que a vida começa na concepção.

também permite caracterizá-los como fundamentalistas – a verdade é definida anteriormente aos embates e provém de Deus, ainda que nem sempre sejam evocadas religiões específicas, textos considerados sagrados por elas ou documentos que orientam as posições relativas ao aborto. Em alguns deles, fica patente a recusa à validade de posições e discursos não religiosos:

A vida é um dom de Deus, dado por Deus, e nenhum homem, nem mulher, nem médico, nem parlamentar pode chegar aqui e defender o aborto. É uma vergonha, uma ignomínia (João de Deus Antunes, PDS-RS, 26 mar. 1991).

Homem de formação religiosa que sou, não posso de forma alguma compactuar com um ato que atenta contra a vida, valor supremo concedido por Deus (Costa Ferreira, PP-MA, 1º set. 1994).

Ferem a Constituição, desonram a família e afrontam Deus (Philemon Rodrigues, PTB-MG, 19 ago. 1997).

A verdade é que Deus se incomoda com a vida. Ele é o Senhor da Vida (pastor Pedro Ribeiro, PMDB-CE, 10 jul. 2008).

No Brasil, tenta-se de todas as maneiras encontrar subterfúgios para autorizar o aborto, formalizando interesses escusos em nome de uma falsa liberdade. São teses que tentam justificar o injustificável, pois a Lei de Deus é só uma, e vale para todos. Deus ama a todos, mas abomina o pecado” (pastor Marco Feliciano, PSC-SP, 9 out. 2012).

Todo sopro de vida é, na verdade, a expressão da vontade de Deus e a realização de seu plano superior destinado a cada pessoa. Interromper essa ligação é um crime não só com o próximo, mas também consigo mesmo. Por isso, somos absolutamente contra o aborto seja qual for a sua circunstância (Gladson Cameli, PP-AC, 28 maio 2014).

Como mostram os exemplos, esse tipo de discurso não desapareceu nas legislaturas mais recentes. Mas os dados agregados mostram que ele se tornou menos recorrente. Uma explicação possível se liga à ambiguidade de destinatários do discurso parlamentar, já referida. A evocação direta da vontade divina é estratégica para deputados com base eleitoral confessional, que portanto nela insistem para mostrar seu compromisso religioso no exercício do mandato. Mas se mostra incapaz de agregar a maioria dos votos da casa e, portanto, são necessários outros tipos de discurso para atingir os pares.

Numa perspectiva antagônica a essa, o argumento da “saúde pública” esteve presente em 61,8% dos discursos favoráveis à ampliação do aborto legal e foi o principal argumento em 40,3% deles, enquanto os discursos que recorreram à “liberdade individual” e/ou ao “controle da mulher sobre seu corpo” aparecem em 50% dos

discursos, mas como argumento principal em apenas 22,9% deles. O argumento da saúde pública desloca a discussão do terreno dos princípios para o das consequências práticas – é um discurso pragmático, que busca confrontar o valor da vida do feto, brandido por aqueles que são contrários ao direito ao aborto, com outras vidas, as vidas das mulheres que são vítimas do abortamento clandestino.

Já o discurso da liberdade individual e do controle sobre o próprio corpo enfatiza o reconhecimento das mulheres como agentes morais autônomas. É possível interpretar a menor mobilização de argumentos relativos à autonomia das mulheres e ao seu direito a decidir sobre seu corpo como um indício do ambiente desfavorável à afirmação da plena autonomia das mulheres, como indivíduos e como cidadãos dotadas da capacidade integral de tomar suas próprias decisões. O avanço da ideologia familista, que naturaliza noções convencionais da família e do papel da mulher, é um elemento importante na construção desse ambiente. Mas é possível, também, considerar que esse ambiente se nutra desse recuo: a opção por evitar o enfrentamento direto, por parte das defensoras dos direitos das mulheres, contribui para conformar o debate na forma retrógrada atual.

Cabe lembrar que, no contingente relativamente pequeno de discursos em que existem contra-argumentos, isto é, em que fundamentos da posição adversária são criticados, as ideias de liberdade individual das mulheres e de controle sobre o corpo estão muito presentes. De fato, 139 dos 274 discursos com presença de contra-argumentos – 50,7% deles – se dedicam a condenar tais noções. Em suma, no plenário da Câmara dos Deputados há a situação inusitada de que a autonomia da mulher, eixo central do movimento feminista, aparece muito mais na voz de seus críticos do que de seus (potenciais) defensores.

Por outro lado, o argumento da “saúde pública” também foi mobilizado numa parcela não desprezível dos discursos contrários ao aborto (53 pronunciamentos, sendo o argumento principal em 15 deles). Reservando para as mulheres uma posição de vítima, eles argumentavam que o aborto possui consequências tanto físicas quanto psicológicas, e afirmavam que, devido a essas consequências, deveria haver mais medidas de controle e mais punição para que o aborto ilegal não fosse realizado. A obstrução do direito ao aborto se faria em benefício das mulheres, numa definição que contraria frontalmente o entendimento de que são indivíduos autônomos, capazes de escolhas sobre suas próprias vidas, e de que sua integridade física e psíquica é comprometida quando esse direito lhes é recusado.

## Conclusão

Apesar da frustração de militantes e ativistas, que buscam avanços mais rápidos e definitivos e mesmo garantias para que a legislação atual seja cumprida, o debate sobre o direito ao aborto no Brasil não está parado. Há muito mais movimentação sobre o assunto hoje do que nas décadas que se seguiram à edição do Código Penal de 1940, que continua a regular a matéria. No debate eleitoral, na internet, na imprensa, em

manifestações nas ruas e mesmo no Congresso, o tema do aborto tem ganhado destaque. Esse destaque, porém, não significa necessariamente maior abertura para discutir o direito ao aborto e nem sempre significa uma explicitação maior dos conflitos, com diferentes perspectivas definindo a controvérsia.

Na Câmara dos Deputados, essa controvérsia teve sua gramática alterada entre 1991 e 2014. A pesquisa mostra que, aos avanços que se apresentaram a partir do final dos anos 1990 – limitados, mas não desprezíveis, como a pressão crescente para que a rede pública de saúde atenda aos casos de aborto previstos em lei e a possibilidade de interrupção da gravidez de fetos inviáveis –, tem feito frente uma reação mais articulada.

Cresceu o ativismo dos grupos que, por motivos religiosos, são contrários à descriminalização do aborto. É possível sustentar a hipótese de que tem sido ativo e ampliado também, no Brasil, no mesmo período, o ativismo feminista pelos direitos das mulheres. Mas esse último não encontra correspondente no Congresso da mesma forma que o dos grupos contrários ao direito ao aborto, cuja atuação se avolumou tanto pelo fato de que há hoje mais parlamentares para quem essa agenda é prioridade – ao menos na construção da sua imagem pública – quanto pelo fato de que sua articulação tem sido mais efetiva e mais focada. A ação das frentes parlamentares (a evangélica e aquelas que se definem como defensoras da família e da vida), o maior número de proposições que, se aprovadas, representariam retrocessos na legislação atual e os esforços para a ocupação de espaços nas comissões pelas quais essas proposições tramitam são formas e efeitos importantes dessa articulação hoje. A hipótese de que o padrão do debate se alterou entre os anos 1990 e 2000 é confirmada pela análise dos discursos proferidos em plenário e pode ser resumida pela ideia de que hoje são os conservadores que balizam o debate, restando àquelas e àqueles que defendem os direitos das mulheres reagir à reação, isto é, agir para barrar os retrocessos em curso.

A análise dos discursos mostra isso claramente. Os picos das discussões nos anos 1990 remetem a tentativas de avanço na legislação e são, ainda, marcados por manifestações mais numerosas e mais abertas em defesa dos direitos das mulheres. Já nos anos 2000, esses picos expõem a ação mais articulada de parlamentares ligados a diferentes denominações religiosas e o recuo nas posições favoráveis ao direito ao aborto. Elas se expressam com frequência menor e praticamente silenciam sobre a relação entre aborto, autonomia e cidadania das mulheres. Nos anos 2000, a autonomia das mulheres seria evocada sobretudo como contra-argumento nos discursos contrários ao direito ao aborto. No mesmo contexto em que se tornou possível uma ação não apenas conservadora mas francamente retrógrada na Câmara dos Deputados, ampliaram-se os constrangimentos para a expressão da defesa dos direitos das mulheres no âmbito reprodutivo, especialmente por meio de uma terminologia que evidenciasse que a criminalização do aborto restringe sua cidadania.

Embora existam mulheres que tenham atuado na Câmara contra o direito ao aborto e não seja possível estabelecer uma relação automática entre sexo da/o parlamentar e posição nesse debate, é entre elas que esteve presente com maior

frequência a expressão de posições favoráveis ao aborto. No período analisado, como se sabe, a representação das mulheres na Câmara federal permaneceu abaixo dos 10%. Os dados da pesquisa permitem, ao menos a título de hipótese, estabelecer uma correlação entre a baixa representação das mulheres e a presença restrita da problemática do aborto de uma perspectiva orientada pelas experiências destas e pelo valor da autonomia.

Trata-se, nos dois casos – o do balizamento crescente do debate pelas posições conservadoras e o da variável de gênero na organização das controvérsias –, de uma dinâmica que não se produz ou se explica apenas pelo que se passa dentro do Congresso. Estabeleceram-se novas relações de força, que implicam constrangimentos maiores para parlamentares que se posicionem a favor do direito ao aborto. Isso levou a uma inequívoca retração das posições progressistas no debate. Esse equilíbrio está relacionado tanto às novas estratégias de várias igrejas para sua ação na esfera política quanto às ambiguidades que marcaram os governos do Partido dos Trabalhadores desde 2003. A maior permeabilidade do Executivo aos movimentos sociais, entre eles os movimentos feministas, conviveu com alianças políticas com setores conservadores, que pressionaram o governo, crescentemente, limitando a implementação de políticas relacionadas aos direitos reprodutivos e sexuais.

Assim, os discursos proferidos na Câmara entre 1991 e 2014 ecoaram, crescentemente, argumentos morais e religiosos, ou codificados de acordo com o discurso da Igreja Católica e de parte importante das igrejas pentecostais e neopentecostais. Isso não significa que tenham se ampliado os argumentos abertamente religiosos, uma vez que, como mostram os dados analisados, a laicidade do Estado parece ser levada em conta, ao mesmo tempo que é contornada por meio de uma defesa incondicional da vida que, em muitos momentos, é apresentada como autoevidente. Diferentemente do que se deu na década de 1990, nos anos 2000 se tornou menos frequente a relação aberta entre o direito à vida e o argumento de que a origem da vida é sobrenatural e, portanto, não pode responder à vontade dos indivíduos – no caso, das mulheres. O foco nos direitos do embrião ou feto se ampliaria.

Para entender o quadro em que o debate se redefine, é importante levar em conta os incentivos presentes nas campanhas eleitorais e a atuação do Poder Executivo federal em relação à pauta do movimento feminista de forma mais ampla. A ofensiva religiosa junto à opinião pública converge para o reposicionamento das forças políticas mais conservadoras. As políticas sociais compensatórias dos governos petistas corroeram parte de seus bastiões eleitorais tradicionais e a ênfase na chamada “agenda moral” pode favorecer a reconquista de tais bases. Com a consolidação de tal ambiente de disputa discursiva, os custos da sustentação do direito ao aborto se mostram cada vez mais altos. Um cálculo imediato de custo-benefício, por parte das posições feministas, tornava razoável a decisão de, na discussão parlamentar e eleitoral, privilegiar outros itens da agenda e concentrar a defesa desse direito em outras arenas, aparentemente mais “técnicas” e menos sensíveis à pressão da opinião pública, como o Ministério da Saúde e

o STF. Mesmo no caso do Poder Executivo, uma pressão maior pela ampliação do direito ao aborto parecia fadada ao fracasso, devido ao peso da bancada parlamentar contrária, podendo colocar em risco o avanço em outras políticas públicas importantes (atenção à saúde da mulher, combate à violência contra as mulheres, cotas eleitorais).

O resultado líquido é o fechamento do debate nas esferas institucionais, que o golpe de 2016 apenas intensificou. A circunscrição crescente do debate pelos sentidos que prevalecem nos discursos morais e religiosos, colocados em circulação por instituições que atuam politicamente contra o direito ao aborto, reduz a possibilidade de ver o aborto como uma questão de cidadania. Parlamentares simpáticos à legalização da interrupção voluntária da gravidez encontram pouco ou nenhum incentivo para priorizar tal tema em sua ação política. A solução do impasse certamente passa pela intensificação da pressão extraparlamentar pelo direito ao aborto, criando um ambiente social mais favorável a iniciativas que revoguem as restrições hoje presentes no ordenamento legal brasileiro.

*Luis Felipe Miguel* - Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), e pesquisador do CNPq. E-mail: <luisfelipemiguel@gmail.com>.

*Flávia Biroli* - Professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), e pesquisadora do CNPq. E-mail: <flaviabirol@gmail.com>.

*Rayani Mariano* - Doutoranda em Ciência Política na Universidade de Brasília.  
<E-mail: rayanimar@hotmail.com>.

## Referências bibliográficas

ARNOLD, R. D. *The logic of congressional action*. New Haven: Yale University Press, 1990.

ÁVILA, M. B. M. Reflexões sobre laicidade. In: BATISTA, C.; MAIA, M. (orgs.). *Estado laico e liberdades democráticas*. Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras, Rede Nacional Feminista de Saúde, SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia, 2006.

BIROLI, F. *Família: novos conceitos*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2014.

BOLTANSKI, L. *La condition foetale: une sociologie de l'engendrement et de l'avortement*. Paris: Gallimard, 2004.

BRITO, R. "Grupo prepara ação no STF para permitir aborto em caso de zika" [online]. *O Estado de S. Paulo*, 12 fev. 2016. Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,grupo-preparacao-no-stf-para-permitir-aborto-em-caso-de-zika,10000016037>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

BURITY, J. A. "Religião, política e cultura". *Tempo social*, São Paulo, vol. 20, nº 2, p. 83-113, nov. 2008.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M. "Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna". *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 15, nº 15, p. 959-966, jun. 2010.

HTUN, M. *Sex and the state: abortion, divorce, and the family under Latin American dictatorships and democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KAPLAN, F. *L'embryon est-il un être vivant?* Paris: Le Félin, 2008.

KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2010.

LOPES, R. J. "Papa diz que aborto reflete uma 'cultura do descarte'". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A-10, 14 fev. 2014.

LUNA, N. "O direito à vida no contexto do aborto e da pesquisa com células-tronco embrionárias: disputas de agentes e valores religiosos em um Estado laico". *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, vol. 33, nº 1, p. 71-97, 2013.

MACHADO, M. D. C. "Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010". *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 7, p. 25-54, jan.-abr. 2012.

\_\_\_\_\_. "Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira". *Cultura y Religión*, Santiago de Chile, vol. VII, nº 2, p. 48-68, 2013.

MACHADO, M. D. C.; BURITY, J. "A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 57, nº 3, p. 601-31, jul.-set. 2014.

MANTOVANI, D. "Quem agenda a mídia? Um estudo de agenda-setting a partir da tematização do aborto nas eleições de 2010". Brasília. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade de Brasília, 2014.

MELLO, L. "Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no Brasil". *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 14, nº 2, p. 497-508, maio-ago. 2006.

MIGUEL, L. F. Os partidos brasileiros e o eixo "esquerda-direita". In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2010.

\_\_\_\_\_. "Aborto e democracia". *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 20, nº 3, p. 657-672, set.-dez. 2012.

MIGUEL, L. F.; FEITOSA, F. "O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 52, nº 1, p. 201-221, mar. 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *20 anos de pesquisas sobre aborto no Brasil*. Brasília, Ministério da Saúde, 2009.

MOTA, F. F.; BIROLI, F. "O gênero na política: a construção do 'feminino' nas eleições de 2010". *Cadernos Pagu*, nº 43, p. 197-231, jul.-dez., 2014.

MOTTA, F. M. Não conta pra ninguém: o aborto segundo mulheres de uma comunidade popular urbana. In: AREND, S. M. F., et al. (orgs.). *Aborto e contracepção: histórias que ninguém conta*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

OLIVEIRA, M. "Médico chama a polícia após atender jovem que fez aborto". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. C-5, 21 fev. 2015.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROCHA, M. I. B. "A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese". *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, vol. 23, nº 2, p. 369-379, jul.-dez. 2006.

ROCHA, M. I. B. "A questão do aborto no Legislativo brasileiro: uma visão geral dos anos 90 e da década atual". XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, MG, 29 set.-3 out. 2008.

ROCHA, M. I. B.; ROSTAGNOL, S.; GUTIERREZ, M. A. "Aborto y parlamento: un estudio sobre Brasil, Uruguay y Argentina". *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, vol. 26, nº 2, p. 219-336, jul.-dez. 2009.

SENRA, R. "ONU defende descriminalização do aborto em meio à epidemia de zika" [online]. *BBC Brasil*, 5 fev. 2016. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160205\\_onu\\_aborto\\_zika\\_rs](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160205_onu_aborto_zika_rs)>. Acesso em: 13 fev. 2016.

VEJA.COM. "Papa condena aborto e eutanásia e adverte: jogar com a vida é pecado" [online]. *Veja.com*, 15 nov. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/papa-condena-eutanasia-e-adverte-brincar-com-a-vida-e-pecado-contra-deus>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

WARREN, M. A. *Moral status: obligations to persons and other living things*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

WEBER, M. A política como vocação. In: WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, [1919] 1985.

## Resumo

*O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados*

Este artigo analisa o debate sobre a questão do aborto ocorrido na Câmara dos Deputados brasileira entre 1991 e 2014. Foram analisados 915 discursos, com um mapeamento do sexo e partido dos parlamentares, posições sobre aborto e argumentos mobilizados para sustentá-las ao longo do período analisado. Os dados mostram que há uma crescente ofensiva de parlamentares conservadores no Congresso, em sua maioria religiosos, que têm feito da luta contra o direito ao aborto uma de suas mais importantes bandeiras políticas, colocando na defensiva as posições favoráveis à descriminalização da interrupção voluntária da gravidez ou, ao menos, à ampliação dos casos permitidos pela legislação brasileira. Apesar de sua vinculação às igrejas, os parlamentares que atuam contra o direito ao aborto reduziram, ao longo do tempo, o apelo a argumentos abertamente religiosos, o que demonstra que a questão da laicidade do Estado ganhou algum peso no debate. Entre os defensores da legalização do aborto, os argumentos de saúde pública têm primazia sobre os argumentos ligados à autonomia das mulheres.

*Palavras-chave:* aborto; democracia; gênero; Câmara dos Deputados; laicidade

## Abstract

*The right to abortion in the Brazilian legislative debate: the conservative offensive in the Chamber of Deputies*

The article analyzes the debate on the issue of abortion that occurred in the Brazilian Chamber of Deputies between 1991 and 2014. We analyzed 915 speeches, with a mapping of sex and party parliamentarians, positions on abortion, and arguments mobilized to support them over the analysis period. The data show that there is a growing offensive of conservative members of Congress, mainly religious deputies, who have made the fight against abortion rights one of the most important political issues in their agenda, backing positions in favor of the decriminalization of abortion or, at least, the expansion of cases allowed by Brazilian law. Despite its connection to different churches, parliamentarians acting against the right to abortion have reduced, over time, the open appeal to religious arguments, which shows that the value of secularity has gained some

weight in the debate. Among the supporters of the legalization of abortion, public health arguments take precedence over the arguments related to the empowerment of women.

*Keywords:* abortion; democracy; gender; Chamber of Deputies; laicity

### **Resumen**

*El derecho al aborto en el debate legislativo brasileño: la ofensiva conservadora en la Cámara de Diputados*

El artículo analiza el debate sobre el tema del aborto ocurrido en la Cámara de Diputados de Brasil entre 1991 y 2014. Fueron analizados 915 discursos, con un mapeo de sexo y partido de los parlamentarios, posiciones sobre el aborto y argumentos movilizados para apoyarlas durante el período de análisis. Los datos muestran que existe una creciente ofensiva de los miembros conservadores del Congreso, en su mayoría religiosos, que han hecho de la lucha contra el derecho al aborto una de sus banderas políticas más importantes, poniéndose a la defensiva ante posiciones favorables a la despenalización del aborto o, al menos, a la expansión de los casos permitidos por la ley brasileña. A pesar de su conexión con las iglesias, los parlamentarios que actúan contra el derecho al aborto disminuyeron, con el tiempo, la apelación a los argumentos abiertamente religiosos, lo que demuestra que la cuestión de la laicidad del estado ganó algo de peso en el debate. Entre los partidarios de la legalización del aborto, los argumentos de salud pública tienen prioridad sobre los argumentos relacionados con la autonomía de la mujer.

*Palabras clave:* aborto; democracia; género; Cámara de Diputados; laicidad

### **Résumé**

*Le droit à l'avortement dans le débat législatif brésilien: l'offensive conservatrice à la Chambre des Députés*

L'article analyse le débat sur la question de l'avortement qui a eu lieu à la Chambre des Députés du Brésil entre 1991 et 2014. 915 rapports ont été analysés, avec une cartographie du sexe et du parti des parlementaires, des positions sur l'avortement et les arguments mobilisés pour soutenir ces positions au cours de la période d'analyse. Les données indiquent qu'il y a une offensive croissante des membres conservateurs du Congrès, religieux pour la plupart d'entre eux, qui ont fait de la lutte contre le droit à l'avortement un de leurs mots d'ordre politiques les plus importants, mettant sur la défensive les positions favorables à la dépénalisation de l'avortement ou, au moins, à l'expansion des cas permis par la loi brésilienne. En dépit de leur lien avec les églises, les parlementaires agissant contre le droit à l'avortement ont essayé d'éviter, au fil du temps, de faire ouvertement appel aux arguments religieux, ce qui montre que la question de la laïcité de l'Etat a gagné un certain poids dans le débat. Parmi les partisans de la légalisation de l'avortement, les arguments de santé publique ont préséance sur les arguments relatifs à l'autonomisation des femmes.

*Mots-clés:* avortement; démocratie, genre; Chambre des députés; laïcité

Artigo submetido à publicação em maio de 2016.

Aprovado para publicação em março de 2017.

# Is International Relations still an American social science discipline in Latin America?

---

Rafael A. Duarte Villa  
Marilia Carolina B. de Souza Pimenta

---

## Introduction

There are few academic articles regarding the way peripheral countries deal with both central production (including the epistemological and paradigmatic) and the perception of American hegemony in the discipline. The main assumption continues to be based on the research of Hoffman (1977), who asserts that the discipline of International Relations is basically an American social science; moreover, it is normally associated with the belief that international knowledge produced in the United States is spread and reproduced around the world, wherever the discipline is practiced.

The compelling consequence of Hoffmann's hypothesis, which was quickly transformed into a firmly rooted belief, is that the positivist epistemology and its paradigms (principally Realism and Liberalism) that are embedded in American social science are the main reference point for the discipline around the world. Smith underlines the fact that ideational thought in the world is "divided between the positivist theory that is practiced in the United States (...) and those, in various parts of the world, who are skeptical about the merits of Positivism" (Smith, 2002, p. 81). Consequently, the global debate appears to hold the epistemology, methods, and paradigms practiced in the United States as its core reference. Tickner and Weaver detect the lack of deeper research with a global perspective in International Relations theory, stating: "a limited number of studies have emerged on the contrast between the field of International Relations in the United States and Western Europe, but within a global perspective this is a ridiculously narrow view" (Tickner & Weaver, 2009, p. 1).

Nevertheless, the question that remains unanswered (and is probably the most neglected) is: to what extent do the epistemology, methods, and paradigms that underlie research in developing countries follow the model of the dominant approach in the United States? It is reasonable to assume that American theoretical contributions, when incorporated into epistemic communities in other parts of the world, are subsumed and turned into invisible concepts and practices produced regionally. The impact that paradigms such as realism and liberalism had on researchers and decision-makers in Latin America seems to be undeniable, but to what extent were such paradigms incorporated in a basic or pure way among International Relations communities in Latin America?

Latin American researchers (at least those belonging to the generations of the 70s, 80s, and 90s) cannot ignore the relevance of Dependency Theory, originally formulated by Cardoso and Falleto (1979) and presented in *"Dependência e desenvolvimento na América Latina"* (Dependency and Development in Latin America). It is reasonable to suppose that the concepts of the Theory of Dependence could have been entangled with Realist and Liberal ideas coming from the U.S., generating what Tickner (2002, 2009) called a "Latin Americanization of imported theories through a 'Latin America Hybrid model'—a fusion of concepts from dependency, realism and interdependence" (Tickner, 2009, p. 33-34, 2002). This conclusion is quite similar to that proposed by Maxi Schoeman, who investigated South Africa's community of International Relations scholars. When asked to respond to questions in a survey conducted by Schoeman, one professor of International Political Economy (IPE) said: "In IPE, in my opinion, we part ways with dominant Northern discourses. Dependency theory forms an important part of the curriculum to explore the politics of unequal development (...) I would argue that the way we teach (and were taught) IPE is with an intense sense of colonial and neo-colonial injustice" (Schoeman, 2009, p. 62).

At this point it is important to pose one question: to what extent does the theoretical debate—especially the so-called "third debate" between positivists and post-positivists—appear in Latin America? As Herz argues:

[t]he reflection on the history and nature of the discipline, which was so important for the development of the post-positivist debate in International Relations circles, did not take root in the region [Latin America]. Partly because most scholars working in the field presently graduated in social sciences, political science, history, or law, partly because the separation between international issues and domestic issues was never attainable in Latin America (Herz, 2010).

Generally, one more important question should be addressed: how is American influence perceived among Latin America communities of International Relations scholars with regard to both ideational and institutional influences and publications and contributions from American authors? Does Latin America still continue to be valid for the Hoffmann hypothesis?

This article uses as a starting point the data from the survey of the Teaching Research and International Policy (TRIP) project. The TRIP project has been in progress since 2004 and is hosted by the Institute for the Theory and Practice of International Relations, William & Mary College. Today it includes more than 33 International Relations communities around the world. TRIP project initially examines relationships between the education process and research development and thus analyzes the possible influence that an epistemic community in International Relations can exercise over the foreign policy of a country, as well as what the perceptions of international politics are. Latin America became part of TRIP in 2011 as a result of one of the surveys, in which four

Latin American communities of International Relations scholars in Argentina, Brazil, Colombia, and Mexico were included (Maliniak et al., TRIP 2011). In the 2014 survey, Chile was also included.

The largest communities of international relations are those of Brazil and Mexico (both account for 73% of the total). In total the approximate size of the five communities is 835 researchers. The five communities investigated in Latin America totaled 445 respondents' researchers.

**Table 1**  
**Total of researchers and answers by country**

Countries	Total researchers by countries	Respondents over the total	Response rate (%)
Argentina	82	47	57
Brazil	321	211	66
Chile	33	21	64
Colombia	115	61	53
Mexico	284	105	37

**Source:** Elaborated by authors based on Maliniak et al., TRIP 2014 Faculty Survey.

Beginning with the selection of data on methodology, epistemology, paradigms, and perceptions of American hegemony in the discipline of International Relations, this article explores the following research problems: to what extent do the methodological, epistemological and paradigmatic trends in Latin America still adhere firmly to the Hoffmann hypothesis of American hegemony? To what extent do the ideas and institutions, and the most influential authors and journals continue to reproduce in Latin America Hoffmann's perspective, according to which International Relations is an American social science? Our initial hypothesis is that for both problems, the evidence, as revealed by the TRIP data, points to the answer being positive; however, first, there are important challenges to American dominance, primarily in epistemic and paradigmatic aspects. Secondly, there is no consensus among the Latin American epistemic communities as to the perception of the influence of the discipline of International Relations outside the United States; that is, to imagine an American social science in terms of what Hoffmann thought more than four decades ago.

This article is divided into two sections: in the first, we analyze data from the last survey, carried out in 2014, which is related to methodological, epistemological, and paradigmatic outcomes, and we present a theoretical discussion based on these outcomes. In the second section, based on the data related to several aspects—institution, authors, and journals—we discuss key challenges to Hoffmann's hypothesis of the outcomes among communities of International Relations scholars in Latin America.

## Methodological, epistemological and paradigmatic challenges from Latin American scholarly communities

In recent decades, there has been some debate between different scientific communities of Latin American social scientists over whether the strong influence of American quantitative methods would lead to different research designs among new generations of researchers (Barasoul & Silva, 2016; Herz, 2010; Tickner, 2002, 2009). The discipline of International Relations did not escape this trend. However, is there strong evidence of such a quantitative trend in the 2014 TRIP data among Latin American communities?

Regarding methods, there is almost unanimous opinion that qualitative methodology is the most commonly used research tool. Except for Mexico and Brazil, 60 to 70% of the production of the rest of the countries utilizes qualitative methods. An important fact is that the methodology of policy analysis is felt to necessitate the use of more than quantitative methods, something counter to the idea of the strong penetration of quantitative methods in IR communities in the developing world. This finding is relevant as it shows the region is in line with what has been used in the United States, as well as demonstrating, even if indirectly, a latent resistance to the quantitative method.

**Table 2**  
**Key research methods by country**

Country	Argentina	Brazil	Chile	Colombia	Mexico
Main research method	Qualitative analysis				
Second main research method	Policy analysis				

**Source:** Elaborated by authors based on Maliniak et al., TRIP 2014 Faculty Survey.

More significantly, we can see that, as regards formal modeling, there is little penetration of these American methods into the IR community of Latin American internationalists, with as little as 5% at best reporting its use (as in Chile). There are communities that report usage near 0%, such as Mexico, Colombia, and Brazil. This finding somehow belies the perception of members from epistemic communities in Latin America, according to which the quantitative would be the methodological mainstream in teaching and research institutions on Political Science and International Relations in Latin America. For example, in an analysis of the approaches of political science journals published in Argentina, Brazil and Mexico, Carpícu (2014) observed some tendencies to a

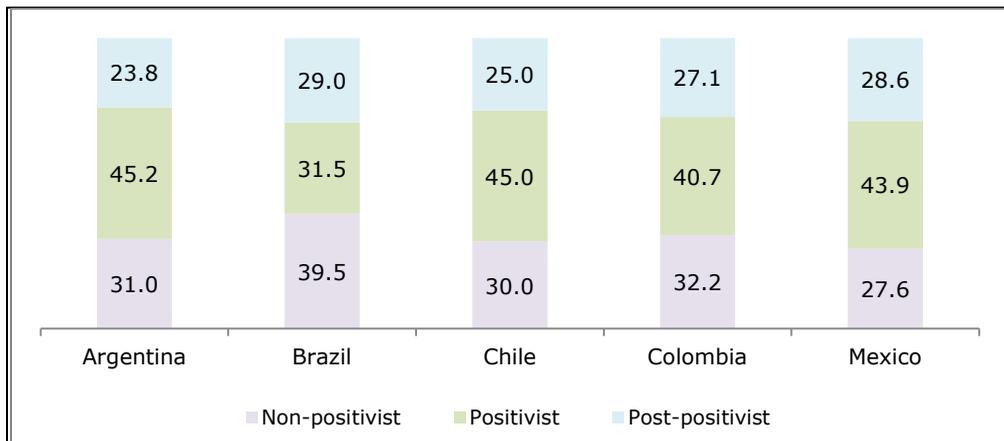
predominance of political science in the same way it is been produced in the United States. The author verified, thus, an empirical and quantitative orientation from the bibliographical production. Of the total of texts researched, 56.8% are empirical in nature, being that of this group, 54.3% use some quantitative technique.

An important observation to make at this point is that if these surveys correctly indicate preferences, then research using qualitative methods is not well represented, especially in those publications considered top journals. Editions of many journals come loaded with quantitative analysis articles or formal analyses, while articles with qualitative analyses are less numerous. Remember that *International Political Sociology (IPS)*, one of the journals published by the International Studies Association (ISA), was conceived because of the demand from part of the community of International Relations scholars who complained about the excessive quantification or formalized analysis in the journals published by ISA (Villa & Souza, 2014).

Therefore, if International Relations community members are reporting in large numbers their use of qualitative analysis and the use of policy analysis, we should be aware of three consequences: (i) first, there is a clear under-representation in top journals of studies using the methodological preferences of the majority of the International Relations community. This is a point that has been raised by Maliniak et al. (2011) and that the analysis of Latin American communities confirms. Second (ii), the fact that publishers prefer quantitative analysis and formalized articles already makes it difficult for part of the International Relations community to have articles accepted by the top American and European journals, which are published mainly in the United States, with a lesser number in Europe. This style is less accessible to researchers from Latin American countries, as mentioned above, because they are less trained to deal with analyses that use complex econometric and statistical calculations (Villa & Souza, 2014). Finally, (iii) the epistemological data tends to strengthen aspects of the western-periphery relations that the methodological analysis has already shown.

It is not uncommon to find phrases like "Rationalism dominates the mainstream literature of the discipline, especially in the United States" (Smith, 2000, p. 380) in the literature devoted to the theme of epistemological reflections. In epistemological terms, the data show a predominance of positivism. In four Latin American countries—Argentina, Chile, Colombia, and Mexico—epistemological positivism is the preference of communities, similar to the findings of TRIP 2011 (Tickner, Cepeda & Bernal, 2012). This means that it is difficult to find consistency in Smith's argument "about the disbelief that prevails in many parts of the world about the merits of positivism."

**Chart 1**  
**Position on positivism by country (%)**



**Source:** Elaborated by authors based on Maliniak et al., TRIP 2014 Faculty Survey.

However, even when it is correct to point out the dominance of positivism among Latin American communities, this finding is not sufficient to attest the Latin American community itself as positivist; for example, Brazil clashes with the positivist trend because it is the only country where the non-positivists outweigh the positivists. Also, Brazil is the country with the largest share of post-positivists (although close in percentage terms with other countries). Moreover, it is important to emphasize two aspects: first, the proportions in which the evaluated countries are divided according to the three epistemological categories (positivism, non-positivism, and post-positivism) show that general epistemological choices are diverse; thus, it may not be said that a category has been epistemologically erased. Second, the data tend to strengthen a certain 'epistemological hybridism:' this is because the positivist prevalence is balanced by the fact that the choices for non-positivism and post-positivism are high (accounting for about 55–60% of epistemological choices).

In fact, there is no epistemological purity, but epistemological diversity, as shown in Chart 1: there is a plurality of epistemological choices in the five Latin American research communities, taking into account that there is a reasonable minimum number of researchers who relate their scientific work exclusively to one of these three categories.

On the other hand, it is true that the average of the choices for non-positivism accounts for slightly more than one third. However, non-adherence to positivism does not necessarily indicate an attitude of open questioning of positivism (and its main exponents realism and liberalism), but could indicate that the research findings for alternative epistemological Positivism are not yet available. The most striking conclusion is that there is good acceptance of the post-positivist epistemological perspective among the five Latin American countries. It means that more than a quarter of the researchers on international relations could be called as post-positivists.

The tendency to hybridism tends to be reinforced by the question on the assumption of the rationality of the actors. There is a consensus among the five communities in declaring in high rates that their research is based both on assumptions of rationality of the actors as well as alternative approaches that do not assume the rationality of actors. So it is also significant that on average, almost one fifth of the respondents in the five Latin American countries (18%) report that they do not assume the rationality of actors, which also challenges the other academic myth that the Latin American IR community is strongly rationalist.

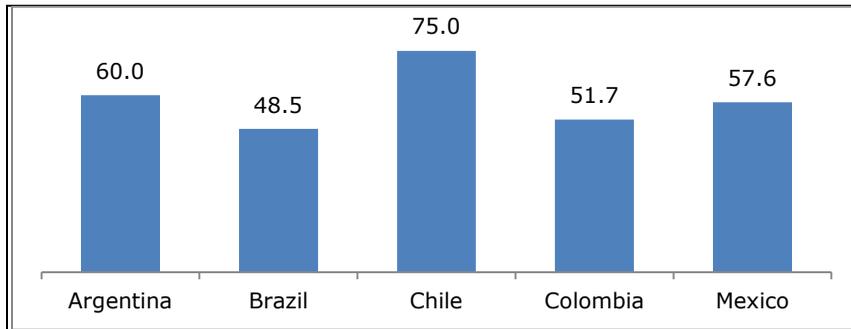
Still on methodological aspects, one recurrent perception in theoretical studies is the dominance of the international framework of rational choice in the analyses. One of the consequences is that the assumption of rationality of the actors has displaced the third debate, from the dichotomy of positivist versus non-positivists, to the category rationalists versus not rationalists, currently recalled from the second debate. This has focused on the methodological aspects. Thus, the idea that scientific communities assumed rationality of the actors was largely disseminated. As Stephanie Neuman notes:

Rational choice theory has proved also problematic to an analytic tool in the Western setting (and to some social scientists in the Western setting too). It assumes that any chosen behavior can be understood as optimizing material self-interest. In class, many of my students and I wondered how can we make the assumption? Could that all decisions and human acts are a means to self-interested, material end in all cultures. How does one know this empirically? (...) Intuitively we felt the strength of a body of theory that ignores cultural variety is suspect (Neuman, 1998, p. 5).

In summary, in what regards epistemological aspects, the five Latin American communities seem to follow a dual pattern, which rests on the rationality of the actors for a lot of researchers, and does not assume rationality for many others. In this sense, they presented an average of 58.5% of respondents that assume the use of both different starting points to develop their research, as shown in Chart 2, and highlighted by Donald Puchala:

Contemporary Western thinking about international relations has had little to offer to explain, or to evaluate the significance of, the embittered tone, the complex motivations, the mythological underpinnings, or the historical dynamics of North-South relations. The main reason for this is that for a very long time (...) Western theorists have not been sufficiently concerned with the impact of the culture and ideas upon among states and people (Puchala 1998, p. 150).

**Chart 2**  
**Percentage of respondents that assume both the rationality of actors and alternative approaches that do not assume the rationality of actors**



**Source:** Elaborated by authors based on Maliniak et al., TRIP 2014 Faculty Survey.

It is interesting to observe this dual standard in the research developed in the region, since most of it is influenced by critical perspectives and historical approaches; this is because, whether through French or English influence, or even that of historical materialism, communities eventually merge and blend different perceptions of the actors. This is also because they are sometimes rational and endowed with 'ideal' conditions for the decision making process, or sometimes the actor is circumscribed into a historical and material structure that impels him to act in a certain way and not another, and is considered more 'rational'.

Therefore, there is not a pure positivism (or 'puritan'), but a kind of theoretical syncretism, in which the core is a hegemonic theoretical amalgam according to local characteristics, or as pointed out by Tickner "geocultural epistemologies" that reproduce locally the hegemonic core (Tickner, 2009). A pure version of the mainstream theory condemns national communities of International Relations outside the United States and some European countries to an isolationist theory. An illustrative quote is helpful in that regard Stephen Walt's commentary on the persistent dominance of Anglo-Saxon scholarship in IR.

I'm still struck, [he states] by the relative dearth of 'big thinking' on global affairs from people outside the trans-Atlantic axis, including continental Europe. And by 'big thinking' I mean ideas and arguments that immediately trigger debates that cross national boundaries, and become key elements in a global conversation (Walt, 2011).

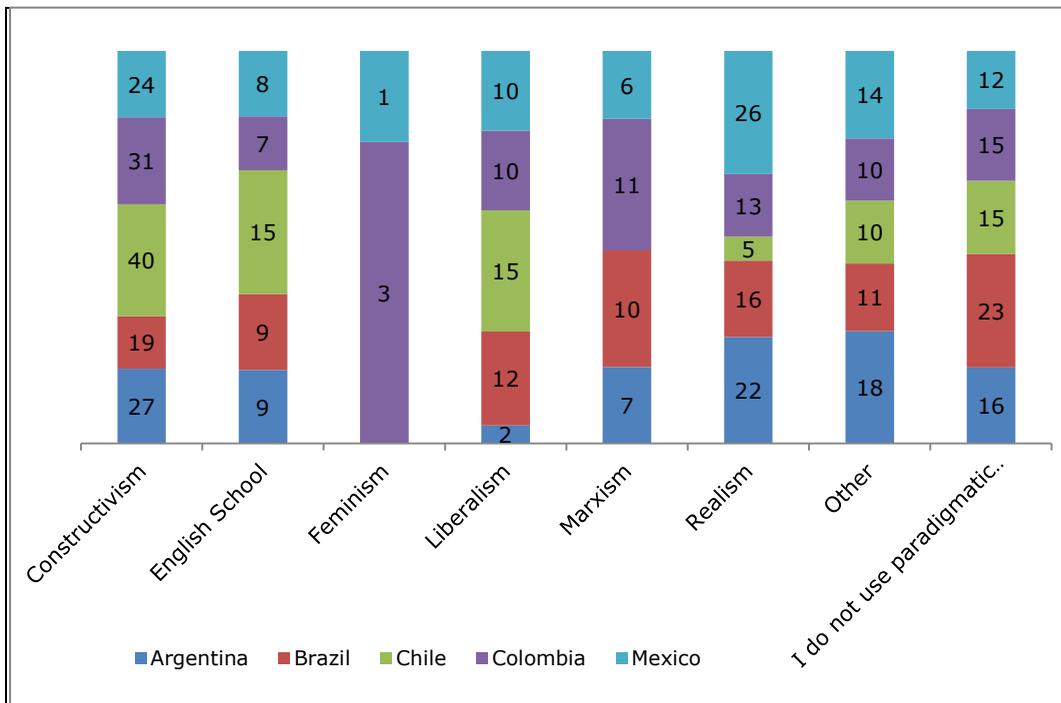
This type of theoretical miscegenation that challenges the possibility that 'pure theory' be reproduced beyond the IR core is fairly consistent with what Tickner (2009, 2002), Escudé (1998) and Ayoob (1998) respectively have called "Latin American hybridism", "peripheral theory" and "subaltern realism". As one Turkish scholar points out to Aydinli and Matthews:

you won't see an Alexander Wendt in Turkey because Wendt was writing from Wisconsin. In other words, even if actual theory construction does take place in Turkey, it will not likely be the same as that carried out by core IR scholars (Aydinli & Matthews, 2009, p. 214).

The different views about paradigms also reinforce some of the trends observed in the methods and their epistemological aspects, as was possible to see here.

In terms of paradigms, with the exception of Mexico and Brazil, the IR communities of Latin America declare themselves to be mainly Constructivist, as can be seen in Chart 3. In Mexico, the preferences for realism are slightly higher than those for constructivism. However, it should be stressed again that these preferences exist within something like a paradigmatic hybridism (Tickner, 2009). With the exception of Chile, realism continues to be popular, and in some cases such as Argentina, Brazil and Mexico, the percentage of those who utilize this paradigm is not so different from those using the constructivist paradigm. Also, to a lesser extent, Liberalism, the English School and Marxism (the latter with the exception of Chile) also have a reasonable acceptance rate.

**Chart 3**  
**Current paradigmatic choices by country (%)**



**Source:** Elaborated by authors based on Maliniak et al., TRIP 2014 Faculty Survey.

What could explain this preference for Constructivism? In order to comprehend this finding, it is important to recover the background of epistemological discussion

through recent decades. We live in a time in which mainstream works have called attention to "the lack of a clear research program in the reflective agenda named nascent constructivism". According to Keohane, reflexivist approaches lack a "research program (...) [so] they would remain on the margins of the field, largely invisible to the preponderance of empirical researchers, most of whom explicitly or implicitly accept one or another version of rationalistic premises" (Keohane, 1988).

Contrary to Keohane's arguments, the popularity of Constructivism today is largely the result of the "boom" of Constructivism during the 1990s. Consequently, the focus of the epistemological and ontological debate has changed, and the target of epistemological 'denial' also has changed its focus. It is accepted that Constructivism, particularly its 'scientific version', affirmed by Wendt (summarized in the book *Social Theory of International Politics*, 1999), has achieved legitimacy in the positivist mainstream. Accordingly, Katzenstein, Keohane and Krasner (1998) heralded the emergence of a new debate, this time between Rationalism and Constructivism. In their words, Constructivism "offers a general theoretical orientation and specific research programs that can rival or complement rationalism" (Katzenstein, Keohane & Krasner, 1998, p. 675). Or even "what separates critical constructivism and post-modernism is the acknowledgment by critical constructivists of the possibility of a social science and a willingness to engage openly in scholarly debate with rationalism" (Katzenstein, Keohane & Krasner, 1998, p. 677).

On the other side of the argument, with the new axis of debate identified (Rationalist versus Constructivist), the post-Positivist became the place of 'the excluded' or 'exiles' and were labeled 'reflexivists' in the late 80s. Nevertheless, no other great debate arose in the 2000s. On the contrary, as Lake (2013) pointed out, what came in the 2000s was a certain disdain with great debates and the loss of space of the traditional positivist paradigm. Stephanie Newman – the author who has organized one of the few books focusing on the production of International Relations theory in the Third World – strengthens that idea:

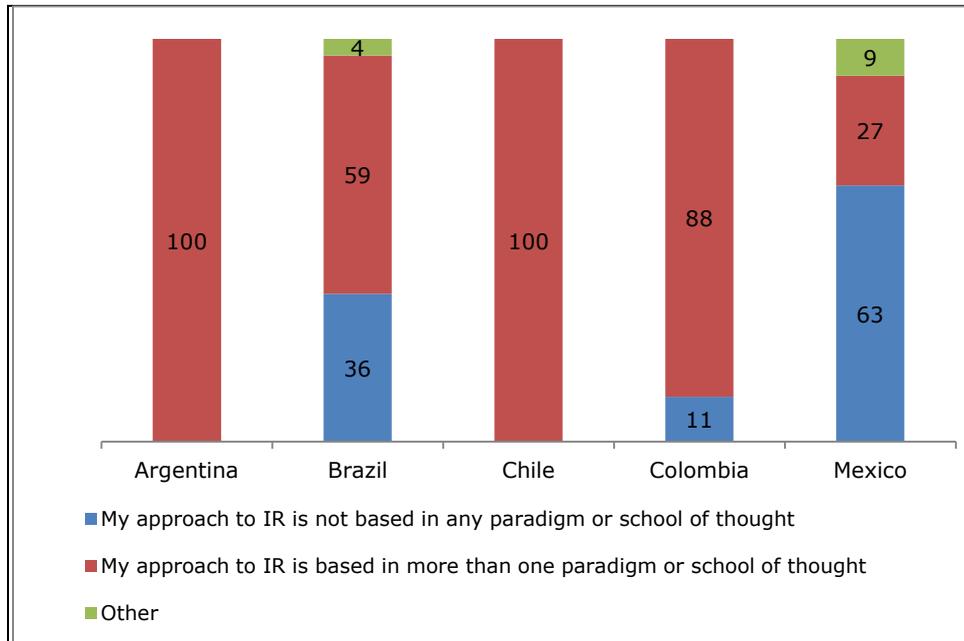
Realism, neorealism, and neoliberalism are under attack from many quarters or many grounds, but the apparent fissure between theory and empirical reality in the Third World remains virtually unexamined. Even the so-called critical theorists, whose assaults on IR theory have been the most vigorous, have all but ignored these issues (Neuman, 1998, p. 2).

Similar arguments are raised by David Puchala:

[t]he experience of the Third World can be forced into the conceptual categories of conventional Western theorizing about International Relations. But the explanations that result are at least wanting in richness if not also in interpretive validity (...) A realistic analysis, for example, would reveal that in the world of states most of those in Asia, Africa, and Latin America are

deficient in power and most predominantly Third World societies are therefore inconsequential in world politics (Puchala, 1998, p. 149).

**Chart 4**  
**Use of paradigmatic analysis by country (%)**

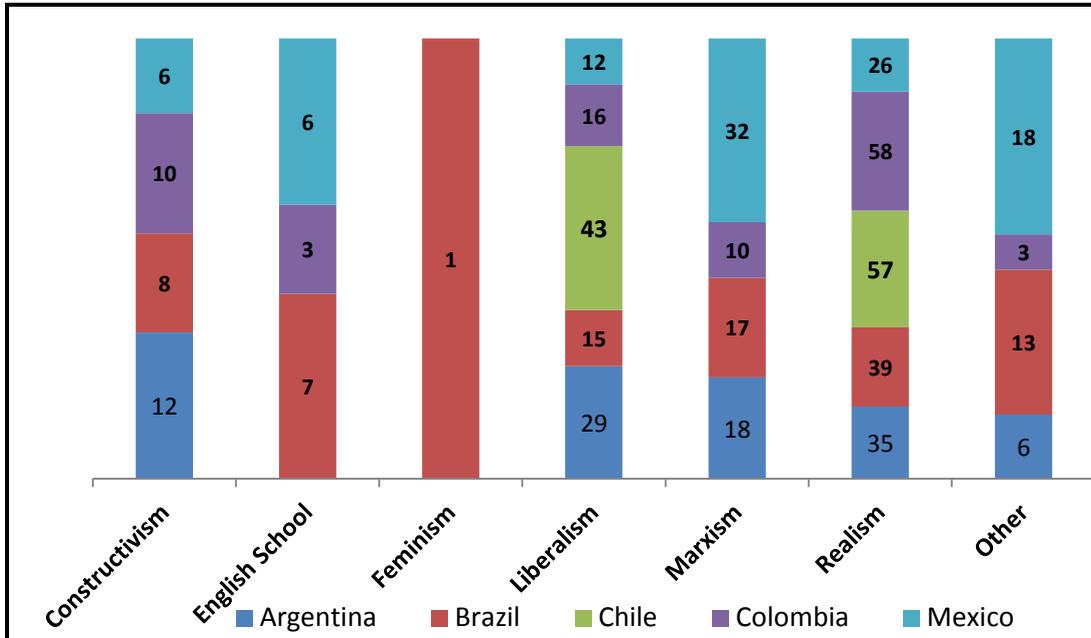


**Source:** Elaborated by authors based on Maliniak et al., TRIP 2014 Faculty Survey.

There seems to be a certain exhaustion of the 'monolithic' use of paradigms, at least in several of those national communities of researchers. And once more, the communities tend to affirm that their analyses are not necessarily tied to a single paradigm. In the four communities (except for Mexico), most respondents indicated in their responses that "My approach to IR is based on more than one paradigm or school of thought" as can be seen in Chart 4. In some cases, such as Argentina and Chile, 100% of the IR community adopts this position, and in cases like Brazil and Colombia, this percentage ranges from 59% to 88%. In Brazil, one part of the community also claims not to adopt any paradigm (36%)—this group represents more than a third of their IR community.

In other words, these data seem to take us far from the conclusion Smith arrived at: "the main debate in the discipline for the next decade will indeed be between rationalism and constructivism." (Smith, 2000, p. 380). According to other authors (Lake, 2013; Dunne, Hansen & Wight, 2013; Brown, 2013) no other 'great debate' has arisen. The exhaustion and paradigms of debates formulated from the mainstream seems somewhat plausible.

**Chart 5**  
**Initial paradigmatic choices by country (%)**



**Source:** Elaborated by authors based on Maliniak et al., TRIP 2014 Faculty Survey.

Some very relevant information is that, despite this hybridism, there has been a process of migration from traditional schools of thought (realism, liberalism, and Marxism) to alternatives (mainly constructivism and the English school) or "other," researchers who have left the traditional paradigm, but at the same time stating that "I do not use paradigmatic analysis". This migration has moved more strongly away from realism than any other traditional paradigm. Four of the analyzed communities (Argentina, Brazil, Colombia, and Chile) started with a strong reference to realism (actually more than a generation of scholars began in the IR discipline through realism). Including Mexico, where Marxism and realism were very influential, many of their researchers tend to have the same changing trend as recorded in other countries. In other words, the hybridism was also not a constant but a consequence, because the IR discipline was, in principle, very influenced by realism.

In sum, the Latin American communities surveyed tend to have a great diversity of epistemological perspectives and also tend to accept as many largely post-positivist paradigms as those who tend to migrate from the original paradigm. They move away from the theoretical biases of so-called mainstream debates more frequently than in the United States. Among these reasons we can enumerate: i) a high acceptance of sociological traditions; ii) a less intense involvement in academic intra-paradigmatic

rationalist debate (i.e. neo-realists and neo-institutionalists) and iii) these debates tend to arrive late from almost everywhere to the periphery (Villa & Souza, 2014).

### The American influence on the discipline in Latin America

As is well known among researchers of International Relations in the late seventies, Stanley Hoffman wrote a remarkable article in which he argued that International Relations was primarily an American discipline, signaling thereby the broad domain and influence of theories, paradigms, and methods practiced in the United States in regard to the universities of the rest of the world (Hoffman, 1977). This idea of the American prevalence among the discipline of International Relations is reinforced by cyclical production in the literature (Hoffman, 1977; Alker & Bierstekerr, 1984; Holsti, 1985; Waever, 1998; Smith, 2000; Aydinli & Matthews, 2000; Kristensen, 2012) that, since the work of Stanley Hoffman, has been tasked to disseminate and validate with evidence the idea that International Relations is an American science. There is, therefore, a predominance of epistemology, ontology, and methodology produced in the United States, with its strongly positivist and rationalist nature.

This reflection leads again to the following question: is the discipline of International Relations dominated by the United States in the Latin American cases studied. In the results observed from the analyzed data, one can see a dissonance among Latin American countries, particularly regarding Brazil's position, and to some extent in Mexico's position, as can be observed in Table 3:

**Table 3**  
**Perspective on the dominance of the**  
**United States in the discipline by country (%)**

Opinion	Argentina	Brazil	Chile	Colombia	Mexico
Strongly disagree	9.09	22.77	0	5.88	4.65
Disagree	13.64	57.43	9.09	8.82	32.56
Neither agree nor disagree	22.73	1.98	9.09	11.76	13.95
Agree	50	8.91	72.73	58.82	39.53
Strongly agree	4.55	8.91	9.09	14.71	9.3

**Source:** Elaborated by authors based on Maliniak et al., TRIP 2014 Faculty Survey.

In a clear example of the disagreement between epistemic communities in the Latin American region in Argentina, Chile, and Colombia, the majority considered International Relations a predominantly US discipline, especially in Chile. In Brazil, there is a notable percentage, approximately 80%, who disagree or strongly disagree with this statement. Furthermore, Mexico's position showed that, although its community is so

physically close to the United States, it is divided on the greater or lesser dominance of the US influence in the discipline.

On the question of the future of the discipline and the pursuit of greater autonomy from the American tradition, communities also tend to divide: Argentina, Chile and Colombia recognize American dominance (this does not mean they are not autonomous communities); on the other hand, the Brazilian community and the Mexican one in sequence seem to strive for disagreement as to the unchallenged predominance of the United States in the discipline. It is noteworthy, for now, that both communities are the majority in absolute terms in Latin America.

In addition to these perceptions on the relative dominance of the American discipline in Latin America, it is interesting to see what the expectations for researchers about doing a PhD in an American university are.

In terms of degree of educational background, Brazil and Mexico have the community with the most numerous PhDs. In addition, as they are the most numerous, both communities present the largest number of PhDs in absolute terms. Colombia and Argentina, in turn, are the countries with fewer PhDs, representing half or less of their communities. The conclusion that can be drawn is that there are asymmetries in the completion and absorption of PhDs throughout IR communities in Latin America. Furthermore, in general terms, there is a deficit of PhDs in the Latin American IR community. Even Brazil and Mexico hardly have high rates if one considers that in the United States the percentage of PhDs is 95.7% and in Turkey it is 93.48%. The number of PhDs in some Latin American countries like Brazil and Argentina are comparable to India (and South Africa).

**Table 4**  
**Percentage of doctors and masters by country**

	<b>Doctorate</b>	<b>Master</b>
<b>Argentina</b>	50	34.78
<b>Brazil</b>	78.33	16.26
<b>Chile</b>	57.89	42.11
<b>Colombia</b>	48.33	48.33
<b>Mexico</b>	75.76	20.2

**Source:** Elaborated by authors based on Maliniak et al., TRIP 2014 Faculty Survey.

These data above are related to how US institutional influence is perceived. It means that the deficit of PhD internationalists in Latin America is aggravated due to the strong belief Latin American researchers have in American universities and their leading doctoral programs in the field of International Relations. The data show a large convergence related to what the main doctoral programs for an academic career are. For the respondents, the choice of Harvard was predominant and present in all countries. In

sequence, the following are present in four countries: London School of Economics and Politics, Princeton and Oxford.

Such choices reflect a consensus among academics in the five countries of the region as to what they consider the best programs for the training of PhDs, and the data indicate a preponderance of American and British programs. Little is known in Latin America about the impact of PhDs who graduated in the U.S. and U.K./Europe on the Latin American national educational systems. Tickner (2009) signaled that till the end of the first decade of 2000 an overwhelming majority of professors who taught international relations at five leading institutions in Latin America area were earned their PhDs in the United States and Latin America: 33% in the United States; 50% in Europe, and 16% in Latin America or in-house. Such data about the North American and European programs reveal much about the lack of a greater number of qualified and highly institutionalized doctoral programs in Latin America in the field of IR.

This also shows an impact on the deficit of PhDs, and, certainly, in terms of impact on research and teaching, the fact that most of the PhDs are graduated in North America and Europe is relevant for understanding the origin from both nature and geographical socialization of epistemic, paradigmatic, and institutional influences that prevail among epistemic communities of international relations in Latin America. For example, some of the major and oldest PhDs programs in international relations in the region are in Brazil (at the University of Brasília and the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro). Yet these programs can be considered relatively new because they only date back to the early 2000s.

**Table 5**  
**Doctoral programs leading to an academic career (%)**

Argentina		Brazil		Chile		Colombia		Mexico	
Harvard University	65.0	Harvard University	62.0	Harvard University	62.0	Harvard University	76.0	Harvard University	69.1
Columbia University	50.0	University of Oxford	46.3	University of Oxford	46.3	London School of Economics and Political Science	52.0	Columbia University	47.3
Princeton University	45.0	London School of Economics and Political Science	42.6	London School of Economics and Political Science	42.6	University of Oxford	44.0	Yale University	40.0
London School of Economics and Political Science	35.0	University of Cambridge	35.2	University of Cambridge	35.2	Stanford University	40.0	University of Oxford	32.7
Yale University	25.0	Princeton University	34.3	Princeton University	34.3	Yale University	32.0	Princeton University	30.9

**Source:** Elaborated by authors based on Maliniak et al., TRIP 2014 Faculty Survey.

Another fact that has an impact on the perception of American dominance among Latin American communities of scholars in International Relations is derived from the institutional perception about the meaning of getting a PhD at an American university. It means that for the majority of the respondents; a student who has done their doctorate or part of it in the United States, is more likely to become a career academic than one who has studied only in their home country, as can be seen below:

**Table 6**  
**Greater or lesser expectation of success for those who obtain a PhD in the United States (%)**

Argentina		Brazil		Chile		Colombia		Mexico	
Yes	52.3	Yes	49.7	Yes	83.3	Yes	79.7	Yes	59.6
No	31.8	No	38.2	No	5.6	No	13.6	No	31.9

**Source:** Elaborated by authors based on Maliniak et al., TRIP 2014 Faculty Survey.

It can be noticed that in almost all countries the majority in the academic communities believe that it is more likely that a student who has finished a doctorate in

the United States will have better chances of professional success. Therefore, there is a clear perception of how much value this adds to the student's intellectual development. However, there is a slight difference in terms of percentage balance among the academics in Argentina, Brazil, and Mexico on the one hand, and Chile and Colombia on the other, as observed in Table 6.

For Brazil and Mexico there is a majority who believe there is an increase and value in such experience in the U.S. Nevertheless, there are a significant number of researchers who do not believe this statement. That is, there are some researchers that don't necessarily believe that the young academics who conduct research in the United States will access their own labor market more easily than in other countries. Unlike in Chile and Colombia, the majority of researchers see the academic experience in the United States as an unquestionable gain in terms of comparative advantage to get a placement on return to any of these countries of origin.

How can one explain the difference among perceptions as concerns U.S. dominance over IR in the training of PhDs, especially when one considers the Brazilian case? It is also frequently assumed that communities outside the U.S. share the same level of training in International Relations. For instance, one thing that should be taken into account is the fact that the acquisition of theory in the developing countries may be filtered due to the inequality among local academic groups and also by the commitment to the theory of these groups. Aydinli and Matthews (2009) have called attention to the fact that in Turkey there is the division between one core group and one "non-elite" group and that this division "operated like a domestic core and periphery."

In addition, Tickner has also drawn attention to the same issue in Latin America:

The field may be described as a multi-tier structure in which distinct national and regional nodes coexist and sometimes overlap. To begin with, there is a small group of seated scholars primarily in Argentina, Brazil, Mexico, and Colombia at the top-notch universities that are highly integrated with the discipline's core, albeit in a subordinate role (Tickner, 2009, p. 45-46).

For this reason, it is important to note the conclusion reached by Thomas Biersteker: "the existence of an emerging global discipline of International Relations is contested, given the significance of the differences that remain among its many national and regional variations" (Biersteker, 1999, p. 3).

Conversely, the discussion on the American influence in Latin American communities can be seen from the other angle. It is regarding the most influential authors of International Relations. At this point, scholars in the region also tend to have similar views, as shown in Table 7. This becomes interesting to the extent that it turns out that everyone had and has access to global literature and shares a very close perspective to American and European scholars.

**Table 7**  
**Most influential authors of the discipline of**  
**International Relations by country (%)**

Argentina		Brazil		Chile		Colombia		Mexico	
Alexander Wendt	45.7	Alexander Wendt	35.3	Alexander Wendt	46.7	Alexander Wendt	48.1	Robert O. Keohane	28.4
Robert O. Keohane	25.7	Joseph S. Nye Jr.	32.4	Joseph S. Nye Jr	40.0	Joseph S. Nye Jr.	30.8	Alexander Wendt	18.9
Barry Buzan	25.7	Robert O. Keohane	30.0	Robert O. Keohane	33.3	Kenneth Waltz	25.0	Joseph S. Nye Jr.	17.6
Robert W. Cox	20.0	Barry Buzan	27.1	Francis Fukuyama	20.0	Barry Buzan	23.1	Kenneth Waltz	13.5
Joseph S. Nye Jr.	20.0	Kenneth Waltz	21.2	Samuel P. Huntington	20.0	Robert O. Keohane	23.1	Samuel P. Huntington	10.8

**Source:** Elaborated by authors based on Maliniak et al., TRIP 2014 Faculty Survey.

Three American authors, Alexander Wendt, Robert Keohane, and Joseph Nye Jr., respectively, lead the ranking in four countries. Following these, the authors Kenneth Waltz (also from the U.S.) and Barry Buzan (from Canada) are highlighted in three of the five countries. It is remarkable that in Argentina the author Robert Cox, an author out of the mainstream, also obtained a notable mention. As may appear in the TRIP survey of 2011, the first 10 scholars who are indicated as the ones that have influenced the field of International Relations are mostly from the U.S. (Maliniak et al., TRIP 2011; Villa & Souza, 2014). There is no mention of authors from the developing world, including authors from Latin America.

Thus, one can note that such a group of influential authors, most in the liberal, realist, and constructivist camps, reinforces the idea among researchers and teachers in Latin American countries about which is the dominant epistemological perspective and what the paradigms that should be taught are.

On the other hand, the spread of the idea of the existence of three 'great debates' (realism vs. idealism; behavioral vs. non-behavioral realism; realism and positivism vs. post-positivism), may have had an effect on the contents of what is taught in the courses in Latin American institutions of International Relations. Therefore, it is not strange that an epistemologically-oriented perspective, which has had a direct effect in the International Relations theory courses at the graduate level, are so organized taking into account the dominant paradigms. This is not only because, evidently, the organization of courses should reflect hegemonic content that is accepted, but also because the idea that professors should not deprive students of the fundamental epistemological contents of their education, of course most positivist in nature, is consensual.

Similarly, introductory courses on International Relations theory are organized taking into account the general perception of the epistemological domain. In general, IR

theory education is focused on strong traditional paradigms, in descending order: realism, liberalism, constructivism, and Marxism (Maliniak et al., TRIP 2011). The reasons for this are the idea that a group of dominant paradigms arose in the last 50 years, mainly positivist in nature, and so it may be that the positivist literature is the most influential and widely disseminated at the international level. It is not uncommon in the literature to find phrases devoted to the thematic of epistemological reflections like, "Rationalism dominates the mainstream literature of the discipline, especially in the United States" (Smith, 2000, p. 380).

As a practical consequence, a program for graduate students in a course on International Relations in Latin America could never fail to include works such as *Politics among Nations* (Hans Morgenthau); *Theory of International Politics* (Kenneth Waltz); *Power and Interdependence* (Robert Keohane and Joseph Nye); *After Hegemony* (Robert Keohane); *Social Theory of International Politics* (Alexander Wendt); and *The Tragedy of Great Powers* (John Mearsheimer). The consequence for teaching in courses of IR for Latin America is an affirmation of the positivist literature. In her research, Tickner found that 53.3% of the leading IR theory courses in Latin America are organized on the basis of realism (classical and neorealist) and Liberalism (classical, interdependent, and neoliberalism). Other paradigms as Marxism and neo-Marxism are less used to teaching IR theory (Tickner, 2009, p. 42).

Such data mentioned above offset some optimism about the increase of graduate courses in international theory, research and production beyond the U.S. borders. As pointed out by Aydinli and Matthews:

The major common underlying factor behind these optimistic assertions has been the understanding that international studies outside the United States are flourishing (Aydinli & Matthews, 2000, p. 291).

Nevertheless, it is still not clear what is the nature and content of the studies conducted in the periphery. In fact, a large number of works scrutinizing the epistemological production in international studies (the same stacking of arguments about the North American influence in discipline of International Relations) is based on the assumption that either other countries share the same ontological and epistemological views as the US, or they place themselves against North American theories by rejecting these views.

In fact, this assumption may be covering up the truth and/or could express a lack of knowledge of how the theory actually works in the rest of the world, especially outside of the United States. Firstly, the research conducted by Tickner in early 2000 has shown that International Relations courses taught in Latin America are mainly based on positivist frameworks. The majority of them include classic texts (state-centric and non-state-centric) in their programs (Tickner, 2002, p. 92). When analyzing the case of Latin America, Monica Herz adds,

The programs of courses on international relations theory are particularly similar to those found in North American or English-speaking universities. The inclusion of texts by authors from Latin American or from other regions is extremely rare (Herz, 2010, p. 1-2).

An American influence on Latin American communities can be qualitatively defined by observing the representation of scholars in international journals. Latin American scholars recognize some journals as those that publish articles with the greatest influence on the discipline. This is the reason why it is also important to ascertain which journals are considered the most influential to the IR discipline, in order to determine if the positions are also similar as proven with respect to the most influential authors in the field. In Table 8, we can analyze the percentage of choices for each journal separated by country.

**Table 8**  
**Most influential journals for the IR discipline**

Position	Argentina	Brasil	Chile	Colombia	Mexico
1	International Organization	Foreign Affairs	Foreign Affairs	Foreign Affairs	Foreign Affairs
2	International Security	International Organization	Foreign Policy	Foreign Policy	International Organization
3	World Politics	RBPI	International Studies Quarterly	International Organization	Foreign Policy
4	Millennium	International Security	World Politics	American Journal of Political Science	International Security

**Source:** Elaborated by authors based on Maliniak et al., TRIP 2014 Faculty Survey.

International Relations community members strengthen the highlighted finding that the ranking of journals in the international academic world remains insular, focusing on American and European journals. In the pages of these journals, there is a strong dominance of American academics, or at least of academics working at American universities, confirming the results of a survey by Breuning, Bredehoft and Walton (2005). This also applies to some of the so-called "sub-disciplines" of International Relations, such as foreign policy analysis (Foreign Policy Analysis). For example, in a journal by the same name, between 2005 and 2010, 80% of authors were working in American universities, with other authors based in institutions from the 'global north.' In other words, no article was written by authors from universities in the 'south:' neither in Brazil or any other country (Breuning, 2010).

By observing the data, we can see that the answers tend to be very similar, which also reflects an affinity in terms of choice of reference material, as well as a similar

view about the main specialized publication in each area. From the above journals, the one that obtained more mentions was *Foreign Affairs*, with an average of 50%. In order, International Organization and International Security obtained highlighted rankings in four of the five countries, averaging 32% and 27%, respectively.

Journals closer to international policy than to theoretical discussions such as *Foreign Affairs* and, to a lesser degree, *Foreign Policy*, are recognized in four of the five cases in these rankings, which could be related to the fact that most Latin American Scholars consider that academia and policy practice should be linked. Brazil is the only case where scholars rank a national journal (*Revista Brasileira de Política Internacional*) as one of the most influential for discipline discussions, something that invites one to think about the development of the field in this country and its insertion into global debates. Argentina is the only country where a non-mainstream journal—*Millennium*—is considered among the top four influences in the discipline, which suggests that alternative and critical approaches are more valued for scholars from this country than their peers in the rest of Latin America.

Linguistic parochialism in international relations in the United States has helped to affirm in Latin American IR communities the idea of the selective relevance of authors, publications, and paradigms and, on the other hand, the irrelevance and invisibility of production elsewhere in the world. As Biersteker Thomas points out:

Linguistic parochialism has created equally vexing problems for the creation of a global discipline. Much of the literature on most theoretically sophisticated situations of Latin American dependency was simply out of reach for most Americans unable to read Spanish. Fernando Henrique Cardoso and Enzo Faletto's pioneering work 'Dependency and development in Latin America', originally written between 1965 and 1967 did not exist for most North Americans until the English language edition was published in 1979 (Biersteker, 1999, p. 6).

Perhaps nowadays it is not accurate to say that most of the discipline of International Relations is divided epistemologically, ontologically, and methodologically, but rather geographically. Much of the academic community is heard of in the 'great journals' only when the topic of the day in the United States is specifically about a country or a region, as Kristensen (2012) addresses. South American academics only tend to be heard when the matter being dealt with is South America itself.

However, it is important to note that parochialism may also be intensified because academics from South America do not communicate enough among themselves. The TRIP report for Latin America 2011 (Tickner, Cepeda & Bernal, 2012) remarks, for example, that many among the most influential authors who teach and research at Latin American institutions do not research or teach in Brazil. And in this region, Brazil is the largest International Relations community. To be more precise, among the most influential authors from that report, there is a Brazilian who only teaches and researches

in Argentina. Actually, this fact, presented by the TRIP Latin America report, does not seem to reveal that there are *no* influential Brazilian authors; on the contrary, their colleagues of Hispanic origin are unaware of, or do not read their works, as they are written in the Portuguese language.

In general, the trend in Latin American Communities is to recognize that it is almost a paradox that among the most influential journals, it is almost impossible to publish either an academic or policy-oriented article or essay. For example, until 2015, in what is considered the most prestigious academic journal in the International Relations area: *International Organization* (one of the journals published by the International Studies Association), only one Brazilian author published an article, and only as a co-author.

The perception about American hegemony remains high among communities of International Relations researchers in Latin America. It is possible to measure it in many aspects (ideational, institutional paradigm) when it comes to the most influential authors and journals. However, there is some degree of dissidence, especially in the Brazilian community. It is certain that the interests in autonomous research, more institutionalization of the discipline, and the size of the community can be important factors for explaining said dissidence.

Additionally, in some cases, it may not be possible to dismiss the position of a country in the power structure. As for Brazil, the dissident position of its community could be related to the projection of the country in international politics, especially in the last 15 years, as it has become one of the ten largest economies in the world. It also has renewed its military systems and has set up political arrangements, such as the greater 'south-south' approach and the projection of its leadership in South America. Such phenomena may have stimulated the local community to leverage its position as regards American hegemony in the discipline.

## Conclusions

In epistemological terms, the results of the 2014 TRIP survey show the predominance of positivism. In four Latin American countries, namely Argentina, Chile, Colombia, and Mexico—epistemological positivism is the preference of those academic communities. As was already evident in the 2011 TRIP, Brazil goes against this trend because it is the only country where the non-positivists outweigh the positivists. Also, Brazil is the country with the largest number of post-positivists (although close in proportional terms with other countries).

However, it is important to emphasize that the data showed by this article tend to strengthen the Hoffmann (1997) concept that the discipline of International Relations is indeed dominated by the epistemological, ontological, and methodological perspectives of the United States. In addition, American dominance is balanced by the fact that the choices for non-positivism and positivism are high.

In other words, there is no American epistemological purity, but an American epistemological dominance that is balanced by other epistemological perspectives beyond the positivist ones present among the theoretical tools used by Latin American researchers, at least in those five countries evaluated. Nevertheless, the article highlights that Brazil seems to be the main dissident, and this is a relevant fact because in quantitative terms, the Brazilian community of International Relations academics is the most numerous among those in Latin America. As the 2014 TRIP data show, Brazil accounts for 45% of the members of these five Latin American epistemic communities of international relations (330 out of 830).

Certainly the theoretical miscegenation we observe doesn't mean a complete rupture with the U.S. mainstream, but it does mean adaptation to the comprehension of Latin American reality. As an example, some researchers from peripheral countries have been trying to mold core theories to the reality of their own countries.

By thinking of new categories, without renouncing the general premises of core theories, Carlos Escudé (1998, p. 56) assessed the thesis that the international system is not anarchic in peripheral countries; it is, on the other hand, a hierarchical system. To better understand the meaning of the substitution of 'anarchy' to 'hierarchy', Escudé proposed a 'peripheral theory', which he believes to be "the formulation of concepts, explanatory hypotheses, and normative judgments specifically applicable to peripheral states, that is, states relatively devoid of power resources" (1998, p. 56).

Mohammed Ayoob is another scholar who made an important contribution to the list of concepts that summarize the 'melting pot' of the Western perspective of the realities in the periphery, by proposing the concept of 'subaltern realism'. According to Ayoob (1998, p. 44-45), "the experience of the subalterns in the international system is largely ignored by the elitist historiography of the system popularized by neorealists and neoinstitutionalists".

Nevertheless, in terms of perceptions, the strength of the idea about the predominance of the United States remains powerful in the discipline. The IR communities of Argentina, Chile, and Colombia consider International Relations as a predominantly American discipline, especially Chile. Brazil is once again the main dissident. A high percentage of researchers disagree or strongly disagree with this statement about US hegemony in the field of IR, as popularized in the works elaborated by Hoffmann in the 1970s.

*Rafael A. Duarte Villa* – Political Science Department DCP-USP, Institute of International Relations IRI-USP, Director of the Center for Research in International Relations NUPRI-USP, University of São Paulo. E-mail: <rafaelvi@usp.br>.

*Marília Carolina B. de Souza Pimenta* – PhD in International Relations and Researcher at the Center for Research in International Relations NUPRI-USP, Researcher at the Institute of International Economics Studies IEEI-UNESP, Anhembi Morumbi University-UAM, University Center FECAP. E-mail: <profa.marilia.csouza@gmail.com>.

### Bibliographical references

- ALKER, H.; BIERSTEKERR, T. "The dialectics of world order: notes for a future archeologist of international savoir faire". *International Studies Quarterly*, 28(2), p. 121-142, Jun. 1984.
- AYDINLI, E; MATTHEWS, J. "Are the core and the periphery irreconcilable? The curious world of publishing in contemporary International Relations". *International Studies Perspectives*, 1, p. 289-303, 2000.
- AYDINLI, E.; MATTHEWS, J. "Turkey: towards homegrown theorizing and building a disciplinary community". In: TICKNER, A.; WAEVER, O. (eds.). *International Relations scholarship around the world*. London & New York: Routledge. 2009.
- AYOUB, M. Subaltern realism: International Relations theory meets the third world. In: NEUMAN, S. (ed.). *International relations theory and the third world*. New York: St. Martin's Press, p. 31-54, 1998.
- BIERSTEKER, T. "Eroding boundaries, contested terrain". *International Studies Review*, 1(1), Spring, p. 3-9, 1999.
- BARASUOL, F.; SILVA, A. "International Relations theory in Brazil: trends and challenges in teaching and research". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 59(2), e005, p. 1-20, 2016.
- BREUNING, M. "Foreign policy analysis: an empirical assessment of the state of the art". Paper prepared for presentation at "Foreign Policy Agendas and Actors: Views from the North and the South". Institute of International Relations/Instituto de Relações Internacionais (IRI), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brazil, Sep. 8-9, 2010.
- BREUNING, M.; BREDEHOFT, J.; WALTON, E. "Promise and performance: an evaluation of journals in International Relations". *International Studies Perspectives*, 6(4), p. 447-461, Nov. 2005.
- BROWN, C. "The poverty of grand theory". *European Journal of International Relations*, 19(3), p. 483-497, 2013.
- CARDOSO, F.; FALETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.
- CARPICU, C. "¿Hacia una hegemonía del 'modelo mainstream norteamericano'? Enfoques de la ciencia política en América Latina (2000-2012)". *Revista Latino-Americana de Investigación Crítica*, 1 (1), p. 133-60, 2014.
- DUNNE, T.; HANSEN, L.; WIGHT, C. "The end of International Relations theory?". *European Journal of International Relations*, 19(3), p. 405-425, 2013.
- ESCODÉ, C. An introduction to peripheral realism and its implications for the interstate system: Argentina and the Condor II Missile Project. In: NEUMAN, S. (ed.). *International Relations theory and the third world*. New York: St. Martin's Press, p. 55-75, 1998.
- ESPACH, R. "International institutions: two approaches". *International Studies Quarterly*, 32(4), p. 379-396, 1988.
- ESPACH, R. (ed.). *Latin America in the new international system*. Boulder: Lynne Rienner, 2001.
- GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. (eds.). *Ideas & foreign policy*. Ithaca and London: Cornell University Press. 1993.

- HERZ, M. "The study of international relations in Latin America". Symposium: "El Estado de la Disciplina de las Relaciones Internacionales en América". Rio de Janeiro, 2010.
- HOFFMANN, S. "An American social science: International Relations". *Daedalus*, 106 (3), p. 41-60, 1977.
- HOLSTI, K. *The dividing discipline: hegemony and diversity in international theory*. London: Allen & Unwin, 1985.
- KEOHANE, R. Between vision and reality: variables in Latin American foreign policy. In: TULCHIN, J.; Espach, R. (eds.). *Latin America in the New International System*. Boulder: Lynne Rienner, 2001.
- KATZENSTEIN, P.; KEOHANE, R.; KRASNER, S. "International organization and the study of world politics". *International Organization*, 52(4), Autumn, p. 645-685, 1998.
- KRISTENSEN, P. "Dividing discipline: structures of communication in International Relations". *International Studies Review*, 14(1), p. 32-50, 2012.
- LAKE, D. A. "Theory is dead, long live theory: the end of the great debates and the rise of eclecticism in International Relations". *European Journal of International Relations*, 19(3), p. 567-587, 2013.
- LEHMAN, K.; LUCENA, C. IRI: "Pensando o futuro: objetivos e estratégias" (draft paper). Workshop: "Publicações e Impacto Acadêmico". Universidade de São Paulo, 2013.
- MALINIAK, D., et al. TRIP 2014 Faculty Survey. Williamsburg, VA: Institute for the Theory and Practice of International Relations, 2014. Available at: <<https://trip.wm.edu/charts/>>. Acesso em: 5 Apr. 2017.
- \_\_\_\_\_. TRIP 2011 Faculty Survey. Williamsburg, VA: Institute for the Theory and Practice of International Relations. Available at: <<https://trip.wm.edu/home/index.php/surveys/faculty-survey>>. Acesso em: 5 Apr. 2017.
- \_\_\_\_\_. "International Relations in the US academy". *International Studies Quarterly*, 55(2), p. 437-464, 2011.
- NEUMAN, S. (ed.). *International Relations theory and the third world*. New York: St. Martin's Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. International Relations: theory and the third world: an oxymoron?. In: NEUMAN, S. (ed.). *International Relations theory and the third world*. New York: St. Martin's Press, p. 1-29, 1998.
- OCHOA, L., et al. "La disciplina de las relaciones internacionales en México: enseñanza, enfoques y programas docentes". Ciudad de México: Benemerita/Amei/Feyri, 2013.
- PUCHALA, D. Third world thinking and contemporary International Relations. In: NEUMAN, S. (ed.). *International Relations theory and the third world*. New York: St. Martin's Press, p. 133-157, 1998.
- SCHOEMAN, M. South Africa: between history and a hard place. In: TICKNER, A.; WAEVER, O. (eds.). *International Relations scholarship around the world*. London & New York: Routledge, 2009.
- SMITH, S. "The discipline of International Relations: still an American social science?". *British Journal of Politics and International Relations*, 2(3), p. 374-402, Oct. 2000.
- \_\_\_\_\_. "The United States and the discipline of International Relations: hegemonic country, hegemonic discipline". *International Studies Review*, 4(2), p. 67-85, 2002.
- TICKNER, A. Los estudios internacionales en América Latina. CESO y Departamento de Ciencia Política de la Universidad de los Andes. Bogotá: Alfaomega Colombiana, 2002.

TICKNER, A. Latin America: still policy dependent after all these years?. In: TICKNER, A.; WAEVER, O. (eds.). *International Relations scholarship around the world*. London & New York: Routledge, p. 32-52, 2009.

TICKNER, A.; CEPEDA, C.; BERNAL, J. *Enseñanza, investigación y política internacional en América Latina*. DDCP, 19. Documentos del Departamento de Ciencia Política, Universidad de los Andes, Bogotá, 2012.

TICKNER, A.; WAEVER, O. Introduction: geocultural epistemologies. In: TICKNER, A.; WEAVER, O. (eds.). *International Relations scholarship around the world*. London & New York: Routledge, p. 1-31, 2009.

VILLA, R.; SOUZA, M. "Communities of International Relations in emerging world: neither resistant to the positivism nor beyond debates". *Journal of International Relations and Foreign Policy*, 2(3,4), p. 67-97, Dec. 2014.

WALT, S. "Is IR still an 'American social science'?". *Foreign Policy*, Jun. 2011.

WEAVER, O. "The sociology of a not so international discipline: American and European developments in International Relations". *International Organization*, 52(4), Autumn, p. 687-727, 1998.

WENDT, A. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

## Abstract

### *Is International Relations still an Latin American social science discipline in Latin America?*

Over the last 40 years, investigations have shown the discipline of International Relations to reproduce the American influence on its methods, paradigms, and institutional dynamics. This article explores the case for the Latin American community, based on the survey data from the Teaching, Research, and International Politics project (TRIP) 2014 developed by the Institute for the Theory and Practice of International Relations of the College of William and Mary, Virginia (USA). TRIP evaluated International Relations communities in 32 countries around the world. The article aims to answer two main questions: (i) is American influence still dominant over epistemological, methodological, paradigmatic, and institutional representative terms in Latin American International Relations communities, as has been considered in the past? (ii) Is there in the region any contestation to this supposed influence? Primarily, the present article shows an affirmative answer for the first issue. Therefore, and most importantly, the data analysis shows upcoming local pressures rooted in American influence, especially on its epistemic and paradigmatic terms. The data strengthens the miscegenation tendency on its epistemological and paradigmatic aspects, which underlines a lack of consensus over the structure of American dominance over the discipline of International Relations in Latin America, especially if one observes the most numerous and structured group in the region: the Brazilian International Relations community.

**Keywords:** TRIP; American influence; Latin America; International Relations

## Resumo

### *As Relações Internacionais da América Latina ainda são uma disciplina das ciências sociais norte-americanas?*

Nos últimos 40 anos, pesquisas mostraram que a disciplina de relações internacionais reproduz a influência norte-americana nos âmbitos da epistemologia, do método, dos paradigmas e dinâmicas institucionais. Este artigo visa a explorar o caso latino-americano, a partir da análise dos dados publicados pelo Teaching, Research and International Politics Project (TRIP) de 2014 do Instituto para a Teoria e Prática de Relações Internacionais do College William e Mary, Virginia (EUA), que pesquisa comunidades de relações internacionais em 32 países do mundo. O artigo tem por objetivo

responder a duas questões principais: (i) se a influência norte-americana segue sendo dominante, em seus aspectos epistemológicos, paradigmáticos e de representações institucionais na região, tal como pesquisas no passado demonstraram; (ii) se existe contestação a tal influência na região. Em princípio, o artigo evidencia uma resposta positiva à primeira pergunta. Entretanto, e mais importante, a análise dos dados permite revelar a ascensão de questionamentos à influência norte-americana, sobretudo no que se refere aos aspectos epistêmicos e paradigmáticos. Os dados reforçam a tendência à miscigenação epistemológica e paradigmática e evidenciam não haver consenso quanto ao escopo de dominação norte-americana na comunidade latino-americana, especialmente por parte da comunidade epistêmica brasileira de relações internacionais, a mais numerosa e estruturada da região.

*Palavras-chave:* TRIP; influência americana; América Latina; Relações Internacionais

### **Resumen**

*¿Las Relaciones Internacionales en América Latina siguen siendo una disciplina de las ciencias sociales estadounidenses?*

Investigaciones en los últimos 40 años señalan que la disciplina de Relaciones Internacionales reproduce en métodos, epistemología, paradigmas y dinámica institucional, la influencia estadounidense. El artículo busca explorar el caso Latino Americano, partiendo de los datos de la encuesta del Proyecto Teaching, Research and International Politics Project (TRIP) 2014 del Instituto para la Teoría y Práctica de Relaciones Internacionales del College of William and Mary, Virginia (USA), que investiga comunidades de Relaciones Internacionales en 32 países del mundo. El artículo pretende responder a dos preguntas: (i) si la influencia estadounidense sigue siendo dominante, en términos epistemológicos, paradigmáticos, y de representaciones institucionales en la región, como investigaciones del pasado señalaban (ii) si existe contestación en la región a tal influencia. El artículo muestra, en principio, que la respuesta puede ser afirmativa para la primera pregunta. Sin embargo, y es lo más importante, el análisis de los datos revela que están surgiendo presiones a la influencia estadounidense, sobre todo en los aspectos epistémicos y paradigmáticos. Los datos refuerzan la tendencia de mestizaje epistemológica y paradigmática, es decir, no hay consenso sobre el alcance de la dominación estadounidense en la comunidad de América Latina, especialmente por parte de la comunidad epistémica brasileña de Relaciones Internacionales, la más numerosa y estructurada de la región.

*Palabras claves:* TRIP; influencia estadounidense; América Latina; Relaciones Internacionales

### **Résumé**

*Les Relations Internationales en Amérique Latine sont-elles encore une discipline des sciences sociales aux États-Unis?*

Au cours des 40 dernières années, plusieurs recherches ont montré que la discipline de Relations Internationales reproduit l'influence américaine dans les domaines de l'épistémologie, de la méthode, des paradigmes et des dynamiques institutionnelles. Cet article vise à explorer le cas de l'Amérique Latine, à partir de l'analyse des données publiées par le Projet d'enseignement, de recherche et de politique internationale (TRIP) 2014 de l'Institut pour la théorie et la pratique des Relations Internationales du Collège William et Mary, en Virginie (États-Unis), qui fait des recherches sur les communautés de relations internationales dans 32 pays à travers le monde. L'article vise à répondre à deux questions principales: (i) l'influence américaine reste dominante dans ses aspects épistémologiques, ses représentations paradigmatiques et institutionnelles dans la région, tel que la recherche l'a montré dans le passé; (ii) s'il y a objection à une telle influence dans la région. En principe, l'article met en évidence une réponse affirmative à la première question. Cependant, et d'une plus grande importance, l'analyse des données permet de révéler la montée des remise en question de l'influence américaine, en particulier en ce qui concerne les aspects épistémologiques et paradigmatiques. Les données renforcent la tendance à la miscégenation épistémologique et paradigmatique et montrent qu'il n'y a pas de consensus au sujet de la portée de la domination américaine au sein de la communauté latino-américaine, en particulier par la

*IS INTERNATIONAL RELATIONS STILL AN AMERICAN SOCIAL SCIENCE DISCIPLINE IN LATIN AMERICA?*

communauté épistémique brésilienne des Relations Internationales, la plus nombreuse et structurée de la région.

*Mots-clés:* TRIP; influences américaines; Amérique Latine; Relations Internationales

Article submitted for publication on 2016 March.

Final version approved on 2017 March.

# OPINIÃO PÚBLICA

April 2017

Vol. 23, nº 1

ISSN 1807-0191

## CONTENTS

	<i>Pág.</i>
Varieties of Democracy in Brazil <i>Fernando Bizzarro</i> <i>Michael Coppedge</i>	1
Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest <i>Leonardo Avritzer</i>	43
The electoral behavior of Paulistas and Brazilians in the 2002 and 2014 elections <i>Maria Teresa Miceli Kerbauy</i> <i>André Luiz Vieira Dias</i>	60
The Workers' Party in the Chamber of Deputies: the evolution of the socioeconomic and territorial bases (1994-2014) <i>Natalia Maciel</i> <i>Tiago Ventura</i>	96
A typology of party recruitment <i>Paulo Peres</i> <i>Amanda Machado</i>	126
The dispute among state governments (1994-2014): the battle between incumbents and opposition <i>Maurício Michel Rebello</i>	168
Where to go? The electoral trajectory of the mayors of Brazilian state capitals (1996-2014) <i>Alvaro Augusto de Borba Barreto</i>	194
The right to abortion in the Brazilian legislative debate: the conservative offensive in the Chamber of Deputies <i>Luis Felipe Miguel</i> <i>Flávia Biroli</i> <i>Rayani Mariano</i>	230
Is International Relations still an American social science discipline in Latin America? <i>Rafael A. Duarte Villa</i> <i>Marília Carolina B. de Souza Pimenta</i>	261



OPINIÃO PÚBLICA  
Campinas  
Vol. 23, nº 1, p. 1-288  
April 2017  
ISSN 1807-0191



ISSN 1807-0191

